

2
0
1
1

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos Silva Tiago

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADOR

Manuel Marques Nogueira dos Santos

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

VEREADOR

Mário José Gomes Gouveia

VEREADOR

José Manuel Santos Correia

VEREADORA

Maria Inês Loureiro Rodrigues

2
0
1
1

2
0
1
1

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
PARTE I - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	12
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	13
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.....	14
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO.....	15
ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO.....	16
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	20
Evolução dos Fluxos Monetários	20
Poupança Corrente	21
Equilíbrio Orçamental em sentido substancial	22
Fontes de Financiamento do Investimento.....	22
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	24
Fluxos de Caixa	24
Contas de Ordem	27
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	29
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA.....	30
Receitas Próprias	31
Receitas Liquidadas e não cobradas	37
Transferências	38
Transferências Correntes.....	44
Transferências de Capital	45
Resumo das Transferências e Projectos Co-financiados	46
PASSIVOS FINANCEIROS	52
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	53
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA	54
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO.....	56
Despesas com Pessoal.....	58
Aquisição de Serviços a Particulares	64
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	71
INVESTIMENTO GLOBAL	75
Investimento Direto.....	76
Transferências de Capital	83
Ativos Financeiros	84
GRANDES OPÇÕES DO PLANO	85
Funções Gerais	88
Funções Sociais	89
Funções Económicas	91
Outras Funções	93

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	94
ENQUADRAMENTO.....	95
ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU.....	96
DÍVIDA GLOBAL	96
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	97
Serviço de Dívida.....	99
Composição da Dívida de Médio e Longo Prazo no fim da gerência	102
Previsão da Dívida de Médio e Longo Prazo no fim do ano de 2012	103
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	104
ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu	107
LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	109
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	110
LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	112
Limite dos Empréstimos de Curto Prazo	112
Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo.....	113
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	116
ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA.....	120
BALANÇO	121
ACTIVO.....	122
Imobilizado.....	122
Circulante.....	124
Acréscimos e Diferimentos Ativos	126
PASSIVO	126
Dívidas a Terceiros	127
Acréscimos e Diferimentos Passivos	128
FUNDOS PRÓPRIOS	129
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	130
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	135
INDICADORES DE GESTÃO.....	137
INDICADORES ORÇAMENTAIS	138
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS	142
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	144
INTRODUÇÃO.....	145
8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	145
8.1.1. Identificação	145
8.1.2. Legislação.....	146
8.1.3. Estrutura Organizacional Efectiva	146
8.1.4. Descrição Sumária das Actividades	146
8.1.5. Recursos Humanos	146

8.1.6. Organização Contabilística	147
8.1.7. Outras informações relevantes	148
NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	149
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	150
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL.....	150
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos.....	150
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	150
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»	151
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões	151
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	151
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	151
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões	152
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	152
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»	153
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço	153
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.....	153
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas	154
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial	157
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	158
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros	158
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários	160
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	162
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	163
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento.....	163
Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos	163
Nota 8.3.6 – Endividamento.....	163
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	164
PARTE II – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	168
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	170
CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	173
1. Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia.....	174
2. Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M.....	174
3. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.....	174

4. Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M	175
5. Conservatório de Música da Maia, CMM Sociedade Unipessoal, Lda.....	175
6. Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	175
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	176
BALANÇO CONSOLIDADO.....	177
ACTIVO	179
IMOBILIZADO.....	179
CIRCULANTE	181
Disponibilidades	181
Dívidas a terceiros.....	182
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ativos	183
PASSIVO	183
DÍVIDAS A TERCEIROS.....	184
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS passivos.....	185
FUNDOS PRÓPRIOS	186
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	187
INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....	190
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS	194
NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS.....	195
8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	196
8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:.....	196
8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:	198
8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:	199
8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:	201
8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:	202
8.2.6. Informações relativas a compromissos:	203
8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:	204
8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:	206
8.2.9. Informações diversas	214
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	215
ANEXOS DOCUMENTAIS – CONTAS CONSOLIDADAS.....	219

2
0
1
1

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

“Quem administra bens alheios presta contas”.

“Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão.

Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administraram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”.

Tribunal de Contas

O cumprimento dos objetivos orçamentais inerentes ao Orçamento de Estado para 2011 e ao Programa de Estabilidade e Crescimento, consubstanciado em metas ambiciosas e exigentes, desde logo de redução do défice público de 7,3% para 4,6% em 2011, exigiu a implementação célere de um conjunto de medidas de redução de despesa e de reforço da receita, que no exercício de 2011 se traduziram na adoção de medidas de austeridade profundas, à semelhança do que aconteceu em 2010.

Atendendo à sua natureza e ao contexto financeiro internacional em que são tomadas, a execução destas medidas, exigiram, exigem e continuarão a exigir, pelo menos nos próximos tempos, o esforço convergente de todas as organizações públicas para esse fim.

Com efeito, o ano de 2011 foi extremamente difícil para o nosso país, em virtude do agravamento da crise financeira internacional, revestindo uma nova faceta: o facto de Portugal ter recorrido aos mecanismos de ajuda externa, da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional. Esta situação obrigou ao cumprimento de determinadas políticas para sanear as contas públicas, algumas delas, verdadeiramente leoninas. Pretende-se criar um quadro orçamental que promova a estabilidade e sustentabilidade duradoura das contas públicas.

Perante este cenário de crise, as instituições públicas lutam para manter os seus níveis de serviço face a consecutivos cortes orçamentais sentidos em quase todas as áreas de atuação, pelo que, o controlo e a otimização de custos tornam-se prementes para uma gestão orçamental eficaz, assim como, a procura por instrumentos que permitam verificar onde se cria valor no negócio e a análise da rendibilidade dos vários mercados de atuação das organizações.

Neste contexto, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportunista, que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, bem como, a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*.

Não obstante o termo ser de difícil tradução, é por todos considerado como um sinónimo de uma exigente prestação de responsabilidades de atos de gestão pública, não só na perspetiva contabilística monetária e financeira como também, sobretudo, no mérito e eficácia da concretização de programas pré estabelecidos e estrategicamente aferidos a planos de ação.

A obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, assume, assim, cada vez maior relevância.

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) determina a elaboração dos documentos de prestação de contas dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

Atendendo que, pela primeira vez, o presente relatório de gestão integra simultaneamente duas naturezas de relato, o das contas individuais e o das contas consolidadas, que no ano transato foram efetuados em diferentes momentos e por isso em *dossiers* individualizados, a necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico dita que o relato se dívida em duas partes distintas. Uma primeira parte dedicada ao relato das contas individuais, e uma segunda dedicada

ao relato das contas consolidadas, que pela primeira vez integra a apresentação para efeitos de comparação, de informação financeira consolidada reportada ao início do exercício.

Cada uma das partes está estruturada por diferentes capítulos, tendo sido adotada a seguinte metodologia, no que se refere ao Relatório de Gestão Individual:

No primeiro capítulo apresenta-se uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e Despesa Municipal, para, por último, se desenvolver a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

No segundo capítulo é efetuada uma análise detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública.

No terceiro capítulo insere-se a análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

O quarto capítulo é dedicado a um conjunto de indicadores de gestão, quer de natureza orçamental quer patrimonial.

Do quinto capítulo, como suporte fundamental desta análise, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

A primeira parte é finalizada com a inserção da Certificação Legal das Contas Individuais.

Na segunda parte, inclui-se o Relatório de Gestão Consolidado, que se apresenta assim estruturado:

Um capítulo introdutório, dedicado à explanação das razões subjacentes ao processo de consolidação e à definição e caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Segue-se o relato de natureza económico-financeira, contendo o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidados, bem como uma abordagem genérica sobre a situação económica do grupo municipal, relevando os aspetos de maior preponderância no exercício em análise e em termos comparativos.

Num terceiro capítulo inserem-se os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, com destaque para as notas ao balanço consolidado e à demonstração de resultados consolidados. Este anexo é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, e contém um vasto conjunto de informações complementares e de quadros elucidativos que ajudam a compreender e a justificar a respetiva informação financeira e seus movimentos contabilísticos.

Por fim, ultima-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas consolidadas.

2
0
1
1

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

2
0
1
1

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL

2
0
1
1



EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Com o propósito de analisar este capítulo e sendo essencial para compreender melhor os fatores relacionados com a execução orçamental de 2011, mais concretamente, no que se refere ao procedimento do desenvolvimento das suas principais variações, promove-se o estudo da variação entre o orçamento inicial, final e executado permitindo assim avaliar a capacidade da concretização dos projetos que foram propostos, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político.

Cada uma destas perspetivas de análise, bem como a respetiva evolução, será matéria de maior detalhe ao longo do presente documento.

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa.

Tal como o verificado em gerências anteriores a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

ORÇAMENTO DO ANO DE 2011						
	Previsão			Execução		
	Início	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	61.366.560	61.366.560	0	57.431.770	-3.934.790	93,59%
Receitas de Capital	29.415.525	29.062.951	-352.574	5.968.641	-23.094.310	20,54%
Outras Receitas	11.200	11.200	0	970	-10.230	8,66%
Saldo da gerência anterior	0	352.574	352.574	352.574	0	100,00%
Total	90.793.285	90.793.285	0	63.753.955	-27.039.330	70,22%
Despesas Correntes	48.439.985	49.459.597	1.019.612	43.763.710	-5.695.887	88,48%
Despesas de Capital	42.353.300	41.333.688	-1.019.612	18.339.026	-22.994.662	44,37%
Total	90.793.285	90.793.285	0	62.102.736	-28.690.549	68,40%

Un: Euros

Para o exercício económico de 2011 o Orçamento Inicial foi aprovado pelo valor de 90.793.285 €, sendo a previsão para as Receitas Correntes de 61.366.560 € e tendo-se estimado para as Despesas Correntes a dotação inicial de 48.439.985 €, o que determina que foi assegurado o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

Quanto às rubricas de natureza de capital, o orçamento inicial das despesas foi definido para 42.353.300 € e o da receita para 29.415.525 €, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimentos fosse financiada por receitas de carácter corrente.

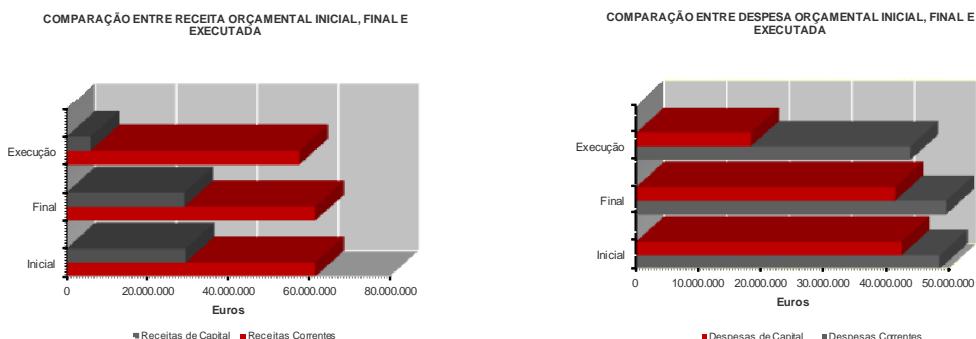
Aprovado o Orçamento Inicial nestes termos, e apesar de um conjunto de modificações aprovadas ao longo do exercício económico de 2011, apura-se como Orçamento Final para este exercício o mesmo valor, ou seja 90.793.285 €, não traduzindo por isso qualquer aumento dotação global do orçamento.

No que respeita à execução orçamental verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes foi de 93,59%, o que significa que para uma previsão final de 61.366.560 € se atingiu uma execução de 57.431.770 € o que traduz um desvio de (-) 3.934.790 €, o que deriva de uma diminuição mais expressiva dos impostos diretos e indiretos, mais concretamente do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, Derrama e, Loteamento e Obras, respetivamente.

No que respeita às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 29.062.951 € apenas se atingiu uma execução de 5.968.641 €, representando um desvio de (-) 23.094.310 € e uma taxa de execução de 20,54%, para o que muito contribui o período de forte recessão económica que se tem vivido ao inviabilizar a concretização de um conjunto de expectativas de venda de bens de investimento inicialmente prevista.

No capítulo da despesa, a taxa de execução atingiu 68,40%, com as despesas correntes a cumprir 88,48% e as despesas de capital 44,37% do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se distinguem na realização deste orçamento.

Os gráficos abaixo apresentados testemunham as diferenças anteriormente anotadas.



ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são, por regra realizadas, modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações. O exercício de 2011 não foi exceção à regra, na medida em que ocorreram dezoito modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
ANO 2011		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	17	1
Plano Plurianual de Investimentos	16	0
Plano de Actividades Mais Relevantes	15	1
Orçamento da Receita	1	0

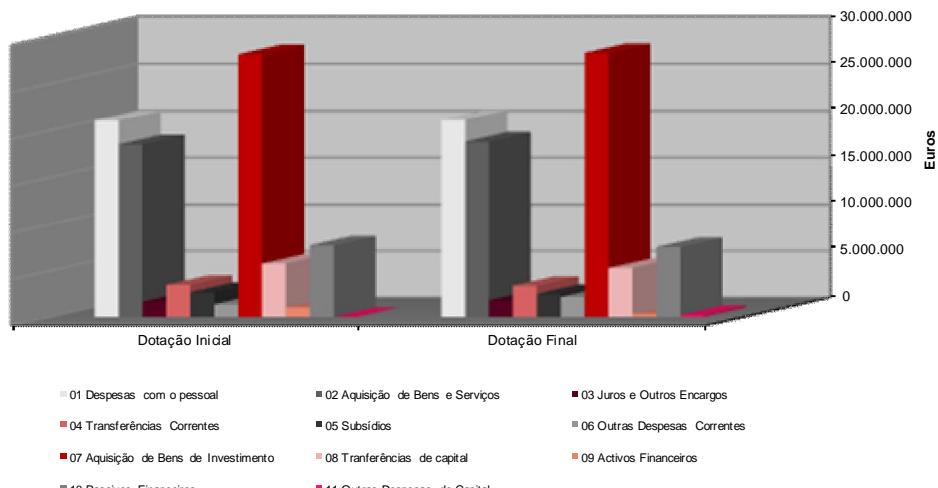
Un: Número

Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos, onde se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita Autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2011, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então efetivadas.

Capítulos	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA							
	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	48.439.985	53,35%	6.553.026	5.533.414	49.459.597	54,47%	1.019.612	2,06%
01Despesas com o pessoal	20.988.720	23,12%	2.10.146	2.080.640	21.068.226	23,20%	79.506	0,38%
02 Aquisição de Bens e Serviços	18.429.435	20,30%	2.867.960	2.573.512	18.723.883	20,62%	294.448	1,57%
03 Juros e Outros Encargos	16.18.950	1,78%	143.600	2.000	1760.550	1,94%	141600	8,04%
04 Transferências Correntes	3.416.840	3,76%	122.860	2.15.827	3.323.873	3,66%	-92.967	-2,80%
05 Subsídios	2.636.640	2,90%	369.160	548.388	2.457.412	2,71%	-179.228	-7,29%
06 Outras Despesas Correntes	1349.400	1,49%	889.300	13.047	2.125.653	2,34%	776.253	36,52%
Despesas Capital	42.353.300	46,65%	4.348.540	5.368.152	41.333.688	45,53%	-1.019.612	-2,47%
07 Aquisição de Bens de Investimento	28.033.875	30,88%	3.746.440	3.597.145	28.183.170	31,04%	149.295	0,53%
08 Tranferências de capital	5.686.950	6,26%	426.600	901400	5.212.150	5,74%	-474.800	-9,11%
09 Activos Financeiros	984.325	1,08%	0	686.607	297.718	0,33%	-686.607	-230,62%
10 Passivos Financeiros	7.648.050	8,42%	0	183.000	7.465.050	8,22%	-183.000	-2,45%
11Outras Despesas de Capital	100	0,00%	175.500	0	175.600	0,19%	175.500	99,94%
TOTAL	90.793.285	100,00%	10.901.566	10.901.566	90.793.285	100,00%	0	0,00%

Un:Euros

Modificações Orçamentais à Despesa



Sobressai da apreciação do quadro supra que em consequência das dezassete alterações realizadas ao orçamento da despesa em 2011, foram realizados reforços no valor global de 10.901.566 € que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas. Na maioria das alterações efetuadas, os reforços das rubricas de natureza corrente foram assegurados por anulações da mesma espécie. A título excepcional foram financiadas despesas correntes com despesas de capital respeitando o princípio do equilíbrio orçamental (mesmo no sentido substancial) que obrigou a recorrer à diminuição de 1.019.612 € nas despesas de capital.

A modificação positiva de maior significado nas Despesas Correntes ocorreu na componente das “Outras Despesas Correntes”, necessidade sobretudo do reforço das rubricas:

- ✓ “Restituição Impostos e Taxas”
- ✓ “Encargos Sentenças de Tribunal”
- ✓ “IVA”
- ✓ “Outras”

Tais ajustamentos foram determinados, na sua maioria, por imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial.

Também a contribuir de forma relevante, face ao acréscimo de 294.448 €, aparece o grupo das “Aquisições de Bens e Serviços”, na sua grande maioria nas rubricas de “Iluminação Pública” e “Encargos de Instalação” resultantes do aumento significativo na taxa do IVA de 6% para 23%.

A variação positiva em cerca de 8% anotada nos “Juros e Outros Encargos” foi determinada sobretudo pela necessidade de satisfazer compromissos no âmbito de pagamento de juros de mora, em resultado de sentenças de tribunal.

Na componente das “Despesas com o Pessoal”, verificou-se um aumento na ordem dos 79.506 €, relacionado essencialmente com novas necessidades decorrentes das transferências de competências da administração central em matéria educacional não contempladas nos documentos previsionais.

Convém de igual modo mencionar, inversamente, o impacto na dotação das rubricas “Transferências Correntes” e “Subsídios”, respetivamente nos valores de (-) 92.967 € e de (-) 179.228 €, fruto sobretudo do esforço de contenção de despesa nesta área.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e as anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

No âmbito destas despesas, regista-se que a modificação negativa da quantia (-) 686.607 €, assinalada no grupo de “Ativos Financeiros”, bem como a registada no grupo “Transferências de Capital” de (-) 474.800 €, realizadas a título excepcional, tiveram por finalidade reforçar o grupo das “Despesas Correntes”, em consequência das razões anteriormente expostas.

A variação positiva em cerca de 99,94%, notada nas “Outras Despesas de Capital”, foi determinada pelo reforço da rubrica 11.02.01 designada por “Restituições”, a fim de permitir a restituição da importância paga em excesso pela empresa “BRISA - CONCESSÃO RODOVIÁRIA, S.A.” referente à transferência efetuada na sequência da assinatura do “Protocolo com a Brisa, no âmbito da empreitada de alargamento e beneficiação da A4-Auto Estrada Porto/Amarante, sublanço da freguesia de Águas Santas”.

Em matéria de Grandes Opções do Plano, na alcada do Plano das Atividades Mais Relevantes nenhuma das quinze alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, as dezasseis alterações efetuadas, não implicaram qualquer aumento da dotação global do orçamento da despesa, tendo como única finalidade reforçar e reajustar diferentes despesas relacionadas com variados projetos.

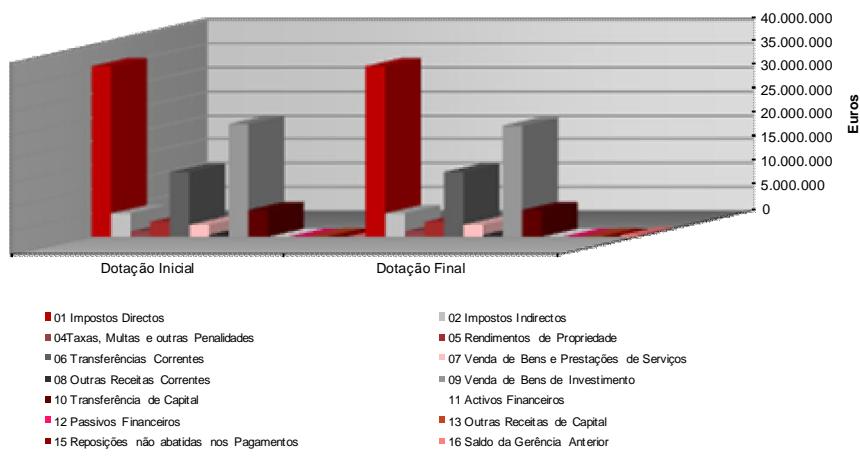
No que respeita à revisão que foi efetuada unicamente ao Plano das Atividades Mais Relevantes não teve qualquer impacto na dotação global do Orçamento, e teve como único fim assegurar a dotação financeira em exercícios futuros dos dois projetos a seguir identificados:

- Objetivo programa 2.4.5 - Projeto 8/PAM/2005 - “Comparticipação à “Maiambiente, E.M” na gestão corrente das suas atividades;
- Objetivo programa 2.4.5.1.8 - Projeto 5/PAM/2007 – Contrato Programa com a Academia das Artes da Maia – Produções culturais, E.M.

Capítulos	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA							
	Dotação Inicial	Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação		
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	61.366.560	67,59%	0	0	61.366.560	67,59%	0	0,00%
01 Impostos Directos	35.725.400	39,35%	0	0	35.725.400	39,35%	0	0,00%
02 Impostos Indirectos	4.908.000	5,41%	0	0	4.908.000	5,41%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1.163.000	1,28%	0	0	1.163.000	1,28%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	3.138.800	3,46%	0	0	3.138.800	3,46%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	13.497.944	14,87%	0	0	13.497.944	14,87%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	2.508.630	2,76%	0	0	2.508.630	2,76%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	424.786	0,47%	0	0	424.786	0,47%	0	0,00%
Receitas Capital	29.415.525	32,40%	0	352.574	29.062.951	32,01%	-352.574	-1,21%
09 Venda de Bens de Investimento	23.709.500	26,11%	0	352.574	23.356.926	25,73%	-352.574	-1,51%
10 Transferência de Capital	5.619.225	6,19%	0	0	5.619.225	6,19%	0	0,00%
11 Activos Financeiros	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	86.700	0,10%	0	0	86.700	0,10%	0	0,00%
Outras Receitas	11.200	0,01%	352.574	0	363.774	0,40%	352.574	96,92%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	11.200	0,01%	0	0	11.200	0,01%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	352.574	0	352.574	0,39%	352.574	100,00%
TOTAL	90.793.285	100,00%	352.574	352.574	90.793.285	100,00%	0	0,00%

Un: Euros

Modificações Orçamentais à Receita



No âmbito do Orçamento da Receita, apenas uma única alteração foi efetuada, tendo por finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 352.574 €, não tendo originado qualquer impacto na dotação global do orçamento uma vez que a mesma teve também como

contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, esta com dotação excedentária, fruto da não concretização de um conjunto de expectativas de arrecadação de receita, atentas às circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS

Neste capítulo, e de forma a avaliar as fontes de financiamento do exercício, desenvolve-se uma análise em termos de dotações orçamentais à evolução da variação de ativos que, durante o último quadriénio, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS												
	2008			2009			2010			2011		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença
Saldo da gerência	1.066.177	0	1.066.177	4.175.863	0	4.175.863	1.073.705	1.073.705	352.574	352.574	352.574	
Corrente	65.330.229	46.684.767	18.645.462	62.092.790	49.571.627	12.521.162	59.187.335	42.516.376	16.670.959	57.431.770	43.763.710	13.668.060
Capital	13.285.316	28.825.662	-15.540.346	16.326.354	31.960.930	-15.634.577	10.082.082	27.499.150	-17.417.068	5.968.641	18.339.026	-12.370.385
Outras	4.570		4.570	11.257		11.257	24.978		24.978	970		970
TOTAL	79.686.292	75.510.429	4.175.863	82.606.263	81.532.558	1.073.705	70.368.101	70.015.526	352.574	63.753.955	62.102.736	1.651.219

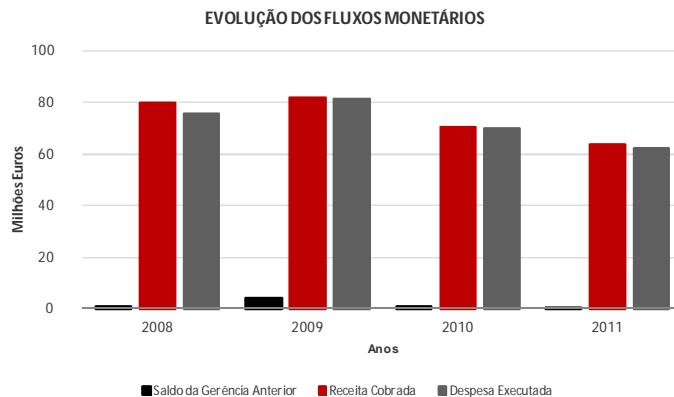
Un-Euros

A análise do quadro da evolução dos fluxos monetários permite aferir de forma inequívoca que no último quadriénio a receita corrente cobrada tem sido sempre superior à despesa corrente paga, resultando em recorrentes poupanças correntes brutas significativas, acima dos 12 M €.

Em oposição, as despesas de capital pagas superam as receitas de capital cobradas, revelando tal comportamento um financiamento de investimento, pela poupança corrente bruta gerada (nos anos de 2008 e 2011) e pelo saldo da gerência anterior (nos anos 2009 e 2010).

No exercício de 2011, a receita cobrada bruta ascendeu a 63.753.955 € e a despesa total paga a 62.102.736 €, resultando um saldo para a gerência seguinte de 1.651.219 €, substancialmente superior ao transitado da gerência anterior.

O próximo gráfico ilustra bem a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos.



POUPANÇA CORRENTE

O princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), patente quer no diploma que regula a atual Contabilidade das Autarquia Locais (POCAL) quer nas disposições legais anteriores, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, impondo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes. Tais imposições em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO				
	2008	2009	2010	2011
Receita Corrente Executada	65.330.229	62.092.790	59.187.335	57.431.770
Despesa Corrente Executada	46.684.767	49.571.627	42.516.376	43.763.710
Poupança Corrente Bruta (1)	18.645.462	12.521.162	16.670.959	13.668.060
Variação	-18,15%	-32,85%	33,14%	-18,01%
Dívida Corrente Transitada (2)	-4.774.16	-1.993.288	740.750	-1.381.811
Da Gerência Anterior	4.301.896	3.824.480	1.831.192	2.571.941
Para a Gerência Seguinte	3.824.480	1.831.192	2.571.941	1.190.131
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)	1.808.523	-1.474.246	72.809	6.61.784
Da Gerência Anterior	3.942.541	5.751.064	4.276.818	4.349.627
Para a Gerência Seguinte	5.751.064	4.276.818	4.349.627	5.011.410
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	20.931.401	13.040.205	16.003.019	15.711.654
Variação	-12,77%	-37,70%	22,72%	-1,82%

Un: Euros

Conforme se encontra evidenciado, o município tem obtido níveis de poupança corrente bruta consideráveis pelo facto das receitas correntes cobradas não serem absorvidas pelo total da despesa corrente paga, verificando-se o integral cumprimento do princípio do equilíbrio formal.

De igual modo, se verifica tal comportamento se for incluída a dívida transitada e a receita corrente liquidada e não cobrada, apurando-se significativos montantes na poupança corrente líquida, que embora inferior ao ano transato, ascende no exercício de 2011, a 15.711.654 € e que se destina à cobertura de pagamentos de despesas de investimento.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL

A análise do Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser efetuada numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, ou seja, avaliando a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser aferido numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste pressuposto, foi elaborado um quadro que pretende demonstrar o grau de cumprimento daquele Princípio.

CONTROLO DO EQUILÍBRIOS ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2008	2009	2010	2011
Receita Cobrada	78.620.115	78.430.400	69.294.396	63.401.380
Corrente	65.330.229	62.092.790	59.187.335	57.431.770
Capital	13.285.316	16.326.354	10.082.082	5.968.641
Outras Receitas	4.570	11.257	24.978	970
Despesa Paga	75.510.429	81.532.558	70.015.526	62.102.736
Corrente	46.684.767	49.571.627	42.516.376	43.763.710
Capital	28.825.662	31.960.930	27.499.150	18.339.026
Saldo Final de Operações Orçamentais	4.175.863	1.073.705	352.574	1.651.219
Dívida Transitada				
Da Gerência Anterior	22.329.441	18.173.342	9.358.454	8.472.399
Para a Gerência Seguinte	18.173.342	9.358.454	8.472.399	4.181.021
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	111,68%	113,60%	101,79%	110,28%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	85,06%	90,88%	89,65%	96,18%

Un: Euros

Do que é dado a observar, verifica-se que em 2011, em termos de equilíbrio orçamental em sentido substancial, no que se refere à execução autónoma do ano, permanece a tendência de equilíbrio patente nos últimos três anos, ao atingir-se um rácio de 110,28% o que é demonstrativo do esforço anualmente realizado em matéria de controlo orçamental da despesa.

Contudo, quanto à execução global do ano tal equilíbrio ainda não foi atingido, por força do peso da dívida transitada, não obstante a melhoria significativa do rácio, que em 2011 já atinge nos 96,18%. De facto importa realçar o notável esforço efetuado ao longo do último quadriénio para atingir o equilíbrio, sobretudo pela redução sistemática de dívida transitada.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Tendo por finalidade avaliar quais as fontes de financiamento do investimento autárquico do ano de 2011, e não deixando de salvaguardar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado, insere-se um quadro com os diversos contributos.

As receitas municipais foram agregadas em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja

das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

FONTE DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
	2011	
	Valor	FF / DI
Receitas Capital (1)	5.968.641	55,8%
Venda de Bens de Investimento	148.613	1,4%
FEF Capital	1.823.135	17,0%
Fundos comunitários	2.773.043	25,9%
Outras Trans Capital	1.074.646	10,0%
Passivos Financeiros	0	0,0%
Activos Financeiros	6.104	0,1%
Outras receitas de Capital	143.100	1,3%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)	6.030.279	56,4%
Poupança Corrente (3)	13.668.060	127,7%
Amortizações de Capital (4)	7.462.375	69,7%
Outras Despesas Capital (5)	175.406	1,6%
Reposiçãos não abatidas nos pagamentos (6)	970	0,0%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)	11.999.890	112,1%
Saldo gerência anterior (8)	352.574	3,3%
TOTAL (9) = (7)+(8)	12.352.464	115,4%
 Despesas de Investimento pagas (10)	 10.701.245	
 Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)	 86,63%	
 Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)	 1.651.219	

Un: Euros

Notas:

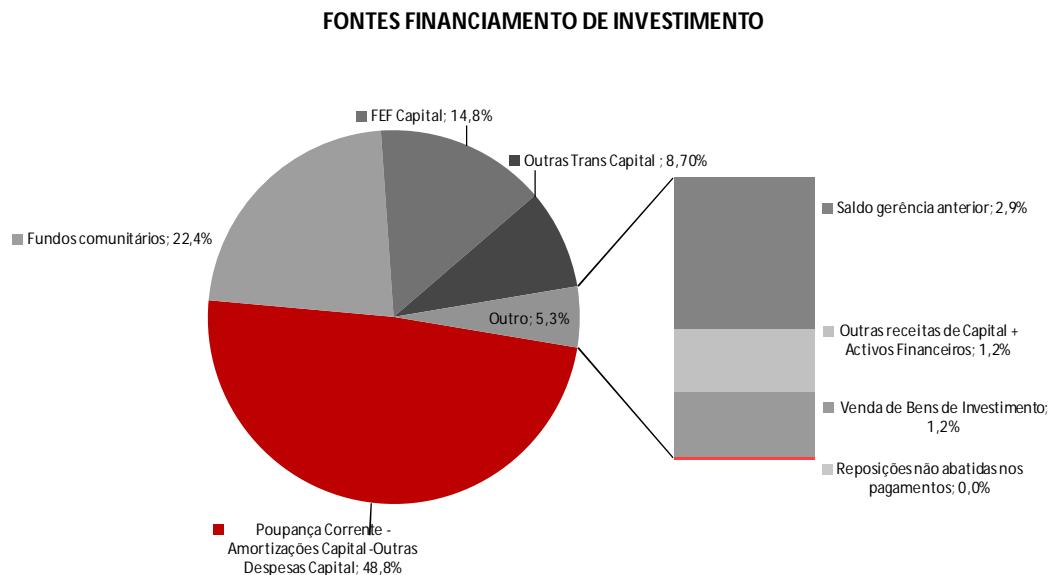
FF - Fonte de Financiamento
DI - Despesas de Investimento

No exercício de 2011, as receitas disponíveis para financiar investimento ascenderam a cerca de 11.999.980 €. Tal valor, não só contribuiu para a totalidade do investimento pago como também permitiu, adicionado que seja do saldo da gerência anterior, a obtenção de um saldo positivo para a gerência seguinte no montante de 1.651.219 €.

É na “Poupança Corrente”, deduzida das amortizações de empréstimos e dos montantes utilizados nas outras despesas de capital, cuja materialidade não é desprezável, que se obtém o maior contributo para o Investimento, logo seguido das receitas de capital arrecadadas no período.

Analizando este último agrupamento constata-se que, por si só, permitiu o pagamento de 55,8% do investimento, destacando-se sobremaneira as receitas obtidas dos “Fundos Comunitários” ao concorrer com 2.773.043 €, seguidas do Fundo de Equilíbrio Financeiro com 1.823.115 € e Outras Transferências de Capital com 1.074.646 €. Pese embora o parco contributo, importa também mencionar que as “Vendas de Investimento” e as Outras Receitas de Capital contribuíram com 148.613 € e 143.100 €, respetivamente.

O gráfico que se apresenta de seguida permite aferir a importância das diversas fontes de financiamento já enunciadas:



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Em conformidade com uma recomendação do Tribunal de Contas e não obstante o que está preconizado no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Assim, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa caracteriza os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício e que estão associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), sendo evidenciados neste documento, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As cauções em dinheiro e as operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

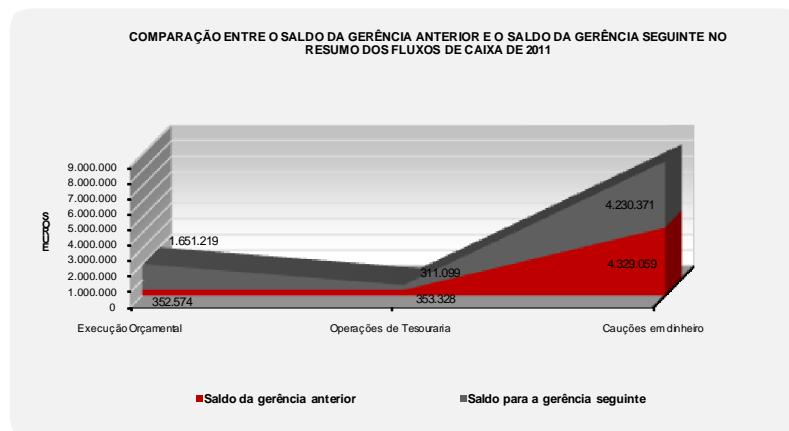
O quadro que a seguir se exibe mostra, em síntese, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2011.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2011				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		5.034.962	Despesas Orçamentais	
Execução Orçamental	352.574		Correntes	43.763.710
Operações de Tesouraria	353.328		Capital	18.339.026
Cauções em dinheiro	4.329.059			
Receitas Orçamentais		63.401.380	Dotações não Orçamentais	
Correntes	57.431.770		Operações de Tesouraria	3.837.296
Capital	5.968.641		Cauções em dinheiro	389.139
Outras	970			
Dotações não orçamentais		4.085.517	Saldo para a gerência seguinte	
Operações de Tesouraria	3.795.066		Execução Orçamental	1.651.219
Cauções em dinheiro	290.451		Operações de Tesouraria	311.099
			Cauções em dinheiro	4.230.371
	Total	72.521.859		Total
				72.521.859

Un: Euros

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2011 pode-se concluir que:

- as entradas de fundos ascenderam a 67.486.897 €, sendo 63.401.380 € provenientes de receitas orçamentais e 4.085.517 € de dotações não orçamentais, dos quais: 3.795.066 € correspondem a operações de tesouraria e 290.451 € a cauções em dinheiro.
- por sua vez, as saídas de fundos totalizaram 66.329.171 €, dos quais 62.102.736 € resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o residual de despesas não orçamentais: 3.837.296 € provenientes de operações de tesouraria e 389.139 € de cauções em dinheiro.
- o saldo final da gerência do ano de 2011 é confirmado pela análise dos fluxos de caixa, perfazendo um total de 6.192.689 €, sendo 1.651.219 € de execução orçamental, 311.099 € operações de tesouraria e 4.230.371 € cauções em dinheiro.
- O valor das importâncias relativas a todos os recibimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.



No âmbito das Operações Não Orçamentais, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Maia realizaram para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, sendo que as cauções em dinheiro são factos que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

O quadro que se segue ilustra bem a repartição destes encargos segundo a sua natureza.

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)						
		ANO 2011				
Designação das contas		Saldo de gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte
		Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor
		(A)	(B)	(C)		(D)=(A)-(B)+(C)
21	CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES	1.758.429		57.188	19.1224	1.892.465
21.7	Clientes e Utentes com Cauções	1.758.429		57.188	19.1224	1.892.465
21.7.1	De Execução de Obras (Loteamentos,...)	1674.106		54.676	20.724	1740.154
21.7.3	Clientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001		16.829			16.829
21.7.9	Outras	67.493		2.512	70.500	135.482
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	248.617		3.230.927	3.203.367	221.057
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos	118.181		1.450.714	1.428.760	96.227
24.2.1	Trabalho dependente	108.290		1248.314	1227.289	87.265
24.2.2	Trabalho independente		9.288	86.315	85.961	8.935
24.2.4	P rediais			603	603	0
24.2.5	Pensões			603	4.033	3.430
24.2.6	Sobre taxa extraordinária s/ rendimentos sujeitos a IRS				111449	111476
24.4	Restantes impostos	4.331		5.681	1.362	12
24.4.1	Imposto de selo		3.255	4.604	1362	12
24.4.2	Imposto de selo outros		1077		1077	0
24.5	Contribuições para a Segurança Social	123.787		1.772.193	1.773.225	124.818
24.5.1	Caixa Geral de Aposentações	75.664		185.202	186.304	76.766
24.5.2	ADSE		14.685	192.855	193.074	14.904
24.5.3	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	33.438		394.136	393.846	33.147
24.9	Outras Contribuições	2.318		2.339	21	0
24.9.2	Multas e coimas	2.318		2.339	21	0
26	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	2.675.341		938.319	690.927	2.427.949
26.1	Fornecedores de Imobilizado	1.668.154		312.733	99.227	1.454.648
26.1.2.1	Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	1668.154		32.733	99.227	1454.648
26.2	Pessoal		81	1.031	1.018	68
26.2.9	Outras operações com o pessoal		81	1.031	1.018	68
26.3	Sindicatos	1.672		18.798	18.606	1.480
26.3.1	Sindicatos Trabalhadores Administração Local	537		6.083	6.009	463
26.3.2	Sindicato Trabalhadores Administração Pública	970		10.741	10.619	848
26.3.3	Sindicato Engenheiros do Norte	12		145	145	12
26.3.4	Sindicato Técnicos Adm. Auxiliares Educação	5		58	58	5
26.3.5	Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	21		281	277	17
26.3.6	Sindicato Professores da Zona Norte	17		185	184	16
26.3.7	Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	110		1305	1314	19
26.8	Devedores e credores diversos	1.005.435		605.758	572.076	971.752
26.8.8	Credores diversos de cauções até 31/12/2001	902.476		19.218		883.258
26.8.9	Credores diversos - outros		10.959	586.540	572.076	88.494
Totais		4.682.387		4.226.435	4.085.517	4.541.470

Un.: Euros

Da análise do quadro, verifica-se que no exercício de 2011 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades fixaram-se em de 4.085.517 €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante 4.226.435 €. Grande parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, nomeadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, pelo que o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior relevância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

CONTAS DE ORDEM

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, constam do mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Tendo em conta a sua natureza a informação foi organizada em três quadros distintos o primeiro para “Garantias e Cauções Rececionadas”, o segundo para “Garantias a Favor de Terceiros”, e o terceiro e último para “Recibos para Cobrança”.

GARANTIAS E CAUÇÕES RECEPCIONADAS						
Excluindo Cauções em Dinheiro						
	Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
			Prestadas	Devolvidas	Accionadas	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
09.2 Garantias						
09.2.1 De empreitadas e fornecimentos	5.972.836		351.981	698.946	0	5.625.871
09.2.2 Para execução de obras	18.362.492		347.006	2.152.586		16.556.912
09.2.3 Outras Garantias	8.928		255.000			263.928
09.2.4 Garantias até 31.12.2001						0
09.2.5 Hipotecas	4.685.874		724.603	950.425		4.460.053
09.2.6.01 Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	380.525		61.471	3.151		438.846
09.2.6.02 Seguros-Caução - execução de obras	599.687		8.729			608.416
	Total	30.010.342	1.748.790	3.805.107	0	27.954.025

Un.: Euros

Conforme se pode constatar, as garantias prestadas a favor da autarquia atingiram o montante de 1.748.790 € enquanto as garantias devolvidas ascenderam aos 3.805.107 € transitando para a gerência seguinte um saldo de 27.954.025 € menor que o saldo da gerência anterior.

A rubrica que mais se destaca no quadro das garantias e cauções rececionadas é a de execução de obras, uma vez que foram prestadas no ano de 2011, 347.006 € em garantias, valor este muito inferior ao das garantias devolvidas, cujo montante rondou os 2.152.586 €, fruto da devolução de garantias do próprio ano e de anos anteriores.

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS						
	Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
			Prestadas	Devolvidas	Accionadas	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
09.4 Cauções a favor de terceiros		0				0
09.4.1 Vasilhames						
09.5 Garantias a favor de terceiros		5.437.928				
09.5.1 Empreitadas e fornecimentos	262.141					262.141
09.5.2 Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787					5.175.787
	Total	5.437.928			Total	5.437.928

Un.: Euros

No decurso do observado, conclui-se que durante o exercício de 2011 não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caução a favor de terceiros. Assim o total das garantias prestadas tituladas em 5.437.928 € decorrem de compromissos assumidos em anteriores gerências, mantendo-se inalterado o saldo para a gerência seguinte, que se apresenta da seguinte forma constituído:

- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em

consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

- Uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641 € a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- Três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €

RECIBOS PARA COBRANÇA					
Designação das contas		Saldo de gerência anterior (A)	Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte (D)=(A)-(B)+(C)
		1.568.217	Cobrança (B)	Anulação (C)	
09.3	Receita Virtual				
09.3.1	Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.217			1.568.217
09.3.2	Receita Virtual do Próprio Ano				0
	Total	1.568.217			1.568.217

Un.: Euros

Igual raciocínio é aplicável aos recibos para cobranças, uma vez que no ano de 2011 não existiu qualquer anulação, cobrança e emissão de documentos debitados ao tesoureiro, mantendo-se, desta forma, inalterado o saldo para a gerência seguinte que é exatamente igual ao saldo da gerência anterior.

2
0
1
1

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

	Estrutura Geral da Receita								
	2009		2010		2011				
	Execução	Variação 2008/2009	Execução	Variação 2009/2010	Previsão	Execução	Peso	Variação 2010/2011	Taxa de Execução
Receitas Correntes	62.092.790	-4,96%	59.187.335	-4,68%	61.366.560	57.431.770	90,58%	-2,97%	93,59%
Impostos Diretos	36.064.999	-2,68%	33.733.189	-6,47%	35.725.400	32.666.264	51,52%	-3,16%	91,44%
Impostos Indiretos	5.127.152	-38,71%	4.449.180	-13,22%	4.908.000	3.541.585	5,59%	-20,40%	72,16%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.240.338	18,16%	974.876	-21,40%	1.163.000	998.043	1,57%	2,38%	85,82%
Rendimentos de Propriedade	2.912.363	16,62%	3.232.751	11,00%	3.138.800	3.036.135	4,79%	-6,08%	96,73%
Transferências Correntes	13.547.122	8,91%	13.626.944	0,59%	13.497.944	13.551.564	21,37%	-0,55%	100,40%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.940.849	-5,64%	3.017.005	2,59%	2.508.630	3.472.772	5,48%	15,11%	138,43%
Outras Receitas Correntes	259.967	-67,68%	153.389	-41,00%	424.786	165.408	0,26%	7,84%	38,94%
Receitas de Capital	16.326.354	22,89%	10.082.082	-38,25%	29.062.951	5.968.641	9,41%	-40,80%	20,54%
Venda de Bens de Investimento	82.369	-98,93%	1.119.138	1258,70%	23.356.926	148.613	0,23%	-86,72%	0,64%
Transferências de Capital	3.450.730	-4,73%	8.958.482	159,61%	5.619.225	5.670.823	8,94%	-36,70%	100,92%
Ativos Financeiros	0		4.463		100	6.104	0,01%	36,79%	6104,23%
Passivos Financeiros	12.545.533	527,28%	0	-100,00%	0	0	0,00%		
Outras Receitas de Capital	247.722	236818,52%	0	-100,00%	86.700	143.100	0,23%		165,05%
Outras Receitas	11.257	146,35%	24.978	121,89%	11.200	970	0,00%	-96,12%	8,66%
Total das Receitas	78.430.400	-0,24%	69.294.396	-11,65%	90.440.711	63.401.380	100,00%	-8,50%	70,10%
Integração do saldo da gerência	3.810.690		1.073.705			352.574			
Total	82.241.090		70.368.101			63.753.955			

Un. Euros

No exercício em análise, a receita cobrada bruta ascendeu aos 63.401.380 €, o que se traduziu numa redução na ordem dos (-) 8,50%, ou seja (-) 5.893.016 €, face ao ano anterior, tendência que tem sido recorrente ao longo do último triénio. A descida generalizada da receita verificada, não pode ser dissociada da crise económico-financeira que o país atravessa e que é transversal às restantes economias, tornando hercúlea a atividade dinamizada pelo município no âmbito da arrecadação de receita.

Com efeito, entre 2009 e 2011 a redução total da receita cobrada perfaz cerca de (-)19%, (-)15.029.020 €, quantia que não é de todo despiciente em matéria de gestão do orçamento municipal.

Anota-se que, as receitas correntes são reiteradamente aquelas que mais contribuem no cômputo geral da receita, absorvendo no ano de 2011, cerca de 91% da receita total, enquanto as receitas de capital ficam manifestamente aquém, representando apenas 9% daquele montante global. Em termos de Execução Orçamental verifica-se que esta atingiu os 70%, situando-se, em termos comparativos, aproximadamente nos níveis dos anos anteriores.

Seguidamente, demonstra-se com um gráfico o predomínio das receitas correntes sobre as restantes.



No que concerne às **receitas correntes**, estas têm tido um desempenho notável ao longo de sucessivas gerências, apresentando em 2011 uma taxa de execução de 93,59%. Pese embora, o decréscimo de 2,97% verificado relativamente ao ano anterior, este agrupamento representa cerca de 91% da arrecadação total de receita. A influenciar a prestação negativa de uma forma mais significativa encontram-se: os impostos diretos, as transferências correntes e os impostos indiretos. Por outro lado, a evitar uma queda mais acentuada, apresenta-se a venda de bens e serviços correntes ao evidenciar um crescimento de cerca de 15%. Analisar-se-ão, posteriormente os efeitos, na arrecadação de receita, das variações destas componentes mais detalhadamente.

Por conta da componente de **capital**, foi cobrada receita no montante de 5.968.641 €, valor abaixo do ano anterior em cerca de 41%, representando uma taxa de execução de apenas 20,54%. A impulsionar esta prestação negativa, encontram-se a venda de bens de investimento (-86,72%) e as transferências de capital (-36,70%). O decréscimo acentuado na rubrica de Vendas de Investimento não pode ser dissociado do facto de em 2010 ter sido constituído o Fundo de investimento Imobiliário Praça Maior por conta do qual se arrecadou receita no montante de 1.000.000€. Isolado que seja este valor obter-se-ia um resultado inverso.

No que toca às transferências de capital, a redução verificada resulta essencialmente da diminuição da receita oriunda de participações em projetos comunitários. Esta vertente da receita será analisada em capítulo próprio.

Quanto às Outras Receitas, a par de gerências anteriores, não influenciam o total de receita e são totalmente absorvidas pelas reposições não abatidas nos pagamentos.

Procede-se de seguida a uma apreciação mais minuciosa dos grupos de receita discriminados:

- Receitas Próprias
- Receita liquidada e não cobrada
- Transferências

RECEITAS PRÓPRIAS

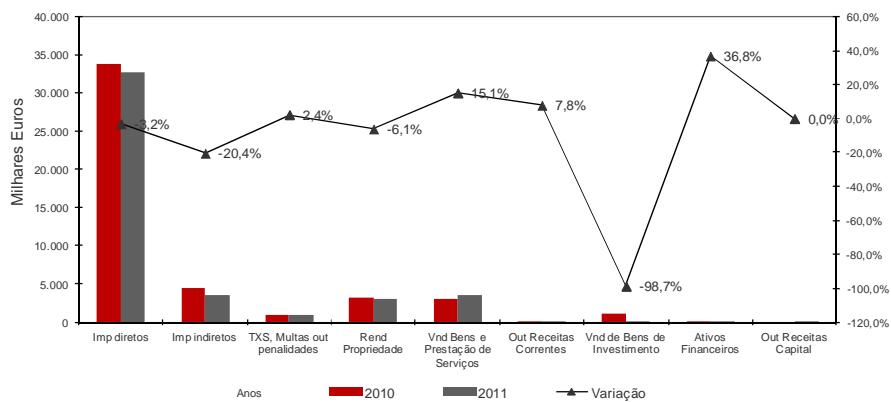
Analisa-se neste capítulo a capacidade que o município tem de gerar a sua própria receita, excluindo a receita alheia, ou seja, aquela que provém de empréstimos contraídos ou de transferências da administração central. Decompõe-se ainda em receitas correntes e de capital, fazendo a análise comparativa com gerências anteriores.

	RECEITAS PRÓPRIAS									
	2009		2010		2011		Previsão	Execução	Variação	% Receitas Próprias
	Valor	Variação	Valor	Variação	Variação	Variação				
Receitas Correntes										
Impostos Diretos	36.064.999	-2,68%	33.733.189	-6,47%	35.725.400	32.666.264	-3,16%	74,17%	56,88%	51,52%
Impostos Indiretos	5.127.152	-38,71%	4.449.180	-13,22%	4.908.000	3.541.585	-20,40%	8,04%	6,17%	5,59%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1240.338	18,16%	974.876	-21,40%	183.000	998.043	2,38%	2,27%	174%	157%
Rendimentos de Propriedade	2.912.363	16,62%	3.232.751	11,00%	3.188.800	3.036.135	-6,08%	6,89%	5,29%	4,79%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	2.940.849	-5,64%	3.071.005	2,59%	2.508.630	3.472.772	15,11%	7,88%	6,05%	5,48%
Outras Receitas Correntes	259.967	-67,68%	153.389	-41,00%	424.786	165.408	7,84%	0,38%	0,29%	0,26%
Total	48.545.667	-8,22%	45.560.391	-6,15%	47.868.816	43.880.207	-3,69%	99,63%	76,40%	69,21%
Receitas Capital										
Venda de Bens de Investimento	82.369	-98,93%	1.119.138	1258,70%	23.356.926	14.813	-98,68%	0,03%	0,03%	0,02%
Ativos Financeiros	0		4.463		100	6.104	36,78%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	247.722	236818,52%		-100,00%	86.700	143.100	100,00%	0,32%	0,25%	0,23%
Total	330.091	-95,69%	1.123.600	240,39%	23.443.726	164.017	-85,40%	0,37%	0,29%	0,26%
Total das Receitas Próprias	48.875.758	-19,29%	46.683.991	-4,48%	71.312.342	44.044.224	-5,65%	100,00%	76,69%	69,47%
Total das Receitas Correntes	62.092.790	-4,96%	59.187.335	-4,68%	61.366.560	57.431.770	-2,97%	76,69%	100,00%	90,58%
Total das Receitas	78.430.400	-0,24%	69.294.396	-11,65%	90.440.711	63.401.380	-8,50%	69,47%	90,58%	100,00%

Un: Eur os

Do que é dado a observar, as receitas próprias, reproduzem tendências idênticas ás da receita corrente, comprovando-se a orientação negativa da arrecadação de receita no último triénio. No ano em apreço, as receitas próprias ascenderam a 44.044.224 € refletindo um decréscimo de (-) 2.639.767 €, cerca de 5,7% face ao ano de 2010, influenciado sobretudo pela variação negativa dos impostos diretos, impostos indiretos e vendas de bens de investimento.

EVOLUÇÃO RECEITAS PRÓPRIAS



Pese embora a significativa diminuição nos montantes arrecadados, constata-se que as rubricas de natureza corrente que mais contribuem para o resultado final são os impostos diretos (74%), os impostos indiretos (8%) a venda de bens e prestação de serviços (8%). Dada a sua preponderância no cômputo global das receitas próprias, estas componentes serão analisadas individualmente nos subcapítulos seguintes.

No que respeita aos rendimentos de propriedade, foi executada receita no valor de 3.036.135€ que absorveu cerca de 7% das receitas próprias, e que se traduziu numa variação negativa de 6,08%. Este decréscimo encontra-se claramente motivado pela influência dos dividendos acumulados relativos aos anos de 2006 a 2009 pagos pela empresa Águas do Cávado no exercício de 2010. Inversamente, e ainda neste agrupamento de receita apresenta-se o comportamento positivo das sub-rubricas de juros e rendas que isoladamente exibem taxas de crescimento de 157% e 4% respetivamente.

Relativamente às taxas, multas e outras penalidades importa anotar que avocam para si 2,27% das receitas próprias, traduzido uma taxa de crescimento de 2,38% e que serão alvo de uma análise conjunta com os impostos indiretos.

No caso das receitas próprias de natureza capital, embora materialmente pouco relevantes neste exercício, apresentam um decréscimo de 85,40%, protagonizado única e exclusivamente pela rubrica venda de bens de investimento. As restantes componentes “Ativos Financeiros” e “Outras Receitas de Capital” tiveram ótimas variações positivas (36,78% e 100% respetivamente), mas não têm qualquer importância no cômputo total, registando-se que, o montante inscrito na classificação Ativos Financeiros contempla apenas os contratos celebrados no âmbito do programa MaiaFinicia e a importância arrolada via Outras Receitas de Capital reporta-se a encargos de exploração suportados pelo município em 2011 com a manutenção, conservação e higienização de reservatórios imputáveis à firma Águas do Noroeste, S.A.

De forma a melhor espelhar as variações no âmbito das receitas correntes, dado que estas são primordiais em termos de arrecadação de receita, procede-se à análise detalhada de algumas das suas principais variáveis.

Impostos Diretos

	IMPOSTOS DIRETOS				
	2009 Execução	2010 Execução	2011 Execução	Peso	Variação
Impostos diretos					
Imposto Municipal s/ Imóveis	16.817.614	18.388.618	19.379.650	59,33%	5,39%
Imposto Único de Circulação	2.127.704	2.243.175	2.403.203	7,36%	7,13%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	6.508.915	6.330.392	5.738.102	17,57%	-9,36%
Derrama	10.404.754	6.450.484	5.076.979	15,54%	-21,29%
Contribuição Autárquica	147.119	100.039	41.660	0,13%	-58,36%
Imposto de Sisa	26.226	199.185	7.274	0,02%	-96,35%
Imposto Municipal s/ Veículos	0	0		0,00%	
Impostos Diretos Diversos	0	0		0,00%	
Contribuição Especial	32.667	21.295	19.396	0,06%	-8,92%
Total	36.064.999	33.733.189	32.666.264	100,00%	-3,16%

Un: Euros

O quadro supra apostado, espelha a distribuição dos Impostos Diretos nos anos 2009-2011 e permite retirar as seguintes conclusões:

- O total dos Impostos Diretos desde 2009 que tem diminuído culminando em 2011 com um decréscimo de 3,16% face a 2010;
- Em consonância com gerências anteriores, as componentes mais expressivas desta rubrica são o Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI), o Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a Derrama;
- Que o decréscimo de (-) 1.066.925€ nesta rubrica se deve às variações negativas das componentes IMT (-9,36%) e Derrama (-21,29%).

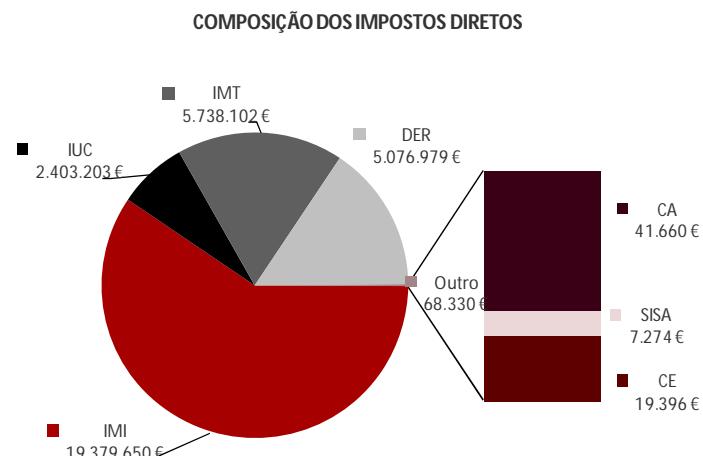
No ano em apreço, comprova-se que, o IMI é a principal fonte de arrecadação de receita fiscal (59,33%) e é o alicerce que sustenta as receitas próprias, impedindo uma execução ainda mais negativa deste tipo de receita. A comprová-lo está a variação positiva de 5,39%, ou seja, (+) 991.032 €, relativamente a 2010, o que culmina num total de receita cobrada de 19.379.650 €.

A cobrança de IMT, nesta gerência importa na quantia de 5.738.102 €, refletindo um decréscimo de 9,36%, comparativamente a 2010, face ao peso relativo de 17,57% no total de impostos diretos, constituindo a segunda componente mais importante dos Impostos Diretos.

A derrama assume em 2011 uma execução de 5.076.979 €, e é responsável por 15,54%, do total dos Impostos Diretos evidenciando uma diminuição de 21,29%, face ao ano transato, consequência direta da diminuição do lucro tributável da maioria das empresas, para a qual não será completamente alheia a atual conjuntura económica.

O lançamento da derrama, para o ano de 2011, a exemplo de anos anteriores, foi aprovado pelo valor de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC, gerado em 2010 na área geográfica do concelho, ao abrigo do disposto no artigo 14.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, com as alterações subsequentes.

Introduz-se de seguida um gráfico ilustrativo da composição dos impostos diretos em 2011:



Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

	IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES								
	2009	2010	2011	Previsão	Execução	Peso	Variação 2010/2011	Taxa de Execução	
	Execução	Variação 2008/2009	Execução	Variação 2009/2010					
Mercados e Feiras	26.055	2,90%	47.118	80,84%	35.600	31.609	0,70%	-32,92%	88,79%
Loteamentos e Obras	4.231.491	-45,79%	3.329.339	-21,32%	3.999.900	2.026.608	44,64%	-39,13%	50,67%
Ocupação da Via Pública	1.400.801	98,24%	1.304.011	-6,91%	1.297.200	1.461.351	32,19%	12,07%	112,65%
Publicidade	236.907	4,28%	298.690	26,08%	253.500	371.785	8,19%	24,47%	146,66%
Outros	295.984	-16,75%	281.493	-4,90%	284.200	255.162	5,62%	-9,35%	89,78%
Caça, uso e porte de arma	3	-98,83%	40	1230,00%	100	3	0,00%	-92,41%	3,03%
Multas e Outras Penalidades	176.249	-40,18%	163.366	-7,31%	200.500	393.110	8,66%	140,63%	196,07%
Total	6.367.490	-32,37%	5.424.056	-14,82%	6.071.000	4.539.629	100,00%	-16,31%	74,78%

Un: Euros

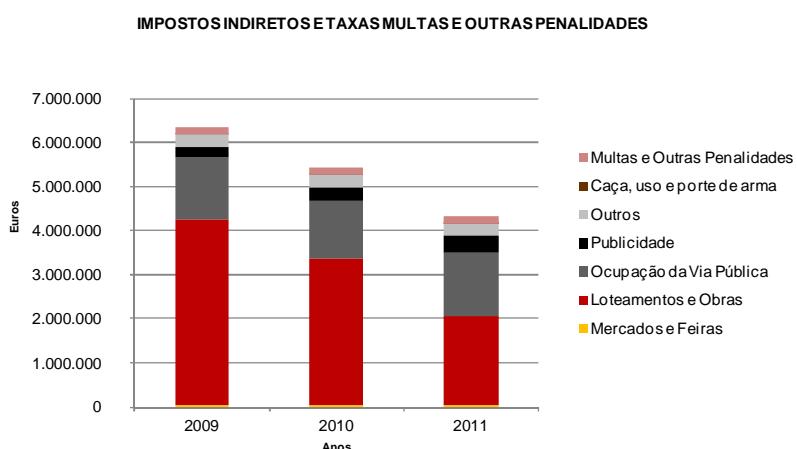
O conjunto da receita arrecadada por conta dos impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, ascendeu em 2011 a 4.539.629 €. Desta importância 44,64% foi absorvida pela categoria de Loteamentos e Obras e 32,19% pela Ocupação da Via Pública. Revelou um decréscimo significativo de (-) 16,31% face ao ano anterior fruto essencialmente do comportamento da rubrica de Loteamento e Obras cuja variação negativa atingiu os (-) 39,13%, pese embora as variações positivas ocorridas nas classificações Ocupação da Via Pública, Publicidade e Multas e Outras Penalidades, que compensaram e evitaram uma queda superior neste aglomerado de receita.

Pela sua relevância importa refletir sobre o comportamento do grupo “Loteamentos e Obras” que tem apresentado ao longo do último triénio, consecutivas perdas de receita própria correspondendo-lhe uma quebra de (-) 52%, ou seja, cerca de (-) 2.200.000 €, face a 2009. Esta perda manifesta-se sobretudo na sua vertente de Impostos Indiretos, a qual recai sobre unidades empresariais, e é fruto da diminuição de investimento em obras de construção, consequência direta do clima de tensão e recessão económica que o país atravessa. Não obstante, destacam-se os montantes pagos pelas firmas Respalda – Engenharia e Administração Imobiliária no valor de 213.023,12 €, e pela firma Lankhorst Indutech- Cerfil, SA, no valor de 154.929,39 €.

A orientação positiva da receita de “Ocupação da Via Pública”, (+)12,07%, deve-se fundamentalmente à importância paga por conta da ocupação do subsolo com tubos subterrâneos, por parte da empresa Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e que totalizou 783.570,45 €, bem como ao valor pago pelos SMAS cujo montante ascendeu a 629.741,02 €. Convém no entanto anotar, que do montante pago pela Portgás, 300.760,45 € respeitam à resolução de um processo em sede de tribunal e cuja receita se reporta ao ano de 2007.

Já no que respeita a Multas e Outras Penalidades, a variação ocorrida em 2011 face a 2010, de 229.744 €, advém substancialmente das rubricas de juros de mora e de coimas e penalidades por contra-ordenações, que conjuntamente justificam 86% daquele montante (198.325 €).

Seguidamente, apresenta-se um gráfico representativo da distribuição da receita neste âmbito.



Venda de bens e Prestações de serviços Correntes

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES									
	2009		2010		2011				
	Execução	Variação 2008/2009	Execução	Variação 2009/2010	Previsão	Execução	Peso	Variação 2010/2011	Taxa de Execução
Venda de Bens	13.811	-5,02%	26.345	90,76%	16.300	15.708	0,45%	-40,38%	96,37%
Prestação Serviços Diversos									
S. Sociais, recr., cult. desportivos	2.198.510	7,13%	2.430.051	10,53%	1.752.030	2.653.996	76,42%	9,22%	151,48%
Serv. Específicos autarq. locais	565.518	-14,26%	467.502	-17,33%	587.500	697.247	20,08%	49,14%	118,68%
Aluguer espaços e equip.	33.616	11,30%	37.879	12,68%	34.700	37.456	1,08%	-1,12%	107,94%
Vistorias e ensaios	22.839	-25,61%	37.642	64,81%	28.900	17.356	0,50%	-53,89%	60,06%
Outros	7	86,75%	8	6,83%	100	8	0,00%	5,51%	8,42%
Sub Total	2.834.301	1,69%	2.999.427	5,83%	2.419.530	3.421.771	98,53%	14,08%	141,42%
Rendas e Alugueres									
Habitação e edifícios	106.548	-67,67%	17.578	-83,50%	89.000	50.966	1,47%	189,95%	57,26%
Outros- Rendas e alugueres	0		0		100	35	0,00%		34,92%
Sub Total	106.548	-67,67%	17.578	-83,50%	89.100	51.000	1,47%	190,15%	57,24%
Total	2.940.849	-5,64%	3.017.005	2,59%	2.508.630	3.472.772	100,00%	15,11%	138,43%

União das Freguesias de São Pedro e São Roque

A Venda de Bens e Prestação de Serviços no exercício de 2011 apresentou pela segunda vez consecutiva um desempenho irrepreensível, ostentou taxas de execução superiores a 100% e um total arrecadado de 3.472.772 €, refletindo um incremento face a 2010 de 15,11%. Contribuíram para esta prestação, as duas componentes mais representativas nesta matéria: os serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos (76,42%) e os serviços específicos das autarquias locais (20,08%), que acompanharam com taxas de crescimento 9,22% e 49,14%, respetivamente.

Os serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, acolhem essencialmente a receita proveniente da utilização dos complexos desportivos e da educação. Pela utilização dos complexos desportivos foi cobrada receita bruta no valor de 1.465.289,76 €, e pela educação, no âmbito da utilização dos Serviços/Componente de Apoio à Família e Senhas de Refeição, foi arrecadada a importância de 1.185.785,78 €. Esta última componente reflete um expressivo aumento na ordem dos 215 %, que adveio, não só da alteração do registo contabilístico da venda de senhas de refeição, que em 2011 passou a efetuar-se nesta classificação económica, mas também do aumento da receita proveniente das atividades do SAF e CAF, que por si só avocaram 710.617 €. Não obstante, ainda que em 2010 se tivesse efetuado a contabilização das senhas de refeição nestes moldes, manter-se-ia igualmente um aumento, traduzido numa percentagem de 71%.

A vertente dos Serviços Específicos das Autarquias Locais, a segunda mais importante no que toca a prestação de serviços (20,08%), absorveu 697.247 €, o que traduziu uma variação positiva de 49,14% no período 2010 e 2011. Refira-se que esta tendência reflete a receita arrecadada através da imputação das remunerações de funcionários municipais, que se encontram deslocados a exercer funções nas empresas Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, E.M. e Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., abrangendo 542.643,71 € do total. A grande fatia deste valor respeita à primeira das empresas referenciadas.

As vistorias e ensaios, apesar de protagonizarem um decréscimo significativo, (-) 53,89%, a sua pouca influência nesta rubrica, impede de efetuar qualquer ponderação no resultado final.

Alude-se ainda que, em 2011 o aluguer de espaços e equipamentos totalizou 37.456 €, e um peso de 1,08% e exibindo por conta do ano anterior uma variação (-) 1,12% Neste âmbito, estão imbuídos os aluguéis de espaço no aeródromo, as feiras levadas a cabo pelo município, ou aluguer de espaço nos diversos complexos.

Quanto às Rendas e Alugueres, assumem em 2011 a cifra de 51.000 €, exprimindo claramente uma variação positiva em relação ao ano transato de 190,95%. Sem mais delongas sobre esta matéria, dado que o seu peso é reduzido, refere-se apenas que 45.000 € correspondem às rendas pagas pela empresa Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, E.M., pela utilização do edifício do antigo matadouro.

Em suma, conforme foi abordado ao longo do capítulo, a conjuntura económica recessiva dificulta imenso a capacidade de arrecadação de receita das autarquias locais, circunstância ainda mais agravada por força da necessidade de consolidação orçamental que tem vindo a determinar um aumento de toda a carga fiscal e uma redução das transferências da administração central, o que condiciona gravemente toda a atividade levada a cabo pelo município.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

	MAPADE CONTROLO DARECEITA								
	Receitas por cobrar no inicio do periodo	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições Emitidos	Receita Cobrada Líquida Pagos	Receitas por cobrar no final 2010	Receitas por cobrar no final 2011	Variacao 2010/2011
Receitas Correntes									
Impostos Directos		32.667.384	1.120	32.666.264	1.408.158	1.408.158	31.258.106		
Impostos Indirectos	3.438.333	3.867.225	117.839	3.541.585	1.625	1.625	3.539.960	3.438.333	3.646.134 6,04%
Taxas, Mutas e Outras Penalidades	403.503	1.098.531	3.882	998.043	360	360	997.684	403.503	500.108 23,94%
Rendimentos de Propriedade	798	3.036.142		3.036.135			3.036.135	798	805 0,94%
Transferências Correntes		13.551.564		13.551.564			13.551.564		
Venda de Bens e Serviços Correntes	270.066	4.426.383	592.579	3.472.772	882	882	3.471.890	270.066	631.099 133,68%
Outras Receitas Correntes	236.928	164.362	2.618	165.408			165.408	236.928	233.264 -1,55%
Receitas de Capital									
Vendas de Bens de Investimento	2.121.862	23.613	1.715.029	148.613			148.613	2.121.862	281.833 -86,72%
Transferências de Capital		5.670.823		5.670.823	175.406	175.406	5.495.417		
Activos Financeiros		6.104		6.104			6.104		
Outras Receitas de Capital	1.513.441	212.991		143.100			143.100	1.513.441	1.583.332 4,62%
Outras Receitas	11.105	1.014.525	11.105	353.544			353.544	11.105	660.981 5852,32%
Total	7.996.035	65.739.647	2.444.171	63.753.955	1.586.431	1.586.431	62.167.524	7.996.035	7.537.556 -5,73%

Un: Euros

O montante da receita liquidada e não cobrada no final do ano em apreço ascendeu a 7.537.556 €, o que representa um decréscimo de (-) 5,73% em comparação com o ano transato, praticamente todo ele imputável às Vendas de Bens de Investimento. A maior fatia da não cobrança pertenceu aos Impostos Indiretos e às Outras Receitas de Capital, que inversamente registaram variações positivas

Os Impostos Indiretos ascendiam a 3.646.134 €, dos quais, à data de fecho de contas, 450.077,70 € encontravam-se dentro do prazo voluntário de pagamento. Sob a alçada dos loteamentos e obras regista-se a quantia de 2.620.839,66 €, cabendo a um só processo pertencente à firma O Feliz - Imobiliária, S.A. a importância de 495.330,57 € e que resulta de um plano de pagamento em prestações. À ocupação de via pública, pertence a quantia de 888.958,78 € sendo que a Portgás arroga, só por si, 874.042,04 €

Quanto às Outras Receitas de Capital, em 2011 acresce apenas a quantia 69.890,82 €, em virtude de esta ser a única variável desde o exercício de 2007, e que corresponde ao reconhecimento da participação financeira, pela empresa Metro do Porto, no que respeita às obras de ligação entre a Rua Simão Bolívar e a EN 14 pela Rua Joaquim Dias de Almeida, freguesia da Maia. O diferencial no valor de 1.320.308,51 € remonta à gerência de 2007 e tem a ver, como consta de relatos anteriores, com

reembolsos derivados de encargos assumidos com amortizações dos empreendimentos PER, geridos pela empresa Espaço Municipal.

Contrariamente aos últimos exercícios, a rubrica de Venda de Bens de Investimento, é uma das que apresenta menor receita por cobrar por força de decréscimo de (-) 86,72%, em resultado da anulação de um processo cuja efetiva exigência de solvência só ocorrerá quando for requerida a 2.ª fase de licenciamento. O remanescente permanece desde 2007, sendo totalmente absorvido pelo montante de taxas urbanísticas pela não cedência de áreas por cobrar, considerado à data o registo contabilístico existente, que se encontra presentemente a ser dirimido em sede de execução fiscal.

No que toca às Outras Receitas, o acréscimo deveu-se única e exclusivamente à regularização de uma transferência efetuada para a empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M. em 2007, e ainda liquidada, a título de prestações suplementares, por força de um entendimento da administração fiscal.

Em matéria de liquidações anuladas, o seu valor em 2011 assumiu a quantia de 2.444.171 €, onde se destacam pela sua materialidade as anulações de Vendas de Bens de Investimentos, já referidas, e de Venda de Bens e Serviços Correntes, de forma mais residual dos Impostos Indiretos.

As anulações por conta da Venda de Bens de Investimento representam por si só mais de 70% das anulações efetuadas.

No que concerne à rubrica Venda de Bens e Serviços Correntes, cujo montante global de anulações atingiu 592.579 €, importa anotar que deste valor, 395.258 € correspondem a meras retificações das guias de receita, que por imperativo da aplicação informática exigem à anulação do documento original e emissão de novo documento, empolando assim o valor real das anulações.

Paralelamente, do total das anulações dos Impostos Indiretos, 107.803 € correspondem a meras retificações das guias de receita da rubrica de publicidade, que pelos motivos atrás invocados exigem à anulação do documento original.

As restituições de Impostos são determinadas por erros nas cobranças efetuadas pela Direção Geral de Contribuições Impostos e que dão lugar a reembolsos ou restituições e que no ano em apreço, ascendeu ao montante de 1.408.158 €

Por fim, importa referir que no desenvolvimento da sua atividade os serviços municipais têm desenvolvido esforços no sentido de tentar resolver os processos em dívida da melhor forma, nomeadamente, com a autorização do pagamento em prestações. Nos casos em que as dívidas de terceiros ultrapassam o prazo de pagamento, sem qualquer defesa ou requerimento do terceiro, estas passam a ser cobradas em sede de execução fiscal, encontrando-se no final do exercício de 2011 para cobrança coerciva o valor de 3.085.510,9 €

TRANSFERÊNCIAS

Tem havido um reconhecimento geral, que o poder político-administrativo centralizado é gerador de ineficiências ao nível das decisões, normalmente, estas opções materializam-se ao nível do investimento público, que em muitos dos casos não correspondem às verdadeiras necessidades públicas das

comunidades locais, permitindo a descentralização, que os cidadãos tenham um envolvimento mais ativo na tomada das decisões públicas (“*aprofundamento da democracia participativa*”, cf. artigo 2.º da C.R.P.), já que, a sensibilidade das populações em relação aos problemas que diretamente lhe dizem respeito é maior do que a sensibilidade das decisões tomadas pelo poder político-administrativo centralizado que normalmente age distante dos problemas locais. Em geral tal centralização conduzirá a um menor respeito não só pelos problemas mas também pelas liberdades locais. O que está em causa é a aproximação da solução do problema à origem do mesmo, e que, da ação pública resultem serviços públicos de qualidade e cuja avaliação pelos municíipes conclua nesse sentido, ou seja, serviços prestados com qualidade, eficiência, eficácia e economicidade.

A ideia de descentralização vem sendo reforçada na Constituição da República Portuguesa, ao confirmar-se sucessivamente que: “*O Estado é unitário e respeita na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública*” (Cf. artigo 6.º da C.R.P.), portanto, o sistema administrativo português está obrigado no presente contexto, a ser um sistema descentralizado, conforme o impõe a C.R.P.

No núcleo de ação de uma autarquia, encontramos os elementos motivacionais da sua existência e por consequência da sua ação, como sejam, a população e o território que lhe cabe administrar e os bens e serviços públicos que lhe estão atribuídos produzir. A relação entre ambos é axiomática, ou seja, dentro das suas atribuições e competências cabe-lhe decidir quais as melhores opções a seguir, com vista a uma melhor resposta às necessidades da população.

Ao mesmo tempo observa-se que os municíipes têm cada vez mais consciência da sua soberania enquanto consumidores de bens públicos, e esses municíipes, no contexto de uma sociedade democrática, têm assumido, enquanto decisores sobre o papel da governação na sua área territorial, o *empowerment* que tal situação lhe confere, exigindo mais especialização na prestação do serviço público, ou seja, que a par da descentralização sejam encontradas formas de organização municipal com capacidade para se adaptar à envolvente e por consequência às suas necessidades.

Desta forma poderá dizer-se que a transferência de atribuições e competências para os municípios não está vazia de metas e objetivos, antes tem um grande desígnio que deve ser perseguido, ou seja, a produção de melhores serviços e bens públicos, necessariamente ajustados aos interesses locais, e que na medida do alcançável possam contribuir para o todo nacional, não de forma puramente quantitativa, mas essencialmente, de forma qualitativa.

Neste mesmo sentido veio a Lei 159/99 de 14 de Setembro, estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como os princípios gerais sobre os quais assenta tal processo, destacando-se o da coesão nacional, da solidariedade inter-regional, da eficiência e eficácia da gestão com respeito pelos direitos dos administrados, da subsidiariedade entre níveis de administração, aproximando o poder dos cidadãos e o da coordenação de atuação em matéria de investimentos.

Na Lei das Finanças Locais vigente e na sequência do regime anterior, tenta-se integrar e ampliar do ponto de vista financeiro os princípios previstos pela Lei 159/99, sobressaindo:

-
- O “princípio da coerência”, que reafirma e reforça a ideia da descentralização através das atribuições e competências, às quais deve corresponder em paralelo uma efetiva transferência financeira;
 - A coordenação das finanças locais com as estaduais, a qual visa o desenvolvimento equilibrado de todo o país e ainda atingir os objetivos e as metas com as quais Portugal se comprometeu no seio da união Europeia;
 - O equilíbrio financeiro vertical e horizontal entre autarquias do mesmo grau, referindo-se o primeiro à necessidade de adequar os recursos de cada nível de administração às atribuições e competências que lhe correspondem. Já o segundo refere-se à necessidade de afetar a receita pública de forma a conseguir diminuir as desigualdades geradas por diferentes capacidades em matéria de arrecadação de receitas ou necessidade de realização de despesa.

Da conjugação destas leis resulta que as autarquias apesar de terem maior facilidade para detetar e resolver problemas das populações do seu território, não dispõem de meios financeiros próprios em montante suficiente que permita solucionar todos estes problemas, entendimento que a própria Lei das Finanças Locais perfilha, ao reforçar não só o princípio da descentralização mas também a necessidade de lhe estar associado uma efetiva transferência financeira.

Contudo e no contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, as primeiras são comumente designadas de “Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE) ” e é nesta aceção restrita que a atual Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Já as “outras transferências” visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”.

Numa ótica económica as receitas provenientes de transferências subdividem-se em correntes e de capital, podendo as primeiras ser definidas como aquelas que se destinam ao financiamento de despesas correntes ou sem uma afetação conhecida *a priori*, e para financiamento de despesas de investimento no caso das segundas. Tais receitas, conforme se referiu anteriormente, encerram em si um determinado objetivo ou seja a produção de melhores serviços e bens públicos.

Também nesta matéria o Município da Maia tem tentado que as suas opções estratégicas reflitam os interesses locais, mas que ao mesmo tempo possam contribuir para o desenvolvimento do país. Tais opções estratégicas espelham, dentro das atribuições e competências que lhe são conferidas pelos diplomas legais, necessidades identificadas que são alvo prioritário de resposta.

Todavia perante o contexto económico atual, desde 2010 que o total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem vindo a diminuir, com fundamento na Lei 91/2001 de 20 de Agosto – Lei de Enquadramento Orçamental – artigo 88.º, recentemente alterada e republicada pela Lei 52/2011 de 13 de Outubro, como forma de assegurar os princípios da estabilidade orçamental e da solidariedade recíproca. Estes princípios também estão presentes na Lei das Finanças Locais, artigos 4.º e 5.º, que aqui se vêm

aplicados por força das circunstâncias excepcionais que decorrem da necessidade de equilibrar as contas públicas.

O quadro seguinte, reflete esta tendência de diminuição dos fundos municipais anualmente transferidos pelo orçamento do estado, iniciada em 2010 e a agravar-se ainda mais em 2012.

	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO							
	2009	2010	Variação 2009/2010	2011	Variação 2010/2011	2012	Previsto OE	Variação 2011/2012
	Execução	Execução		Execução		Previsão		
Transferências Correntes - Estado	10.909.781	11.020.534	1,0%	10.502.084	-4,7%	10.154.637	-3,3%	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.898.739	2.930.071	1,1%	2.734.702	-6,7%	2.333.070	-14,7%	
Fundo Social Municipal	1.991.601	1.951.718	-2,0%	1.821.583	-6,7%	1.555.018	-14,6%	
Participação Variável no IRS	6.019.441	6.138.745	2,0%	5.945.799	-3,1%	6.266.549	5,4%	
Transferências Capital - Estado	1.932.492	1.953.381	1,1%	1.823.135	-6,7%	1.555.380	-14,7%	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.932.492	1.953.381	1,1%	1.823.135	-6,7%	1.555.380	-14,7%	
Total	12.842.273	12.973.915	1,0%	12.325.219	-5,0%	11.710.017	-5,0%	

Un: Euros

Em termos absolutos, entre 2010/2011 e o previsto para 2012, a soma do valor das transferências que deixaram de entrar para os cofres da autarquia, ascende a 1.263.898 €. Ainda que se compreendam as razões que estão por trás de tal diminuição, não se pode desprezar tal valor, já que no contexto global das receitas autárquicas estas têm grande relevância. Veja-se nomeadamente o Fundo Social Municipal cuja verba tem sido consignada à função “Educação” e que, entre 2009 e o previsto para 2012, apresenta uma redução de (-) 436.583 €, sendo o maior impacto resultante da diminuição prevista para 2012 que face a 2011 perfaz (-) 266.565 €

Os dois quadros que se seguem revelam o peso que o total das transferências, e os fundos municipais em particular, tem na estrutura da receita do município, assumindo relevância significativa para o normal desempenho das suas atribuições e competências.

	TRANSFERÊNCIAS NA ESTRUTURA DA RECEITA								
	Execução			% Transf. Correntes e Capital no Total das Transferências			% Transferências no Total da Receitas		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Transferências Correntes	13.547.122	13.626.944	13.551.564	79,70%	60,34%	70,50%	17,27%	19,67%	21,37%
Transferências de Capital	3.450.730	8.958.482	5.670.823	20,30%	39,66%	29,50%	4,40%	12,93%	8,94%
Total de Transferências	16.997.852	22.585.426	19.222.387	100,00%	100,00%	100,00%	21,67%	32,59%	30,32%
Total de Receita	78.430.400	69.294.396	63.401.380						

Un: Euros

Como se pode observar, o peso das transferências no total da receita municipal ascendeu a cerca de 30% em 2011, valor ligeiramente inferior ao de 2010 que representou cerca de 32%. Constatase ainda que o aumento do peso das transferências no total da receita nos últimos dois anos ficou a dever-se não só a um acréscimo destas face a 2009 mas também a um decréscimo na receita total. Tais variações refletem a crescente importância desta rubrica, no cômputo global da receita.

Pode-se ainda concluir que no contexto das transferências, as correntes são aquelas que assumem maior preponderância, mantendo-se estáveis ao longo do triénio, apresentando-se as de capital com uma natureza mais volátil, essencialmente porque são transferências em tudo ligadas à execução de projetos com comparticipação comunitária no âmbito do QREN.

FUNDOS MUNICIPAIS (PIE) NA ESTRUTURA DA RECEITA									
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
	Execução	Execução	Execução	% Fundos (PIE) no Total das Transferências			% Fundos (PIE) no Total da Receita		
Fundos Municipais (PIE) Correntes	10.909.781	11.020.534	10.502.084	64,18%	48,79%	54,63%	13,91%	15,90%	16,56%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.898.739	2.930.071	2.734.702	17,05%	12,97%	14,23%	3,70%	4,23%	4,31%
Fundo Social Municipal	1.991.601	1.951.718	1.821.583	11,72%	8,64%	9,48%	2,54%	2,82%	2,87%
Participação Variável no IRS	6.019.441	6.138.745	5.945.799	35,41%	27,18%	30,93%	7,67%	8,86%	9,38%
Fundos Municipais (PIE) Capital	1.932.492	1.953.381	1.823.135	11,37%	8,65%	9,48%	2,46%	2,82%	2,88%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.932.492	1.953.381	1.823.135	11,37%	8,65%	9,48%	2,46%	2,82%	2,88%
Total de Fundos (PIE)	12.842.273	12.973.915	12.325.219	75,55%	57,44%	64,12%	16,57%	18,72%	19,44%
Total de Transferências	16.997.852	22.585.426	19.222.387	-	-	-	-	-	-
Total de Receita	78.430.400	69.294.396	63.401.380	-	-	-	-	-	-

Un: Euros

Este quadro permite aferir que a participação nos impostos do estado (PIE), como transferências que visam introduzir ao nível nacional objetivos de eficiência e equidade, diminuiu em termos absolutos entre 2010 e 2011, tendência que se mantém para 2012 como já foi referido. Por outro lado, é também visível que o seu peso no total da receita tem aumentado, muito por força da diminuição da receita total.

No contexto das transferências, são de igual os fundos (PIE), que têm maior expressão, representando em 2011 cerca de 64% do total das transferências cobradas. Nos anos antecedentes o panorama é o mesmo ainda que com percentuais diferentes.

Atento o exposto, conclui-se que a estrutura da receita se apresenta com alguma dependência das transferências em geral e dos fundos (PIE) em particular, ressentindo-se a atividade municipal, sempre que tal receita venha a ser diminuída.

Seguidamente far-se-á uma análise geral mais detalhada das transferências recebidas no último triénio, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.

TRANSFERÊNCIAS					
	2009	2010	2011		
	Execução	Execução	Variação 2009/10	Execução	Variação 2010/11
Transferências Correntes					
Estado	13.547.122	13.626.944	0,6%	13.551.564	-0,6%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.898.739	2.930.071	1,1%	2.734.702	-6,7%
Fundo Social Municipal	1.991.601	1.951.718	-2,0%	1.821.583	-6,7%
Participação Variável no IRS	6.019.441	6.138.745	2,0%	5.945.799	-3,1%
Outros	2.551.140	2.364.241	-7,3%	2.853.704	20,7%
Comparticipação em projectos comunitários	58.827	170.147	189,2%	167.096	-1,8%
Serviços e Fundos Autónomos	4.300	48.948	1038,3%	16.681	-65,9%
Segurança Social	23.074	23.074	0,0%	11.998	-48,0%
Transferências de Capital	3.450.730	8.958.482	159,6%	5.670.823	-36,7%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	0	18.353	100,0%	938.041	5011,2%
Estado	1.932.492	1.953.381	1,1%	1.959.740	0,3%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.932.492	1.953.381	1,1%	1.823.135	-6,7%
Cooperação técnica e financeira	0	0	S/Var.	136.605	100,0%
Outros	0	0	S/Var.	0	S/Var.
Comparticipação em projectos comunitários	690.202	6.513.490	843,7%	2.773.043	-57,4%
Serviços e Fundos Autónomos	828.036	473.258	-42,8%	0	-100,0%
Total	16.997.852	22.585.426	32,9%	19.222.387	-14,9%

Un: Euros

Do ponto de vista global a variação percentual em 2011 face ao ano anterior traduziu-se num decréscimo de cerca de 15% no total das transferências. Já na divisão entre correntes e de capital pode-se constatar que houve uma redução residual nas correntes, (-) 0,6%, e um decrescimento nas de capital de (-) 36,7%, o que representa uma diminuição global de aproximadamente (-) 3,3 milhões de euros.

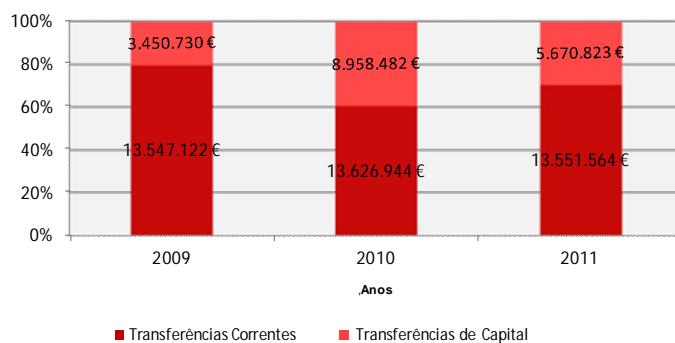
O incremento registado de 159,6% nas transferências de capital entre 2009 e 2010, por força do contributo de 6.513.490 € destinado a financiar projetos com comparticipação de fundos comunitários, surge em 2011 diminuído em (-) 57,4% face ao ano anterior, passando agora o valor absoluto a assumir 2.773.043 €. A explicação para este decréscimo decorre do facto de em 2011 grande parte dos projetos cofinanciados pelo QREN estarem em fase final de concretização, pelo que a despesa associada a tais projetos foi meramente residual.

Por outro lado, com menor contribuição para a diminuição das transferências de capital, aparece a rubrica “Fundo de Equilíbrio Financeiro” com um decréscimo de (-) 6,7% face ao ano de 2010, pelos motivos já expostos.

Ao nível das transferências correntes a variação é pouco significativa, sendo no entanto de realçar a trajetória descendente dos fundos (PIE), que assume relevância no contexto das transferências correntes como se viu anteriormente e que decorre, da mesma forma que as de capital, da necessidade de consolidar as contas públicas.

O gráfico seguinte espelha a evolução em termos absolutos e relativos, de cada uma das componentes económicas da rubrica transferências.

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

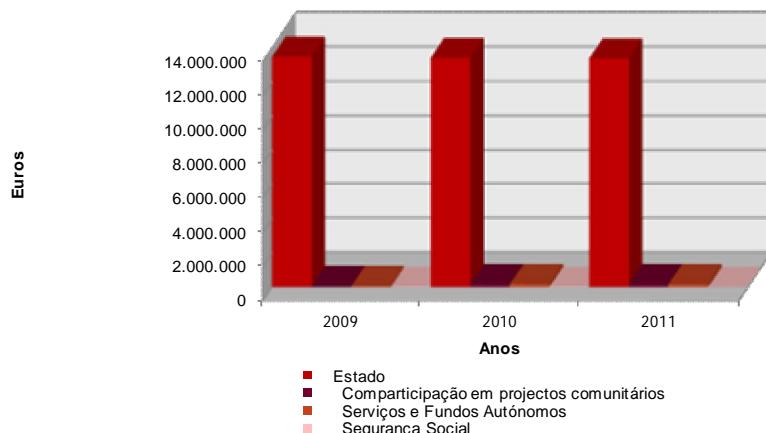


TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
	Execução			Variação	%Transferências Correntes		
	2009	2010	2011	2010/2011	2009	2010	2011
Transferências do Estado - Correntes	13.460.921	13.384.775	13.355.788	-0,2%	99,36%	98,22%	98,56%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.898.739	2.930.071	2.734.702	-6,7%	2140%	2150%	20,1%
Fundo Social Municipal	1991601	1951718	1821583	-6,7%	14,70%	14,32%	13,44%
Participação Variável no IRS	6.019.441	6.138.745	5.945.799	-3,1%	44,43%	45,05%	43,88%
Outros	2.551.140	2.364.241	2.853.704	20,7%	18,83%	17,35%	21,06%
Comparticipação em projectos comunitários - Correntes	58.827	170.147	167.096	-1,8%	0,43%	1,25%	1,23%
Serviços e Fundos Autónomos - Correntes	4.300	48.948	16.681	-65,9%	0,03%	0,36%	0,12%
Segurança Social - Correntes	23.074	23.074	11.998	-48,0%	0,17%	0,17%	0,09%
Totais de Transferências Correntes	13.547.122	13.626.944	13.551.564	-0,6%	100,00%	100,00%	100,00%

Un: Euros

Evolução das Transferências Correntes



Avaliando os dados apresentados é perceptível que ao longo do triénio a rubrica transferências correntes do “Estado”, é aquela que tem maior peso no total das transferências correntes para o Município. Este tipo de transferências tem assumido sempre valores que rondam os 99% do total das transferências correntes, apresentando um decréscimo residual desde 2009 quer em termos relativos quer em termos absolutos.

Promovendo uma apreciação individualizada das suas componentes é também perceptível que durante o triénio é sempre a “Participação Variável no IRS” que apresenta o maior peso, quer em termos absolutos como em termos relativos, representando em 2010, 45,05% do total das transferências correntes, vendo o seu peso reduzido em 2011 para 43,88% daquele total. Tal diminuição está associada à redução do seu valor de 6.138.745 € para 5.945.799 €, mas também a um aumento do peso das “Outras Transferências” que passaram de 17,35% para 21,06%.

O “Fundo de Equilíbrio Financeiro” surge como a rubrica que mantém alguma estabilidade em termos percentuais ao longo triénio, ainda que, de 2010 para 2011 surja um decréscimo em termos absolutos de 195.369 €.

Posicionada como a terceira rubrica com maior peso no global das transferências correntes, é a designada “Outros”, que apresenta alguma oscilação estando contudo dentro de limiares de estabilidade. Tal rubrica agrega diversas componentes que serão objeto de análise mais detalhada em ponto próprio, registando-se todavia o aumento entre 2010 e 2011 que atingiu mais de 3,5%.

Outro fundo de natureza corrente preponderante é o “Fundo Social Municipal”, que apesar de legalmente se destinar a financiar determinadas despesas, relativas a atribuições e competências dos municípios em matéria de funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, desde 2009 que se encontra legalmente consignado apenas a despesas da educação fruto das disposições constantes nas sucessivas Leis de Orçamento de Estado. Neste caso observa-se que a sua evolução entre 2009 e 2011 tem sido negativa quer em termos de peso relativo como em termos de variação.

As restantes rubricas “Comparticipação em projetos comunitários”, Serviços e fundos autónomos” e “Segurança social”, assumem um valor residual cujo peso no seu conjunto não ultrapassa 1,5% do total das transferências correntes.

Anteriormente já foram analisadas de forma clara as razões das diminuições dos fundos (PIE).

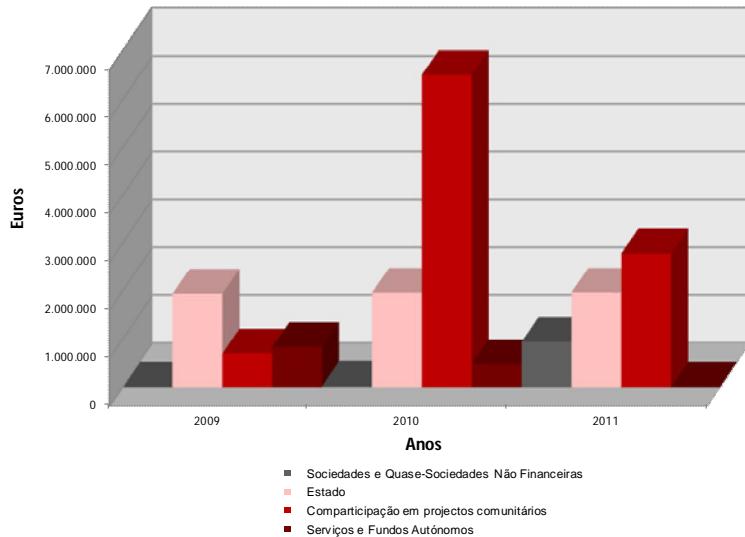
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
	Execução		Variação		%Transferências Correntes		
	2009	2010	2011	2010/2011	2009	2010	2011
Transferências de Capital							
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	0,00	18.352,82	938.041	5011,2%	0,00%	0,20%	16,54%
Transferências do Estado - Capital	1.932.492	1.953.381	1.959.740	0,3%	56,00%	21,80%	34,56%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1932.492	1953.381	1823.135	-6,7%	56,00%	2180%	32,15%
Cooperação técnica e financeira	0,00	0,00	136.604,57	100,0%	0,00%	0,00%	2,41%
Comparticipação em projectos comunitários - Capital	690.202	6.513.490	2.773.043	-57,4%	20,00%	72,71%	48,90%
Serviços e Fundos Autónomos - Capital	828.036	473.258	0	-100,0%	24,00%	5,28%	0,00%
Totais de Transferências de Capital	3.450.730	8.958.482	5.670.823	-36,7%	100,00%	100,00%	100,00%

Unit: Euros

As transferências de capital apresentam, pela sua natureza e rubricas envolvidas, maior variabilidade. Conforme foi observado na análise global, estas tiveram um decréscimo de 36,7% face a 2010. Esta variação deveu-se essencialmente, à rubrica “Comparticipação em projetos comunitários” e pelas razões já apontadas, o que não obsta a que se realize uma análise mais pormenorizada, face às variações apresentadas nas diferentes rubricas.

Evolução das Transferências de Capital



De todas as rubricas aquela que apresenta maior estabilidade pela sua natureza é o “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, parte capital. Ainda assim, entre 2010/2011 esta sofre uma diminuição em termos absolutos de 130.246 €, apesar do seu peso relativo ter aumentado de 21,8% para 32,15%.

Este aumento do peso do FEF, prende-se essencialmente com a redução dos valores das duas rubricas que em 2010 assumiram maior relevo, a rubrica “Comparticipação em projetos comunitários” e a de “Serviços e fundos autónomos” em consequência por um lado da maturidade de execução dos projetos e aprovação de despesa que se concentrou muito mais em 2010, ficando para 2011 a parte final da execução dos projetos e financiamento e por outro da finalização dos empreendimentos P.E.R. por parte do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, tendo entrado em 2010 os valores de financiamento finais para os projetos de habitação social que foram objeto deste financiamento.

Salienta-se ainda a evolução positiva da rubrica “Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras” que surge com um valor de 938.041 €, o qual tem como origem a comparticipação da BRISA CONCESSÃO RODOVIÁRIA, S.A., por protocolo de acordo no âmbito da empreitada de alargamento e beneficiação da A4 – Autoestrada - Porto-Amarante, Sublanço Águas Santas-Ermesinde e construção do nó da escola da Granja com deslocalização de acampamento de pessoas de etnia cigana, cujo valor final se fixou em 2.262.635€. Todavia, regista-se que do valor cobrado só eram devidos 762.635 €, tendo sido restituídos à Brisa os 175.406,05 € que foram pagos indevidamente. O valor remanescente do contrato será recebido durante o ano de 2012.

RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS E PROJECTOS CO-FINANCIADOS

Por último, inserem-se dois mapas, um com o resumo e evolução das transferências para diversas atividades na área da educação, social, bem como a evolução das transferências para projetos cofinanciados, entre outros de natureza consignada, diferenciando os de natureza corrente dos de capital

e analisando a sua evolução entre 2009 e 2011, outro com a identificação detalhada dos projetos objeto de financiamento comunitário.

TRANSFERÊNCIAS E COMPARTICIPAÇÕES						
	2009	2010	Variação 2009/2010	2011	Variação 2010/2011	Peso
Transferências Correntes	2.637.341	2.606.410	-1,2%	3.049.480	+17,0%	44,2%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	58.827	170.147	189,2%	167.096	-18%	2,4%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Qualificação dos Profissionais nas Administração Local	8.161	0	-100,0%	30.556	100,0%	0,4%
CCCRN - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local - 1ª Edição	0	0	S/Var	0	S/Var	0,0%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Estágios Profissionais nas Administração Local - 2.ª Edição	47.981	12.62	-74,7%	0	-100,0%	0,0%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Estágios Profissionais nas Administração Local - 3.ª Edição	0	46.052	100,0%	0	-100,0%	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Campanha de Informação, Sensibilização Relativa à Qualidade do Ar	2.684	24.57	800,0%	0	-100,0%	0,0%
Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - QIM ONDA	0	87.786	100,0%	46.854	-46,6%	0,7%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	0	0	S/Var	89.686	100,0%	13%
Serviços e Fundos Autónomos	4.300	48.948	1038,3%	16.681	-65,9%	0,2%
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	4.300	4.300	0,0%	0	-100,0%	0,0%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	0	44.648	100,0%	16.681	-62,6%	0,2%
Segurança Social	23.074	23.074	0,0%	11.998	-48,0%	0,2%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	23.074	23.074	0,0%	11.998	-48,0%	0,2%
Outros:	2.551.141	2.364.241	-7,3%	2.853.704	20,7%	41,4%
D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência	3.187	2.448	-23,2%	0	-100,0%	0,0%
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	1254.334	1.077.002	-14,1%	1322.581	22,8%	19,2%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	369.641	353.837	-4,3%	514.545	45,4%	7,5%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	528.343	705.055	33,4%	587.108	-10,7%	8,5%
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	133.334	96.753	-27,4%	100.133	3,5%	1,5%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	97.558	98.338	0,8%	100.501	2,2%	1,5%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	2.793	2.808	0,5%	1957	-30,3%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	13.950	0	-100,0%	88.694	100,0%	0,0%
Direcção Geral das Autarquias - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	28.000	28.000	0,0%	0	-100,0%	0,0%
D.R.E.N. - Compensação por Encargos com Ação Social Escolar do 1º Ciclo	0	0	S/Var	138.186	100,0%	0,0%
Transferências de Capital	1.518.238	7.005.101	361,4%	3.847.688	-45,1%	55,8%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	0	18.353	100,0%	938.041	5011,2%	13,60%
Projecto Designado de "Bosque Autóctone - Hipermatura Contínente"	0	18.353	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Protocolo de Acordo no Âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 - Sublanço Águas Santas-Ermesinde	0	0	S/Var	938.041	100,0%	13,60%
Estado - Cooperação Técnica e Financeira	0	0	S/Var	136.605	100,0%	1,98%
Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar - Escola Básica do Barroso	0	0	S/Var	136.605	100,0%	1,98%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	690.202	6.513.490	843,7%	2.773.043	-57,4%	40,2%
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Plano Municipal de Acessibilidades	10.232	54.412	431,8%	0	-100,0%	0,00%
Programa Operacional na Sociedade da Informação - CCA II - Eixo 2 - Medida 2.1- Espaço Internet da Maia	11.086	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Requalificação da Rede Escolar	578.693	6.459.079	1016,1%	1784.633	-72,4%	25,87%
PRODED - Op. Norte - QCA II - Eixo 1-Medida 3.0 - Pavilhão de Guelfões	90.191	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
POS_Conhecimento - Eixo 8 - Medida 8.1- Projecto Maia Digital	0	0	S/Var	0	S/Var	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Aquisição e Apetrechimento de Biblioteca Itinerante	0	0	S/Var	2.492	100,0%	0,0%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Sistema Integrado de Modernização Autárquica	0	0	S/Var	714.093	100,0%	10,4%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	0	0	S/Var	9.996	100,0%	0,1%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Aldeia	0	0	S/Var	66.500	100,0%	10%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	0	0	S/Var	56.614	100,0%	0,8%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	0	0	S/Var	45.524	100,0%	0,7%
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	0	0	S/Var	93.100	100,0%	14%
Serviços e Fundos Autónomos	828.036	473.258	-42,8%	0	-100,0%	0,00%
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - Programa Especial de Realojamento	828.036	459.008	-44,6%	0	-100,0%	0,00%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	0	11.250	100,0%	0	-100,0%	0,00%
	4.155.579	9.611.511	131,29%	6.897.168	-28,24%	100,00%

Un: Euros

Contrariamente ao verificado no exercício anterior e por força da redução da comparticipação comunitária ao abrigo de projetos cofinanciados, em 2011 o maior volume de transferências arrecadadas foi realizado por conta da rubrica “Outras”, (2.853.704 €), sendo as mesmas quase todas destinadas à cobertura de despesas correntes na área da educação,

Efetivamente o decréscimo das receitas consignadas na ordem dos (-) 28%, advém essencialmente da comparticipação comunitária ao abrigo de projetos cofinanciados, sobretudo das rubricas que financiam despesas de capital, assumindo especial destaque os projetos associados:

- À “Requalificação da Rede Escolar” que foram responsáveis pela cobrança de 6.513.490 € em 2010 e tiveram o maior contributo, apresentando em relação a 2011 uma redução de (-) 57,4%,

ao totalizarem 2.773.043 €, uma vez que em 2011 estes projetos já estavam em fase final de aprovação de despesas e consequente arrecadação de receita.

- Ao “Sistema Integrado de Modernização Autárquica” que representou uma arrecadação de 803.779 €, repartido entre receita corrente e de capital, assumindo maior preponderância esta última representando 10,4% das transferências de capital.

Também assume particular relevo a transferência realizada por conta do “Protocolo de Acordo no Âmbito da Empreitada de Alargamento da A4 - Sublanço Águas Santas-Ermesinde” entre o município e a BRISA, no montante de 938.041 €, ao representar cerca de 13% do total das transferências, o que em termos de cobrança líquida, como já se referiu, só perfaz 762.635 €

No que se refere à rubrica dos “Serviços e Fundos Autónomos”, destaca-se:

- A inexistência de fundos provenientes do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que até então entraram para financiar projetos no âmbito do Programa Especial de Realojamento. O pagamento efetuado em 2010 refere-se a saldos associados a alguns projetos, tendo ficado concluído o financiamento por parte deste instituto neste programa.
- O financiamento destinado aos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), quer sejam de natureza corrente quer de capital, diminuíram no primeiro caso devido aos adiantamentos que foram efetuados em 2010 e que financiaram parte de 2011. Por outro lado o financiamento de natureza investimento foi efetuado na totalidade em 2010, logo não havendo mais nada a financiar em 2011.
- Os projetos financiados por conta da Segurança Social assumem sempre valores meramente residuais e têm como único destino apoiar as despesas de funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Riscos, diga-se no entanto que para o ano de 2011 ainda só foi transferido 50% do montante total, daí a variação negativa apresentada.

Relativamente às transferências realizadas sob a designação “Outras” consignadas à área da educação, dada a sua importância, interessa referir que elas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano letivo, e é sobre este último item que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos letivos distintos.

Com efeito, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação e comparando as transferências por ano económico, expressas no quadro anterior com as transferências por ano letivo, pode-se tirar algumas conclusões interessantes.

	TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO			Variação dos dois últimos anos letivos
	2008/2009	2009/2010	2010/2011	
Outros:	2.570.061	2.498.733	2.775.134	11%
D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência	5.984	3.187	0	-100%
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	1125.997	1161840	1322.581	14%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	386.603	391238	416.007	6%
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	657.642	689.324	835.912	21%
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	158.090	154.806	100.133	-35%
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	97.558	98.338	100.501	2%
D.R.E.N. - Compensação por Encargos com Ação Social Escolar do 1º Ciclo	138.186	0	0	S/Var.

Un: Euros

Em conformidade com o exposto neste quadro e em comparação com os resultados do quadro anterior, constata-se que ao nível do ano letivo:

- Para o “Programa de Enriquecimento Curricular”, as verbas transferidas têm sido crescentes no triénio analisado, ao contrário da quebra apresentada em termos de exercício económico 2009/2010, apresentando para o ano de 2011 um acréscimo significativo de 14% face ao ano de 2010, refletindo desta forma a procura crescente deste tipo de serviço;
- No “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Ação Educativa”, contrariamente às conclusões retiradas das transferências por ano económico, por ano letivo, a tendência é crescente, embora a taxa de crescimento por ano letivo seja inferior ao apresentado por ano económico entre os anos de 2010 e 2011;
- No “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social, a orientação por ano letivo também se apresenta crescente, ainda que, para o ano letivo 2010/2011 falte pagar uma boa parte do valor, já que o valor solicitado à D.R.E.N., de acordo com a despesa e indicadores utilizados para o cálculo, atinge 835.912 €, tendo entrado nos cofres da autarquia até ao final de 2011 apenas, 413.910,82 €
- Ao nível do “Programa de Generalização de Refeições Escolares existe uma quebra, essencialmente derivada da diminuição na comparticipação por refeição que passou de 20 para 14 céntimos, tendo sido servidas neste ano letivo, cerca de 668.000 refeições;
- O Transporte de Alunos com deficiência depende da candidatura a apresentar pelos Agrupamentos Escolares, pelo que o controlo deste tipo de transferências está concentrado nestes agrupamentos;
- Surge ainda a rubrica “Compensação por encargos com ação social escolar do 1.º ciclo, tal receita entrou apenas em 2011, mas é referente ao ano letivo 2008/2009, já que, os auxílios económicos até ao ano letivo de 2007/2008 eram atribuídos às famílias através do cálculo do rendimento *per capita* de cada agregado familiar. A partir do ano letivo 2008/2009 foi alterado o regime de concessão de auxílios económicos, eliminando o anterior método de cálculo, passando o posicionamento de cada criança a ser determinado pelo seu posicionamento no escalão de atribuição do abono de família. Por haver expectativa de aumento de alunos face a esta alteração de metodologia, foi efetuado pelo governo estudo do impacto de tal alteração,

cujas conclusões ditaram a necessidade de compensar o município a título excepcional com esta verba. Tal verba não será transferida no futuro.

Desta forma, conclui-se que qualquer juízo mais profícuo sobre esta matéria imputável a um exercício económico deve ter subjacente uma análise das tendências por ano letivo.

Por último, apresenta-se seguidamente um quadro com a identificação dos projetos objeto de financiamento comunitário, montantes arrecadados por cada projeto, bem como a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização. Salienta-se neste último quadro e face ao indicador referido, o elevado aproveitamento dos fundos disponibilizados, sendo de referir que na sua grande maioria o aproveitamento final irá resultar num indicador de eficácia de 100% para cada um dos projetos, dado que aos valores atuais haverá que adicionar o montante retido e que só será libertado após aprovação do relatório final de cada projeto.

PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Designação do Projecto	Projetos		Investimento Elegível	Comparticipação		Despesa Submetida	Recebimentos	Diferença a Receber	Eficácia da despesa submetida até final de 2011 face ao valor da comparticipação prevista
	Tipologia	Referência		Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto				
Construção do Centro Escolar do Corim	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000228	931.948,38	745.558,70	80,00%	738.374,82	702.076,51	36.298,31	99,04%
Construção do Centro Escolar da Gandra	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000221	2.407.986,90	1.926.389,52	80,00%	1.898.726,72	1.830.070,04	68.656,68	98,56%
Construção do Centro Escolar da Guarda	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000224	913.431,86	730.745,49	80,00%	721.754,09	685.666,40	36.087,69	98,77%
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Paço	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000057	300.000,00	210.000,00	70,00%	193.375,56	193.375,56	0,00	92,08%
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Monte das Cruzes	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 03-0344-FEDER-000045	298.210,00	238.568,00	80,00%	227.208,68	180.281,50	46.927,18	95,24%
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Pedras Rubras	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000055	125.000,00	87.500,00	70,00%	85.825,59	83.125,00	2.700,59	98,09%
Ampliação e Beneficiação do EB1/JI Crestins	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000042	105.000,00	73.500,00	70,00%	70.000,00	69.825,00	175,00	95,24%
Construção do Centro Escolar de Monte Calvário	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 03-0344-FEDER-000241	353.731,40	282.985,12	80,00%	270.158,76	268.835,86	1.322,90	95,47%
Construção do Centro Escolar de Vermoim/Gueifães	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 03-0344-FEDER-000222	2.532.200,00	2.025.760,00	80,00%	1.977.906,69	1.924.472,00	53.434,69	97,64%
Construção do Centro Escolar D. Manuel	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 03-0344-FEDER-000239	502.199,75	401.759,80	80,00%	399.007,61	381.671,81	17.335,80	99,31%
Construção do Centro Escolar da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000036	1.814.270,52	1.451.416,42	80,00%	1.406.649,19	1.378.845,60	27.803,59	96,92%
Ampliação e Beneficiação da EB1/JI Currais	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000058	150.000,00	105.000,00	70,00%	105.000,00	99.750,00	5.250,00	100,00%
Ampliação e Beneficiação da EB1/JI Parada	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto-NORTE - 03-0344-FEDER-000056	250.000,00	175.000,00	70,00%	164.224,59	164.224,59	0,00	93,84%
Construção do Centro Escolar da Giesta	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03 - 0344-FEDER-000229	749.000,00	599.200,00	80,00%	592.892,34	553.692,34	39.200,00	98,95%
Ampliação EB/JI Arcos	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0344-FEDER-000327	544.500,00	435.600,00	80,00%	435.600,00	329.175,00	106.425,00	100,00%
Aquisição e Apetrechamento da Biblioteca Itinerante	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto - NORTE - 03-0352-FEDER-000056	64.865,86	51.892,69	80,00%	2.492,46	2.492,46	0,00	4,80%
Plano Municipal de Acessibilidades para Todos	Programa Operacional Potencial Humano - Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas - Eixo 6 - Acção 6.5 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	Projeto 011592/2008/65	90.221,00	64.643,35	71,65%	64.643,35	64.643,35	0,00	100,00%
Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 4 - Qualificação do Sistema Urbano - Mobilidade Territorial	PROJETO NORTE-04-0350-FEDER-000004	156.000,00	109.200,00	70,00%	9.996,21	9.996,21	0,00	9,15%
Sistema de Inteigrado de Modernização Autárquica	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 5 - Governação e Capacitação Institucional	PROJETO NORTE-05-0126-FEDER-000187	1.839.488,85	1.103.693,31	60,00%	803.779,70	803.779,70	0,00	72,83%
Construção do Polideportivo de Aldeia	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 03-0356-FEDER-000074	89.744,43	70.000,00	78,00%	70.000,00	66.500,00	3.500,00	100,00%
Recuperação das Piscinas Desportivas da Quinta da Gruta	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 03-0356-FEDER-000136	122.618,16	98.094,53	80,00%	98.094,53	93.189,80	4.904,73	100,00%
Construção do Polideportivo da Quinta da Comenda	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 03-0356-FEDER-000092	74.491,69	59.593,35	80,00%	59.593,35	56.613,68	2.979,67	100,00%
Construção do Polideportivo de Santa Cristina	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE - 03-0356-FEDER-000078	59.899,80	47.919,84	80,00%	47.919,84	45.523,85	2.395,99	100,00%
Promoção da Eficiência Energética na Rede de Iluminação Pública	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Projeto NORTE - 01-0765-FEDER-000032	875.000,00	700.000,00	80,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Plano Tecnológico no Concelho da Maia (1.ª Fase) - Quadros Interactivos, Redes e Videovigilância	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Projeto NORTE - 01-0666-FEDER-000028	271.085,03	216.868,02	80,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Execução do Plano de Formação da Autarquia	Programa Operacional Potencial Humano - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais de Saúde	Projeto n.º 008155/2008/34	52.159,95	41.248,09	79,08%	38.717,53	38.717,53	0,00	93,87%
Estágios Profissionais na Administração Pública Local - 2.ª Edição	Programa Operacional Potencial Humano - Estágios Profissionais na Administração Pública Local - Eixo 5 - Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	Projeto n.º 012642/2008/542	89.251,00	62.475,70	70,00%	62.475,65	62.475,65	0,00	100,00%
Campanha de Informação e Sensibilização Relativa à Qualidade do Ar no Concelho	ON 2 - O Novo Norte - Eixo Prioritário 3 - Qualificação e Valorização Ambiental e Territorial	Projeto NORTE-03-0131-FEDER-000064	50.087,14	37.565,36	75,00%	26.841,70	26.841,70	0,00	71,45%
Estágios Profissionais na Administração Pública Local - 3.ª Edição	Programa Operacional Potencial Humano - Estágios Profissionais na Administração Pública Local - Eixo 5 - Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	Projeto n.º 027064/2009/522	67.663,68	47.364,58	70,00%	46.051,94	46.051,94	0,00	97,23%
Totais			15.880.055,40	12.199.541,86		10.617.310,90	10.161.913,08	455.397,82	87%

PASSIVOS FINANCEIROS

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2011 o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo bancário.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, principalmente nos dias de hoje, e que no caso dos municípios se vê agravada pelas reiteradas medidas de contenção orçamental existente, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.

2
0
1
1

maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

O quadro económico e financeiro vigente dos últimos anos tem-se revelado propício às consecutivas diminuições operadas ao nível da arrecadação de receitas por parte dos municípios, e consequentemente à menor liquidez destes para fazer face a determinados programas e projetos que se propõem a levar a cabo. A acompanhar este cenário, os municípios depararam-se no exercício económico em análise com uma diminuição dos valores das transferências provenientes dos Fundos Municipais. Este contexto de fortes limitações financeiras exigiu do Município um esforço suplementar no controlo da despesa municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, subsídios atribuídos, limitando consideravelmente a capacidade de realizar investimento.

Assim, para melhor avaliar a verdadeira dinâmica da realização da despesa sob a perspetiva económica, no que se refere às despesas correntes e de capital, será efetuada uma análise da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada transitada e nova.

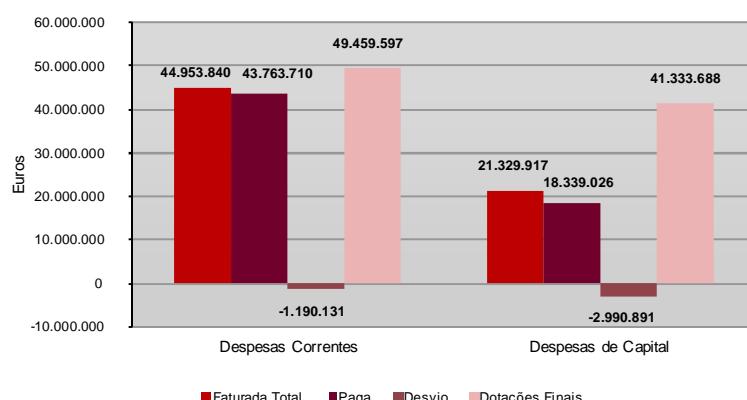
ESTRUTURA GERAL DA DESPESA												
	2010			2011			Variação 2010/2011 Fact Nova	Despesa Paga		Taxa de Execução		
	Despesa Faturada			Despesa Faturada				Total	Peso	Desp Faturada	Desp Paga	
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	Peso Faturada Nova		(f)	(e)/(b)	(f)/(e)		
Despesas Correntes	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c)+(d)	72,41%	-2,50%	43.763.710	70,47%	90,89%	97,35%	
Pessoal (*)	19.351.676	21.068.226	113.058	19.316.459	19.429.517	33,02%	-0,18%	19.373.082	31,20%	92,22%	99,71%	
Aquisição de Bens e Serviços	15.050.441	18.723.883	2.247.792	14.202.518	16.450.310	24,27%	-5,63%	15.382.071	24,77%	87,86%	93,51%	
Juros e Outros Encargos	1.833.257	1.760.550	0	1.751.285	1.751.285	2,99%	-4,47%	1.751.285	2,82%	99,47%	100,00%	
Transferências Correntes	3.621.581	3.323.873	208.902	2.884.416	3.093.318	4,93%	-20,35%	3.049.949	4,91%	93,06%	98,60%	
Subsídios	2.403.714	2.457.412	0	2.266.202	2.266.202	3,87%	-5,72%	2.266.202	3,65%	92,22%	100,00%	
Outras Despesas Correntes	1.189.360	2.125.653	21.376	1.941.834	1.963.210	3,32%	63,27%	1.941.121	3,13%	92,36%	98,87%	
Despesas de Capital	26.186.990	41.333.688	5.184.932	16.144.985	21.329.917	27,59%	-38,35%	18.339.026	29,53%	51,60%	85,98%	
Aquisição de Bens de Capital	17.043.659	28.183.170	4.243.491	5.541.511	9.785.001	9,47%	-67,49%	8.163.924	13,15%	34,72%	83,43%	
Transferências de Capital	1.642.748	5.212.150	941.441	2.712.018	3.653.459	4,64%	65,09%	2.283.645	3,68%	70,10%	62,51%	
Activos Financeiros	43.801	297.718	0	253.676	253.676	0,43%	479,15%	253.676	0,41%	85,21%	100,00%	
Passivos Financeiros	7.456.781	7.465.050	0	7.462.375	7.462.375	12,75%	0,08%	7.462.375	12,02%	99,96%	100,00%	
Outras Despesas de Capital	0	175.600	0	175.406	175.406	0,30%		175.406	0,28%	99,89%	100,00%	
Total Geral Despesas	69.637.018	90.793.285	7.776.060	58.507.697	66.283.757	100,00%	-15,98%	62.102.736	100,00%	73,01%	93,69%	

Un: Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2011 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

(*) No ano de 2010 foram incluídas as despesas de ADSE do mês de Dezembro que só tiveram efeitos orçamentais em 2011.

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA - ANO 2011



Como é dado a observar no exercício de 2011, a despesa global faturada situou-se em 66.283.757 €, sendo de referir que 7.776.060 € respeitam a despesa transitada do exercício anterior. Em termos de despesa paga totalizou 62.102.736 €, traduzindo uma boa taxa de execução de pagamento ao atingir 93,69%, constatando-se que o maior esforço de pagamento foi orientado para as despesas de carácter corrente, ao assumirem (70,47%) do total geral da despesa paga, onde se destacou os pagamentos efetuados imputáveis às rubricas de despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços.

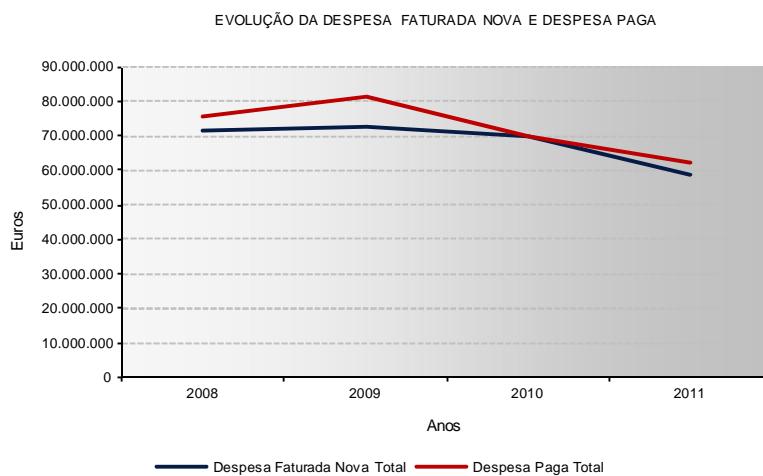
Ao nível da despesa realizada, verificou-se igualmente uma boa taxa de execução, ao assumir 73,01%, sendo mais evidente o rigor da previsão orçamental no caso das despesas correntes ao apresentar uma execução de 90,89%, em contraposição com as despesas de capital cuja execução rondou os 52%.

Destaca-se também nesta análise, o predomínio da faturação das despesas correntes que representam 72,41% do montante global da nova despesa faturada.

Na continuidade da política que tem vindo a ser adotada pela autarquia de contenção na realização da despesa municipal, avaliando o comportamento da despesa entre o ano de 2010 e 2011, constatou-se um decréscimo significativo na nova despesa faturada de (-) 11.129.321 €, que em termos percentuais se refletiu numa diminuição de (-) 15,98%, justificada pelo comportamento das despesas quer de natureza corrente como de capital, visível principalmente na componente de Aquisição de Bens de Capital, por força do grande volume de faturação das obras dos centros escolares na sua fase final ter sido realizado no exercício anterior.

Em matéria de despesas correntes, cujos números apontam para (-) 2,50% de nova faturação, mais de um milhão de euros, também se assinala que muito do esforço realizado neste âmbito, perceptível na generalidade das rubricas, acabou por ser absorvido, quase que derogado, pelo agravamento da carga fiscal e do preço do crude, bem como das restituições e impostos comunicadas pela administração fiscal.

Para melhor apreciar a evolução da nova despesa faturada e despesa paga, insere-se o gráfico seguinte.



Seguidamente, proceder-se-á a uma análise individualizada de cada um dos grupos integrantes da estrutura geral da despesa, por forma a ser perceptível a relevância que cada um ocupa no total da mesma, bem como a base de sustentação da aplicação do erário público na concretização dos diferentes objetivos que a Autarquia se propõe realizar, tendo em atenção as suas diversas áreas de atuação.

Para o efeito, usar-se-á uma metodologia que tenha em linha de conta o agrupamento da despesa global em subgrupos, de acordo com a natureza de cada uma das suas componentes:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço de Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento são um importante indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, sendo fundamentais para a atividade municipal, na medida em que espelham o volume de todos os encargos fixos e obrigatórios, reunindo no seu conjunto as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja repartição nos últimos dois anos é visível no quadro seguinte.

	ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO														
	2010			2011			Despesa Faturada		Despesa Faturada		Despesa Faturada		Despesa Faturada		Despesa Faturada Nova
	Despesa Faturada		Peso na nova Despesa Faturada	Despesa Faturada		Peso na nova Despesa Faturada	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Despesa Faturada		Despesa Faturada		
	Transitada	Nova	Total	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Transitada	Nova	Total	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Tx Variação		
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)				(d)	(e)	(f)=(d)+(e)						
Pessoal (*)	59.905	19.351.676	19.411.581	54,37%	44,54%	27,79%	113.058	19.316.459	19.429.517	54,47%	45,60%	33,02%	-0,18%		
Aquisição de Bens e Serviços	1.585.371	15.050.441	16.635.812	42,29%	34,64%	21,61%	2.247.792	14.202.518	16.450.310	40,05%	33,53%	24,27%	-5,63%		
Outras Despesas Correntes	21.515	1.189.360	1.210.874	3,34%	2,74%	1,71%	21.376	1.941.834	1.963.210	5,48%	4,58%	3,32%	63,27%		
Total Desp Funcionamento	1.666.790	35.591.476	37.258.267	100,00%	81,91%	51,11%	2.382.225	35.460.811	37.843.036	100,00%	83,71%	60,61%	-0,37%		
Total Despesas Correntes	1.712.399	43.450.028	45.162.427		100,00%	62,40%	2.591.128	42.362.713	44.953.840		100,00%	72,41%	-2,50%		
Total Geral Despesas	8.925.017	69.637.018	78.562.035			100,00%	7.776.060	58.507.697	66.283.757			100,00%	-15,98%		

Un:Euros
(a) e (d)Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2010 e 2011 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

(*) No ano de 2010 foram incluídas as despesas de ADSE do mês de Dezembro que só tiveram efeitos orçamentais em 2011.

As despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, evidenciaram no exercício em análise um decréscimo de (-) 0,37% comparativamente com o ano económico de 2010, perfazendo um total de 35.460.811 €, para o que muito contribuiu a diminuição da faturação das despesas com a aquisição de bens e serviços em cerca de (-) 6%, e em menor montante das despesas com pessoal, (-) 0,18%.

Relativamente às “Outras Despesas Correntes”, regista-se que uma parte significativa do agravamento da faturação (+) 63,27%, foi determinada por imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano e impossíveis de controlar, como sejam as restituições de impostos e taxas e os encargos de sentença de tribunal, e que por outro lado grande parte do esforço na diminuição dos gastos com aquisição de bens e serviços foi amortecido e em alguns casos integralmente anulado pelo aumento do Iva e do preço dos combustíveis.

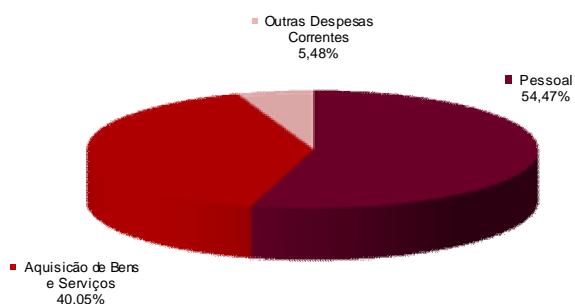
Atento o nível de desenvolvimento do Município e o seu património edificado, como é expectável, as despesas de funcionamento realizadas no que respeita à nova faturação, têm uma influência determinante quer no total das despesas correntes quer no conjunto geral da despesa, ao representarem

83,71% e 60,61% respetivamente, o que traduz um elevado encargo suportado por esta edilidade em despesas de natureza obrigatória.

Como é dado a observar, pela análise do quadro retira-se que, a rubrica de despesas com pessoal é a que tem maior peso no total das despesas de funcionamento no que respeita a nova faturação, ao atingir 54,47%, peso este muito semelhante ao apurado em 2010 (54,37%), seguindo-se a rubrica da aquisição de bens e serviços cujo peso diminui em 2011 ao atingir 40,05 %, em resultado da descida do seu valor.

A título meramente informativo insere-se um gráfico ilustrativo do peso das despesas de funcionamento no exercício de 2011.

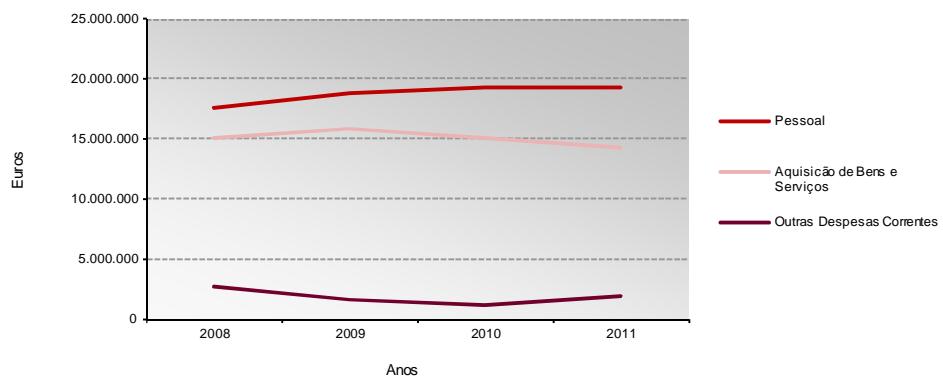
PESO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - ANO 2011



Importa salientar que no âmbito da relação entre receita e despesa, as receitas próprias correntes, são suficientes para financiar o montante global destes encargos de cariz obrigatório, como se pode inferir pelo valor obtido do binómio “despesas de funcionamento”/“total das receitas próprias correntes”, que se traduziu em 86,24%.

O próximo gráfico é elucidativo da evolução das despesas de funcionamento no que respeita à nova despesa faturada, de onde se conclui que, do ano de 2008 para 2009 estas aumentaram no seu cômputo geral, tendência que se inverteu no exercício de 2010, e que se manteve em níveis mais ou menos semelhantes no ano de 2011.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO



Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesas, procede-se a uma análise, individualmente mais pormenorizada da área das despesas com “Pessoal” e da “Aquisição de Bens e Serviços”.

DESPESAS COM PESSOAL

Neste agrupamento devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestam contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários.

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo, superiormente instituído às mesmas, a este montante acresce ainda as despesas com aquisição de serviços a particulares, informação que o Município tem o dever de reportar mensalmente à Direção Geral das Autarquias Locais, contudo perante a sua especificidade, tais valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se numa primeira fase a análise no conceito formalmente mais restrito de despesas com pessoal.

Neste domínio, apresenta-se um quadro com a estrutura de encargos detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

DESPESAS COM PESSOAL							
	2010		2011				
	Despesa Faturada Nova	Despesa Faturada Transitada	Despesa Faturada Nova	Total	Peso	Nova Despesa Faturada Valor	Variação Tx Cresc
(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)				
Remunerações Certas e Permanentes							
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	240.045		215.622	215.622	1,12%	-24.422	-10,17%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	8.133.784		8.330.927	8.330.927	43,13%	197.143	2,42%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	8.133.784		7.699.974	7.699.974	39,86%	-433.811	-5,33%
PQ RCIT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PQ RCIT - Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	0		630.953	630.953	3,27%	630.953	
Pessoal para além dos quadros	0		0	0	0,00%	0	
Pessoal contratado a termo	2.199.282		2.033.461	2.033.461	10,53%	-165.821	-7,54%
PCT - Pessoal em funções	2.199.282		2.012.716	2.012.716	10,42%	-186.567	-8,48%
PCT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PCT - Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	0		0	0	0,00%	0	
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	0		20.746	20.746	0,11%	20.746	
Pessoal em regime de tarefa ou avença	993.284		984.144	984.144	5,09%	-9.140	-0,92%
Pessoal aguardando aposentação	9.973		9.382	9.382	0,05%	-592	-5,93%
Pessoal em qualquer outra situação	311.721		252.304	252.304	13,1%	-59.417	-19,06%
Gratificações			0	0	0,00%	0	
Representação	160.111		160.873	160.873	0,83%	762	0,48%
Suplementos e prémios	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de refeição	94.1552		929.858	929.858	4,81%	-11.694	-12,4%
Subsídios de férias e de Natal	1.853.317		1.872.153	1.872.153	9,69%	18.836	1,02%
Remunerações por doença (pessoal quadro CGA)	372.146		460.649	460.649	2,38%	88.503	23,78%
Subtotal	15.215.215		15.249.374	15.249.374	78,94%	34.158	0,22%
Abonos Variáveis ou Eventuais							
Gratificações variáveis ou eventuais	0		0	0	0,00%	0	
Horas extraordinárias	177.796		105.793	105.793	0,55%	-72.002	-40,50%
Alimentação e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Ajudas de custo	6.091		3.313	3.313	0,02%	-2.778	-45,60%
Abono para falhas	3.106		3.106	3.106	0,02%	0	0,00%
Formação	0		0	0	0,00%	0	
Colaboração técnica e especializada	0		0	0	0,00%	0	
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de prevenção	0		0	0	0,00%	0	
Subsídio de trabalho nocturno	3.268		2.288	2.288	0,01%	-980	-29,99%
Subsídio de turno	362.142		345.157	345.157	1,79%	-16.984	-4,69%
Indemnizações por cessação de funções	0		13.692	13.692	0,07%	13.692	
Outros suplementos e prémios	44.844		35.790	35.790	0,19%	-9.054	-20,19%
Outros abonos em numerário ou espécie			0	0	0,00%	0	
Subtotal	597.247		509.141	509.141	2,64%	-88.107	-14,75%
Segurança Social							
Encargos com a saúde e)	784.743	113.058	805.738	918.796	4,17%	20.995	2,68%
Outros encargos com a saúde	264.319		238.731	238.731	1,24%	-25.588	-9,68%
Subsídio familiar a crianças e jovens	134.730		75.858	75.858	0,39%	-58.872	-43,70%
Outras prestações familiares	14.280		5.913	5.913	0,03%	-8.367	-58,59%
Contribuições para a segurança social	2.139.493		2.264.660	2.264.660	11,72%	125.167	5,85%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Caixa Geral de Aposentações	1.561.312	1.490.313	1.490.313	1.490.313	7,72%	-70.999	-4,55%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Regime Geral	484.542		774.346	774.346	4,01%	289.804	59,81%
Outros	93.639		0	0	0,00%	-93.639	-100,00%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0	0,00%	0	
Outras Pensões			0	0	0,00%	0	
Seguros	152.559	0	106.003	106.003	0,55%	-46.556	-30,52%
Outras despesas de segurança social	49.090		61.043	61.043	0,32%	11953	24,35%
Subtotal	3.539.213	113.058	3.557.945	3.671.002	18,42%	18.731	0,53%
TOTAL	19.351.676	113.058	19.316.459	19.429.517	100,00%	-35.217	-0,18%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2011 e que respeitavam a faturação de anos anteriores
(e) Foram incluídas no ano de 2010 as despesas de ADSE do mês de Dezembro que só tiveram efeitos orçamentais em 2011

Como já foi referido, a rubrica de despesas com pessoal ocupa um grande peso na globalidade das despesas municipais, representando na gerência em apreciação 45,5% das despesas correntes, 54,5% das despesas de funcionamento e cerca de 33% das despesas totais.

Mas, apesar de tudo, a análise dos dados apresentados permite concluir que neste exercício de 2011 se registou um ligeiro decréscimo desta componente da despesa, que ao posicionar-se nos 19.316.459 € espelha uma redução de (-) 0,18% face ao ano anterior. Tal diminuição é explicada pela confluência do comportamento de algumas das suas componentes, assumindo particular relevância o impacto da redução da rubrica de Abonos Variáveis ou Eventuais.

As *Remunerações Certas e Permanentes* representam 78,94% do total das despesas com pessoal, correspondendo a um valor de 15.249.374€, e evidenciam em relação ao ano transato um acréscimo de (+) 0,22%, (+) 34.158 €, sobretudo devido ao crescimento da rubrica de pessoal dos quadros, que em boa parte foi amortecido pela redução das despesas com pessoal em funções, contratados a termo e em regime de tarefa ou avença, apesar das reduções remuneratórias realizadas, fruto da pouca materialidade que representam no cômputo geral desta rubrica.

Atendendo a que as remunerações pagas por doença dizem respeito ao pessoal dos quadros em funções vinculado à Caixa Geral de Aposentações (CGA), sendo por esse motivo despesas integralmente suportadas pelo Orçamento Municipal e não pela Segurança Social, como as demais, interessa conhecer o impacto da sua integração no pessoal dos quadros.

Assim, relativamente à rubrica de pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho, englobadas que sejam as remunerações por doença, regista-se um aumento mais acentuado, num total de (+) 3,36% contra os (+) 2,42% iniciais. Esta variação é consequente do recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, nomeadamente, assistentes operacionais (auxiliares de ação educativa) e assistentes técnicos (animadores culturais), em grande parte adstritos ao departamento da educação por força da transferência de competências da Administração Central ao nível do ensino básico, justificado, por um lado pela saída de pessoal que se encontrava contratado a termo e em regime de tarefa ou avença, e por outro pela saída de trabalhadores em funções, na maioria por aposentação.

Na rubrica de pessoal contratado a termo, apesar da diminuição globalmente verificada pelos motivos atrás referidos, ocorreram novas contratações no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, onde foi incorporado pessoal associado ao serviço de apoio à família (SAF) e ao desporto pré-escolar.

Avaliando isoladamente o comportamento das remunerações por doença, assinala-se, em relação ao ano anterior, uma variação positiva de (+) 88.503€, uma vez que o valor total em 2011 atingiu 460.649€, o que denota um aumento dos custos decorrentes de ausências ao serviço quanto a pessoal do quadro vinculado à CGA de cerca de 24%.

Contrariamente, a rubrica de titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos, apresenta uma redução das despesas de (-) 24.422€, fruto das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011).

Acresce ainda, que no exercício em análise não se verificaram quaisquer despesas decorrentes de posicionamento remuneratório obrigatório ou facultativo.

Os *Abonos Variáveis ou Eventuais* afiguram 2,64% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 509.141 €, evidenciando em relação ao ano anterior um decréscimo de (-) 88.107 €, (-) 14,75%, justificado pela diminuição verificada em quase todas as rubricas, destacando-se a rubrica de horas extraordinárias, cuja diminuição se traduziu em (-) 72.002 €, (-) 40,50%.

A Segurança Social representa 18,42% do total das despesas com pessoal, alcançando a importância de 3.557.945 €, demonstrando em relação ao ano anterior, um acréscimo de 18.731 € (+) 0,53%, fundamentado essencialmente pelo aumento das contribuições para a segurança social, por força da integração de novos trabalhadores a contrato de trabalho em funções públicas a tempo indeterminado e a termo resolutivo certo, compensada em parte pela saída de trabalhadores na maioria por aposentação.

Para uma melhor percepção relativamente à variação das rubricas despesas com pessoal desta edilidade, nos dois últimos anos, elaborou-se o próximo gráfico.



Limitações às despesas com pessoal

Relativamente a esta matéria, já no exercício económico de 2010, vigoraram limitações às admissões de pessoal, designadamente ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do objetivo definido no artigo 3º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, de acordo com o artigo 23º da Lei do Orçamento de Estado de 2010 - Lei nº 3-B/2010 de 28 de Abril.

Adicionalmente, as autarquias no ano de 2010 deveriam atender ao disposto no artigo 10º da Lei nº 12-A/2010 de 30 Junho, onde determina o controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais e autárquicas – diploma que aprova medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Saliente-se também o facto de que, a partir de 1 de Julho de 2010, ficaram as autarquias locais, nos termos do dever de informação constante do nº 6 desse mesmo artigo 10º, vinculadas a remeter mensalmente à Direcção-Geral das Autarquias Locais, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação prevista no nº 5 do artigo 50º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, que naturalmente atentaram nas limitações legais à admissão de pessoal. Anote-se que o Decreto – Lei nº 29-A/2011 de 1 de Março de 2011 (Execução Orçamento Estado para 2011), vem também fazer referência no seu artigo 64º, da obrigatoriedade de prestação de informação por parte dos Municípios à Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Paralelamente, no exercício económico de 2011, e de acordo com a Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011), foram contempladas um conjunto de disposições muito restritivas às despesas com pessoal dos trabalhadores do Sector Público, nomeadamente no que se

refere à imposição de reduções remuneratórias e proibição de valorizações remuneratórias. Tais restrições acabaram por condicionar a evolução das despesas com pessoal designadamente em matéria de despesas com remunerações certas e permanentes.

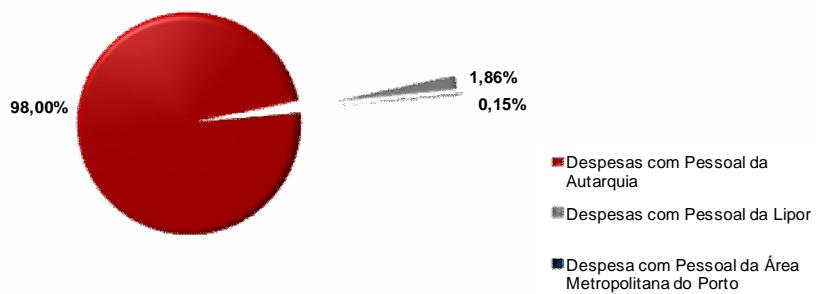
Acrescente-se, a título de parêntesis, que o conteúdo do artigo 22º da Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, ou do artigo 21º da Lei nº 46/2008 de 27 de Agosto que estabelece o regime jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto relativo aos encargos com pessoal, deve ser interpretado face a um contexto em que existiam limites estabelecidos na lei para as despesas com pessoal dos Municípios.

Assim sendo, não se encontrando atualmente fixados limites legais a essas despesas com os contornos anteriormente existentes, apresenta-se seguidamente um quadro com as despesas com o pessoal da autarquia, bem como os custos fixos com o pessoal a considerar pelo município relativamente à LIPOR e as despesas com pessoal da Área Metropolitana do Porto que são imputadas proporcionalmente à população residente em cada um dos Municípios integrantes.

DESPESAS COM PESSOAL DA AUTARQUIA, LIPOR E AMP ANO 2011	
	Despesa Paga
Despesas com Pessoal da Autarquia	19.373.082
Despesas com Pessoal da Lipor	367.263
Despesa com Pessoal da Área Metropolitana do Porto	28.880
Total	19.769.225

Un: Euros

**Despesas com Pessoal - 2011
Autarquia, Lipor e Área Metropolitana do Porto**



Estrutura Orgânica

Conclui-se a apreciação do agrupamento despesas com pessoal, com a inserção de um quadro demonstrativo da execução e o seu peso por capítulo orgânico no período em referência.

DESPESAS COM PESSOAL								
	2011							
	Despesa Faturada				Despesa Faturada Nova	Despesa Paga	Taxa de Execução	
	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	%	(e)	(d)/(a)	(e)/(d)
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)				
Classes Inactivas	11.200	0	9.382	9.382	0,05%	9.382	83,77%	100,00%
Orgãos de Autarquia	1.664.148	0	1.497.975	1.497.975	7,75%	1.497.975	90,01%	100,00%
Assembleia Municipal	27.800	0	25.890	25.890	0,13%	25.890	93,13%	100,00%
Dept.º Administração Geral	652.354	0	622.262	622.262	3,22%	622.262	95,39%	100,00%
Dept.º Finanças e Património	787.326	0	702.409	702.409	3,64%	702.409	89,21%	100,00%
Dept.º Gestão Recursos Humanos	467.247	0	409.400	409.400	2,12%	409.400	87,62%	100,00%
Dept.º Gestão Urbana	1.060.446	0	1.013.712	1.013.712	5,25%	1.013.712	95,59%	100,00%
Dept.º Ambiente e Planeamento Territorial	1.976.039	0	1.800.790	1.800.790	9,32%	1.800.790	91,13%	100,00%
Dept.º Construção e Estruturas Municipais	766.011	0	697.216	697.216	3,61%	697.216	91,02%	100,00%
Dept.º Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais	1.602.945	0	1.521.875	1.521.875	7,88%	1.521.875	94,94%	100,00%
Dept.º Qualidade Auditoria Interna e Sist.Informação	441.412	0	395.202	395.202	2,05%	395.202	89,53%	100,00%
Dept.º Comunicação Imagem e Relações Institucionais	238.030	0	170.044	170.044	0,88%	170.044	71,44%	100,00%
Dept.º Trânsito Transportes	905.253	0	845.607	845.607	4,38%	845.607	93,41%	100,00%
Dept.º Educação, Ação Social e Juventude	4.982.039	0	4.743.401	4.743.401	24,56%	4.743.401	95,21%	100,00%
Dept.º Cultura e Turismo	1.081.889	0	972.468	972.468	5,03%	972.468	89,89%	100,00%
Dept.º de Desporto	2.863.045	0	2.608.091	2.608.091	13,50%	2.605.803	91,09%	99,91%
Dept.º Jurídico e Contencioso	572.842	0	474.998	474.998	2,46%	474.998	82,92%	100,00%
Sub Total (1)	20.100.026	0	18.510.721	18.510.721	95,83%	18.508.433	92,09%	99,99%
Encargos com a saúde (*) (2)	968.200	113.058	805.738	918.796	4,17%	864.650	94,90%	94,11%
TOTAL (1)+(2)	21.068.226	113.058	19.316.459	19.429.517	100,00%	19.373.082	92,22%	99,71%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2011 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

(*) No ano de 2010 foram incluídas as despesas de ADSE do mês de Dezembro que só tiveram efeitos orçamentais em 2011.

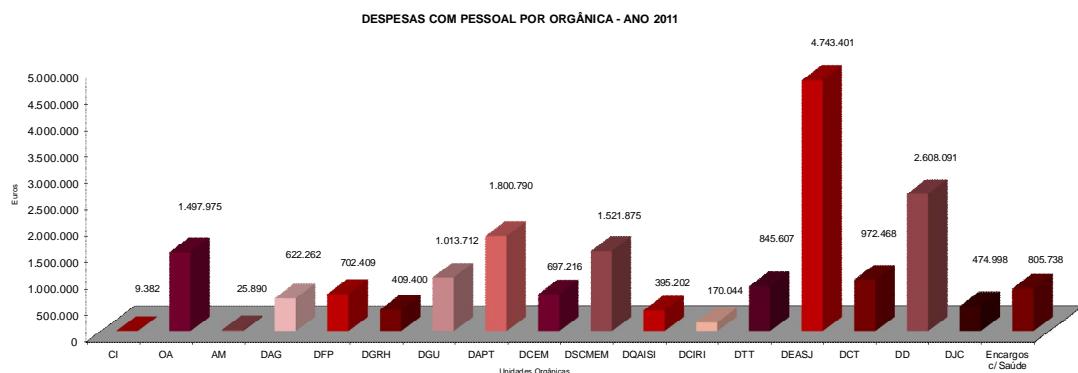
Sobressai da observação do quadro, no que respeita às despesas com pessoal na estrutura orgânica existente no Município, a preponderância do Departamento de Educação, Ação Social e Juventude com (24,56%), seguida do Departamento de Desporto (13,50%) e do Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial (9,32%).

Convém salientar que os valores acima referenciados incluem 140.151 € de remunerações de funcionários municipais que se encontram a desempenhar funções na Empresa Municipal Maiambiente, dos quais 129.457 € respeitam às remunerações do pessoal destacado e 10.695 € às comparticipações da ADSE do pessoal requisitado, cujos quantitativos são debitados àquela empresa. Quanto aos encargos com as remunerações dos funcionários destacados na Empresa Municipal, Espaço Municipal, estes passaram a ser suportados a partir do mês de Janeiro do exercício económico em análise pela respetiva Empresa, pelo que apenas foram de imputar 5.597 €, também estes oportunamente debitados.

Pese embora o referido, tal facto não altera significativamente o peso das orgânicas que são influenciadas por estes destacamentos designadamente, o Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial e o Departamento de Trânsito e Transportes.

Conclui-se a apreciação do quadro, realçando as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, assim como da despesa paga cujos níveis de execução atingem os 100% em todas as orgânicas, exceto na orgânica do Departamento de Desporto, e na rubrica de encargos de saúde por pagar à ADSE, em consequência do processo de tramitação dos documentos associado à receção e conferência das faturas.

Por último, insere-se um gráfico demonstrativo do peso das despesas com pessoal nas diferentes unidades orgânicas.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS

Para além das despesas com Pessoal, cuja análise foi feita anteriormente, interessa também dar um especial destaque, à parte relativa à “Aquisição de Serviços a Particulares”, cujas despesas se espelham no quadro seguinte:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS					TAXA VARIAÇÃO 2010 / 2011
	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011	
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	275.370	153.366	133.021	53.507	-59,78%

Un: Euros

Da análise do quadro retira-se que, as despesas com Aquisição de Serviços a Particulares têm vindo a diminuir desde o ano de 2008, verificando-se uma redução de quase (-) 60% do ano de 2010 para 2011, ao assumirem no período em análise o valor de 53.507 €.

Por conta desta rubrica, são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas aos contribuintes em nome individual, nomeadamente, vistorias, limpeza, reparações, formação, deslocações e estadas, transportes, portagens.

Esta informação, por imperativo legal é enviada mensalmente para a Direção Geral da Autarquias Locais (DGAL) via SIAL, para efeitos de controlo de despesas com pessoal.

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, designadamente, matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação - refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, admitindo, nomeadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, comunicações, publicidade, estudos pareceres e projetos, outros trabalhos especializados.

Face à estrutura apresentada por este agrupamento, primeiro é realizada uma apreciação genérica, para depois proceder-se a uma avaliação mais detalhada de cada uma das suas componentes, em especial quanto à rubrica de aquisição de serviços fruto da sua relevância.

	ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS										
	2010			2011			Taxa de Execução				
	Desp Faturada	Despesa Faturada	Desp Paga	Desp Faturada	Peso na nova Despesa Faturada	Despesa Faturada Nova					
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	Desp Paga	Desp Faturada	% Desp Func	% Desp corrente	% Desp Total	Tx Variação
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c)+(d)	(f)	(f)/(e)	(e)/(b)			
Aquisição de Bens	2.443.980	3.325.506	474.281	2.261.791	2.736.071	2.586.147	94,52%	82,28%	6,38%	5,34%	3,87%
Aquisição de Serviços	12.606.461	15.398.377	1.773.511	11.940.727	13.714.238	12.795.924	93,30%	89,06%	33,67%	28,19%	20,41%
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	15.050.441	18.723.883	2.247.792	14.202.518	16.450.310	15.382.071	93,51%	87,86%	40,05%	33,53%	24,27%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO (*)	35.591.476	41.917.762	2.382.225	35.460.811	37.843.036	36.696.275	96,97%	90,28%	100,00%	83,71%	60,61%
TOTAL DESPESAS CORRENTES (*)	43.450.028	49.459.597	2.591.128	42.362.713	44.953.840	43.763.710	97,35%	90,89%	100,00%	72,41%	-2,50%
TOTAL GERAL DESPESAS (*)	69.637.018	90.793.285	7.776.060	58.507.697	66.283.757	62.102.736	93,69%	73,01%	100,00%	-15,98%	

Un'Euros

(*) Fatura da transposta atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2011 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

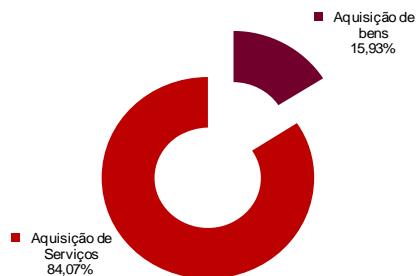
(*) No ano de 2010 foram incluídas as despesas de ADSE do mês de Dezembro que só tiveram efeitos orçamentais em 2011.

No ano económico em apreciação, a nova despesa faturada em matéria de Aquisição de Bens e Serviços perfaz um total de 14.202.518 €, evidenciando uma redução de (-) 5,63% em relação ao ano de 2010 e uma taxa de execução da despesa realizada de 87,86% e de pagamentos de 93,51%.

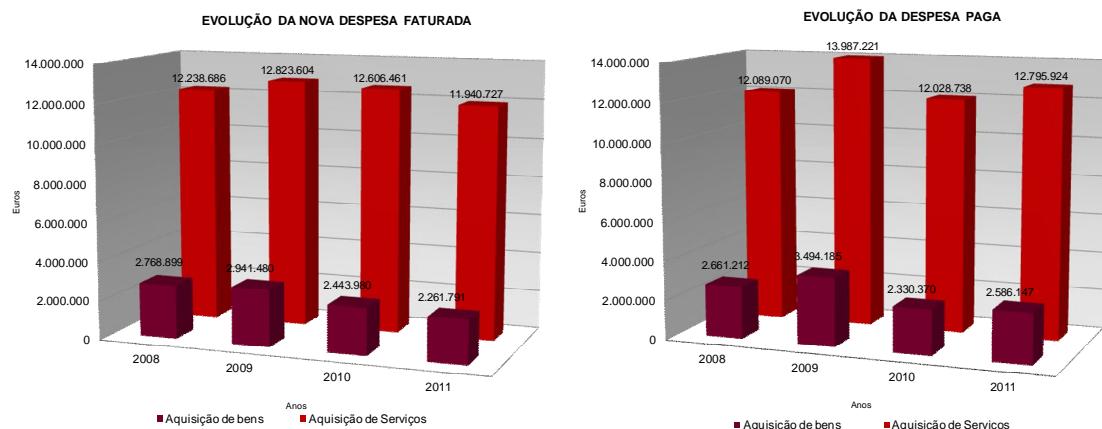
Com efeito, apraz registar que também neste âmbito a ação do Município tem sido profícua uma vez que apesar do agravamento da carga fiscal foi possível reduzir a faturação realizada em 2011 em (-) 847.923 €

A Aquisição de Bens e Serviços representa 40,05% das despesas de funcionamento e 33,53% do total das despesas correntes, assumindo a rubrica dos serviços no contexto global desta tipologia de despesa a maior preponderância ao exibir um peso de 33,67% no total das despesas de funcionamento, em contraposição com o peso da rubrica de bens que apenas se situou em 6,38%. Com o objetivo de avaliar o peso da rubrica dos serviços no total da Aquisição de Bens e Serviços, no que respeita à nova despesa faturada, insere-se seguidamente um gráfico.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - ANO 2011



Os gráficos seguintes espelham a evolução da nova despesa faturada e despesa paga das rubricas em análise ao longo do último quadriénio.



Ao analisar a evolução da nova despesa faturada na Aquisição de Bens e Serviços comprova-se que, esta apresentou um crescimento positivo do ano de 2008 para 2009, tendo-se assistido a partir do ano de 2010 e no ano económico em análise, a uma inversão dessa tendência, assumindo no ano de 2011, o citado decréscimo de (-) 5,63%, fruto da política adotada pela autarquia de forte contenção na realização da despesa municipal.

No que respeita à despesa paga, na Aquisição de Bens e Serviços, verificou-se uma taxa de crescimento de 7,12%, relativamente ao ano transato.

De seguida, apresenta-se uma apreciação pormenorizada da rubrica dos bens e da rubrica dos serviços, por classificação económica e orgânica.

Aquisição de Bens

	AQUISIÇÃO DE BENS									
	2010			2011			Despesa Paga	Taxa de Cresc.	% no Total Aq Bens	Tx Execução
	Transitada	Nova	Total	Transitada	Nova	Total				
(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)=(d)+(e)	(g)	[(e)-(b)]/(b)	(e)/Total (e)	(g)/(f)	
Aquisição de Bens										
Materias primas e subsidiárias	79.330	261.547	340.877	70.248	246.249	316.498	274.113	-5,85%	10,89%	86,61%
Combustíveis e lubrificantes	30.115	307.847	337.962	28.940	361.385	390.325	389.337	17,39%	5,98%	99,75%
Munições, explosivos e artifícios	0	0	0	0	830	830	830		0,04%	100,00%
Limpeza e higiene	17.192	40.343	57.535	7.461	45.133	52.594	45.591	11,87%	2,00%	86,68%
Alimentação - refeições confeccionadas	290	1223.874	1224.164	187.173	1.135.378	1322.551	1322.551	-7,23%	50,20%	100,00%
Alimentação - géneros para confeccionar	0	2.786	2.786	0	3.371	3.371	3.298	20,99%	0,15%	97,84%
Vestuário e artigos pessoais	7.996	40.919	48.914	9.083	40.891	49.973	43.340	-0,07%	1,81%	86,73%
Material de escritório	28.780	109.171	137.951	19.043	51.537	70.580	62.947	-52,79%	2,28%	89,19%
Produtos químicos e farmacêuticos	8.488	35.166	43.644	3.038	30.888	33.925	32.571	-12,14%	1,37%	96,01%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0	0		0,00%	
Material de consumo clínico	60	1.569	1.629	24	1.487	1.511	1.511	-5,23%	0,07%	100,00%
Material de transporte	10.814	34.668	45.482	6.691	30.512	37.203	36.392	-11,99%	1,35%	97,82%
Material de consumo hoteleiro	126	4.600	4.726	3.931	3.242	7.173	7.173	-29,52%	0,14%	100,00%
Outro material peças	3.005	7.242	10.247	1.615	6.494	8.110	6.272	-10,32%	0,29%	77,34%
Prémios condecorações e ofertas	85.706	106.117	191.823	55.436	111.044	166.479	108.688	4,64%	4,91%	65,29%
Mercadorias para venda	0	0	0	0	0	0	0		0,00%	
Ferramentas e utensílios	3.392	10.528	13.920	1.282	9.900	11.82	10.033	-5,97%	0,44%	89,73%
Livros e documentação técnica	15	15.116	1.531	147	551	698	698	-63,62%	0,02%	100,00%
Artigos hortofícolas e de decoração	0	0	0	0	0	0	0		0,00%	
Material de educação cultura e recreio	49.276	81.439	130.714	32.830	33.175	66.005	58.742	-59,26%	1,47%	89,00%
Outros bens	37.548	174.660	212.208	47.338	149.724	197.062	182.059	-14,28%	6,62%	92,39%
Total Aquisição de Bens	362.133	2.443.980	2.806.113	474.281	2.261.791	2.736.071	2.586.147	-7,45%	100,00%	94,52%

UnEuros

(a) e (d) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2010 e 2011 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Observando o quadro inserido constata-se que o valor da nova despesa faturada na aquisição de bens no ano de 2011 foi de 2.261.791 €, e a despesa paga atingiu o montante de 2.586.147 €, apresentando um nível de execução de pagamento de 94,52%.

A nova despesa faturada em bens, reflete assim uma redução de (-) 182.189 €, a que corresponde uma variação de (-) 7,45%, instigada pela diminuição da quase generalidade das rubricas de despesa, assumindo especial destaque a de “Alimentação – Refeições Confeccionadas”, (-) 7,23%, bem como as de “Material de Escritório”, (-) 52,79%, “Material de Educação Cultura e Recreio”, (-) 59,26%, e “Outros Bens”, (-) 14,28%, que no conjunto comportam uma redução de faturação de (-) 219.330 €

Todavia, perante sua materialidade, em relação à rubrica de refeições confeccionadas, referindo-se na sua maioria ao fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho, importa registar que se verificou um aumento do número de refeições diariamente servidas, devido, quer a um maior número de alunos abrangido, quer à extensão do período letivo. Tal circunstância, completamente alheia ao controlo do Município e, em grande parte, ditada pelo período de recessão económica que se vive, irá implicar um maior volume de faturação que, em bom rigor, respeita ao exercício de 2011 e se encontra devidamente refletida na conta de acréscimos de custos, mas cuja execução orçamental só afetará o exercício económico de 2012. Se o valor da faturação acima referida, que ronda os 200.000,00 € tivesse sido refletido no exercício de 2011, era praticamente inexistente a redução da nova faturação, uma vez que o decréscimo dos demais grupos seria inteiramente absorvido pelo impacto daquela rubrica, fruto da sua materialidade no conjunto da despesa com a aquisição de bens.

Em contraciclo, a amortecer o impacto daquele decréscimo, destaca-se pelo seu peso o incremento da faturação dos “Combustíveis e Lubrificantes”, (+) 17,39%, que em resultado da sua natureza não é de

todo controlável pelos serviços, e residualmente dos “Prémios Condecorações e Ofertas” (+) 4,64%, cuja preponderância se impõe aos Cabazes de Natal que são atribuídos a famílias carenciadas espelhando deste modo o esforço da ação social do Município neste âmbito.

Em termos de nova despesa faturada, verifica-se que as rubricas com maior peso no total da aquisição de bens são:

- “Alimentação-Refeições Confeccionadas” com um peso de 50,20%, assumindo o valor de 1.135.378 €;
- “Combustíveis e Lubrificantes” com o valor de 361.385 € e um peso de 15,98%;
- “Matérias-Primas e Subsidiárias” que em termos absolutos atingiu o montante de 246.249 € revelando um peso de 10,89% no total da aquisição de bens.

Aquisição de Serviços por Económica

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA										
	2010			2011			Despesa Paga	Taxa de Crec.	%Total Aq Serviços	Tx Execução
	Transitada	Nova	Total	Transitada	Nova	Total				
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)=(d)+(e)				
Aquisição de Serviços										
Encargos de instalações	106.279	2.391.679	2.497.958	433.889	2.331.719	2.765.608	2.640.700	-2,51%	19,53%	95,48%
Limpeza e higiene	5.443	194.543	199.986	21420	159.889	181.309	177.179	-17,81%	134%	97,72%
Conservação de bens	163.252	465.855	629.106	130.887	256.935	387.822	345.253	-44,85%	2,15%	89,02%
Locação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Locação material informática	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Locação de outros bens	160.651	462.366	623.017	193.185	421.125	614.310	447.026	-8,92%	3,53%	72,77%
Comunicações	22.402	296.397	318.799	17.131	290.986	308.117	299.974	-1,83%	2,44%	97,36%
Transportes	60.350	467.910	528.261	53.878	513.184	567.063	484.605	9,68%	4,30%	85,46%
Representação dos serviços	6.000	24.461	30.461	2.085	27.429	39.515	32.805	12,13%	0,23%	83,02%
Seguros	874	56.759	57.633	190	66.751	67.941	67.941	17,60%	0,56%	100,00%
Deslocações e estadas	6	50.116	50.121	0	26.814	26.814	26.814	-46,50%	0,22%	100,00%
Estudos, pareceres, projectos	27.114	312.323	339.437	65.321	325.925	391.246	366.997	4,36%	2,73%	93,80%
Formação	1530	11501	13.031	0	7.213	7.213	6.013	-37,29%	0,06%	83,36%
Seminários , exposições e similares	4.171	39.856	44.026	18.455	17.460	35.915	35.165	-56,19%	0,15%	97,9%
PUBLICIDADE	63.576	157.173	220.749	27.954	186.701	214.656	214.287	18,79%	1,56%	99,83%
Vigilância e segurança	62.974	908.543	971.517	162.115	649.669	811.784	807.264	-28,49%	5,44%	99,44%
Assistência técnica	30.591	263.025	293.616	57.118	201.063	258.181	247.912	-23,56%	168%	96,02%
Outros trabalhos especializados	460.926	3.313.109	3.774.035	540.828	3.148.159	3.688.987	3.267.927	-4,98%	26,36%	88,59%
Utilização de infra-estruturas	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Serviços de saúde	0	120	120	0	120	120	120	0,00%	0,01%	100,00%
Outros serviços especializados	0	0	0	0	0	0	0	0,00%		
Encargos de cobrança de receitas	0	660.790	660.790	0	659.771	659.771	659.771	-0,15%	5,53%	100,00%
Illuminação pública	0	1807.573	1807.573	0	2.150.980	2.150.980	2.150.980	19,00%	18,01%	100,00%
Outros serviços	47.099	72.1362	768.461	38.055	497.833	535.888	516.190	-30,99%	4,17%	96,32%
Total Aquisição Serviços	1.223.238	12.606.461	13.829.699	1.773.511	11.940.727	13.714.238	12.795.924	-5,28%	100,00%	93,30%

Un:Euros

(a) e (d) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2010 e 2011 e que respeitavam à faturação de anos anteriores

Considerando os valores apresentados, regista-se que em 2011 a nova despesa faturada na aquisição de serviços teve um decréscimo de (-) 5,28%, assumindo no período em análise o valor de 11.940.727 € e a despesa paga foi de 12.795.924 €, apresentando um elevado nível de execução de pagamentos que atingiu os 93,30%.

Subjacente à quebra de (-) 5,28% assinalada na rubrica de aquisição de serviços, está a redução patente na maioria das suas componentes, designadamente ao nível dos encargos com a aquisição de serviços

de “Vigilância e Segurança” (-) 28,49%, “Outros Serviços” (-) 30,99%, “Conservação de Bens” (-) 44,85% e “Outros Trabalhos Especializados” (-) 4,98%.

Com tendência inversa, sem contudo por em causa o indiscutível decréscimo da rubrica mãe, aparece agravada a faturação da “Iluminação Pública” em (+) 19%, por força da alteração da taxa de IVA aplicável de 6% para 23%, e com muito menor relevância a de “Transportes”, “Publicidade”, “Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria” e “Seguros”.

O aumento patente na rubrica de “Transportes” deve-se, sobretudo, à assunção de despesa no âmbito do processo de extinção da empresa municipal TUM – Transportes Urbanos da Maia, E.M., em especial no que respeita à contratação de serviços inerentes à carreira de transporte regular de passageiros entre Vilar de Luz e Maia-Centro, em resultado da conta final de encargos reportada à data de 31/12/2010.

O aumento de (+) 4,36% na rubrica de “Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria” é fundamentalmente imputado ao encargo assumido por conta da realização de um estudo de contagem de tráfego, no âmbito das Scuts do Grande Porto.

Quanto aos “Seguros” o seu aumento de (+) 17,60% é explicado sobretudo devido ao facto do património edificado municipal passar a ter uma apólice de cobertura de riscos de bens imóveis que não existia até presente data, tendo sido uma área de risco identificada em sede de auditoria externa às contas do Município, que urgia ultrapassar. Uma vez isolado este valor, regista-se um decréscimo de (-) 19%.

Como é dado a observar no exercício de 2011, e tal-qualmente se tem verificado nos exercícios anteriores, em termos de nova despesa faturada, afere-se que as rubricas com maior peso no total da aquisição de serviços são:

- os “Outros Trabalhos Especializados”, cuja nova despesa faturada assumiu o montante de 3.148.159 € e o peso de 26,36%, estando aqui interpostas atividades que se destacam como: o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela LIPOR, bem como os serviços de manutenção, conservação e beneficiação de espaços ajardinados espalhados pelo Concelho;
- os “Encargos de Instalações” com o valor de 2.331.719 € e um peso de 19,53%;
- a “Iluminação Pública” que atingiu o montante de 2.150.980 €, revelando um peso de 18,01% no total da aquisição de serviços, não sendo por isso desprezível o impacto decorrente do aumento do seu custo.

Aquisição de Serviços por Orgânica

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA											
	2011									Taxa de Execução	
	Despesa Faturada				Desp Paga			Desp Faturada			
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(c)/Total(c)	(e)	(e)/Total(e)	(d)/(a)	(e)/(d)		
Orgãos de Autarquia	6.139.287	549.788	5.236.140	5.785.928	43,85%	5.531.123	43,23%	94,24%	95,60%		
Assembleia Municipal	37.380	109	14.652	14.761	0,12%	14.761	0,12%	39,49%	100,00%		
Deptº Administração Geral	19.050	6.027	5.702	11.729	0,05%	9.985	0,08%	61,57%	85,13%		
Deptº Finanças e Património	77.204	21	26.644	26.664	0,22%	17.255	0,13%	34,54%	64,71%		
Deptº Gestão Recursos Humanos	31.749	0	8.859	8.859	0,07%	7.659	0,06%	27,90%	86,46%		
Deptº Gestão Urbana	4.550	91	1.848	1.939	0,02%	1.939	0,02%	42,61%	100,00%		
Deptº Ambiente e Planeamento Territorial	3.677.978	423.661	2.801.536	3.225.197	23,46%	2.854.421	22,31%	87,69%	88,50%		
Deptº Construção e Estruturas Municipais	190.532	57.739	104.483	162.221	0,88%	161.452	1,26%	85,14%	99,53%		
Deptº Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais	551.539	75.655	329.670	405.325	2,76%	331.293	2,59%	73,49%	81,74%		
Deptº Qualidade, Auditoria Interna e Sist.Informação	252.130	61.886	153.250	215.136	1,28%	209.406	1,64%	85,33%	97,34%		
Deptº Comunicação Imagem e Relações Institucionais	250.950	30.208	158.411	188.618	1,33%	188.249	1,47%	75,16%	99,80%		
Deptº Trânsito Transportes	623.279	85.952	489.257	575.209	4,10%	552.912	4,32%	92,29%	96,12%		
Deptº Educação Ação Social e Juventude	1.315.286	101.107	1.023.848	1.124.955	8,57%	1.012.000	7,91%	85,53%	89,96%		
Deptº Cultura e Turismo	685.245	143.391	423.103	566.494	3,54%	560.744	4,38%	82,67%	98,99%		
Deptº de Desporto	1.490.851	236.153	1.134.143	1.370.296	9,50%	1.313.664	10,27%	91,91%	95,87%		
Deptº Jurídico e Contencioso	51.370	1.725	29.180	30.905	0,24%	29.060	0,23%	60,16%	94,03%		
TOTAL	15.398.377	1.773.511	11.940.727	13.714.238	100,00%	12.795.924	100,00%	89,06%	93,30%		

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2011e que respeitavam a faturação de anos anteriores

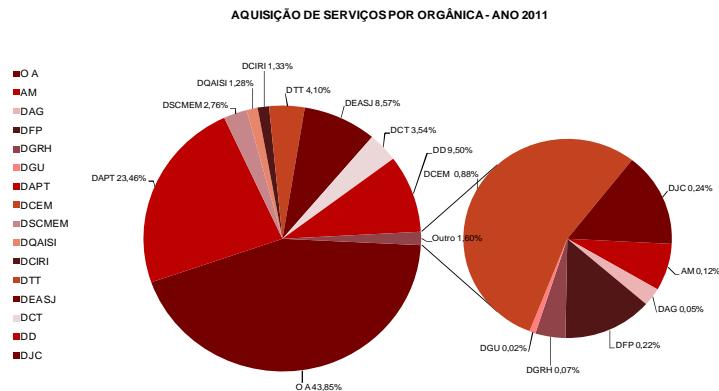
No âmbito de aquisição de serviços por orgânica, atesta-se que, em termos de nova despesa faturada, são os Órgãos de Autarquia que efetivam um maior volume de despesa na aquisição de serviços, sucedendo-se o Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial e o Departamento de Desporto, com um peso de 43,85%, 23,46% e 9,50% respetivamente.

Contudo, como por conta dos Órgãos de Autarquia, cujo valor remonta a 5.236.140 €, estão refletidas grande parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas do Município, como sejam os encargos de instalações (consumo de eletricidade, gás e água), uma vez desconsiderados os referidos encargos do Município, a nova despesa faturada neste domínio reposicionaria o peso desta unidade orgânica para cerca de metade, 24,32%.

Da aquisição de serviços acometida ao Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial no valor de 2.801.536 € importa salientar pela sua materialidade as despesas inerentes à manutenção de jardins e maioritariamente ao tratamento de resíduos sólidos cobrados pela LIPOR (1.695.487 €) que em abono da verdade, dada a sua essência, enquadram-se na atividade da Empresa Municipal, Maiambiente, fruto do seu objeto social.

Quanto às taxas de execução das despesas realizadas e pagas, atestam-se elevados níveis de execução nas diferentes unidades orgânicas, que rondam globalmente os 90% e 94%.

Finaliza-se a apreciação da aquisição de serviços por orgânica, com a apresentação de um gráfico, que espelha a distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas.



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades é responsável em 2011 por cerca de 9% do total da nova despesa realizada, tendo sido objeto de um maior enquadramento normativo interno, através de legislação própria de base, no caso da área desportiva e recreativa, e da criação de procedimentos de verificação e controlo, de forma a garantir a clareza e objetividade no sistema de atribuição destes apoios financeiros.

Numa ótica financeira, as transferências efetuadas pelos Municípios, estão divididas segundo o classificador económico em 3 agrupamentos, como sejam:

- Transferências correntes
- Subsídios
- Transferências de capital

No agrupamento das *Transferências Correntes* são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar, transferências para a Administração Local – Freguesias, que se designam a apoiar o funcionamento das suas atividades, transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos, transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras, transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais

e económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva, e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos *Subsídios*, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspetto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “*Subsídios*”, os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, auxiliando nas correspondentes despesas de funcionamento.

Por último, as transferências que se integram no agrupamento económico, *Transferências de Capital*, revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença de, aqui, se destinarem a financiar despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais, sendo esta matéria avaliada posteriormente.

Seguidamente, insere-se um quadro representativo da distribuição das Transferências Correntes e Subsídios atribuídos.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS														
	2010						2011						Taxa de Execução	
	Despesa Faturada			Despesa Faturada			Desp Paga	Peso na nova Desp Faturada	Taxa Variação %	Desp Paga	Taxa de Execução			
	Transitada	Nova	Total	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	(f)/Total(f)	[(f)-(b)]/(b)	(h)/(g)	(g)/(d)			
Transferências Correntes														
Soc. e quase sociedades não financeiras														
Públicas	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%				0,00%	
Privadas	0	0	0	7.500	0	2.500	2.500	2.500	0,05%		100,00%		33,33%	
Administração Central														
Serviços e Fundos Autónomos				14.760		7.380	7.380	7.380	0,14%		100,00%		50,00%	
Administração Local														
Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%				0,00%	
Freguesias	1.521	1.003.343	1.004.864	1.005.040	2.521	989.991	992.512	989.991	19,22%	-1,33%	99,75%		98,75%	
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	100	0	0	0	0	0,00%				0,00%	
Associações de Municípios	0	5.243	5.243	5.800	0	0	0	0	0,00%	-100,00%			0,00%	
Assembleia Distritais	0	0	0	3.400	0	0	0	0	0,00%				0,00%	
Outras	0	61.376	61.376	62.000	0	61.493	61.493	61.493	1,19%	0,19%	100,00%		99,18%	
Instituições sem Fins Lucrativos	39.378	2.495.137	2.534.515	2.179.323	206.381	1.783.311	1.989.692	1.948.844	34,62%	-28,53%	97,95%		91,30%	
Famílias	4.709	56.482	61.191	45.850	0	39.741	39.741	39.741	0,77%	-29,64%	100,00%		86,68%	
Subtotal	45.609	3.621.581	3.667.189	3.323.873	208.902	2.884.416	3.093.318	3.049.949	56,00%	-20,35%	98,60%		93,06%	
Subsídios														
Soc. e quase sociedades não financeiras														
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	0	2.403.714	2.403.714	2.457.362	0	2.266.202	2.266.202	2.266.202	44,00%	-5,72%	100,00%		92,22%	
Outras	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%				0,00%	
Subtotal	0	2.403.714	2.403.714	2.457.412	0	2.266.202	2.266.202	2.266.202	44,00%	-5,72%	100,00%		92,22%	
TOTAL	45.609	6.025.295	6.070.903	5.781.285	208.902	5.150.618	5.359.520	5.316.151	100,00%	-14,52%	99,19%		92,70%	

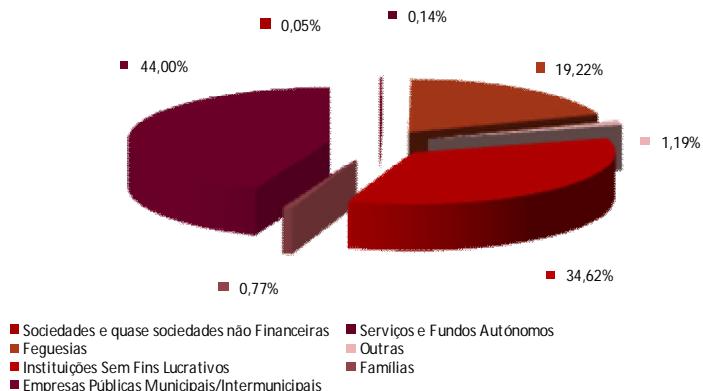
Un:Euros

(a) e (e) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2010 e 2011 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

Durante a gerência de 2011, os montantes dos apoios concedidos pela autarquia atingiram o montante de 5.150.618 €, concretizando-se um decréscimo nesta área de (-) 14,52%, que em termos absolutos se traduziu numa diminuição de (-) 874.677 €, em relação ao ano transato, explicado na sua maioria pela diminuição do valor da rubrica de transferências correntes para Instituições Sem Fins Lucrativos.

Como é dado a observar na representação gráfica que se insere, neste agrupamento económico, o maior peso centra-se nos subsídios concedidos às Empresas Públicas Municipais com 44%, que em termos absolutos se traduziu em 2.266.202 € sucedendo-se os apoios concedidos às Instituições Sem Fins Lucrativos com 34,62%, e um valor de 1.783.311 €, e as verbas transferidas para às Juntas de Freguesia com 19,22%, 989.991 €

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - ANO 2011



Relativamente à rubrica dos subsídios, importa registar que o subsídio atribuído neste exercício económico à empresa municipal, Maiambiente, foi aprovado em 2.000.000 €, acabando no entanto por ser reduzido em 700.000 €, uma vez que a empresa iria encerrar o exercício de 2011 com resultados equilibrados, tal qualmente o verificado no ano anterior.

Quanto à rubrica de Transferências Correntes e dos Subsídios, é ainda de evidenciar as elevadas taxas de execução verificadas ao nível da despesa paga, que atingiram os 99,19%.

Finaliza-se a apreciação desta matéria, realçando o facto de que estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, pelo que se torna, de todo o interesse, a apresentação do quadro seguinte, que ilustra a distribuição dos Subsídios e Transferências Correntes atribuídos.

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

2011

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	Valor
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
Apoio da Câmara na organização da "I Super Especial da Maia 2011" que decorreu no dia 17 de Julho, mediante a atribuição de uma compensação financeira à Logos Real - Promoções e Eventos, unipessoal, Lda., conforme deliberação de Câmara de 2011/11/03.	2.500
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	
Acordo de parceria de conceção, desenvolvimento e implementação da infra-estrutura tecnológica de apoio à rede de lojas interativas de turismo, de acordo com a deliberação de Câmara de 2010/12/16.	7.380
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS	
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	989.991
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS	
Pagamento de quota à Área Metropolitana do Porto, respeitante ao ano de 2011, conforme deliberação de Câmara de 2011/05/05.	61.493
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos	1.245.483
Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música / Associações de Moradores / Fábricas da Igreja Paroquial	232.674
Associações Humanitárias dos Bombeiros	175.000
Educação - Agrupamentos de Escolas	256.392
Associações/Confederação de Carácter Social	37.595
Subsídios para comparticipação nas festas dos santos populares e santos padroeiros	1.700
FAMÍLIAS	
Actividades no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Maia e Água Grande - São Tomé e Príncipe - Atribuição de bolsas de estudo a jovens São-Tomenses, que estão a frequentar o Instituto Superior da Maia - ISMAI. Atribuição de bolsas de estudo na área da construção civil a jovens São - Tomenses que estão a frequentar o CICCPN.	37.281
Subsídio a atleta tendo em vista a comparticipação financeira no custo da participação num campeonato internacional.	300
Renovação da atribuição de subsídio a um munícipe portador de deficiência intelectual - estágio no horto municipal da Quinta da Gruta.	2.160
SUBSÍDIOS	
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M. - Atribuição de subsídio à exploração à entidade empresarial, Maiambiente, no âmbito do contrato de gestão aprovado para o triénio 2011/2013, celebrado em 29 de Novembro de 2010, e visado pelo Tribunal de Contas em 19/08/2011.	1.300.000
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais E.E.M .	
Atribuição de subsídio à exploração, aprovado em reunião de câmara de 20/01/2011, nos termos do contrato de gestão celebrado em 14 Maio de 2009.	309.000
Fixação do subsídio à exploração para o biénio 2011/2012 a atribuir à Academia das Artes da Maia, produções culturais - E.E.M ., aprovado em reunião de câmara de 16/06/2011, celebrado em 30/06/2011 e visado pelo Tribunal de Contas em 10/11/2011, nos termos do contrato de gestão celebrado em 14 de Maio de 2009.	269.566
Transferência financeira à Academia das Artes da Maia, Produções Culturais- E.E.M , com vista a equilibrar os resultados de exploração operacionais do exercício de 2010, nos termos do art.º 31 da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, conforme deliberação de câmara de 2011/07/07.	150.783
Celebração de contrato de gestão da Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M ., conforme deliberação de câmara de 2011/07/17, cujo contrato foi celebrado em 18/10/2011 para a satisfação dos requisitos estabelecidos no clausulado do objeto do referido contrato.	170.000
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M . S.A .-Transferência Financeira para o reequilíbrio das contas da Município dos anos de 2008, 2009 e 2010.	66.854

Un:Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

O desenvolvimento estratégico da autarquia local encontra-se evidenciado no tipo de investimento realizado, refletindo assim as suas linhas orientadoras.

Neste conceito de Investimento Global do Município estão incluídos o Investimento Direto, as Transferências de Capital (Investimento Indireto) e os Ativos Financeiros. A sua análise incidirá sobre o seu comportamento, e evolução, e posteriormente será efetuada uma apreciação mais detalhada sobre cada um dos seus componentes.

Para uma análise à evolução do investimento global no último quadriénio apresenta-se o seguinte quadro, o qual permite ainda aferir do peso de cada uma das suas componentes, no total das despesas faturadas do próprio exercício.

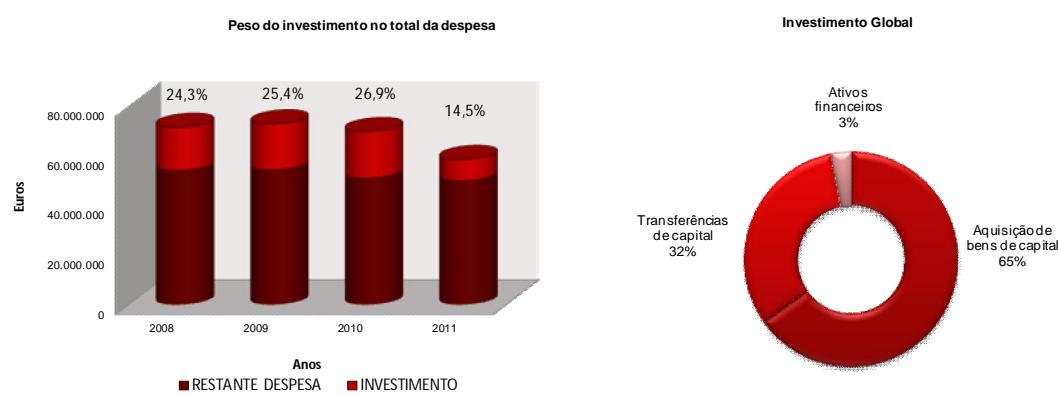
INVESTIMENTO GLOBAL												
	2008		2009		2010		2011		% Investimento global	% despesas capital	% despesa total	Taxa de variação %
	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova				
Aquisição de bens de capital	15.238.547	15.120.755	12.139.150	15.556.564	5.844.940	17.043.659	4.243.491	5.541.511	65,1%	34,3%	9,5%	-67,5%
Transferências de capital	2.778.999	2.103.136	2.210.884	2.880.167	1.367.679	1.642.748	941.441	2.712.018	31,9%	16,8%	4,6%	65,1%
Ativos financeiros	10.000	114.008	0	16.462	0	43.801	0	253.676	3,0%	1,6%	0,4%	479,2%
Total	18.027.546	17.337.899	14.350.034	18.453.193	7.212.618	18.730.209	5.184.932	8.507.204	100,0%	52,7%	14,5%	-54,6%
Faturada Total	35.365.445		32.803.227		25.942.827		13.692.136					
Un. Euros												
									Despesas de Capital (fat. nova)	16.144.985	100,0%	27,6%
									Despesas Totais (fat. nova)**	58.507.698		100,0%

Nota: Faturada Transitada utilizada tendo em conta os movimentos de estoque efectuados no ano de 2010 e 2011 e que respeitam à faturação de anos anteriores

**: Deduzido da faturação de 74.110€ referente a 2010 apenas registada em 2011, ver capítulo das despesas com pessoal

A atual instabilidade da economia mundial e situação macroeconómica nacional, aliadas a uma redução das transferências para as autarquias e dos seus limites ao endividamento verificada nos últimos anos, traduziram-se num impacto negativo nos montantes disponíveis para investimento. Deste modo não será de admirar que no ano de 2011, se tenham verificado fortes quebras no volume total do investimento realizado.

Com efeito, no exercício de 2011, o valor do investimento fixou-se nos 8.507.204 €, a que corresponde uma diminuição face ao ano anterior de (-) 54,6%, passando a representar 14,5% do total da despesa. A contribuir para esta redução aparece a Aquisição de Bens de Capital com um decréscimo de (-) 11.502.148 €, (-) 67,5%, face ao ano anterior. Em sentido contrário registou-se um aumento nas transferências de capital e ativos financeiros, que representaram cerca de 34,9% do Investimento Global.



INVESTIMENTO DIRETO

A informação constante do quadro que se segue retrata de forma simples e clara a evolução do *Investimento Direto*, com a aquisição ou produção de bens duráveis e/ou melhorias e modificações que visam aumentar o período de duração desses bens, necessários para prossecução dos objetivos da Autarquia, nas suas múltiplas áreas de intervenção.

	INVESTIMENTO DIRETO								Taxa de variação % (d)/(a)	
	2010		2011		% no Total PPI	Pago (e)	Taxa de Execução			
	Fat. Nova (a)	Dotações Finais (b)	Fat. Transitada (c)	Fat. Nova (d)			[(c)+(d)]/(b)	(e)/(c)+(d)]		
Terrenos e Recursos Naturais	240.489	1.927.412	997	438.050	7,9%	429.179	22,8%	97,8%	82,1%	
Habitação	0	567.700	0	112.426	2,0%	0	19,8%	0,0%		
Construção	0	561.700	0	112.426	2,0%	0	20,0%	0,0%		
Aquisição	0	6.000	0	0	0,0%	0	0,0%			
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%			
Edifícios	10.314.617	5.832.703	1.157.567	1.289.502	23,3%	1.834.936	42,0%	75,0%	-87,5%	
Construções Diversas	4.115.518	14.827.140	1.828.378	3.013.303	54,4%	4.125.131	32,7%	85,2%	-26,8%	
Dominio Privado	516.838	2.705.470	199.387	519.057	9,4%	613.797	26,6%	85,4%	0,4%	
Dominio. Público	3.598.680	12.121.670	1.628.991	2.494.246	45,0%	3.511.334	34,0%	85,2%	-30,7%	
Material de Transporte	0	306.700	0	58.827	1,1%	5.125	19,2%	8,7%		
Maq. e Equipamento	1.799.372	2.003.288	989.225	272.130	4,9%	1.167.827	63,0%	92,6%	-84,9%	
Equipamento Informático	929.705	737.315	458.752	58.188	1,1%	514.793	70,1%	99,6%	-93,7%	
Software Informático	237.989	535.460	166.479	135.272	2,4%	229.148	56,4%	75,9%	-43,2%	
Equipamento Administrativo	48.235	20.000	12.643	7.204	0,1%	19.847	99,2%	100,0%	-85,1%	
Equipamento Básico	571.888	696.013	350.486	68.714	1,2%	401.045	60,2%	95,7%	-88,0%	
Ferramentas e Utensílios	11.555	14.500	865	2.752	0,0%	2.994	24,9%	82,8%	-76,2%	
Outros	573.664	2.718.227	267.323	357.272	6,4%	601.725	23,0%	96,3%	-37,7%	
Artigos e Objectos Valor	36.885	27.800	0	16.990	0,3%	16.990	61,1%	100,0%	-53,9%	
Investimentos Incorporeos	89.856	570.410	0	49.580	0,9%	49.580	8,7%	100,0%	-44,8%	
Outros Investimentos	446.923	2.094.017	267.323	290.702	5,2%	535.155	26,6%	95,9%	-35,0%	
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0				
Bens Patrimonio Histórico-Cultural	0	25.000	0	0	0,0%	0	0,0%			
Outros Bens Dominio Público	0	1.000	0	0	0,0%	0	0,0%			
Total	17.043.659	28.183.170	4.243.491	5.541.511	100,0%	8.163.924	34,7%	83,4%	-67,5%	

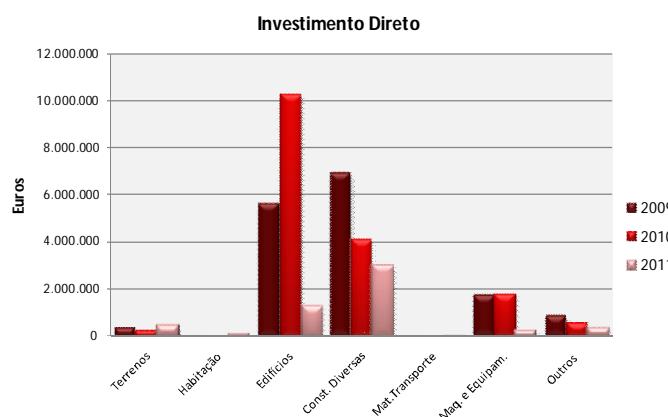
Un/Euros

(a)

Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2011 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

No ano 2011, a nova faturação em investimento direto ascendeu a 5.541.511 €, tendo-se verificado um decréscimo acentuado em todas as rubricas, exceto na que concerne a *Terrenos e Recursos Naturais* que registou um aumento de 82,1%.



Esta forte descida no montante do *Investimento Direto*, deve-se em grande parte à diminuição do montantes direcionados para a construção e/ou beneficiação de edifícios, ao qual não será alheio o facto

de a maior percentagem de execução desses projetos, muito indexada ao parque escolar, ter-se efetuado nos anos de 2009 e 2010.

Positivamente há que realçar que permanece a tendência verificada nos anos anteriores em matéria de pagamentos de faturação transitada, verificando-se novamente uma recuperação significativa em 2011 desta faturação em dívida que reduziu (-) 2.622.413 €.

O montante global de pagamentos cifrou-se nos 8.163.924 €, a que correspondeu uma taxa de realização de pagamentos de 83.4%, enquanto, em termos de execução de despesa faturada, a taxa rondou os 35%.

Para uma melhor percepção do Investimento Direto do Município, proceder-se-á de seguida a uma análise individual de cada uma das suas vertentes de natureza económica, destacando a execução de alguns projetos.

Terrenos

Em 2011 verificou-se um aumento em relação ao ano transato de 82,1% da despesa realizada na rubrica Terrenos e Recursos Naturais. Esse aumento deveu-se essencialmente à aquisição de terrenos por conta de uma expropriação com vista à ampliação do cemitério paroquial da freguesia de Folgosa que totalizou 245.675,00 €, despesa que representou cerca de 56% do total da desta rubrica.

Habitação

Em termos de investimento em Habitação destaca-se apenas o montante de 112.426 €, despendido com a construção de edifícios para a instalação das famílias de etnia cigana de Moreira da Maia.

Edifícios

Este agregado de despesa representava em 2010, cerca de 61% da nova despesa faturada, ou seja 10.314.617 €, em resultado do investimento realizado no parque escolar que ficou praticamente concluído, o que, por si só, justifica o decréscimo de (-) 87,5% registado em 2011, motivo pelo qual deixa de ser o agregado com maior peso no total do investimento direto.

Contudo, apesar desta descida, o investimento nesta componente não foi descurado sendo ainda de realçar os seguintes projetos:

- Construção do novo Centro Escolar da Maia - EB1 e J.I. - na Freguesia da Maia - 211.888 €;
- Beneficiação da Escola do EB1 do Barroso, na Freguesia de Nogueira - 202.349 €;
- Centro Escolar de Vermoim/Gueifães - EB1 e J.I. – 164.172 €;
- Ampliação da Escola do EB1 dos Arcos, na Freguesia de S. Pedro Fins – 144.278 €;
- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes, EB1 do Corim - 82.521 €;
- Beneficiação de áreas exteriores de Edifícios do EB1, D. Manuel II e Guarda - 51.449 €.

-
- Beneficiação da Escola do EB1 de Monte das Cruzes, na Freguesia de Milheirós - 17.842 €

No que se refere à categoria *Instalações Desportivas e Recreativas*, o volume de investimento registou uma quebra de quase 41 % face ao ano transato ao atingir os 249.217 €, salientando-se os projetos a seguir descriminaados:

- Aquisição de edifícios de carácter sociocultural ou desportivo destinados a apoiar os empreendimentos levados ou a levar a efeito no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) – 179.308 €
- Obras de conservação de instalações desportivas – 52.623 €
- Modernização dos equipamentos técnicos dos Complexo Municipais de Piscinas – 17.285 €

Ao nível de *Outros Edifícios* o investimento realizado foi diminuto face ao ano anterior, destacando-se apenas três investimentos realizados:

- Conservação de edifícios municipais – reparação de serralharia e diversos a executar no canil municipal da Maia, freguesia de Folgosa – 49.990 €
- Aquisição da fração autónoma, sita na Rua Padre António, freguesia e concelho da Maia, conforme deliberação de 03/11/2011 – 46.200 €;
- Aquisição de três prédios rústicos no lugar do Ribeiro denominado “Horta do Castanhal”, na Freguesia de S. Pedro de Fins (pagamento final) – 27.434 €

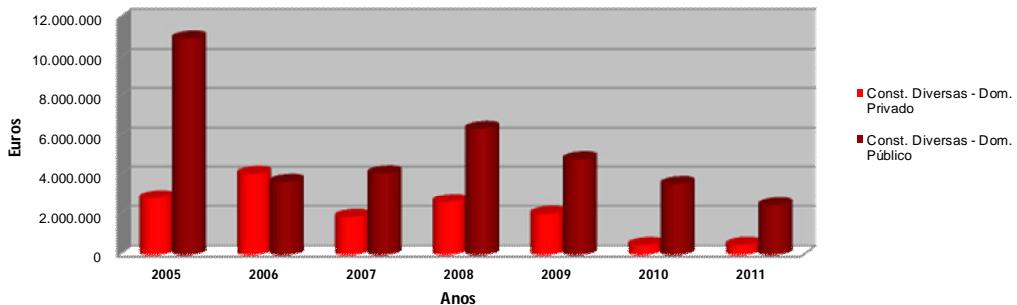
No âmbito das *Instalações de Serviços*, o montante investido de 23.370 € teve como único destino a “Elaboração do Projeto do Centro Cívico da Maia: Pólo de Serviços Públicos - 1.ª Fase - Biblioteca Municipal Doutor José Vieira De Carvalho - Nova Sala de Leitura Pública.”

Construções Diversas

A rubrica *Construções Diversas*, apesar de ter sofrido um decréscimo do seu valor à semelhança dos restantes agregados, que compõem o investimento direto, foi a que registou a menor descida passando a constituir o agregado com maior peso no total do mesmo (54,4%). A este comportamento não será alheio o facto de neste agregado estarem incluídas estruturas, como estradas, arruamentos e viadutos, que implicam um constante investimento ao nível de conservação e manutenção.

Analizando o próximo gráfico verifica-se que a descida deve-se essencialmente à redução dos montantes destinados às *Construções Diversas-Domínio Público*, (-) 30,7%, apesar de se manter a sua predominância na rubrica. No que respeita às *Construções Diversas- Domínio Privado*, em 2011 regista-se um ligeiro aumento dos valores de investimento, (+) 0,4%.

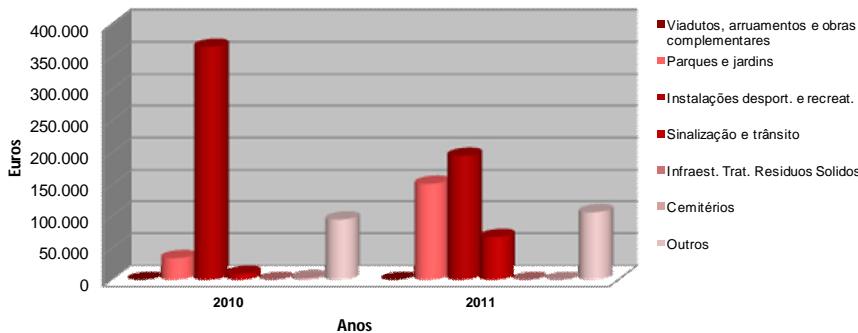
Construções diversas



Realiza-se seguidamente uma análise individualizada, em termos de nova faturação, das construções diversas do domínio privado e construções diversas do domínio público.

Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia

Construções diversas - Domínio Privado



O investimento realizado em construções diversas no domínio privado da autarquia totalizou em 2011 519.057 €, perfazendo um aumento de 0.4% em relação ao ano transato.

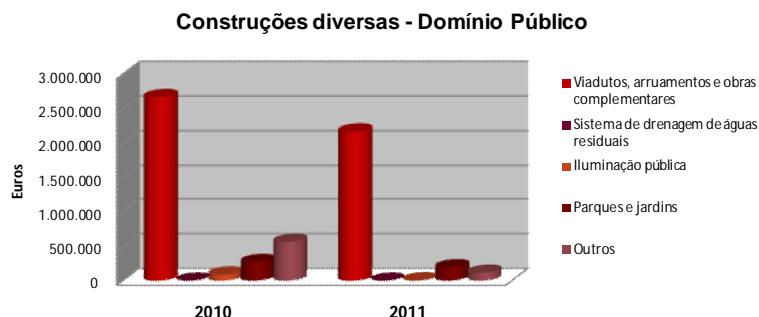
Neste agregado destaca-se o aumento verificado na rubrica de “*Parques e jardins*” essencialmente devido ao investimento realizado na Construção do Espaço de Quarentena, tendo em vista a ampliação do Zoo da Maia, 149.354 €.

Relativamente às instalações desportivas e recreativas, manteve-se a tendência de diminuição do volume do investimento, conforme nos últimos anos, cifrando-se em 2011 nos 194.804 €. Nesta rubrica destacam-se os investimentos nos Complexos Desportivos de Pedras Rubras e Nogueira, na Vila Nova da Telha e Freguesia de Nogueira respetivamente.

No agregado de despesa “*Outros*” a nova faturação situou-se nos 94.371 €, evidenciando-se as intervenções de caráter urgente em razão de intempéries e outras situações fortuitas e residualmente os projetos de Construção do Aeródromo de Vilar de Luz e da Ecopistas.

Quanto ao investimento realizado em *Sinalização e Trânsito*, o montante cifrou-se em 67.085 € titulado um aumento explicado fundamentalmente pela aquisição de quatro novas instalações semafóricas, que perfizeram 65.486 €.

Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público



As construções diversas integradas no domínio público totalizaram a importância de 2.494.246 €, sendo que a rubrica “*Viadutos, arruamentos e obras complementares*” representou cerca de 87.9%.

As principais intervenções efetuaram-se nos seguintes projetos:

- Intervenções de carácter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas. – 677.025 €
- Plano Diretor de Águas Pluviais - Resolução de pontos críticos - 229.119 €
- Arranjo urbanístico da Vereda da Estação, na Freguesia da Maia – 235.207 €
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana - 148.678 €
- Arruamento de ligação entre a Rua de Joaquim de Vasconcelos e a Rua do Mosteiro, na Freguesia de Águas Santas – 157.415 €
- Repavimentação e beneficiação de vias em várias zonas do Concelho 102.389 €
- Neste domínio releva-se ainda que integraram o domínio público municipal terrenos no valor global de 270.045 € em cumprimento de "Taxas Municipais de Urbanização" ou "Compensações por não cedências" em operações urbanísticas ou de construção.

No que concerne aos investimentos abrangidos na sub-rubrica *parques e jardins*, o montante atingiu 197.464 €, sendo que as principais ações realizadas foram:

- Ajardinamento de espaços municipais -18.981 €
- Remoção de raizeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios - 14.642 €
- Os projetos enquadráveis em outras *infraestruturas de domínio público* totalizaram 119.429 € e respeitaram essencialmente a trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana;

No âmbito da *Iluminação Pública* os investimentos executados inseriram-se no projeto “Comparticipação, construção e manutenção de redes de iluminação pública” e tiveram um valor pouco significativo ao cifrarem-se em 5.098 €

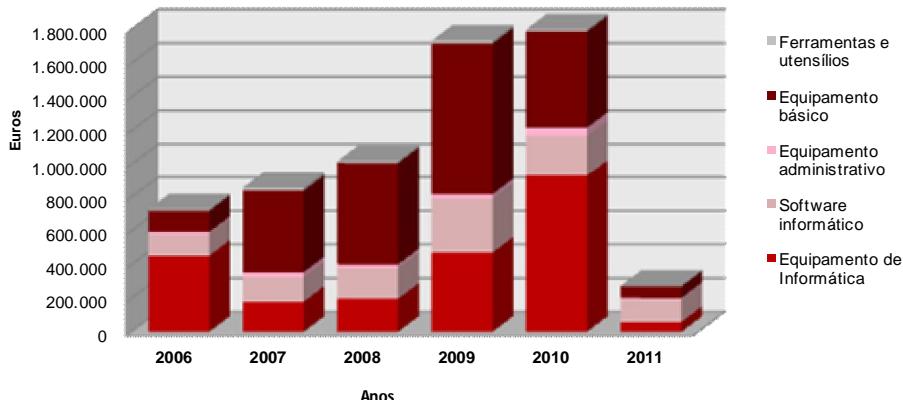
Material de Transporte

A rubrica de natureza económica *Material de Transporte*, que engloba a aquisição e/ou grandes reparações em viaturas, registou em 2011 um montante de 58.826 €, sendo 53.702 € é referente à aquisição de uma viatura, inserida no projeto de “Apetrechamento da Biblioteca Itinerante”.

Maquinaria e Equipamento

O agregado, *Maquinaria e Equipamento*, aglomera todos os investimentos efetuados na aquisição e grandes reparações em máquinas e ferramentas, que se desagregam nas sub-rubricas *Hardware*, *Software*, *Equipamento Básico*, *Administrativo* e *Ferramentas e Utensílios*. No ano em análise o investimento realizado totalizou 272.130 €, representando 4.91% do investimento total.

Maquinaria e equipamento



Equipamento informático

O investimento em equipamento informático e software totalizou no ano de 2011 193.460 €, o que denota um decréscimo acentuado, justificado pelo facto do projeto SIMA - Sistema Integrado de Modernização Autárquica se encontrar na sua fase terminal de execução, uma vez que o investimento de maior dimensão se realizou nos dois últimos anos.

A nova faturação neste agregado incidiu essencialmente sobre a aquisição de equipamento informático diverso e a aquisição/atualização de software informático, evidenciando-se nesta ultima a atualização do software “Autodesk – Divisão de Cartografia” e a aquisição da solução de preservação de documentos eletrónicos com vista à prossecução do Sistema de Gestão do Arquivo Municipal no âmbito do Projeto SIMA.

Equipamento básico

O equipamento básico engloba todos instrumentos, máquinas, instalações e outros bens, com os quais se realiza a extração, transformação e elaboração dos produtos ou a prestação de serviços nas áreas de atuação municipal, como a educação, o desporto, a biblioteca, a sinalização e trânsito e outros serviços municipais.

A despesa realizada atingiu o montante de 68.714 €, sendo que esta redução significativa deve-se à existência de investimentos significativos com o apetrechamento dos novos centros escolares que ocorreram em anos anteriores, por inerência da construção de novos centros escolares.

Equipamento administrativo

A despesa em equipamento para os diversos serviços municipais foi pouco significativa tendo ficado pelos 7.204 €.

Ferramentas e utensílios

A aquisição de *Ferramentas e utensílios* foi pouco expressiva e fixou-se nos 2.752 €.

Outros investimentos

Na categoria de *outros investimentos* foi realizada despesa no montante de 290.702 € destacando-se:

- Plano de Racionalização de consumo de energia elétrica - Edifícios Municipais - 86.715 €
- Intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidor - 60.528 €
- Equipamentos diversos para os Edifícios Escolares – 54.632 €;
- Aquisição de placas topográficas – 25.334 €

Investimentos incorpóreos

No que diz respeito ao volume de *investimentos incorpóreos*, foi realizada despesa no montante de 49.580 € que teve como destino a elaboração de projetos diversos, a saber:

- Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável – 14.280 €
- Elaboração de projetos diversos em diversas áreas do Concelho – 8.645 €
- Elaboração de projetos para a execução de arranjos urbanísticos em vários locais do Concelho - 7.380 €;
- Construção do Aeródromo de Vilar de Luz - 6.904 €
- Elaboração do "Plano de Pormenor da Zona a Nascente da designada Urbanização do Lidor" (Freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha) – 6.195 €;
- Atualização da cartografia digital e ortofotomapas – 6.175 €

Artigos e Objetos de valor

A Aquisição de obras de arte e outro repositório artístico com vista a ampliar o espólio dos Museus no montante de 16.990 € constituiu quase a totalidade do investimento nesta componente de despesa.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital respeitam a fluxos monetários não reembolsáveis, que se destinam a financiar despesas de capital das entidades beneficiárias, onde se incluem as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e as empresas municipais e intermunicipais.

O quadro seguinte reflete a distribuição das *Transferências de Capital* pelos seus diversos agregados de despesa:

	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2010		2011		Dotações finais	Fat Transitada	Fat Nova	% Total Transf	Pago	Tx Execução
	Fat Transitada	Fat Nova	Fat Transitada	Fat Nova						
Sociedades e quase-sociedades não financeiras										
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	120.792	706.351	1.313.350	116.703	683.271	25,2%	687.732	60,9%	86,0%	-3,3%
Outras			50					0,0%	0,0%	
Privadas			50					0,0%	0,0%	
Administração Central										
Serviços e Fundos Autónomos			50					0,0%	0,0%	
Administração Local										
Municípios			50					0,0%	0,0%	
Freguesias	960.645	665.614	3.211.700	729.521	1.903.624	70,2%	1.393.573	82,0%	52,9%	186,0%
Serviços e Fundos Autónomos			50					0,0%	0,0%	
Outras			50					0,0%	0,0%	
Instituições sem fins Lucrativos										
Famílias	286.242	270.783	686.650	95.218	125.123	4,6%	202.340	32,1%	91,8%	-53,8%
Resto do Mundo			100					0,0%	0,0%	
Total	1.367.679	1.642.748	5.212.150	941.441	2.712.018	100,0%	2.283.645	70,1%	62,5%	65,1%
Facturada Total	3.010.427		3.653.459							

Un: Euros
Nota: Faturada Transitada utilizada tendo em conta os movimentos de estoque efectuados no ano de 2010 e 2011 e que respetam à faturação de anos anteriores

O montante da nova despesa com *Transferências de Capital* registado em 2011 ascendeu a 2.712.018 €, espelhando um aumento global das transferências de capital de 65,1%, face ao ano transato, imputado na íntegra ao acréscimo das transferências para as Freguesias, sobretudo devido à comparticipação para a Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas, no valor de 1.637.761 €, que representa, por si só, 86% do montante das transferências de capital para as freguesias.

Ainda na sub-rubrica Freguesias destacam-se os seguintes projetos:

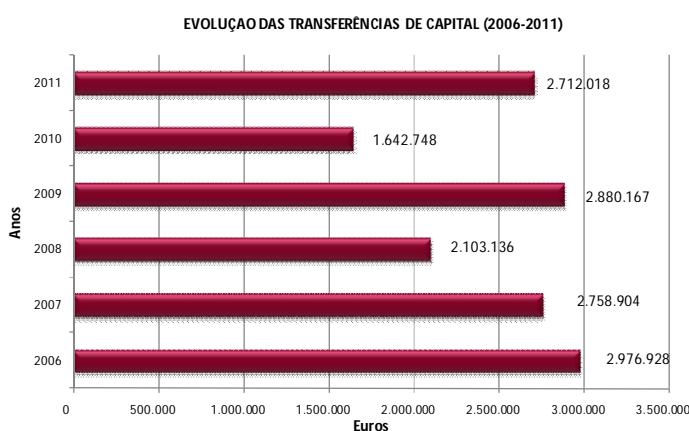
- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva Junta de Freguesia – 125.000 €;
- Apoio à Junta de Freguesia de Nogueira na edificação da Cafetaria do Monte da Senhora da Hora – 73.015 €;
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Gueifães (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia) – 47.848 €;
- Construção, remodelação ou adaptação de outros edifícios propriedade de Juntas de Freguesia, para sede das Autarquias ou para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com as Juntas de Freguesia em consideração - 20.000 €

No que concerne à sub-rubrica *Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais* o montante manteve-se quase inalterável registando apenas um decréscimo de (-) 3,3%, montante esse que foi destinado exclusivamente à comparticipação para investimentos na LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto.

Relativamente às *Instituições sem fins lucrativos*, foram financiados investimentos no montante de 125.123 €, contribuindo de forma mais relevante os seguintes projetos:

- Apoio à construção do Edifício-Sede e Centro de Acolhimento de Jovens - Construção que será levada a efeito pela "ASMAN - Associação de Solidariedade Social da Mouta - Azenha Nova" – 61.107 €;
- Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas – 18.523 €;
- Apoio às obras de beneficiação da Igreja Matriz de Gondim, e respetivo Adro, na Freguesia de Gondim, a levar a cabo pela respetiva Comissão de Fábrica - 14.291 €;
- Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Coletividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações – 16.546 €;
- Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos – 11.770 €;
- Comparticipação na aquisição de viaturas ou outro equipamento com vista ao apetrechamento da Associação Humanitária de Pedrouços – 3.153 €;

No gráfico que se segue é possível apreciar a evolução das *Transferências de Capital* nos últimos seis anos:



ATIVOS FINANCEIROS

No que concerne aos Ativos Financeiros o investimento realizado em 2011 totalizou 253.676 €, sendo que a maior parte deste valor respeita ao reforço no Capital Social da "Águas do Noroeste, S.A." em 230.000.00 €, conforme o estipulado no D.L. 41/2010 de 29 de Abril.

Assinala-se ainda nesta rubrica, a subscrição de 121 unidades de participação do património associativo nominal, da Agência de Energia Intermunicipal da AMP-Norte na sequência da adesão do Município a esta entidade, no valor de 15.125 €

Por fim, regista-se que foram ainda realizados investimentos em matéria de subsídios reembolsáveis, no âmbito do Programa “MaiaFinicia” em resultado da formalização de dois contratos de abertura de crédito o valor de 8.550,79 € às seguintes entidades:

- Arménio Ferreira Campos, Lda., o valor de 4.106,47 €
- Sofixpro Unipessoal, Lda., o valor de 4.444,32 €

O Fundo MaiaFinicia consiste no financiamento de iniciativas empresariais a 100% do projeto de investimento, por um prazo de reembolso alargado até 6 anos, em que 80% é financiado pelo Banco Espírito Santo e 20% pela Câmara Municipal sob a forma de subsídio reembolsável sem qualquer encargo de juros. São parceiros neste programa além da Câmara Municipal e o Banco Espírito Santo, o IAPMEI, a Norgarante e a Tecmaia. Este fundo iniciou-se em 2008 tendo em vista estimular e orientar os investimentos das micro e pequenas empresas colocando à sua disposição um produto financeiro inovador que potencie e melhore os seus produtos ou serviços prestados assim como contribuir para a modernização das mesmas.

Nos anexos às demonstrações financeiras do presente Relatório de Gestão, é apresentado um mapa resumo das entidades participadas pelo Município (ponto 8.2.16 do POCAL), com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício, em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício, traduzindo de forma clara o investimento realizado em ativos financeiros pelo município, ao longo dos últimos anos.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

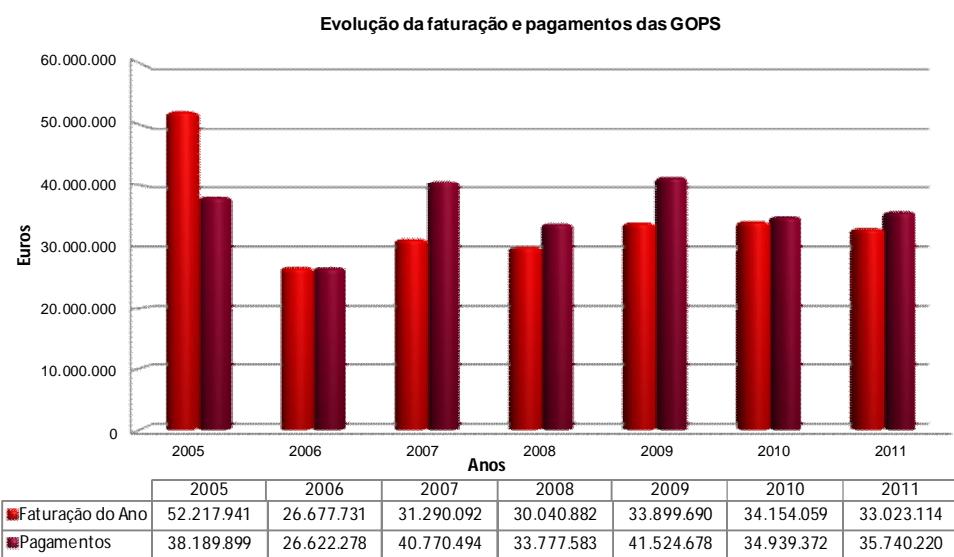
As Grandes Opções do Plano (GOPS) são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM). A análise destes planos permite evidenciar as principais linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia.

Apresenta-se numa primeira fase um quadro com a sua execução e um comparativo com o ano 2010, discriminado por funções.

Classificação Funcional	GOPS								
	2010		2011						
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)	% Total GOPs	Pago (f)	Tx Execução [(f)/(d)](c)	Tx de Variação % [(f)/(d)](e)
Funções Gerais:	2.881.118	4.730.272	8.173.217	2.316.495	3.952.923	12,0%	4.309.791	76,7%	68,7%
Serviços Gerais de Administração Pública	1.611.118	4.510.240	6.208.717	1.715.313	3.724.351	11,3%	4.086.967	87,6%	75,1%
Segurança e Ordenamento PÚBLICAS	1.270.000	220.032	1.964.500	601.183	228.573	0,7%	222.824	42,2%	26,9%
Funções Sociais:	4.209.726	25.363.598	28.423.235	2.797.089	16.660.335	50,5%	18.188.744	68,5%	93,5%
Educação	2.054.835	13.823.911	6.694.452	814.191	6.540.169	19,8%	7.249.591	109,9%	98,6%
Saúde	0	15.707	34.750	0	15.195	0,0%	15.195	43,7%	100,0%
Segurança e Ação Sociais	166.685	450.025	1.114.351	115.629	664.285	2,0%	717.756	70,0%	92,0%
Habitação e Serviços Colectivos	1.112.427	6.642.061	15.910.511	1.264.309	6.448.092	19,5%	6.781.306	48,5%	87,9%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	875.779	4.431.894	4.669.171	602.960	2.992.594	9,1%	3.424.897	77,0%	95,3%
Funções Económicas:	723.789	2.697.511	7.877.345	1.177.820	2.045.598	6,2%	2.877.427	40,9%	89,3%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	-52,7%
Indústria e energia	28.254	153.140	1.192.715	99.553	142.057	0,4%	210.302	20,3%	-3,3%
Transportes e Comunicações	691.762	2.313.790	6.234.080	1.064.466	1.525.206	4,6%	2.274.989	41,5%	87,8%
Comércio e Turismo	2.484	136.916	205.425	13.801	133.210	0,4%	147.011	71,6%	100,0%
Outras Funções Económicas	1.290	93.666	245.125	0	245.125	0,7%	245.125	100,0%	161,7%
Outras Funções:	0	1.362.679	10.431.300	1.000	10.364.258	31,4%	10.364.258	99,4%	100,0%
Operações da Dívida Autárquica	0	0	9.020.200	0	9.012.085	27,3%	9.012.085	99,9%	100,0%
Transferências entre Administrações	0	1.003.343	1.000.000	1.000	989.991	3,0%	989.991	99,1%	99,9%
Outras não especificadas	0	359.336	411.100	0	362.182	1,1%	362.182	0,8%	-3,3%
TOTAL	7.814.633	34.154.059	54.905.097	6.292.404	33.023.114	100,0%	35.740.220	71,6%	90,9%
Facturada Total	41.968.692		39.315.518						-6,3%

Note: Faturada Transitada utilizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2010 e 2011 e que respeitam a faturação de anos anteriores

A despesa realizada nas Grandes Opções do Plano em 2011 totalizou 39.315.518 € traduzindo um decréscimo de (-) 6.3% face a 2010, em muito amortecido pelo facto de em 2011, as operações da dívida autárquica terem sido incluídas nas GOPS. Esta diminuição deveu-se sobretudo às reduções acentuadas verificadas nas sub-funções *Educação, Transportes e Comunicações, e Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*. Por sua vez esta diminuição foi atenuada com o aumento de 47% verificada na sub-função *Segurança e Ações Sociais*. Todavia, em matéria de despesa paga apraz registar que o valor total de pagamentos foi ligeiramente superior ao do ano transato cifrando-se em 35.740.220 €, (+) 2%, mantendo-se de igual modo, a tendência verificada desde 2007, de recuperação da faturação transitada cujo valor ascendeu a 2.717.106 €



De seguida será efetuada uma análise focada nas diversas funções que constituem as GOPS, procurando destacar os projetos e ações que mais se evidenciaram em termos de realização de nova despesa de investimento e de atividades mais relevantes durante o ano de 2011.

O quadro subsequente exibe as funcionais que compõem as Grandes Opções do Plano repartidas pelo PPI e PAM e decompostas pela faturação transitada, a faturação do próprio ano e ainda os pagamentos efetuados por conta de cada classificação funcional.

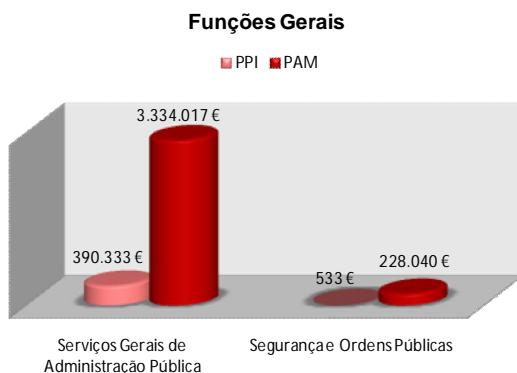
GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Classificação Funcional	PPI				PAM				GOPS				% Total GOPs		% Pago/Fat	
	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	% Total GOPs		% Pago/Fat	
1. Funções Gerais:	1.492.978	390.866	1.883.844	1.203.363	823.518	3.562.057	4.385.575	3.106.427	2.316.495	3.952.923	6.269.419	4.309.791	12,0%	68,7%		
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	891.795	390.333	1.282.129	1.202.830	823.518	3.334.017	4.157.535	2.884.136	1.715.313	3.724.351	5.439.663	4.086.967	11,3%	75,1%		
1.1.1. Administração Geral	891.795	390.333	1.282.129	1.202.830	823.518	3.334.017	4.157.535	2.884.136	1.715.313	3.724.351	5.439.663	4.086.967	11,3%	75,1%		
1.2. Segurança e Ordens Públicas	601.183	533	601.715	533	0	228.040	228.040	222.291	601.183	228.573	829.755	222.824	0,7%	26,9%		
1.2.1. Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	601.183	0	601.183	0	0	228.040	228.040	222.291	601.183	228.040	829.223	222.291	0,7%	26,8%		
1.2.2. Polícia Municipal	0	533	533	533	0	0	0	0	0	0	533	533	0,0%	100,0%		
2. Funções Sociais	1.586.494	3.121.199	4.707.693	4.113.087	1.210.595	13.539.135	14.749.730	14.075.657	2.797.089	16.660.335	19.457.423	18.188.744	50,5%	93,5%		
2.1. Educação	576.037	964.856	1.540.893	1.527.263	238.155	5.575.313	5.813.468	5.722.328	814.191	6.540.169	7.354.361	7.249.591	19,8%	98,6%		
2.1.1. Ensino não Superior	559.182	956.185	1.515.367	1.501.737	51.157	4.442.775	4.493.932	4.402.792	610.339	5.398.959	6.009.299	5.904.529	16,3%	98,3%		
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	16.855	8.672	25.526	25.526	186.997	1.132.538	1.319.536	1.319.536	203.852	1.141.210	1.345.062	1.345.062	0,0%	100,0%		
2.2. Saúde	0	0	0	0	0	15.195	15.195	15.195	0	15.195	15.195	15.195	0,0%	100,0%		
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%		
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	0	15.195	15.195	15.195	0	15.195	15.195	15.195	0,0%	100,0%		
2.3. Segurança e Ação Sociais	0	0	0	0	115.629	664.285	779.914	717.756	115.629	664.285	779.914	717.756	2,0%	92,0%		
2.3.2. Ação Social	0	0	0	0	115.629	664.285	779.914	717.756	115.629	664.285	779.914	717.756	2,0%	92,0%		
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	622.377	1.800.000	2.422.377	1.975.015	641.932	4.648.092	5.290.024	4.806.291	1.264.309	6.448.092	7.712.400	6.781.306	19,5%	87,9%		
2.4.1. Habitação	0	291.735	291.735	179.308	0	0	0	0	0	291.735	291.735	179.308	0,9%	61,5%		
2.4.2. Ordenamento do Território	582.648	881.449	1.464.096	1.303.417	1.210	20.172	21.382	16.585	583.858	901.621	1.485.478	1.320.002	2,7%	88,9%		
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	284.880	2.995.487	3.280.367	3.003.537	284.880	2.995.487	3.280.367	3.003.537	9,1%	91,6%		
2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	39.729	626.816	666.546	492.290	355.841	1.632.434	1.988.275	1.786.168	395.571	2.259.250	2.654.821	2.278.458	6,8%	85,8%		
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	388.080	356.344	744.424	610.809	214.880	2.636.250	2.851.130	2.814.087	602.960	2.992.594	3.595.554	3.424.897	9,1%	95,3%		
2.5.1. Cultura	248.214	101.766	349.981	296.279	91.998	1.066.063	1.158.060	1.155.742	340.212	1.167.829	1.508.041	1.452.021	3,5%	96,3%		
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	139.866	253.795	393.661	313.748	122.882	1.475.399	1.598.282	1.563.557	262.748	1.729.194	1.991.943	1.877.306	5,2%	94,2%		
2.5.4. Juventude	0	782	782	782	0	55.528	55.528	55.528	0	56.310	56.310	56.310	0,2%	100,0%		
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	39.261	39.261	39.261	0	39.261	39.261	39.261	0,1%	100,0%		
3. Funções Económicas:	1.164.019	1.667.263	2.831.282	2.485.292	13.801	378.335	392.136	392.136	1.177.820	2.045.598	3.223.418	2.877.427	6,2%	89,3%		
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%		
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%		
3.2. Indústria e energia	99.553	142.057	241.609	210.302	0	0	0	0	99.553	142.057	241.609	210.302	0,4%	87,0%		
3.2.1. Iluminação	90.172	8.799	98.971	98.971	0	0	0	0	90.172	8.799	98.971	98.971	0,0%	100,0%		
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	9.381	6.736	16.117	16.117	0	0	0	0	9.381	6.736	16.117	16.117	0,0%	100,0%		
3.2.3. Racionalização Energética	0	126.521	126.521	95.214	0	0	0	0	0	126.521	126.521	95.214	0,4%	75,3%		
3.3. Transportes e Comunicações	1.064.466	1.525.206	2.589.673	2.274.989	0	0	0	0	1.064.466	1.525.206	2.589.673	2.274.989	4,6%	87,8%		
3.3.1. Transportes rodoviários	1.061.568	1.434.132	2.495.700	2.183.915	0	0	0	0	1.061.568	1.434.132	2.495.700	2.183.915	4,3%	87,5%		
3.3.2. Transportes aéreos	2.898	91.074	93.973	91.074	0	0	0	0	2.898	91.074	93.973	91.074	0,3%	96,9%		
3.4. Comércio e Turismo	0	0	0	0	13.801	133.210	147.011	147.011	13.801	133.210	147.011	147.011	0,4%	100,0%		
3.4.1. Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%		
3.4.2. Turismo	0	0	0	0	13.801	133.210	147.011	147.011	13.801	133.210	147.011	147.011	0,4%	100,0%		
3.5. Outras Funções Económicas	0	0	0	0	0	245.125	245.125	245.125	0	245.125	245.125	245.125	0,7%	100,0%		
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%		
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%		
3.5.4. Activos Financeiros	0	0	0	0	0	245.125	245.125	245.125	0	245.125	245.125	245.125	0,7%	100,0%		
4. Outras Funções:	0	362.182	362.182	362.182	1.000	10.002.076	10.003.076	10.002.076	1.000	10.364.258	10.365.258	10.364.258	31,4%	100,0%		
4.1. Serviço da dívida autárquica.	0	0	0	0	0	9.012.085	9.012.085	9.012.085	0	9.012.085	9.012.085	9.012.085	27,3%			
4.2. Transferências entre administrações	0	0	0	0	1.000	989.991	990.991	989.991	1.000	989.991	990.991	989.991	3,0%	99,9%		
4.3. Diversas não especificadas	0	362.182	362.182	362.182	0	0	0	0	0	362.182	362.182	362.182	1,1%	100,0%		
4.3.1. Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%		
4.3.2. Propriedades diversas	0	362.182	362.182	362.182	0	0	0	0	0	362.182	362.182	362.182	1,1%	100,0%		
	4.243.491	5.541.511	9.785.001	8.163.924	2.048.914	27.481.603	29.530.517	27.576.296	6.292.404	33.023.114	39.315.518	35.740.220	100,0%	90,9%		

Un.Euros

(a)

FUNÇÕES GERAIS



Inserem-se nas *Funções Gerais* as actividades de âmbito geral da administração, que se desagrega nas sub-funções *Serviços Gerais de Administração Pública* e *Segurança e Ordens Públicas*.

A nova despesa realizada em 2011 por conta desta componente das GOPS foi de 3.952.923 €, representando 12% das mesmas. Nesta função mantém-se a preponderância da Função dos Serviços Gerais da Administração Pública ao auferir 3.724.351 € em contraste com 228.040 € da Segurança e Ordens Públicas.

Dos projectos de investimento no âmbito das Funções Gerais destacam-se:

- Modernização da infraestrutura tecnológica informática, aquisição de equipamento e software informático incluindo aquisição de programa de "Gestão de Documentos Eletrónicos" tendo em vista a desmaterialização e workflow e a implementação do SIMA - Sistema Integrado de Modernização Autárquica – 189.230 €
- Conservação de edifícios municipais e intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidor – 115.643 €
- Aquisição de mobiliário e equipamento para os diversos Serviços Municipais – 25.331 €
- Aquisição de Edifícios – Freguesia autónoma, sita na Rua Padre António, freguesia e concelho da Maia – 46.200 €

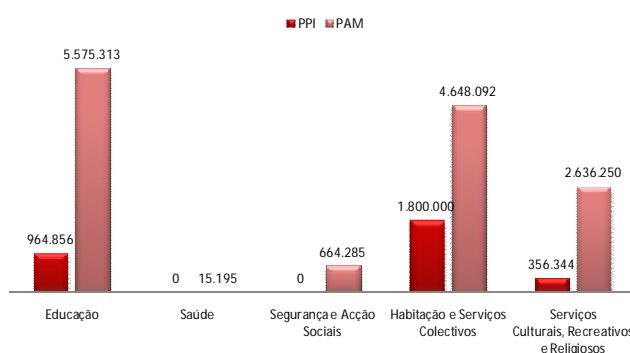
As atividades mais relevantes enquadráveis nesta função foram:

- Comparticipação na recuperação e construção e reequipamento de Edifícios-Sede de Juntas de Freguesia através de contratos programa cujo valor ascendeu a 1.657.760,50 €, merecendo especial destaque as destinadas à Junta de Freguesia de Aguas Santas, como foi discriminado na análise efetuada às transferências de capital;
- Contratualização de serviços de vigilância e segurança – 689.521 €
- Apoios financeiros concedidos à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 175.000 €

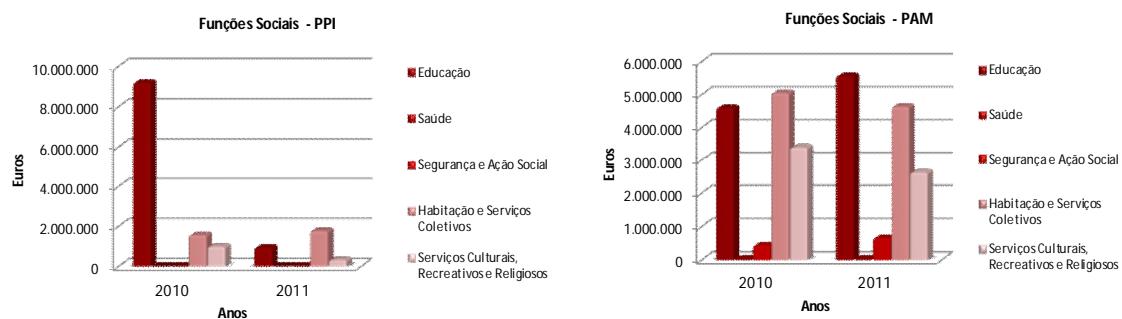
- Contrato de Prestação de Serviços de Locação Operacional para equipamentos de cópia e impressão – 190.863 €;
- Contratualização de serviços de limpeza – 148.505 €;
- Contrato de Aluguer Operacional de Viaturas – 173.184 €;
- Contratualização de seguros – 159.005 €;

FUNÇÕES SOCIAIS

Funções Sociais



As *Funções Sociais* abrangem áreas como a educação, a saúde, a segurança e acção social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos, possuindo um claro predomínio na acção municipal ao representarem 50.5% das GOPS ou seja, 16.660.335 €. Tal diminuição deve-se essencialmente à redução verificada nos projetos de investimento com a educação, nomeadamente no que concerne a edifícios escolares em conformidade com o demonstrado no anterior capítulo, uma vez internalizado na execução das GOPS de 2010.



A *Educação* composta pelo ensino pré-escolar, básico (EB1), artístico, os transportes escolares, e os serviços auxiliares de ensino, apesar da diminuição ao nível de investimento directo em relação ao ano anterior, constitui ainda assim uma das sub-funções com maior peso, tendo totalizado em 2011 o montante de 6.540.169 €.

Considerando que aquando da análise do investimento direto na rubrica Edifícios já foram elencados os edifícios escolares intervencionados remete-se para aquele capítulo a identificação dos projetos que mais se evidenciam nesta sub-função.

A nível das atividades mais relevantes destacam-se:

- Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – 1.896.165 €
- Programa de Enriquecimento Curricular – 1.681.685 €
- Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar – 1.132.538 €
- Serviço de Transportes Escolares – 417.112 €
- Serviço de apoio à Família – 170.940 €

No que concerne à *Habitação e Serviços Coletivos* a despesa realizada foi de 6.448.092 €, que manteve em termos globais um valor próximo ao ano transato. Nesta sub-função, destaca-se um aumento nos níveis de novo investimento que se cifra em 1.800.000 € e em contrapartida uma diminuição no montante destinado às atividades desenvolvidas no âmbito do PAM que ficaram pelos 4.648.092 € Em relação a este último item sobressaem as seguintes a atividades:

- Comparticipações à Maiambiente no montante global de 1.300.000 € ao abrigo do Contrato de Gestão celebrado. Tal como no ano passado interessa anotar que esta importância encontra-se deduzida do valor de 700.000 €, em consequência do equilíbrio de contas registado por aquela entidade e que lhe permitiu abdicar daquele valor, cujo montante global de Comparticipações inicialmente previsto ascendia a 2.000.000 €
- O Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR – 1.695.486,68 €
- Construção de jardins, conceção de espaços ajardinados e sua manutenção – 722.072,21 €
- Comparticipação de Investimentos na Lipor – 683.271,36 €
- Comparticipação do Equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva Junta de Freguesia – 125.000 €

Em 2011 a vertente *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* representou 9,1% do total das GOPS tendo sido efetuada despesa no valor de 2.992.594 € sobressaindo o *Desporto, Recreio e Lazer*.

Com especial incidência desenvolveram-se as seguintes atividades e eventos:

- Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades – 1.131.618 €
- Comparticipação à Academia das Artes, E.M., no âmbito do Contrato Programa celebrado, no montante de 899.348 €, tendo em vista o desenvolvimento de diversas atividades de carácter cultural, correspondendo 150.783 € destinados ao equilíbrio dos resultados de exploração operacionais do exercício de 2010, nos termos do artº 31º da Lei das 53-F/2006, de 29 de Dezembro 2006 (LSEL).
- Férias Desportivas Municipais – 132.253 €

- Festival Internacional de Teatro Cómico – 127.000 €;
- Realização da "Taça Internacional Maia Jovem", em Ténis - 70.344 €
- Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes de São Tomé e Príncipe – 37.280 €
- Clube Maia Sénior – 33.490 €
- Feira das Oportunidades – 32.490 €

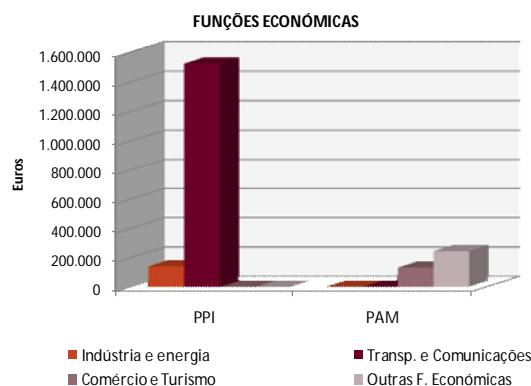
Em matéria de investimento os projetos de maior visibilidade encontram-se devidamente identificados na avaliação promovida no capítulo dedicado ao investimento direto.

No âmbito da *Segurança e Ação Sociais*, a despesa realizada em 2011 manteve-se em níveis semelhantes aos do ano transato, 664.285 €, sendo de relevar a despesa de 123.278 € com os “*Gabinetes de Atendimento Integrado Local*”. As demais atividades com maior expressividade foram:

- Projeto de Intervenção Comunitária "Novos Laços" incluindo o Serviço de Apoio Domiciliário – 118.564 €
- Apoio à construção do Edifício-Sede e Centro de Acolhimento de Jovens - Construção que será levada a efeito pela "ASMAN - Associação de Solidariedade Social da Mouta - Azenha Nova" – 61.108 €
- Gabinetes de inserção Profissional (GIP) - 49.495 €
- Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas – 56.698 €
- Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia – 24.000 €

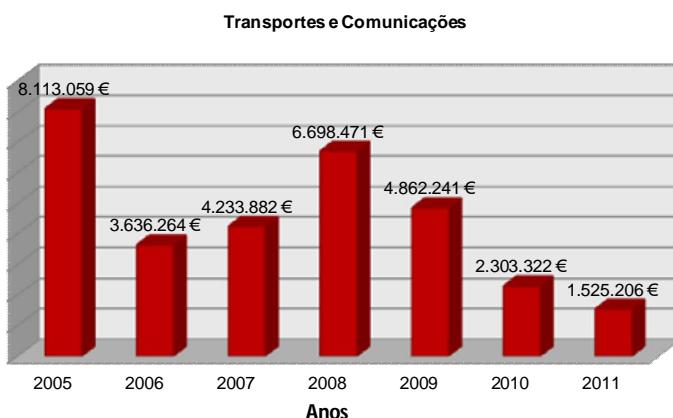
A rubrica *Saúde* que compreende programas de prevenção e educação totalizou um montante de 15.195 € de nova faturação, identificando-se como o projeto mais emblemático o “Maia Saúde”, a que acresce o programa de saúde escolar que abrange a educação alimentar, a saúde oral, a prevenção solar e o rastreio visual comparado.

FUNÇÕES ECONÓMICAS



Relativamente à nova despesa realizada por conta das Funções Económicas, esta representou 6.2%, do total das Grandes Opções do Plano, fixando-se em 2.045.598 €, perfazendo um decréscimo de (-) 23.87% face ao ano transato.

A diminuição na sub-função *Transportes e Comunicações* de (-) 33.78% foi a que mais contribuiu para esse decréscimo, sendo que as restantes sub-funções obtiveram descidas ligeiras, com a exceção das *Outras Funções Económicas* que tiveram um aumento de 161%, essencialmente devido ao montante despendido com ativos financeiros conforme se demonstrou na análise ao Investimento Global, pese embora possuam um peso diminuto nesta subfunção.



Apesar do decréscimo verificado na sub-função *Transportes e Comunicações*, esta comportou em 2011 um total de 1.525.206 € que tiveram como principal destino a construção, recuperação, beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, em vários locais do Concelho (1.333.854 €).

O restante valor foi destinado à aquisição, conservação, beneficiação de diversa sinalização rodoviária (100.277 €), e a investimentos realizados no Aeródromo de Vilar de Luz (91.074 €).

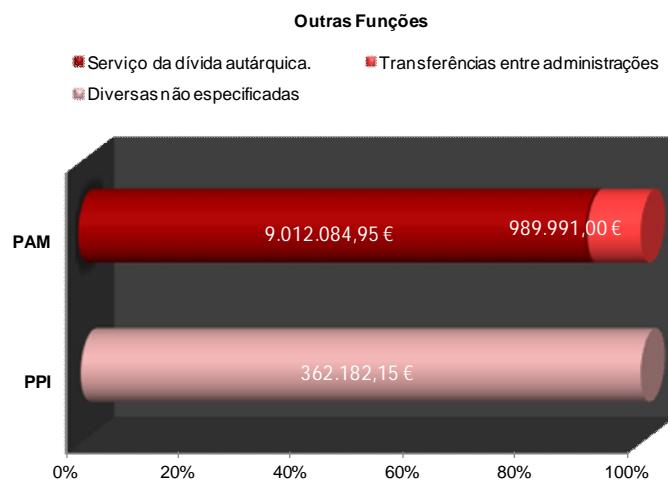
- Na função *Indústria e Energia* a nova despesa realizada manteve-se em níveis próximos do ano anterior fixando-se em 142.056 €. Contudo destaca-se o redireccionamento do investimento realizado na Iluminação Pública e Infraestruturas Elétricas, para projetos visando a Racionalização Energética (108.551 €).

A Função *Comércio e Turismo* compreendeu o montante de 133.210 € que teve como destino as seguintes atividades mais relevantes:

- Feira de Artesanato – 60.424 €
- Programa de “Turismo Sénior” – 64.333 €
- Infraestrutura Tecnológica de Apoio à Rede de Lojas Interativas de Turismo - Parceria com a “Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.” - 7.380 €
- As *Outras Funções Económicas*, como já se mencionou, tiveram um aumento expressivo exclusivamente devido aos dois investimentos financeiros realizados:

- Reforço no Capital Social da "Águas do Noroeste, S.A." em 230.000,00 €, conforme o estipulado no D.L. 41/2010 de 29 de Abril.
- Subscrição de 121 unidades de participação do património associativo nominal, da Agencia de Energia Intermunicipal da AMP Norte na sequência da adesão do Município a esta entidade, no valor 15.125 €

OUTRAS FUNÇÕES



Esta componente funcional em 2011 totalizou 10.364.258 €, passando a englobar o Serviço de Dívida Autárquica, que se cifrou em 9.012.085 €, razão pela qual obteve face a 2010 valores tão elevados. Não incluído o Serviço de Dívida Autárquica, o valor atingiria a importância de 1.352.173 €, uma quantia quase semelhante ao ano transato.

- Incluem-se neste montante os valores que tiveram como objetivo as transferências para as Juntas de Freguesia com vista ao financiamento de suas despesas correntes (989.991 €) e a aquisição de edifícios, propriedades ou outras construções em cumprimento de "Taxas Municipais de Urbanização" ou "Compensações por não cedências" em operações urbanísticas ou de construção (362.182 €).

2
0
1
1



ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ENQUADRAMENTO

O presente capítulo dedicado à matéria do endividamento autárquico encontra-se estruturado em duas partes, que apesar de distintas se complementam, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”.

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Orientado para uma apreciação circunscrita à evolução do endividamento do município considerado isoladamente, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos, estando excluída das influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados.

Anota-se que num primeiro momento é feita uma abordagem generalizada à evolução desta dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Dedicado ao apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último, avalia-se a posição do município face a esses limites.

No âmbito desta análise ao endividamento, e independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU

A apreciação vertida ao longo deste capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respetivos valores, ao estarem indexados a atos definitivos futuros não configuram no período em análise efetivas obrigações.

DÍVIDA GLOBAL

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante os últimos seis anos, diferenciando-a apenas no que toca à componente de curto e médio e longo prazo.

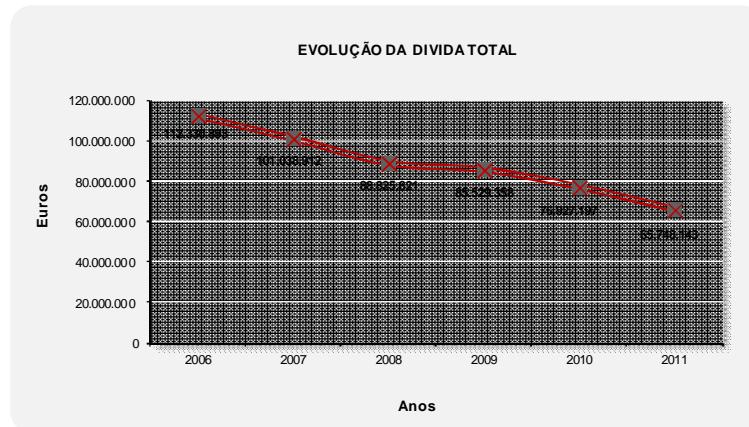
	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						Variação	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2010 / 2011	2006 / 2011
Dívida de Médio e Longo Prazo	72.132.526	68.209.355	62.187.638	67.909.742	60.241.496	52.567.656	-7.673.840	-19.564.870
Dívida de Curto Prazo	40.198.367	32.829.557	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	-3.505.213	-27.017.880
Dívida Total	112.330.893	101.038.912	88.825.821	85.529.358	76.927.197	65.748.143	-11.179.053	-46.582.750
Taxa de crescimento da dívida	-9,5%	-10,1%	-12,1%	-3,7%	-10,1%	-14,5%		-41,5%
Médio e longo prazo	-8,1%	-5,4%	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%		-27,1%
Curto prazo	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%		-67,2%

Un:Euros

À semelhança do que vem acontecendo desde 2006, os novos resultados obtidos na gerência de 2011 posicionados em 65.748.143 €, evidenciam e reforçam a permanente tendência de redução do endividamento municipal, por força da influência das suas duas componentes: a dívida de médio e longo prazo que, face a 2010, apresenta uma diminuição de (-) 12,7%, (-) 7.673.840 € e o endividamento de curto prazo que espelha um decréscimo de (-) 21%, (-) 3.505.213 €.

Tem sido este o retrato da evolução da dívida do município, ao longo de um período que já ultrapassa um quinquénio de contínua diminuição.

Com efeito, no cômputo geral do sexénio avaliado, assiste-se a uma descida substancial do endividamento da autarquia que se expressa em (-) 46.682.509 €, sendo (-) 19.564.870 € de natureza de médio e longo prazo e (-) 27.117.639 € de curto prazo, espelhando níveis de abatimento na ordem dos (-) 42%, (-) 27%, e (-) 9% respetivamente, circunstância que apraz registar e que é demonstrativo de que tem sido profícua a ação desenvolvida pelo município em matéria de controlo de endividamento autárquico, como bem ilustra o gráfico seguinte.



DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A apreciação desta matéria é centrada na evolução da dívida contratualizada ao longo do último sexénio, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo, nos termos previstos na lei, registando-se que neste exercício de 2011 não foi contraído nenhum empréstimo bancário.

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	72.132.526	66.253.301	60.443.050	66.376.618	58.919.838	51.457.464
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	47.625.730	42.823.585	38.021.442	45.012.098	38.704.490	32.396.882
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	27.625.730	24.840.203	22.054.677	19.269.150	16.483.623	13.698.097
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	20.000.000	17.983.382	15.966.765	13.950.147	11.933.530	9.916.912
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533				11.792.801	10.287.337	8.781.873
Banco Santander Totta				6.774.588	5.269.124	3.763.660
Estado				5.018.213	5.018.213	5.018.213
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	24.506.796	23.429.716	22.421.608	21.364.520	20.215.348	19.060.581
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11	163.513	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com C.G.D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €	3.426.512					
Empréstimo Bancário de M.L.P como o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06	2.320.774	7.014.231				
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	1.421.928		6.740.937	6.462.700	6.179.270	5.890.383
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46 €	4.948.205	4.710.425	4.483.371	4.241.906	3.974.635	3.707.701
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65	12.235.864	11.705.060	11.197.300	10.659.914	10.061.443	9.462.497
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193
Total da dívida de médio e longo prazo	72.132.526	68.209.355	62.187.639	67.909.741	60.241.496	52.567.656
Taxa de crescimento	-8,1%	-5,4 %	-8,8 %	9,2%	-11,3 %	-12,7%

Un: Euros

Permanecendo a tendência de redução evidenciada desde 2006, apenas interrompida em 2009 por força do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no presente exercício económico verifica-se em relação a 2010 um decréscimo da dívida de médio e longo prazo de (-) 12,7%, em consequência da continuidade do serviço de dívida dos empréstimos contratados em anos anteriores que a cada ano que passa se vê mais abreviado, associada ao facto de não ter sido contratualizado mais nenhum empréstimo bancário de médio e longo prazo.

Como tem sido recorrente, o abatimento mais significativo foi justificado pelas amortizações realizadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, em primeira linha pelo empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de 2.785.527 €, logo seguida pelo empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou na gerência em apreço um corte adicional na dívida de 2.016.618 €, e em última linha pelo empréstimo designado de PREDE, no total de 12.545.533 €, que levou também a uma redução de (-)1.505.463 € na dívida de médio e longo prazo decorrente na íntegra da amortização da parte correspondente ao empréstimo contraído com a instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado ainda se encontra em período de diferimento.

Na parte correspondente ao financiamento do estado importa mencionar que até 2013 – os primeiros 5 anos - primeira metade do seu prazo – o empréstimo tem carência de capital e a taxa de juro é 0% e que findo o período de carência, iniciam-se as amortizações, em prestações semestrais, e a contagem de juros, à taxa Euribor a seis meses. Esta taxa poderá ainda ser deduzida em 0,2% sempre que superado o objetivo de prazos de pagamento, todavia apesar do indiscutível esforço realizado pelo município no sentido da diminuição da dívida, e da reiterada redução verificada nos prazos médio de pagamento, em face dos resultados obtidos não foi ainda possível beneficiar desta prerrogativa.

Por conta dos empréstimos que não relevam para efeitos de cálculo de capacidade de endividamento, todos eles consignados à construção de habitação social em resultado das necessidades identificadas no Programa Especial de Realojamento (PER), o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD, ao abrigo dos quais se abateu à dívida 865.880 € e, por último, aos empréstimos denominados de complemento PER, atualmente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, cujo valor total amortizado foi de 288.887 €.

Com a menor representatividade surge a rubrica de outras dívidas de médio e longo prazo, no valor de 1.110.193 €, que resulta integralmente da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, e tem sido responsável por uma redução anual de 211.465 € no endividamento de médio e longo prazo.

O comportamento desta rubrica de médio e longo prazo é bem retratado pelo gráfico que a seguir se insere.



O necessário enquadramento legal do município em matéria de limites à contração de empréstimos de médio e longo prazo é reportado no capítulo subsequente.

SERVIÇO DE DÍVIDA

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e ao seu peso no total da despesa e receita municipal, o que justifica uma análise detalhada da evolução do serviço da dívida autárquica durante o último sexénio, numa ótica orçamental.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)	7.330.033	7.189.842	6.854.266	7.282.879	7.758.500	7.542.077
Amortizações	5.296.144	4.802.144	4.802.144	5.554.876	6.307.608	6.307.608
Juros	2.033.889	2.387.697	2.052.122	1.728.003	1.450.892	1.234.469
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)	1.479.368	1.734.549	1.652.255	1.575.090	1.471.700	1.470.008
Amortizações	1.052.106	1.077.189	1.008.108	1.057.087	1.149.173	1.154.766
Juros	427.262	657.360	644.147	518.003	322.527	315.242
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	0	221.241	303.465	260.515	223.316	226.765
Amortizações	0	158.599	211.465	211.465	211.465	211.465
Juros	0	62.642	92.000	49.050	11.851	15.299
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	8.809.401	9.145.631	8.809.986	9.118.484	9.453.516	9.238.850
Amortizações	6.348.250	6.037.932	6.021.717	6.823.428	7.668.246	7.673.840
Juros	2.461.151	3.107.699	2.788.269	2.295.056	1.785.270	1.565.010
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	45,5%	3,8%	-3,7%	3,5%	3,7%	-2,3%
Amortizações	61,3%	-4,9%	-0,3%	13,3%	12,4%	0,1%
Juros	16,0%	26,3%	-10,3%	-17,7%	-22,2%	-12,3%
Juros / Receita Total Cobrada	4,0%	4,0%	3,6%	2,9%	2,6%	2,5%
Juros / Despesa Total Paga	4,0%	4,0%	3,8%	2,8%	2,5%	2,5%
Juros / Despesa de Capital Paga	10,2%	8,7%	10,4%	7,2%	6,5%	8,5%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	14,4%	11,9%	11,5%	11,6%	13,6%	14,6%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	14,4%	11,9%	12,0%	11,2%	13,5%	14,9%

Un: Euros

* No ano de 2007 o valor das amortizações encontra-se deduzido dos 5.747.286 Euros que dizem respeito à amortização integral dos empréstimos contratados com C.G.D e B.E.S que transitaram como aditamento ao contrato inicial do BBVA, em resultado da "Reestruturação do Serviço da Dívida de M.L.P" que ocorreu.

A análise dos dados permite concluir que no final do exercício de 2011 se inverte a tendência de crescimento do volume do serviço de dívida municipal evidenciada desde 2006, e apenas interrompida na gerência de 2008, ao titular uma descida de (-) 2,3% em relação ao ano de 2010, na íntegra imputável à significativa diminuição dos encargos financeiros, (-) 12,3%, principalmente devido à redução do capital em dívida da generalidade dos empréstimos contratualizados, uma vez que as amortizações dos empréstimos PER aumentaram ligeiramente, (+) 0,1%.

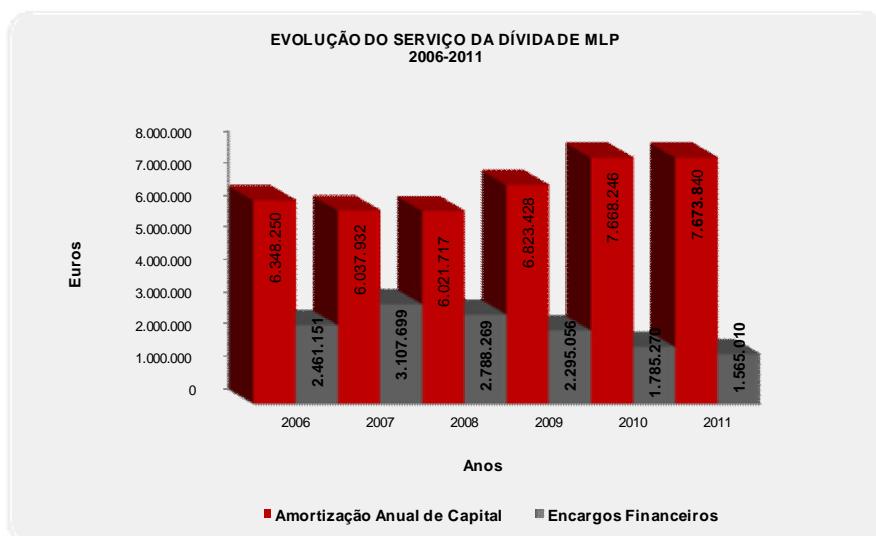
Efetivamente, ao longo dos últimos anos e até 2010 sobressai o acréscimo dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal, fruto sobretudo da componente das amortizações de capitais associadas aos dois empréstimos bancários de maior monta, o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, no montante de 29.927.873,82 €, e o Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no montante de 20.000.000 €, concluídos que foram os respetivos períodos de deferimento.

Atenta a conjuntura económica nacional e internacional prevalecente, comportamento semelhante apresenta a rubrica de juros da dívida autárquica durante 2006 e 2007, sendo de anotar que tais valores só não assumiram maior significado devido à operação de reestruturação da dívida formalizada em 2007, ao determinar uma redução significativa dos spreads praticados pelas instituições de crédito, em especial

nas atrás referenciadas. A partir de 2008, associando as razões invocadas às sucessivas amortizações dos empréstimos contratados que a cada ano que passa vêm o seu capital mais abreviado, inverte-se esta tendência. Todavia, e apesar da diminuição acentuada dos encargos financeiros, esta tendência de subida é retomada em 2009 devido principalmente as amortizações de capital decorrentes da contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante de 12.545.533 €, uma vez que a parte do financiamento correspondente à instituição de crédito não contemplava qualquer período de diferimento.

Convém também reiterar que no âmbito deste financiamento ao abrigo do PREDE a parte concedida pelo Estado, no valor de 5.018.213 €, nos primeiros 5 anos - primeira metade do seu prazo - tem carência de capital e a taxa de juro é 0%, não determinado assim, ainda, qualquer impacto no serviço de dívida municipal.

No gráfico inserido é visível esta cadência.



Em matéria de tributo do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, ao longo deste último sexénio verificam-se dois comportamentos distintos, se por um lado o peso dos juros em ambas as componentes da receita e despesa municipais tem vindo sempre a reduzir, comportamento inverso apresenta o peso do serviço de dívida no total dessas variáveis, porquanto a partir de 2009 o seu peso aumenta, agravando-se particularmente em 2011 ao representar cerca de 14% do total da receita cobrada e despesa paga.

Na verdade, embora no exercício de 2011 o volume total do serviço de dívida tenha diminuído, atendendo à materialidade do montante das amortizações realizadas conjuntamente com a redução dos níveis de receita cobrada e despesa paga, o seu peso no orçamento municipal aumenta, o que impõe um significativo esforço em matéria de gestão de disponibilidades, não obstante o município ter vindo sempre a cumprir, de forma pontual e rigorosa, estas suas obrigações.

Posteriormente, apresenta-se uma descrição detalhada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo durante a gerência em apreço, e paralelamente a respetiva previsão para o próximo exercício de 2012.

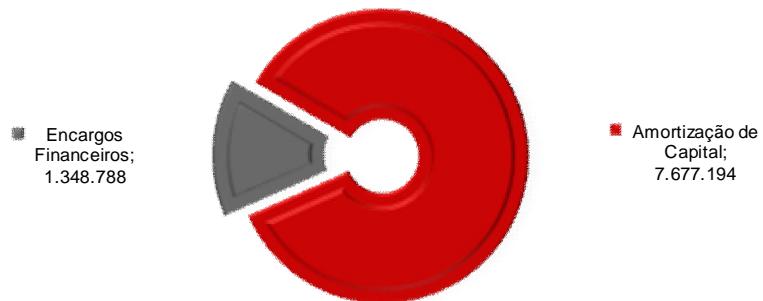
Descrição do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo						
	Realizado em 2011			Previsto em 2012		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	2.785.527	626.508	3.412.034	2.785.527	525.432	3.310.958
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	2.016.618	460.572	2.477.190	2.016.618	380.393	2.397.011
Empréstimo de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € PREDE	1.505.464	147.389	1.652.853	1.505.464	118.45	1.617.309
Sub Total	6.307.608	1.234.469	7.542.077	6.307.608	1.017.670	7.325.278
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	288.887	244.585	533.471	294.619	233.605	528.224
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 €	266.933	20.412	287.345	266.550	22.925	289.475
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 21.077.411,44 €	598.947	50.245	649.192	596.951	58.190	655.111
Sub Total	1.154.766	3.15.242	1.470.008	1.158.120	314.720	1.472.840
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	211.465	15.299	226.765	211.465	16.399	227.864
Sub Total	211.465	15.299	226.765	211.465	16.399	227.864
TOTAL	7.673.840	1.565.010	9.238.850	7.677.194	1.348.788	9.025.982

Un: Euros

Na globalidade das despesas realizadas com o serviço de dívida sobressaem pela sua significância as inerentes aos empréstimos que relevam para efeitos do cálculo da capacidade de endividamento, ao absorverem 7.542.077 €, o que representa cerca de 81% do seu valor total, perspetivando-se igual peso no exercício próximo de 2012.

Em cumprimento do que se encontra contratualmente estabelecido e dado que ainda não foram integralmente saldadas nenhuma das dívidas de médio e longo prazo existentes, para o ano financeiro de 2012 estima-se um ligeiro aumento das amortizações, imputável integralmente ao empréstimo bancário com o BBVA, e em contrapartida uma redução do montante de juros a liquidar nas dívidas desta natureza, consequência natural do abatimento do capital em dívida dos empréstimos contratados.

Previsão da Composição do Serviço de Dívida
Ano 2012



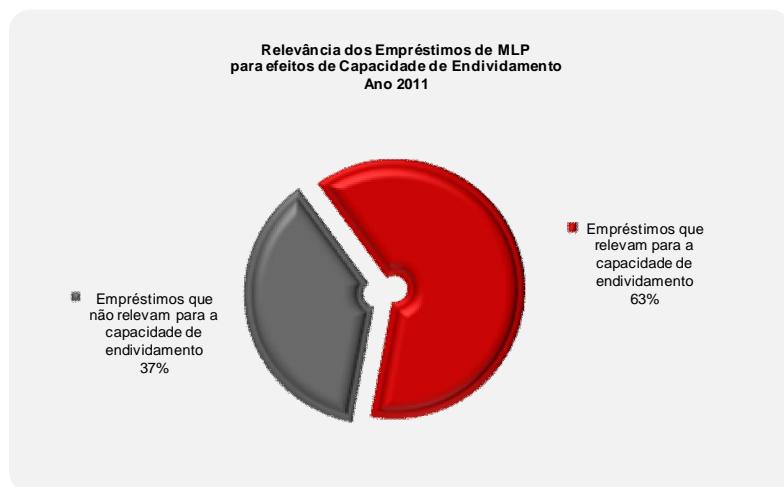
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE		
	2011	
	Valor	Peso
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	44.890.462	85,40%
Empréstimos Bancários de M.L.P	43.991.735	83,69%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	26.089.274	49,63%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	10.912.570	20,76%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	7.900.295	15,03%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	7.276.409	13,84%
Banco Santander Totta	2.258.196	4,30%
Estado	5.018.213	9,55%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	17.902.461	34,06%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.595.764	10,64%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	3.441.151	6,55%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	8.865.546	16,87%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	898.727	1,71%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	898.727	1,71%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	7.677.194	14,60%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.465.729	14,20%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	6.307.608	12,00%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.785.527	5,30%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	2.016.618	3,84%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1505.464	2,86%
Banco Santander Totta	1505.464	2,86%
Estado	0	0,00%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	1.158.120	2,20%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	294.619	0,56%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	266.550	0,51%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	596.951	1,14%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	211.465	0,40%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,40%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	52.567.656	100,00%

Un: Euros

Mediante a materialidade do endividamento de médio e longo prazo, justifica-se de igual modo identificar de forma particularizada os empréstimos existentes e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo da capacidade de endividamento e do seu grau de exigibilidade, à data de fecho de contas.

Apesar da redução significativa do capital em dívida dos empréstimos que relevam para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, e a consequente redução do seu peso, continuam a ser estes os que assumem maior preponderância, consumindo cerca de 63% do cômputo geral contratualizado. Os demais 37% respeitam aos empréstimos que foram consignados à construção da habitação social e encontram-se na sua grande maioria indexados à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento.



PREVISÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DO ANO DE 2012

Por último, como fonte de informação adicional insere-se um quadro prospectivo da composição desta tipologia de dívida no final da gerência de 2012.

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-12-2012		
	Valor	Peso
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	43.991.735	98%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	26.089.274	58%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	10.912.570	24%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	7.900.295	18%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	7.276.409	16%
Banco Santander Totta	2.258.196	5%
Estado	5.018.213	11%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	17.902.461	40%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.595.764	12%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	3.441.151	8%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	8.865.546	20%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	898.727	2%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	898.727	2%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	44.890.462	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

No grupo do endividamento de curto prazo está contemplada a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferência para as autarquias locais e por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos seis anos se retrata no quadro infra.

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO							Variação	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011		2010/2011	2006/2011
Fornecedores c/c	4.545.822	3.992.302	3.735.283	1.787.016	2.500.544	1.257.001	9,5%	-1.243.543	-3.288.821
Fornecedores imobilizado	32.638.378	21.217.971	16.421.032	10.394.811	9.469.913	6.567.481	49,8%	-2.902.432	-26.070.897
Outros credores	3.014.168	7.619.284	6.481.868	5.437.788	4.715.244	5.356.005	40,6%	640.762	2.341.837
Estado	10.570	13.913	14.195	0	12.684	0	0,0%	-12.684	-10.570
Credores de Transferências das Autarquias	2.448.805	6.178.668	5.848.082	4.937.938	4.406.201	4.678.269	35,5%	272.068	2.229.464
Credores por Investimentos Financeiros	162.350	101.000	0	0	15.125	99.760	0,8%	84.635	-62.590
Credores Diversos	392.443	1.325.703	619.591	499.850	281.233	577.977	4,4%	296.744	185.534
Total da Dívida de Curto Prazo	40.198.368	32.829.558	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	100,0%	-3.505.213	-27.017.881
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%			-67,2%
Fornecedores c/c	-17,8%	-12,2%	-6,4%	-52,2%	39,9%	-49,7%			-72,3%
Fornecedores imobilizado	-12,9%	-35,0%	-22,6%	-36,7%	-8,9%	-30,6%			-79,9%
Outros credores	12,8%	152,8%	-14,9%	-16,1%	-13,3%	13,6%			77,7%

Un: Euros

A evolução da componente da dívida de curto prazo registada durante o exercício de 2011 permite concluir que perdura a cadêncie de redução da dívida de curto prazo encetada em 2006, em consequência da convergência da trajetória dos seus dois fatores críticos: os débitos a fornecedores de imobilizado que em relação a 2010 diminuíram cerca de (-) 31%, (-) 2.902.432 €, e os débitos a fornecedores conta corrente que também desceram em relação ao período homólogo perto de (-) 50%, (-) 1.243.543 €

Em contra ciclo, e invertendo a orientação de anos anteriores, aparece um acréscimo de (+) 13,6% nas dívidas a Outros Credores, (+) 640.762 € que em 2010, cujo maior tributo proveio dos credores de transferências das autarquias locais, designadamente da Junta de Freguesia de Aguas Santas, em resultado da dívida nascida por conta do contrato programa celebrado para a participação na construção da sua sede de junta.

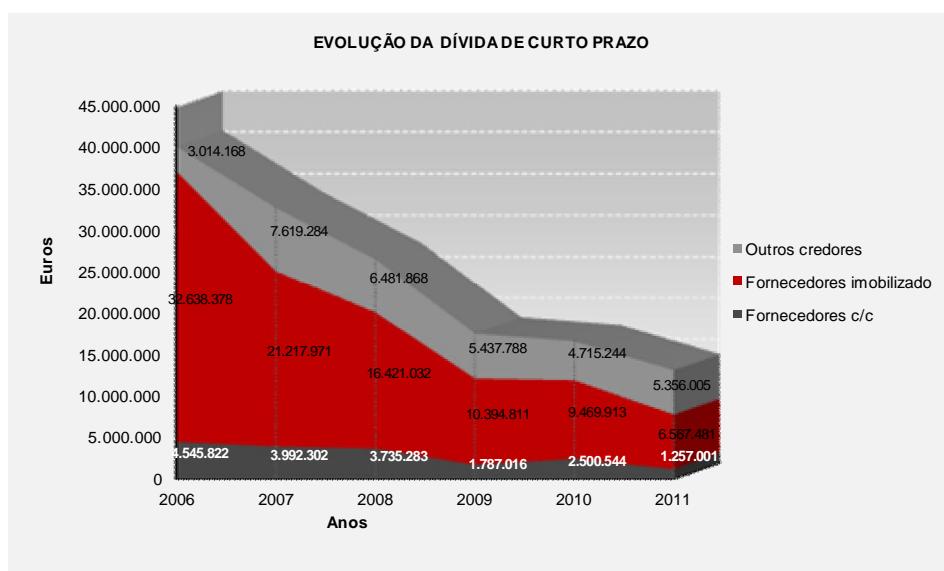
Todavia, quanto a essa rubrica de credores de transferências das autarquias, regista-se que o maior valor diz respeito a uma dívida de 3.171.289 € de comparticipações para investimento à LIPOR que está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Relativamente ao valor contabilizado em “Credores por Investimentos Financeiros”, impõe-se referir que na sequência da realização dos censos às fundações, em cumprimento do estabelecido na Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro, detetou-se que o Município da Maia é membro fundador da Fundação do Desporto – deliberação do Executivo Municipal tomada na reunião de 28/05/1998 e homologada pela Assembleia

Municipal em 01/10/1998 –, com uma participação no capital social no montante de 149.639,37 €, do qual se encontra realizado apenas 49.879,79 €, estando por realizar 99.759,58 €

Em termos globais o volume da dívida de curto prazo em 2011 mantém-se assim em 13.180.487 €, refletindo uma descida em relação ao ano anterior de (-) 3.505.213 €, (-) 21%.

Em síntese, pode-se afirmar e os próprios dados claramente o confirmam, que a materialidade da dívida de curto prazo na estrutura do endividamento municipal tem vindo a diminuir de forma acentuada no decurso destes últimos anos, em resultado do comportamento da generalidade de todas as suas rubricas, que no sexénio avaliado contribuíram para uma redução global na dívida de curto prazo de (-) 67,2%, (-) 27.017.881 €, como bem ilustra o próximo gráfico.



Num contexto de apertada gestão de disponibilidades, importa não menosprezar que em relação ao investimento realizado pelo município no âmbito de projetos cofinanciados, onde já existe o emprego de capitais na aquisição de bens de equipamento, o Estado apresenta uma dívida para com a Autarquia a título de subsídios de investimento, com financiamento proveniente via FEDER ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional, que totaliza 486.225 €. A referida dívida advém da aprovação de um conjunto candidaturas referentes a projetos de requalificação da rede escolar do ensino pré-escolar e ensino básico, que já se encontram integralmente concluídos e pagos, o que representa um evidente esforço em termos de gestão de tesouraria sem contrapartida real noutros agrupamentos da receita neste contexto macroeconómico muito recessivo.

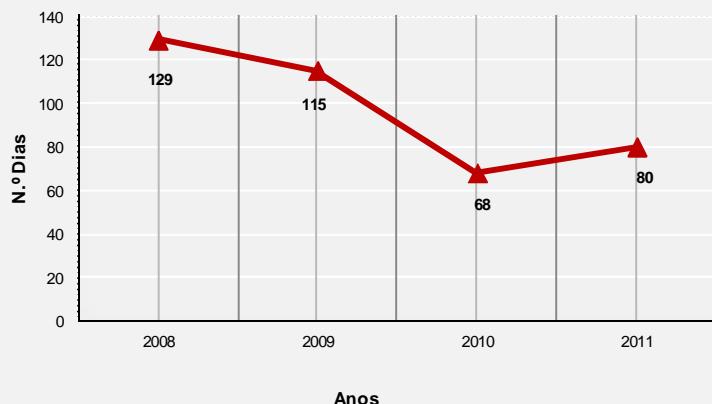
Permanece ainda como cobrança em atraso por parte do Estado, a condicionar o comportamento desta rubrica, cerca de 422.000 € referentes ao Acordo de Cooperação Pré Escolar - Componente Social relativo ao ano letivo 2010/2011, devidos pela DREN, destinados a cobrir despesas correntes de funcionamento do pré-escolar, que pela sua natureza têm de ser pontualmente pagas pelo município, e que prejudicam o igual cumprimento de faturação em dívida em outras áreas.

Por último, interessa igualmente retratar a evolução dos prazos médios de pagamento praticados pelo município, cujos resultados explanados no quadro infra permitem concluir que também neste âmbito tem sido profícua a ação do município no sentido de melhorar as suas práticas.

PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO

	2008	2009	2010	2011	
PMP - Prazo Médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros 34/2008 de 22 de Fevereiro) com a Metodologia prevista pelo Despacho 9870/2009 de 13 de Abril do Ministério da Finanças	$PMP = \frac{\sum_{i=1}^t DF_i}{\sum_{i=1}^t A_i} \times 365$	129	115	68	80

EVOLUÇÃO DOS PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Nos termos das disposições contantes na Lei das Finanças Locais existe um conjunto de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, designadamente a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como a imposição de dois limites ao endividamento municipal:

- Limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do sector empresarial local.
- Limite à contração de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

Por outro lado, tendo em vista assegurar a coordenação efetiva entre as finanças do Estado e as finanças das Autarquias Locais, prevê o n.º 3 do seu artigo 5.º que a Lei do Orçamento de Estado pode definir limites máximos ao endividamento municipal diferentes.

Atendendo ao exposto, no âmbito da apreciação formalizada é fundamental contextualizar os efeitos decorrentes das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado (LOE), pois só assim é exequível uma análise comparativa que se pretenda séria e consistente, pelo que mais uma vez se reitera a necessidade de se proceder com prudência a qualquer análise comparativa.

No seguimento do que tem ocorrido em anteriores gerências, para este exercício de 2011 mais uma vez a LOE no seu artigo 53.º veio definir limites ao endividamento municipal muito mais restritivos dos que resultariam da aplicação do conceito previsto na Lei das Finanças Locais. Todavia, e incompreensivelmente, pelo segundo ano consecutivo, acresce ainda que num único exercício económico são definidos dois limites de endividamento líquido distintos, sendo que o segundo apenas é comunicado em 30 de Novembro de 2011, entrando em vigor no dia 01 de Dezembro, praticamente no final da gerência, altura em que todas as decisões fundamentais em matéria de gestão municipal estão em fase plena de produção de efeitos, sendo a sua interrupção na maioria das vezes passível até de gerar indemnizações, o que poderia comprometer e até inviabilizar o cumprimento deste novo limite.

Efetivamente, ao longo da gerência em apreciação vigoraram dois limites diferenciados:

- **Até 30 de Novembro de 2011**, impunha-se como limite do valor do endividamento líquido a 31 de Dezembro de 2011 de cada município **aquele que existia a 30/09/2010**, sendo este que consta em sede de Relatório de Gestão Semestral.
- **A partir de 01 de Dezembro de 2011**, foi imposto aos municípios como novo limite do valor do endividamento líquido a 31 de Dezembro de 2011 de cada município, **aquele que existia a 31/12/2010**.

Apesar de todas as restrições e limitações ao normal funcionamento da atividade autárquica, apraz registar que o município conseguiu cumprir rigorosamente todas as suas obrigações legais neste âmbito.

Assim, em conformidade com o disposto no artigo 53.º da LOE de 2011 e por força da alteração consubstanciada pela Lei nº 60-A/2011 de 30 de Novembro:

1. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia a 31/12/2010.
2. No ano de 2011, a contração de novos empréstimos de médio e longos prazos está limitada ao valor resultante de rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo do disposto nos n.º 1 e 5 a 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 29 de Junho 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.
3. O valor do montante global das amortizações efetuadas em 2009 é corrigido, até 30 de Junho, pelos valores das amortizações efetuadas em 2010.
4. Podem excecionar-se do disposto no n.º 1 outros empréstimos e amortizações, a autorizar por despacho do membro do governo responsável pela área das finanças, em situações excepcionais devidamente fundamentadas, designadamente os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos apoiados pelo mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu - MFEEE no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos

LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Considerando o exposto, procede-se a uma avaliação ao endividamento municipal no exercício de 2011, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento fixados na Lei das Finanças Locais, bem como os dois novos limite de endividamento líquido introduzidos pela LOE 2011 (Lei n.º 55-A/2010, em 31 de Junho) para a gerência em análise.

CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
ANO 2011		
Designação	Montante (Euros)	Observações
Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento		
(1) IMI 2010	17.978.038	
(2) IMT 2010	5.889.920	
(3) IUC 2010	2.243.175	Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2010
(4) CA 2010	75.423	
(5) SISA 2010	184.094	
(6) Derrama 2010	6.450.484	
(7) SEL 2010	0	
(8) Fundos Municipais OE 2011	10.503.636	
(9) Total de receitas a considerar	43.324.771	(9)=somatório de (1) a (8)
(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo	4.332.477	(10)=10%x(9)
(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	43.324.771	(11)=100% x (9)
(12) Limite ao Endividamento Líquido (LFL)	54.155.963	(12)=125%x(9)
(13) Novo Limite do Endividamento Líquido - Art.º 53º LOE2011 - Até 30 de Novembro	33.288.588	Endividamento líquido apurado a 30 de Setembro de 2010
(14) Novo Limite do Endividamento Líquido - Art.º 53º LOE2011 com a redação dada pela Lei 60-A/2011 de 30 de Novembro - após 30 de Novembro	29.307.929	Endividamento líquido apurado a 31 de Dezembro de 2010

Un: Euros

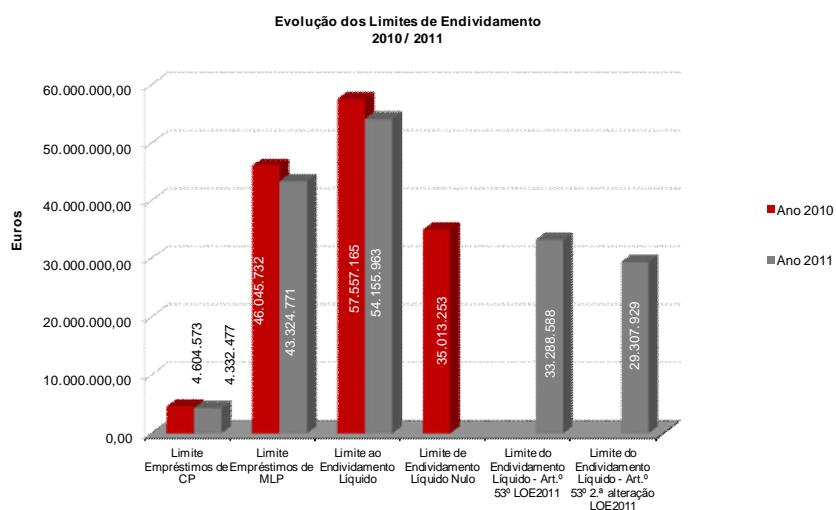
Os limites máximos acima identificados nos pontos (10), (11) e (12) foram calculados com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, sendo notória a redução significativa do limite de endividamento líquido para a gerência em análise em consequência das alterações introduzidas pela LOE para 2011.

Por conta da mudança do limite decorrente da segunda alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2011, publicada em 30 de Novembro de 2011, importa registar que o limite de endividamento líquido reduziu (-) 3.980.659 €, montante cuja materialidade não é de todo despicante face ao quadro macroeconómico recessivo à data vigente, e que conhecido a um mês da data de fecho do exercício poderia comprometer seriamente o seu cumprimento, circunstância que não aconteceu.

Com referência ao valor identificado como endividamento líquido apurado a 31 de Dezembro de 2010, isto é, o novo limite de endividamento líquido para o exercício de 2011, ponto (14), impõe-se referir que o valor é inferior em (-) 81.227 € ao reportado em sede de relatório gestão do ano anterior, entretanto corrigido, em consequência da divergência de valores apenas detetada no âmbito das operações contabilísticas decorrentes do processo de consolidação de contas, que ocorreu pela primeira vez no

exercício transato, e cujo reporte foi efetuado em Junho, ou seja, em momento posterior ao da apresentação das contas individuais.

Na verdade, a realização das operações de consolidação, em especial a anulação das operações contabilísticas reciprocas, permite à entidade consolidante, o Município da Maia, tomar conhecimento da informação financeira das participadas de forma muito mais detalhada. Tal circunstância pode, eventualmente, implicar correções das entidades incluídas no perímetro de consolidação, como foi o caso, não tendo, no entanto, sido possível a regularização no momento do fecho das contas individuais, dado o desfasamento temporal antes aludido.



ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Perante o enquadramento do endividamento na Lei da Finanças Locais e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

O cumprimento da indicada regra do equilíbrio pode ser aferido numa ótica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município, anotando-se que no caso de ser cumprida tal regra o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo.

Entidades participadas		Parcela detida (1)		Resultados do último exercício		
Designação	Sede	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.
Entidades Societárias						
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%	254.479	36.405	2011
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M.	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%	-6.756	-24.133	2011
Conservatório de Música da Maia CMM SU Lda (3)	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	5.000,00	100%	-99.733	-4.008	2011
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	1.496.393,69	100%	2.444.155	63.995	2011
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811.337,98	100%	11.884.294	10.1576	2011
Águas do Douro e Paiva, S.A. (4)	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 55145 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	26.907.834	3.326.684	2011
Águas do Noroeste, S.A. (4)	Lugar de Gaído, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1.380.000,00	2,21%	51.809.718	400.613	2011
Macmai - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª	Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheirós Maia	149.639,36	100%	-18.1807	-8.714	2009
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Av. Prof. Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.709.004	5.566	2011
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A. (2)	Rua de Salazar, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,50%	319.917	-30.353	2011
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%	3.019.892	-1.336.208	2011
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (2) (4) (5)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	123.762.000	30.924.000	2011
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. (2)	Avenida dos Aliados s.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	306.747	47.739	2011
Metro do Porto, S.A. (2) (4)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-1.269.268.614	-397.198.623	2011
Hospital do Lidor S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a estas entidades foi informado que as contas de 2011 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) O Conservatório de Música da Maia é 100 %detido pela Academia das Artes detendo assim o Município de forma indirecta uma participação de 100%do mesmo.

(4) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

(5) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município

De acordo com este conceito, no cômputo geral das entidades participadas pelo município anteriormente identificadas, à data de fecho de contas eram suscetíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento deste município, quinze entidades: o Município, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, duas Associações de Municípios, a Lipor e a Área Metropolitana, e onze empresas de natureza empresarial.

Porém, como o endividamento das entidades de natureza empresarial participadas pelo município apenas releva para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso de o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, da apreciação das contas anuais de 2011 das onze entidades participadas pelo município, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILÍBRIO ANUAL	
ANO DE 2011	
Identificação	% do Capital Detido
Academia das Artes	100%
Conservatório de Música	100%
Macmai	100%
Tecmaia (51%)	51,00%
Net	0,502%
Hospital Lidor	10,00%

Un: %

Relativamente à empresa Macmai, impõe-se apenas registar que a sociedade se encontra em processo de insolvência, e que apesar do acórdão proferido em 23/06/2009 pelo Tribunal de Contas, em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis foi considerada para efeitos de cálculo de endividamento líquido, apenas até que esteja integralmente concluído o seu processo judicial de insolvência e a sua consequente extinção.

Paralelamente, regista-se também que na sequência do desequilíbrio de contas apresentado no final do exercício de 2010 pelas empresas participadas Academia das Artes e Município, durante a gerência de 2011 o município procedeu à reposição do seu equilíbrio nos termos previstos no artigo 31.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, concretizando a realização de duas transferências financeiras, na proporção respetiva da participação no capital social dessas entidades, designadamente nos valores de 150.782,57 € e de 66.853,63 € a favor da Academia das Artes e da Município, respetivamente.

Todavia, em sede de prestação de contas do exercício de 2011, permanece a situação de desequilíbrio da empresa Academia das Artes, tendo sido ultrapassado o desequilíbrio, por parte da entidade Município.

LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Nos termos das disposições legais constantes na atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39.º, devendo ser amortizados num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O valor máximo atrás referido para o ano de 2011, cujo cálculo se encontra espelhado no quadro introduzido, fixou-se em 4.332.477 €, anotando-se que durante o corrente exercício económico o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza e que, em conjunto com as restantes entidades relevantes, no final do exercício cumpría o limite legal de endividamento de empréstimos de curto prazo.

Quanto ao montante de empréstimos desta natureza que não foi amortizado até ao final do exercício anota-se a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, como se justifica.

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILÍBRIO ANUAL	
ANO DE 2011	
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro de 2011	
Identificação	Valor Imputável
Academia das Artes	64.081
Conservatório de Música	156
Macmai	25.000
Tecmaia (51%)	149.171
Net	1.117
	239.526

Un: Euros

LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

No âmbito do stock da dívida de empréstimos de médio e longo, a lei das finanças locais de igual modo prevê a possibilidade dos municípios recorrerem a esta tipologia de crédito bancário para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, até um determinado limite.

Atendendo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite, que se encontra espelhado em quadro próprio e que é um denominador comum de qualquer um dos limites, fruto da imposição dos 100% daquele valor, estipula-se como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2011 a quantia de 43.324.771 €.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que são de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

Em matéria de regime excecionado, e de acordo com a metodologia adotada pela Direção Geral das Autarquias Locais, no caso do município foi excluído o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento no valor de 19.060.581 € e no caso da LIPOR todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projetos cofinanciados excecionados na parte proporcional à participação da autarquia no valor de 9.735.267 €.

Atendendo ao exposto, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, insere-se um quadro ilustrativo da contribuição individual de cada uma entidades que apresentam desequilíbrio de contas para o nível do endividamento bancário de MLP.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
Identificação	Capital em Dívida a 31/12/2011
Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)	40.810.374
CÂMARA MUNICIPAL	
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	13.698.097
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000 €	9.916.912
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	8.781.873
Banco Santander Totta	3.763.660
Estado	5.018.213
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais	
Conservatório de Música da Maia	0
Academia das Artes	0
Macmai	52.255
Tecmaia	8.361.237
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
Municipia	0
Net	0
Hospital Lidor	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	0
GAMP	0
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro de 2011 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)	239.526
CÂMARA MUNICIPAL	
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais	
Conservatório de Música da Maia	156
Academia das Artes	64.081
Macmai	25.000
Tecmaia	149.171
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
Municipia	0
Net	1.117
Hospital Lidor	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	0
GAMP	0
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DE MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE A 31/12/2011 (3)=(1)+(2)	41.049.900
LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 01/01/2011 (4)	43.324.771
CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4)-(3)	-2.274.871
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP	95%

Un: Euros

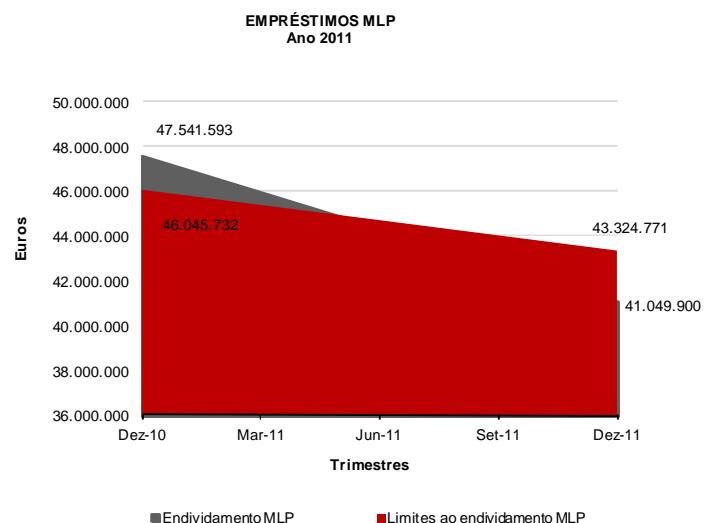
Invertendo a tendência verificada nos últimos anos, no final do exercício económico de 2011 o município apresenta um valor total de empréstimos de médio e longo prazo de 41.049.900 €, reposicionando-se assim, pela primeira vez, de há uns tempos a esta parte, abaixo do limite legal imposto em (-) 2.274.871 €, o que representa uma taxa de utilização de cerca de 95%, da sua capacidade de endividamento.

No seguimento do que tem ocorrido em anteriores gerências, o maior impacto na redução do endividamento de médio e longo prazo decorre das amortizações realizadas por conta dos empréstimos bancários contratualizados pela Câmara Municipal da Maia, sendo os demais contributos provenientes das empresas TECMAIA e do Conservatório, pouco expressivos.

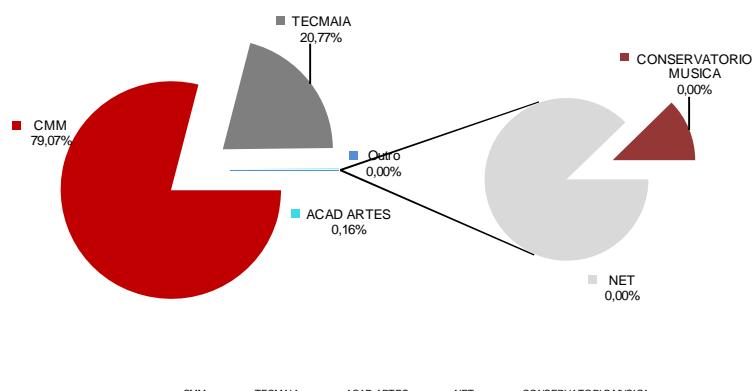
Do conjunto das sociedades de natureza empresarial que tem impacto no endividamento municipal continua a destacar-se, fruto da sua materialidade, a contribuição negativa da empresa TECMAIA, ao influenciar o endividamento bancário de médio e longo prazo do município no montante de 8.510.408 €, apesar da redução de (-) 144.876 € aferida em relação ao ano anterior.

Apesar da imaterialidade dos valores registados assinala-se o ligeiro agravamento dos contributos provenientes das entidades, Conservatório de Música da Maia e Net, em resultado da existência de empréstimos de curto prazo que não foram amortizados até 31 de Dezembro.

Nos gráficos a seguir introduzidos é facilmente visível o comportamento do município em matéria de endividamento bancário de médio e longo prazo à data, assim como do peso de cada uma das entidades participadas neste tipo de endividamento.



**PESO DAS ENTIDADES NO ENDIVIDAMENTO DE MLP
Ano 2011**



LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

A apreciação do endividamento líquido municipal a seguir promovida atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer as operações orçamentais quer não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Com o objetivo de promover o necessário enquadramento do município quanto a esta matéria, em resultado da análise das contas das entidades de natureza empresarial e aplicando a dita a regra do equilíbrio anual, reproduz-se em quadro próprio a contribuição individual de cada uma delas para o nível do endividamento líquido à data de 31 de Dezembro de 2011.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
ANO 2011	
Identificação	Impacto
Entidades de Natureza Empresarial que violam a regra de equilíbrio (1)	10.379.002
Academia das Artes	224.122
Conservatório de Música	99.733
Macmai	84.305
Tecmaia (5%)	9.849.050
Net	0
Hospital Lidor	121.791
Serviços Municipalizados (2)	-5.960.670
Lipor (3)	1.617.285
Grande Área Metropolitana (4)	-4.209.45
Câmara Municipal (5)	11.558.593
Créditos sobre o SEL que não viola a regra do equilíbrio (6)	2.324.876
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO = (1) a (6)	19.498.140
LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - APURAMENTO 31/12/2010	29.307.929
POSICIONAMENTO FACE AO LIMITE	-9.809.789

Un: Euros

No âmbito da apreciação formalizada importa mencionar que a Academia das Artes e a Net, apesar de evidenciarem contas desequilibradas apresentam mais ativos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido, o que determina um endividamento líquido negativo. Porém, as entidades de natureza empresarial que reúnem as condições descritas não revelam para efeitos do limite do endividamento líquido (o mesmo não se passa no que respeita aos limites de empréstimos), fruto da interpretação sistemática do quadro legal em vigor, nomeadamente dos artigos 31.^º e 32.^º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, e que em sede de Lei do Orçamento de Estado ficou expressamente estabelecido. Neste contexto, apenas se regista que o valor dos 224.122 € imputado à

Academia das Artes respeita a um crédito a favor do município que por força do disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei das Finanças Locais deverá ser considerado para efeitos de contribuição para o endividamento líquido.

Permanecendo a tendência verificada nas anteriores gerências, no cômputo geral das sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio de contas e que tem impacto no endividamento municipal, continua a destacar-se pela sua materialidade a contribuição negativa da empresa TECMAIA, ao determinar um acréscimo do endividamento líquido municipal em 9.849.050 €. Do exposto resulta um agravamento do seu contributo para o endividamento líquido face a 2010 na ordem dos 419.000 €.

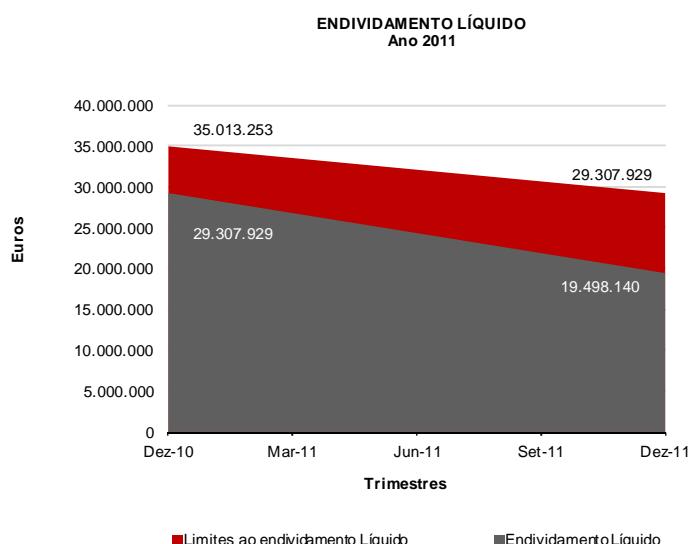
Em matéria de regime excecionado, quanto ao endividamento líquido municipal foi ainda excluído o valor de 19.750.102 € em dívida à EDP refletido no balanço dos SMAS.

A participar negativamente para este grau de endividamento, agravando-se o seu contributo em relação ao ano anterior em cerca de 315.000 €, aparece a LIPOR com 1.617.285 €.

Tendência inversa é apresentada pelos Serviços Municipalizados e pela Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), que contribuem de forma positiva para este limite, com 5.960.670 € e 420.945 € respetivamente, melhorando notoriamente a sua performance em relação ao final do exercício transato.

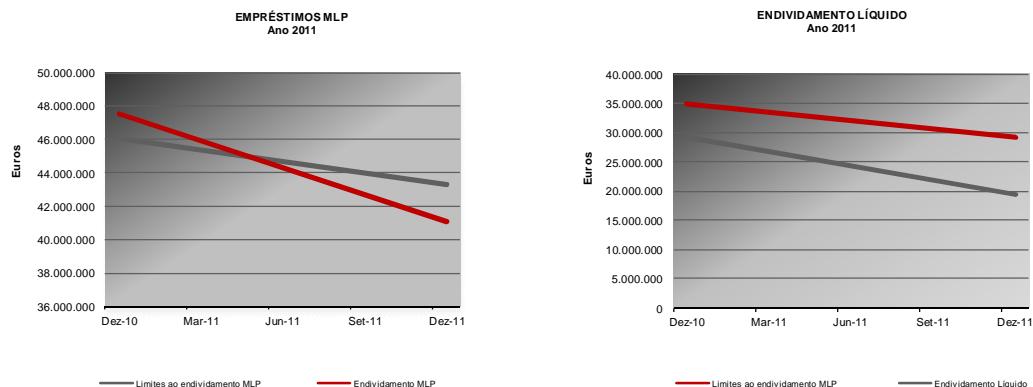
Alude-se igualmente ao contributo advinente dos créditos do município sobre as entidades participadas, onde se destacam a LIPOR e a Espaço Municipal, assim como eventuais desacertos resultantes da circularização das contas correntes, valores meramente residuais.

A leitura dos dados apresentados permite concluir que, em conformidade com a aplicação das regras existentes e apesar do impacto negativo do sector empresarial local e das restrições impostas pela LOE para 2011, para um limite de endividamento líquido de 29.307.929 €, no final do exercício de 2011 o município apresenta 19.498.140 €, posicionando-se, mesmo assim, abaixo do limite legalmente imposto em (-) 9.809.789 €, como bem ilustra o gráfico que se segue.



Reitera-se a informação prestada na parte inicial deste capítulo, assinalando que por força de uma alteração à LOE para 2011, publicitada apenas no dia 30 de Novembro, o limite de endividamento líquido reduziu mais (-) 3.980.658,93 € do que seria previsível face ao quadro legal vigente até essa data. Tal importância, fruto da sua materialidade, num contexto de apertada gestão de disponibilidades muito condicionada por fatores externos à vontade da autarquia, poderia comprometer seriamente o seu cumprimento. Todavia, como demonstram os resultados apurados e apesar de todos os constrangimentos, o município conseguiu posicionar-se num nível significativamente abaixo desse novo limite legal.

Por fim, insere-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento à data de 31 de Dezembro de 2011, onde se sistematiza a informação relativa ao endividamento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais, bem como a respetiva ilustração gráfica desse posicionamento.



SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL																
ANO 2011																
	SECTOR EMPRESARIAL LOCAL															
	CMM	SMAS	EM EM - ESTACIONA	ACADEMIA ARTES	CONSERVATORIO DE MÚSICA	MAIAMI BIEN TE	ESPAÇO MUNICIPAL	MAC MAI, LDA	TEC MAIA, SA	MUNICIPIA	NET	PRIMUS	HOSPITAL LIDADOR ***	LIPOR	GAMP	TOTAL
Total do endividamento																
(1) Endividamento Líquido*	79.036.476	30.084.442	0		99.733	0	0	84.305	10.948.884	0	0	0	12.1792	17.503.878	-420.945	137.458.564
(2) Empréstimos de MLP *	51.457.464	0	0	64.081	156	0	0	77.255	8.510.408	0	1.117	0	0	9.735.267	0	69.845.748
Exceções ao endividamento **	67.477.883	36.045.112	-125	-224.122	0	-38.337	-2.286.415	0	1.099.833	0	0	0	1	15.886.593	0	117.960.424
(3) Subsídios ao Investimento	48.417.302	16.295.010	0	0	0	0	0	0	1098.432	0	0	0	1	9.109.324	0	74.920.069
(4) Desacertos Créditos s/ SEL/Créditos S/CMM	0	0	-125	-224.122	0	-38.337	-2.286.415	0	1402	0	0	0	0	-2.957.998	0	-5.505.595
(5) Dividas à EDP	0	19.750.102	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.750.102
(6) Empréstimos de MLP *excepionados	19.060.581	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.735.267	0	28.795.846
Endividamento a considerar																
(7) Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	11.558.593	-5.960.670	125	224.122	99.733	38.337	2.286.415	84.305	9.849.050	0	0	0	12.1791	1.617.285	-420.945	19.498.140
(8) Empréstimos de MLP = (2)-(6)	32.396.882	0	0	64.081	156	0	0	77.255	8.510.408	0	1.117	0	0	0	0	41.049.900
Verificação do cumprimento dos limites a 2011-06-30																
0																
Limites																
(9) Limite do Endividamento Líquido - Art.º 53º LOE2011														29.307.928,71		29.307.929
(10) Empréstimos de MLP														100,00%	43.324.770,66	43.324.771
Montante em excesso																
Endividamento Líquido = (7)-(9)															-9.809.789	
Taxa de utilização de EL															67%	
Empréstimos de MLP = (8)-(10)															-2.274.871	
Taxa de utilização de EMLP															95%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE															32.268.027	
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE															74%	
Endividamento à data de 31/12/2010																
Endividamento Líquido															29.307.929	
Taxa de utilização de EL															84%	
Empréstimos de MLP															47.541.593	
Taxa de utilização de EMLP															103%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE															37.254.256	
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE															80%	
Variação do Endividamento entre 2010 e 2011																
Endividamento Líquido															Taxa	Valor
Empréstimos de MLP															-33,47%	-9.809.789
															-13,65%	-6.491.693

Un: Euros

*A parte dos SM AS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

** Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada

*** Os dados referentes ao Hospital Lidorador são os constantes do reporte provisório apresentado em 31/12/2009.

2
0
1
1

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA

2
0
1
1

maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

O Balanço, como elemento agregador que é, do conjunto de bens direitos e obrigações, tem por finalidade evidenciar a posição económico-financeira do Município no encerramento do exercício 2011, apresentando também a evolução patrimonial comparativamente ao ano anterior.

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	464.347.009	100,00%	450.852.531	100,00%	-13.494.478	-2,91%
Imobilizado	449.894.502	96,89%	436.921.816	96,91%	-12.972.686	-2,88%
Circulante						
Existências	665.349	0,14%	512.743	0,11%	-152.607	-22,94%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	6.306.713	1,36%	5.116.766	1,13%	-1.189.947	-18,87%
Disponibilidades	5.034.962	1,08%	6.192.689	1,37%	1.157.727	22,99%
Acréscimos e Diferimentos	2.445.483	0,53%	2.108.517	0,47%	-336.965	-13,78%
Passivo	149.495.687	100,00%	139.106.641	100,00%	-10.389.046	-6,95%
Provisões para riscos e encargos	1.100.000	0,74%	3.178.457	2,28%	2.078.457	188,95%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	52.566.010	35,16%	44.890.462	32,27%	-7.675.547	-14,60%
Curto Prazo	29.072.774	19,45%	25.428.351	18,28%	-3.644.423	-12,54%
Acréscimos e Diferimentos	66.756.903	44,65%	65.609.371	47,16%	-1.147.532	-1,72%
Fundos Próprios	314.851.322	100,00%	311.745.890	100,00%	-3.105.431	-0,99%
Património	298.809.328	94,90%	300.932.890	96,53%	2.123.563	0,71%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-14.964	0,00%	-14.964	0,00%	0	0,00%
Reservas	16.958.643	5,39%	17.521.965	5,62%	563.322	3,32%
Resultados Transitados	-4.949.212	-1,57%	-2.705.855	-0,87%	2.243.357	-45,33%
Resultado Líquido do Exercício	4.047.526	1,29%	-3.988.147	-1,28%	-8.035.673	-198,53%

Un.: Euros

ACTIVO

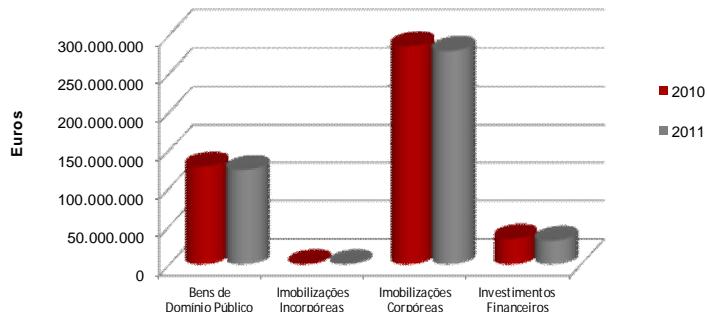
Imobilizado

Da análise do Balanço do Município à data de 31 de Dezembro de 2011, conclui-se que é o imobilizado a parcela com maior expressão, representando 96,91% do Ativo Líquido Total, circunstância que se tem mantido inalterável ao longo dos exercícios económicos anteriores. Ainda que não se entrasse em linha de conta com a parcela referente ao domínio público, a preponderância do imobilizado é evidente, situando-se na ordem dos 69 %.

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2010/2011						
Rubricas	2010	%	2011	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	128.585.866	28,58%	124.086.567	28,40%	-3,50%	-4.499.298
Imobilizações Incorpóreas	1.149.143	0,26%	1.008.049	0,23%	-12,28%	-141.094
Imobilizações Corpóreas	286.007.199	63,57%	280.064.495	64,10%	-2,08%	-5.942.704
Investimentos Financeiros	34.152.295	7,59%	31.762.705	7,27%	-7,00%	-2.389.590
TOTAL	449.894.502		436.921.816		-2,88%	-12.972.686

Un.: Euros

Ativo Líquido Imobilizado 2010/2011



Centrando a análise na natureza dos bens afetos a imobilizado, constata-se que as imobilizações corpóreas têm uma significativa representatividade, de 64,10%, seguidas dos bens do domínio público, cujo peso se fixa em 28,40%. Ambas as naturezas de imobilizado refletem oscilações negativas face a 2010, respetivamente de (-) 2,08% e de (-) 3,50%, estas influenciadas, essencialmente, pela variação da componente de imobilizado em curso, que ao ser transferido para imobilizado firme dão origem a novas amortizações.

Na parte dos bens de domínio público as transferências para imobilizado firme ocorreram sobretudo na componente de “Outras Construções e Infraestruturas”, com as beneficiações de vias do Município, enquanto nas imobilizações corpóreas a componente relevante foi a dos Centros Escolares de Vermoim-Gueifães, Gandra, Giesta e Maia.

No que respeita aos Investimentos Financeiros, que absorvem 7,27% do ativo líquido imobilizado, verificou-se uma variação negativa de (-) 7 %, cuja oscilação é justificada em cerca de 65% pelo reforço das provisões indexadas aos Fundos de Investimento Imobiliário, no total de 1.567.413 €, em resultado da perda de valorização associada à crise generalizada da atividade imobiliária.

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
Natureza	2011				
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Valor Bruto de Balanço	Provisão	Valor Líquido
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)	5.500	1.000	5.500.000	1.907.701	3.592.299
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)	6.000	1.000	6.000.000	126.237	5.873.763
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior)	5.000	1.000	5.000.000	123.139	4.876.861
			16.500.000	2.157.077	14.342.923

Un: Euros

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO							
Designação	2010			2011			
	Activo Líquido	Passivo Líquido	Resultado Líquido	Activo Líquido	Passivo	Capital do Fundo	Resultado Líquido
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe	13.882.679	8.920.585	-72.596	12.696.572	9.104.273	3.592.299	-1.369.795
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo	12.15.371	6.102.477	-27.321	12.046.249	6.172.486	5.873.763	-49.31
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior	7.385.713	2.376.570	9.143	7.463.245	2.586.384	4.876.861	-132.282

Un: Euros

Concorre também de forma significante para aquela variação negativa, a regularização do pagamento efetuado em 2007 à empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., a título de prestação suplementar, no âmbito das instruções emanadas da Inspeção Geral de Finanças.

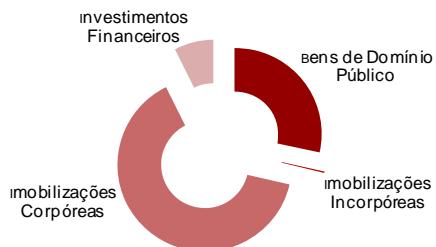
Em matéria de investimentos financeiros, assinala-se ainda a dissolução da empresa municipal “TUM - Transportes Urbanos da Maia, E.M., que deu lugar à anulação da provisão oportunamente constituída, bem como a fusão por incorporação mediante a transmissão global do património da empresa Renovarum – Renovação Urbana da Maia, Lda., para a empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M.

Em contracírculo, registou-se em 2011 um incremento dos investimento financeiros em 230.000 €, valor este referente à participação do Município da Maia no processo de reforço do capital da empresa Águas do Noroeste, S.A., cuja concretização foi legalmente determinada, conforme publicação no Diário da República n.º 83, de 29 de Abril de 2010.

Por último, os ativos incorpóreos que, a exemplo do verificado nos exercícios passados, preservam um insignificante peso percentual no ativo líquido, na ordem dos 0,23%.

Conclui-se a apreciação do ativo immobilizado com a inserção de gráfico demonstrativo do dimensionamento das suas componentes, no período em referência.

Estrutura do Ativo Líquido do Imobilizado 2011



Circulante

O ativo circulante representa 2,62% do ativo líquido, fazendo dele parte, as existências, as dívidas de terceiros e as disponibilidades, sendo as duas últimas parcelas as que apresentam um maior contributo individual, de 43,28% e de 52,38%, respetivamente.

Em relação ao transato ano o ativo circulante acusa um ligeiro decréscimo, originário na diminuição do ativo reconhecido por conta das existências e das dívidas de terceiros, a última das quais com um impacto bem mais relevante dada a sua materialidade.

Assim, pela sua importância, segue-se apreciação particularizada da componente “Dívidas de Terceiros”:

DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2010			2011			Variação do Ativo Líquido 2010/2011
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	78.809	0	78.809	81255	0	81255	3,10%
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	51425	0	51425	640.468	0	640.468	115,44%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	10.855.803	8.451.936	2.403.867	9.449.048	7.166.651	1.982.397	-17,53%
Clientes/Contrib./Utentes - Cobrança Duvidosa	6.290.314	5.018.858	1.271.456	6.343.519	5.202.446	1.141.073	-0,25%
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	4.565.489	3.433.079	1.132.410	2.805.529	1.964.205	841.324	-25,71%
Estado	0	0	0	4.866	0	4.866	-
Outros Devedores	3.772.613		3.772.613	2.407.780		2.407.780	-36,18%
Devedores de Transferências para as Autarquias Locais	2.023.633	0	2.023.633	486.225	0	486.225	-75,97%
Devedores Diversos - Outros	1748.979	0	1748.979	1921.555	0	1921.555	9,87%
TOTAL	14.758.649	8.451.936	6.306.713	12.283.417	7.166.651	5.116.766	-18,87%

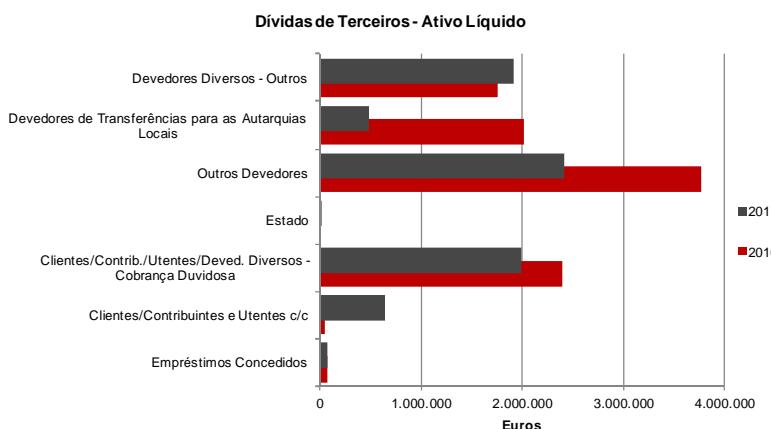
Un.: Euros

Verifica-se globalmente e em termos brutos uma diminuição das dívidas de terceiros, influenciada na sua maioria pela rubrica de “Devedores de Transferências para as Autarquias Locais”, onde se incluem todos os valores devidos ao Município por conta de financiamentos da Administração Central ou de Fundos Comunitários, em virtude do término das transferências indexadas à Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar que se encontravam ao abrigo dos projetos de investimentos cofinanciados por Fundos Comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Destaca-se também o incremento de 589.043 € da rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes c/c, originado, essencialmente, pelas prestações de taxas municipais de urbanismo no âmbito de processos de obras por parte do contribuinte “O Feliz Imobiliária, S.A. (495.331 €), para além do reflexo da imputação das remunerações dos funcionários Municipais que se encontram a desempenhar funções nas empresas municipais (31.754 €).

Quanto aos Clientes, Contribuintes, Utentes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, demonstra-se igualmente uma diminuição, cujo valor ascende a 1.706.755 €, fruto da gestão regular das dívidas de terceiros em sede de cobrança duvidosa com os inerentes reflexos ao nível das correspondentes provisões. Neste âmbito regista-se que cerca de 58% das dívidas de terceiros tem associado um risco de incobrabilidade elevado, o que poderá implicar uma cobrança de receita substancialmente inferior aos 12.283.417 €.

Auxilia-se a análise antes efetuada com a correspondente representação gráfica, tendo em vista uma melhor percepção das variações ocorridas.



Finaliza-se a apreciação do ativo líquido com a alusão às disponibilidades, cujo montante a 31 de Dezembro de 2011 ascendeu a 6.192.689€, dos quais 6.188.297€ provêm de depósitos em Instituições de Crédito e 4.392 € de caixa.

Acréscimos e Diferimentos Ativos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja disposição se apresenta seguidamente.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	2.103.122
Juros a Receber	7.342
Impostos e Taxas	1.159.917
Subsídios Correntes	746.735
Instalações Desportivas	10.416
Mercados e Feiras	50
Outros Acréscimos de Proveitos	178.663
Custos Diferidos	5.395
Prémios de Seguros	0
Vigilância e Segurança	0
Outros Custos Diferidos	5.395
TOTAL	2.108.517

Un.: Euros

Em 2011, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa fixou-se em 2.108.517 €, traduzido numa diminuição de 13,78% face a 2010, cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 2.103.122 € e a Custos Diferidos o de 5.395 €.

A parcela dominante dos acréscimos e diferimentos de natureza ativa é indexada a impostos e taxas (55,15%) cuja cobrança foi efetuada em 2011 pela Administração Central, especialmente durante o mês de Dezembro, mas cujo processamento de receita ocorre no início de 2012. Diferenciam-se os valores de 204.207 €, 703.277 € e 230.364 €, referentes ao IUC - Imposto Único de Circulação, IMT - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis e IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis, respetivamente. Relativamente ao ano de 2010, os acréscimos de proveitos desta natureza reconhecidos em 2011 diminuíram 19,23%, o que reflete em baixa a performance da cobrança de impostos municipais.

As transferências e subsídios correntes contribuíram com 35,51% para a formação dos acréscimos de proveitos, em resultado da especialização da receita com o programa de expansão do Pré-Escolar, na componente social.

PASSIVO

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município da Maia, pelo que todas as considerações aí contidas se aplicam direta ou indiretamente aos comentários a esta rubrica, registando-se contudo que as importâncias aqui referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais, sendo a estas últimas imputáveis as eventuais diferenças verificadas em relação aos valores constantes naquele capítulo.

O Passivo, com um valor total de 139.106.641 €, é agregador de três rubricas com contributos individuais distintos: as provisões, que representam 2,28%, as dívidas a terceiros, que ao concorrerem com 50,55% são a parcela mais expressiva, e, por fim, os acréscimos e diferimentos numa também significativa percentagem de 47,16%.

Prosseguindo a tendência declinante do ano anterior, o passivo apresenta uma diminuição, que em 2011 ronda os (-) 6,95%, muito por força do decréscimo da dívida a terceiros, tanto na de médio e longo prazo, (-) 14,60% como no curto prazo (-) 12,54%, motivada pelos objetivos que este Município tem delineados.

Contudo, note-se o aumento das provisões para riscos e encargos, (188,95%) devido ao reforço do montante já provisionado dos processos judiciais em curso, no valor de 2.078.457 €.

Dívidas a Terceiros

A redução de 7.673.840 € verificada nas dívidas de médio e longo prazo deve-se, principalmente, à amortização dos empréstimos contraídos em anos anteriores e ao facto de o Município não ter contraído nenhum financiamento bancário no ano em apreciação. Saliente-se, também, que a dívida a fornecedores de imobilizado, superior a um ano, que obteve igualmente um decréscimo na ordem dos (-) 19,05%.

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2010	2011	Variação
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	-12,74%
Dívida de Curto Prazo	21.397.288	17.751.157	-17,04%
Total	81.638.784	70.318.813	-13,87%

Un:Euros

Da análise da dívida de curto prazo ressalta como principal conclusão a diminuição generalizada das rubricas que a compõem.

Note-se no entanto, e devido a sua materialidade, a redução dos débitos aos fornecedores de conta corrente, que apresentam uma variação próxima de (-) 49,73%, como se revela no quadro seguinte, o qual contém, de forma discriminada, a natureza dos débitos de curto prazo, quer de operações orçamentais quer não-orçamentais.

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
	2010	2011	Variação
Operações Orçamentais			
Curto Prazo			
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	2.500.544	1257.001	-49,73%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	9.469.913	6.567.481	-30,65%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	2.684	0	-100,00%
Outros Credores	4.702.559	5.356.005	13,90%
Sub-Total	16.714.900	13.209.687	-20,97%
Operações Não Orçamentais			
Curto Prazo			
Clientes e Utentes c/ Cauções	1758.429	1892.465	7,62%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	1668.154	1454.648	-12,80%
Estado e Outros Entes Públicos	248.617	221.057	-11,09%
Outros Credores	1007.187	973.300	-3,36%
Sub-Total	4.682.387	4.541.470	-3,0%
TOTAL	21.397.288	17.751.157	-17,04%

Un:Euros

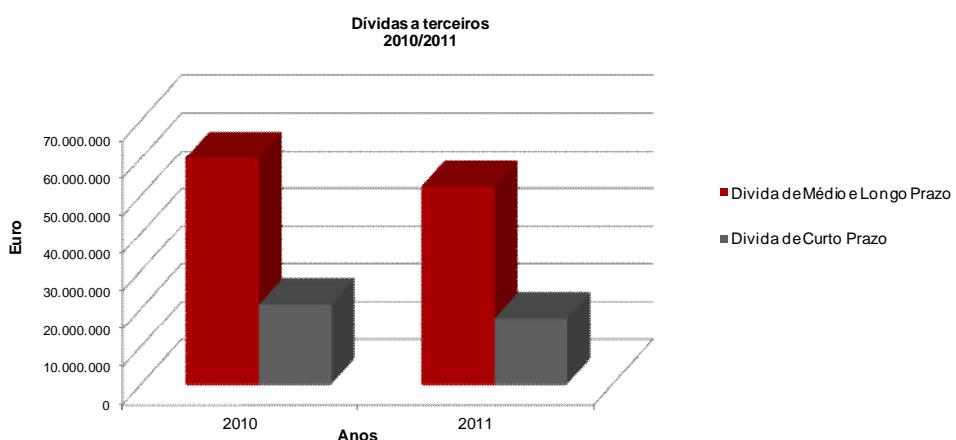
Constata-se que a dívida total de curto prazo de natureza orçamental foi reduzida em (-) 20,97%, originariamente nas rubricas de fornecedores conta corrente e de imobilizado.

A descida do montante da dívida global de fornecedores de curto prazo deve-se à conjugação de vários fatores. Por um lado, a disciplina instituída pelo Município no controlo dos prazos de pagamento aos fornecedores, por outro lado, o esforço que tem vindo a ser desenvolvido ao nível da redução da despesa, muito especialmente no exercício em análise, nomeadamente com a aquisição de bens e serviços. Merece ainda referência a redução da faturação inerente ao investimento no capital fixo, sinalizando particularmente os débitos respeitantes à construção de centros escolares, que teve o seu apogeu nos anos 2009 e 2010.

Contrariamente, a rubrica de Outros Credores apresenta uma variação de (+) 13,90% face ao ano anterior, que é particularmente justificada pelo aumento das transferências para as freguesias, ao abrigo de contratos-programa para o efeito celebrados, em cerca de 505.609 €. Impõe-se aqui referir que na sequência da realização dos censos às fundações, em cumprimento do estabelecido na Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro, detetou-se que o Município da Maia é membro fundador da Fundação do Desporto – deliberação do Executivo Municipal tomada na reunião de 28/05/1998 e homologada pela Assembleia Municipal em 01/10/1998 –, com uma participação no capital social no montante de 149.639,37 €, do qual se encontra realizado apenas 49.879,79 €, estando por realizar 99.759,58 € estando este débito.

Com efeito, no ano de 2009 foi efetuado um contrato-programa entre o Município e a junta de freguesia de Águas Santas, tendo em vista a comparticipação financeira na empreitada denominada “*Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas, para a Sede da Autarquia e para Outros Serviços de Utilização Comum*”. Desde aquele ano que têm vindo a ser efetuadas transferências no âmbito da execução do referido contrato. Contudo, o ano de 2011 concentrou um maior volume de registo de débitos, no total de 1.637.761 €, estando em dívida no final do exercício 1.187.761 €.

Como se referiu, a pormenorização da análise da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente Relatório de Gestão, para o qual se remete nesta parte.



Acréscimos e Diferimentos Passivos

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição no final de 2011 se apresenta no quadro que segue.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	2.603.113
Remunerações a Liquidar em 2012	1.775.166
Juros a Liquidar	198.384
Outros Acréscimos de Custos	629.564
Proveitos Diferidos	63.006.257
Rendas:	14.588.955
Processo de antecipação de rendas	13.239.303
Outras rendas	12.981
Direito de Superfície	1.336.671
Subsídios para Investimentos	48.126.203
Outros Proveitos Diferidos	291.099
TOTAL	65.609.371

Un: Euros

Do total de 2.603.113 € contabilizado como Acréscimos de Custos, a rubrica com maior expressão, cerca de 68,19 %, respeita a remunerações a pagar em 2012, cujo custo deverá onerar o exercício a que respeita, ou seja, o ano 2011. O montante reconhecido em 2011 diminuiu face ao contabilizado em 2010, por força da imposição legal constante da Lei do Orçamento de Estado de 2012, que determina a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalente para os anos de 2012 e 2013, sempre que a base de remuneração seja superior a 1.100 €.

Do lado dos Proveitos Diferidos, destaca-se o reconhecimento dos subsídios para investimentos pelo valor de 48.126.203 €, representando 76,38 % do total dos proveitos diferidos, com origem em participações a obter no âmbito de projetos cofinanciados, designadamente através de fundos comunitários, e cujo reconhecimento do direito é efetuado na medida dos pedidos de pagamento realizados.

Sucedem-se as rendas no montante de 14.588.955 €, que representam 23,15 %, cuja preponderância é imputável ao processo de cessão das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal, cujo valor oportunamente transferido para o Município é transferido para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao Imobilizado património da Autarquia e que é alvo de amortização.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios exibem um total de 311.734.037 € no final do exercício de 2011, traduzindo um decréscimo de (-) 0,99% relativamente ao ano anterior. O impacto na diminuição dos Fundos Próprios, no montante de 3.105.431 €, adveio essencialmente dos resultados líquidos apurados em 2011, negativos em (-) 3.988.147 €,

A justificação mais pormenorizada dos movimentos ocorridos no decurso do exercício de 2011, em cada uma das contas que compõe a classe 5 – Fundos Próprios, são remetidas para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, apresentadas no ponto 8.2.28.

2
0
1
1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

No quadro seguinte espelham-se os Resultados do Município, analisando-se os factos mais relevantes que originaram a sua formação, designadamente o Resultado Líquido do Exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2010	2011	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.119.703	938.439	-16,19%
Fornecimento e Serviços Externos	13.908.715	13.627.370	-2,02%
Custos com Pessoal	19.113.768	18.868.211	-1,28%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	5.935.397	5.221.515	-12,03%
Amortizações do Exercício	14.853.748	16.034.985	7,95%
Provisões do Exercício	867.309	2.501.455	188,42%
Outros Custos e Perdas Operacionais	68.230	145.925	113,87%
(A)	55.866.870	57.337.899	2,63%
Custos e Perdas Financeiras	3.996.272	4.092.851	2,42%
(C)	59.863.143	61.430.749	2,62%
Custos e Perdas Extraordinárias	1829.616	5.875.955	221,16%
(E)	61.692.759	67.306.704	9,10%
Resultado Líquido do Exercício	4.047.526	-3.988.147	-198,53%
	65.740.286	63.318.557	-3,68%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	5.529.099	5.347.414	-3,29%
Impostos e Taxas	38.729.505	35.743.674	-7,71%
Proveitos Suplementares	35.043	24.091	-31,25%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.791.153	15.708.876	-0,52%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	9.415	12.037	27,85%
(B)	60.094.215	56.836.092	-5,42%
Proveitos e Ganhos Financeiros	45.1790	496.906	9,99%
(D)	60.546.005	57.332.998	-5,31%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.194.281	5.985.559	15,23%
(F)	65.740.286	63.318.557	-3,68%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	19.948.402	18.034.633	-9,59%
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	4.227.345	-501.807	-111,87%
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-3.544.482	-3.595.945	1,45%
Resultados Correntes: (D-C)	682.862	-4.097.751	-700,08%
Resultados Líquido do Exercício:	4.047.526	-3.988.147	-198,53%

Un.:Euros

De uma análise global verifica-se um decréscimo em todos os resultados, com especial incidência nos Resultados Operacionais, com uma descida acentuada de (-) 111,87%, e que conjuntamente com os resultados Financeiros foram determinantes no posicionamento negativo dos Resultados Líquidos em (-) 3.988.147 €

Todavia regista-se que o resultado operacional é fortemente influenciado pelas Amortizações e Provisões do exercício, que acresceram cerca de 2.815.382 € face ao período transato, acabando por condicionar de forma decisiva os resultados líquidos do exercício.

O acréscimo das amortizações foi impulsionado pelas transferências ocorridas durante o ano de 2011 de imobilizado em curso para firme, não só no Imobilizado Corpóreo, devido ao término de empreitadas de construção de centros escolares, mas também nos Bens de Domínio Público, por via da conclusão de infraestruturas rodoviárias.

No que respeita às provisões, o seu aumento deriva do reforço do montante já provisionado, quer para cobranças duvidosas quer para riscos e encargos.

Na verdade, excecionando as amortizações e provisões, os restantes custos operacionais reduziram no seu todo o montante global de 1.344.354 €.

Com efeito, existe contudo um conjunto de custos operacionais que em 2011 registaram diminuições, relevando-se especialmente:

- Os C.M.V.M.C – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, com um decréscimo de (-) 16,19%, induzido pela redução dos custos com material de secretaria de 39.660 €, e por outros fornecimentos de 144.216 €;
- Os Fornecimentos e Serviços Externos, que registaram uma redução de (-) 2,02%, fruto da contração dos custos em cerca de 367.412 € com reparações e conservação de bens, e 250.809 € em serviços de vigilância e segurança;
- As Transferências e Subsídios Concorrentes com Prestações Sociais, que foram abatidas em (-) 12,03%, com origem na diminuição de transferências para instituições particulares, no montante de 588.766 €, e de transferências para a empresa municipal de Ambiente, reduzidas em 485.714 €
- Os Custos com pessoal, com uma oscilação negativa de (-) 1,28%.

Os custos com pessoal, representando 28,03% da totalidade dos custos, registaram em 2011 uma diminuição de 245.557 €. Este valor é justificado pela aplicação do artº 21 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), que determina que “*Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), como medida excepcional de estabilidade orçamental é suspenso o pagamento de subsídios de férias e de Natal ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e, ou, 14.º meses às pessoas (...) cuja remuneração base mensal seja superior a € 1100*”.

Verifica-se um incremento nos custos com as remunerações do pessoal do quadro por oposição com a redução da despesa com o pessoal contratado a termo, aproximadamente do mesmo valor, dado a integração nos quadros do Município em 2011, de vários funcionários que se encontravam com contratos a termo.

A variação relevante em termos percentuais de 113,87 % na rubrica Outros Custos e Perdas Operacionais, mas que em valores absolutos se situa nos 77.694 €, é justificada pela contabilização da compensação que se atribuíram aos membros das mesas de votos nas eleições do Presidente da República, em janeiro, e pelas eleições da Assembleia da República, em junho de 2011.

Também ao nível dos proveitos operacionais é visível um decréscimo significativo, na ordem dos 3.258.000 €, destacando-se a rubrica de Impostos e Taxas com uma variação negativa de (-) 2.985.831 €, sobretudo determinada pela redução da receita proveniente do I.M.T. (-1.184.689 €), da derrama (-1.373.505 €) e da T.M.U. (-907.480 €), cuja circunstância se associa à atual conjuntura económica, condicionada pelas medidas de contenção e dificuldades de acesso ao crédito bancário, afetando assim a atividade imobiliária. Regista tendência inversa o I.M.I., com um acréscimo de 1.059.765 €.

Assim, a atividade operacional do município, sendo a componente que mais transações regista no exercício, e por sua vez a mais relevante em toda a atividade autárquica, desafetada que seja das amortizações e provisões, origina Resultados Operacionais positivos, apesar da significativa diminuição dos proveitos.

Note-se, porém, que os Resultados Operacionais em 2011 são necessariamente inferiores em cerca de 1.914.000 € face ao ano antecedente, fundamentalmente devido à redução dos níveis de receita cobrada, por inerência ao período recessivo que atravessamos, já que no que respeita aos custos verificou-se um decréscimo, não obstante o impacto fiscal do aumento do I.V.A. nas componentes mais relevantes das despesas de funcionamento.

Contudo, consideradas que sejam as respetivas amortizações e provisões, os Resultados Operacionais contribuíram de forma negativa para a formação do resultado líquido do exercício, assinalando face a 2010 uma variação global próxima de (-) 118%.

Os resultados financeiros, com um aumento de 1,45%, também contribuíram para a formação do resultado líquido, devido à contabilização dos juros suportados, das provisões para aplicações financeiras, assim como a perda na entidade participada Renovarum - Renovação Urbana da maia, Lda., aquando da sua integração na Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M., por fusão. Não obstante o valor apresentado, o resultado foi no entanto amenizado pelo aumento dos juros obtidos nos depósito a prazo e por rendimentos cobrados à empresa Águas do Noroeste, S.A., pela utilização de infraestruturas de abastecimento de água.

A expressiva redução ocorrida nos resultados extraordinários (-96,74%) resulta, sobretudo, do agravamento da componente dos custos. Tal como já foi referido, aquando da análise da dívida a terceiros, o Município registou em 2011 um valor superior de transferências para as freguesias, consequência dos contratos-programa realizados, originando assim num aumento de 62,66 % das Transferências de Capital concedidas.

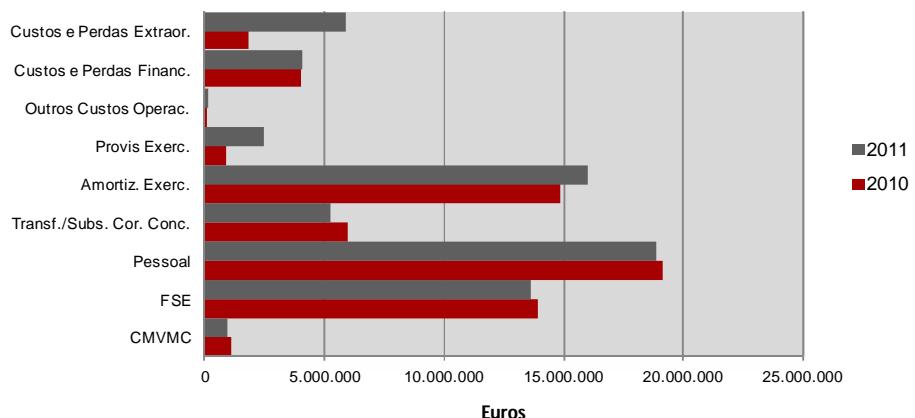
O agravamento verificado nos custos com correções de anos anteriores é justificado em cerca de 60% por uma anulação de receita contabilizada em 2006 no domínio de processos de obras particulares, cuja efetiva exigência de solvência só ocorrerá quando for requerida a 2.ª fase de licenciamento, de acordo com a informação técnica prestada.

O aumento dos custos extraordinários (221,16%) foram os que mais contribuíram para a diminuição acentuada dos resultados líquidos do exercício.

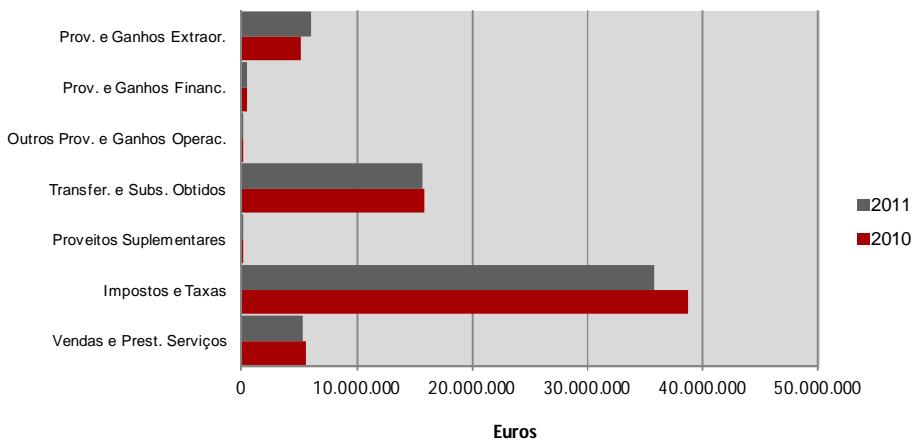
O detalhe da apreciação dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários consta nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

Seguidamente apresentam-se dois gráficos que permitem avaliar de uma forma mais imediata as variações ocorridas nos custos e proveitos entre 2010 e 2011.

**Variação dos Custos do Exercício
2010/2011**



**Variação dos Proveitos do Exercício
2010/2011**



2
0
1
1

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Em tal conformidade, registando-se em 2011 um resultado líquido negativo no montante de (-) 3.988.146,81 €, deverá o mesmo ser transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

2
0
1
1

INDICADORES DE GESTÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS											
1	CUSTÓDIA GLOBAL DAS RECEITAS E DESPESAS	INDICADORES		2009		2010		2011		OBSERVAÇÕES	
		Variação 2009/2010	Variação 2010/2011								
2		Cobertura das Despesas	Receita Total	78 430 400	96,20%	69 294 396	98,97%	63 401 380	102,09%	2,88%	3,5%
3			Despesa Total	81 532 558		70 015 026		62 027 736			
4		Cobertura da Despesa Corrente	Receita Corrente	62 092 790	15,26%	59 187 335	19,2%	57 431 770	19,12%	11,44%	-6,73%
5			Despesa Corrente	49 571 627		42 516 376		43 763 710			
6		Cobertura da Despesa de Capital	Receita de Capital	16 326 354	51,08%	10 082 082	36,66%	5 968 641	32,55%	-28,23%	-11,23%
7			Despesa de Capital	31 960 930		27 499 150		8 339 026			
8		Cobertura da Despesa por Empréstimos	Passivos Financeiros (Receita)	5 545 533	15,39%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%	S/Var.
9			Despesa Total	81 532 558		70 015 026		62 027 736			
10		Cobertura da Despesa por Transações do Exterior	Fundos Municipais	12 842 273	15,75%	12 973 915	18,53%	12 325 219	19,85%	17,64%	7,10%
11			Despesa Total	81 532 558		70 015 026		62 027 736			
12		Cobertura da Despesa por Receitas Cobradas pelo Município	Receita Cobrada Localmente	12 810 759	15,7%	12 946 339	18,49%	11 505 655	18,53%	17,68%	0,20%
13			Despesa Total	81 532 558		70 015 026		62 027 736			
14		Cobertura da Despesa Líquida de Amortização de Empréstimos por Receitas Cobradas e Transferidas	(Receita Total-Passivo Financeiro)	65 884 866	87,94%	69 294 396	10,77%	63 401 380	16,03%	25,96%	4,76%
15			(Despesa Total-Amortizações de Empréstimos)	74 920 594		62 558 745		54 640 361			
16		Grau de Dependência Receita Total da Receita Própria	Receita Própria	48 875 758	62,32%	46 683 991	67,37%	44 978 024	69,88%	8,11%	3,43%
17			Receita Total	78 430 400		69 294 396		63 401 380			
18		Grau de Dependência Receita Total da Receita Corrente	Receita Corrente	62 092 790	79,9%	59 187 335	85,4%	57 431 770	90,58%	7,89%	6,05%
19			Receita Total	78 430 400		69 294 396		63 401 380			
20		Grau de Dependência Receita Cobrada Localmente	Receita Cobrada Localmente	12 810 759	16,33%	12 946 339	18,68%	11 505 655	18,15%	14,38%	-2,87%
21			Receita Total	78 430 400		69 294 396		63 401 380			
22		Grau de Dependência Receita Total de Impostos Directos	Impostos Directos	36 064 999	45,98%	33 733 899	48,68%	32 666 264	51,52%	5,87%	5,84%
23			Receita Total	78 430 400		69 294 396		63 401 380			
24		Grau de Dependência da Receita Total de Fundos Municipais	Fundos Municipais	12 842 273	16,37%	12 973 915	18,72%	12 325 219	19,44%	14,34%	3,83%
25			Receita Total	78 430 400		69 294 396		63 401 380			

INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES			2009		2010		2011		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
									2009/2010	2010/2011	
13	ESTRUTURA DA RECEITA	Independência da Receita Total - Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	2 545 533	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%	S/Var.	
14			Receita Total	78 430 400	16,00%	69 294 396	63 401 380				
15		Grau de Dependência da Receita Total de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	3 023 217	3,85%	4 136 443	3 621 385	5,76%	54,85%	-43%	
16			Receita Total	78 430 400		69 294 396	63 401 380				
17		Grau de Dependência da Receita Corrente de Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	Impostos, Taxes, Multas e Outras Penalidades	42 432 489	68,34%	39 572 246	37 205 893	64,78%	-3,19%	-2,08%	
18			Receita Corrente	62 092 790		59 873 335	57 431 770				
19		Grau de Dependência da Receita Corrente de Transferências Correntes	Transferências Correntes	13 547 922	21,62%	13 626 944	13 551 564	23,60%	5,53%	2,49%	
20			Recetas Correntes	62 092 790		59 873 335	57 431 770				
21		Grau de Execução da Receita Corrente	Recetas Correntes Executadas	62 092 790	102,41%	59 873 335	57 431 770	93,59%	-10,42%	2,02%	
22	ESTRUTURA DA DESPESA	Evolução da Receita Corrente	Recetas Correntes Orçadas	60 634 81		64 519 223	61 366 560				
23			Receita Total Correnteano n	62 092 790	95,04%	59 873 335	57 431 770	97,03%	0,29%	180%	
24			Receita Total Correnteano n-1	65 330 229		62 092 790	59 873 335				
19		Evolução da Receita - Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	(Impostos, Taxes, Multas e Outras Penalidades ano n)	42 432 489	913%	39 572 246	37 205 893	95,02%	107%	2,96%	
20			(Impostos, Taxes, Multas e Outras Penalidades ano n-1)	46 473 242		42 432 489	39 572 246				
21		Estrutura da Despesa - Capital/Total	Despesa de Capital	31 960 930	39,20%	27 499 150	18 339 026	29,53%	0,9%	-24,81%	
22			Despesa Total	81 532 558		70 015 526	62 102 736				
23		Estrutura da Despesa - Investimento/Total	Investimentos	12 421 009	55,23%	11 901 544	4 625 590	7,45%	39,70%	-65,00%	
24			Despesa Total	81 532 558		70 015 526	62 102 736				
22		Estrutura da Despesa - Aquisição Bens Capital/Total	Aquisição de bens de capital (P-PI)	21 785 875	26,72%	17 983 810	8 153 924	6,5%	-3,87%	-48,82%	
23			Despesa Total	81 532 558		70 015 526	62 102 736				
23		Independência da Despesa - Transferências Capital/Total	Transferências de Capital (Despesa)	3 473 628	4,26%	2 047 588	2 283 645	3,68%	-32,46%	27,79%	
24			Despesa Total	81 532 558		70 015 526	62 102 736				
24		Estrutura da Despesa - Pessoal/Total	Pessoal	18 867 993	23,54%	19 295 370	19 373 082	31,20%	9,09%	0,20%	
			Despesa Total	81 532 558		70 015 526	62 102 736				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

25		ESTRUTURA DA DESPESA	INDICADORES	2009		2010		2011		VARIAÇÃO 2009/2010	VARIAÇÃO 2010/2011	OBSERVAÇÕES
26		ESTRUTURA DA DESPESA	Remunerações Certas e Permanentes	14 807 593		5 26 25		5 247 086		24,55%	9,65%	-2,98%
			Despesa Total	81532 558	10,05%	70 05 526	2173%	62 02 736				
27		ESTRUTURA DA DESPESA	Aquisição de bens e serviços correntes	7 481 406		14 359 108		5 382 071		24,77%	-4,35%	20,77%
			Despesa Total	81532 558	2144%	70 05 526	20,5%	62 02 736				
28		ESTRUTURA DA DESPESA	Serviço da Dívida	8 857 969		9 230 200		9 02 085		14,51%	2,134%	10,08%
			Despesa Total	81532 558	10,86%	70 05 526	13,18%	62 02 736				
29		ESTRUTURA DA DESPESA	Amortizações de Empréstimos	6 611 964		7 456 781		7 462 375		12,02%	3,133%	2,83%
			Despesa Total	81532 558	8,11%	70 05 526	10,65%	62 02 736				
30		ESTRUTURA DA DESPESA	Independência da Despesa - Transferências Correntes	3 801 808		3 435 429		3 049 949		6,97%	3,72%	-0,75%
			Transferências Correntes	49 571 627	7,79%	42 956 376	8,08%	43 763 710				
31		ESTRUTURA DA DESPESA	Pessoal	18 867 993		9 295 370		9 373 082		44,27%	9,24%	-2,46%
			Despesas Correntes	49 571 627	38,06%	42 956 376	45,38%	43 763 710				
32		ESTRUTURA DA DESPESA	Grau de Execução da Despesa Corrente	49 571 627		42 956 376		43 763 710		88,48%	-5,46%	9,68%
			Despesas Correntes Executadas	58 283 510	85,05%	52 701 875	80,67%	49 459 597				
33		ESTRUTURA DA DESPESA	Evolução da Despesa Corrente	49 571 627		42 956 376		43 763 710		102,93%	-10,23%	20,01%
			Despesa Corrente ano n	46 684 767	106,89%	49 571 627	85,77%	42 563 376				
34		ESTRUTURA DA DESPESA	Evolução da Despesa em Investimento	21785 875		9' 983 810		8 163 924		45,40%	-30,96%	-45,01%
			Investimento ano n (PPI)	8 220 152	19,57%	21785 875	82,55%	9' 983 810				
35		ESTRUTURA DA DESPESA	Relação da Despesa de Pessoal e Fundos Municipais Correntes	8 867 993		9 295 370		9 373 082		164,47%	124%	5,36%
			Fundos Municipais Correntes	10 909 781	92,95%	10 020 534	175,09%	10 502 084				
			Relação da Aquisição de Bens e Serviços Correntes e dos Fundos Municipais Correntes	7 481 406		14 359 108		5 382 071		16,47%	-16,69%	2,41%
			Fundos Municipais Correntes	10 909 781	10,024%	10 020 534	10,29%	10 502 084				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

ÍNDICE	REFLEXO DA RECEITA DA CORRÊNCIA E DAS PRINCIPAIS COMPONENTES DA RECEITA SISTEMÁTICA	INDICADORES	2009		2010		2011		VARIAÇÃO 2009/2010	VARIAÇÃO 2010/2011	OBSERVAÇÕES	
			VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%				
36		Relação da Despesa com Pessoal com a Receita Cobrada Localmente	Pessoal	8 867 993	97,28%	9 295 370	98,04%	9 373 082	100,38%	1,15%	2,97%	
			Receita Cobrada Localmente	2 810 759		2 946 339		1 1505 655				
37	REFLEXO DA RECEITA DA CORRÊNCIA E DAS PRINCIPAIS COMPONENTES DA RECEITA SISTEMÁTICA	Relação dos Bens e Serviços Correntes com a Receita Cobrada Localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	17 481 406	96,46%	14 359 108	10,9%	15 382 071	13,69%	-18,72%	20,54%	
			Receita Cobrada Localmente	2 810 759		2 946 339		1 1505 655				
38	GRUPO DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	Grau de Financiamento do Investimento por Fundos Municipais de Capital	Fundos Municipais de Capital	19 324 92	8,87%	19 533 381	10,86%	18 231 35	22,33%	22,45%	10,60%	
			Investimento (PPI)	21 785 875		9'983 810		8 163 924				
39		Grau de Financiamento do Investimento por Venda de Bens de Investimento	Venda de bens de investimento	82 369	0,38%	119 018	6,22%	148 613	182%	145,95%	-70,79%	
			Investimento (PPI)	21 785 875		9'983 810		8 163 924				
40	GRUPO DE COBERTURA DA DESPESA	Grau de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros	Passivos Financeiros (Receita)	12 545 533	57,59%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%	S/Var.	
			Investimento (PPI)	21 785 875		9'983 810		8 163 924				
41		Grau de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente	Receita Corrente	62 092 790	103,99%	59 377 335	109,80%	57 431 770	156,51%	3,58%	-7,86%	
			Despesa de Funcionamento	37 863 872		34 843 976		36 696 275				
42	GRUPO DE COBERTURA DA DESPESA	Grau de Cobertura da Despesa de Investimento por Receita de Capital	Receita de Capital	16 326 354	64,4%	10 082 082	50,30%	5 968 641	54,88%	-2190%	9,09%	
			Despesa de Investimento	25 348 967		20 042 370		10 876 651				
43		Relação dos Juros Pagos com a Receita Total	Juros	2 295 056	2,93%	1 785 270	2,58%	1 568 794	2,47%	-1106%	-3,96%	
			Receita Total Cobrada	78 430 400		69 294 396		63 401 380				
44		Relação dos Juros Pagos com a Despesa Total	Juros	2 295 056	2,81%	1 785 270	2,55%	1 568 794	2,53%	-942%	-0,93%	
			Despesa Total Paga	81 532 558		70 055 526		62 122 736				
45		Relação do Serviço da Dívida com a Receita Total	Serviço Dívida	9 329 950,08	110%	9 453 56,33	10,64%	9 242 633,52	14,58%	14,68%	6,86%	
			Receita Total Cobrada	78 430 400		69 294 396		63 401 380				
46	SERVICO DE DIVIDA MAIS	Relação do Serviço da Dívida com a Despesa Total	Serviço Dívida	9 329 950	1144%	9 453 56	10,50%	9 242 634	14,88%	17,99%	10,23%	
			Despesa Total Paga	81 532 558		70 055 526		62 122 736				

INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS											
INDICADORES				2009		2010		2011		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
				2009/2010	2010/2011						OBSERVAÇÕES
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	Solvabilidade de I	Fundo Patrimonial	329 479 422	212,92%	314 851 322	210,61%	311 745 890	224,11%	-109%	6,41%
2		Solvabilidade de II	Passivo	154 741 087		149 495 687		139 106 641			
3		Solvabilidade Adaptado	Activo Líquido	484 220 509	312,92%	464 347 009	310,61%	450 852 531	324,11%	-0,74%	4,35%
4		Autonomia Financeira	Passivo	154 741 087		149 495 687		139 106 641			
5		Liquidex Geral	Activo Circulante	11 029 118		12 007 024		11 822 188			
6		Liquidex Imediata	Passivo Circulante	30 091 938	36,92%	29 072 774	41,30%	25 428 351	46,49%	11,87%	12,57%
7		Prazo Médio de Pagamento (DGAL)	Dividas a Fornecedores	18.167.200,6	x 365	15.082.207	68	11.078.717	80	-40,34%	16,43%
8		Prazo Médio de Recebimento	Aquisições	57.833.250		80.470.570		50.768.814			
9		Prazo médio de Pagamento	Clientes, Contribuintes e Utentes e Outros Devedores	12.317.174,03	x 365	12.656.207,13	104	11.711.071,19	104	6,92%	-0,29%
10		Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Proveitos	46.114.826		44.318.979		41.027.216			
			Divida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimo s+OT+Cauç. e gar. de fomec. em dinheiro).	19.619,39		6.036.558		14.319.880			
			Aquisição de Bens e Serviços e Transferências e subsídios no ano	47.350.030		51.531.673		44.582.024			
			Divida a fornecedores de imobilizado em 31/12	12.952.574	x 365	11.766.390	156	8.818.742	156	-33,52%	0,28%
			Aquisição de Imobilizado no ano	20.85.668		27.631.067		20.616.922			

INDICADORES ECONÔMICO PATRIMONIAIS

INDICADORES			2009		2010		2011		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES	
									2008/2009	2009/2010		
11	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	389 720 605	82,67%	367 47 331	81,67%	356 638 353	81,62%	-12%	-0,05%	Aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial+financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
12		Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	329 479 422	69,89%	314 851 322	69,98%	311745 890	71,35%	0,14%	195%	Avalia a cobertura do imobilizado pelo Fundo Patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser < 100%.
13	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	60 241 83	12,78%	52 566 010	116,8%	44 890 462	10,27%	-8,56%	-12,07%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do activo imobilizado.
14		Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	29 072 774	6,46%	29 072 774	6,46%	25 428 351	5,82%	0,00%	-9,94%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.
15	MOBILIZAÇÃO DE ATIVO LÍQUIDO	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	471436 033	97,36%	449 894 502	96,89%	436 921815	96,91%	-0,49%	0,02%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
16		Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Activo Líquido	484 220 509		464 347 009		450 852 531				Permite aferir a importância relativa dos bens de domínio público (que, por isso, são, em princípio, insusceptíveis de serem transmitidos) no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
17	ENDERECAMENTO	Endividamento	Passivo	154 741 087	31,96%	19 495 687	32,19%	19 106 641	30,85%	0,75%	-4,15%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
18		Endividamento de MLP	Dividas de MLP	60 241 83	12,44%	52 566 010	132%	44 890 462	9,96%	-9,0%	-12,05%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
19	ENDERECAMENTO	Endividamento - Empréstimos de MLP	Emprestimos de MLP	58 919 525	12,97%	51455 817	108%	43 991 735	9,76%	-8,93%	-11,95%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
20		Endividamento de CP	Dividas de Curto Prazo	30 091 938	6,21%	29 072 774	6,26%	25 428 351	5,64%	0,75%	-9,92%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
21	ENDERECAMENTO	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	S/VAR.	S/VAR.	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
22		Estrutura de Endividamento I	Dividas de MLP	60 241 83	38,93%	52 566 010	35,15%	44 890 462	32,27%	-9,68%	-8,22%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
23	Estrutura de Endividamento II	Dividas de Curto Prazo	30 091 938	19,45%	29 072 774	19,45%	25 428 351	18,28%	0,00%	-6,00%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluído, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.	

2
0
1
1

ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2010 e o Balanço Final de 2011.

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 17 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

Conforme informação da DGAI (Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), que torna público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, publicado no Diário da República n.º 44, 2.ª Série, de 1 de Março de 2012, tendo como data de referência o dia 31 de dezembro de 2011, são apresentados os seguintes resultados:

- 109 833 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- 49 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 30 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 27 de Novembro de 2006, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 2.ª reunião da 5.ª sessão ordinária realizada no dia 17 de Janeiro de 2007, o Regulamento da Macro Estrutura Organizacional desta Câmara Municipal e o consequente organograma, cuja publicação ocorreu em 15 de Maio de 2007, Diário da República n.º 93, II Série (Ver organograma anexo).

Em cumprimento Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de Outubro, a Assembleia Municipal da Maia, em sessão ordinária, realizada no dia 29 de Dezembro, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 13 de Dezembro de 2010, de aprovar o regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal, constituído por um número máximo de 14 Unidades Nucleares, sob a forma de Departamentos Municipais e um número máximo de 34 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao anteriormente publicado. Este regulamento vigora a partir da data de homologação pela Assembleia Municipal.

Após a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2011 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 13 de Dezembro de 2010, e em sessão da Assembleia Municipal de 29 do mesmo mês.

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respetivas alterações.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

- O Órgão Executivo Municipal é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes, e por dez Vereadores, nomeadamente:
- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Mário José Gomes Gouveia

- Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Senhor José Manuel Santos Correia
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr.^a Maria Inês Loureiro Rodrigues
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.^º António Domingos da Silva Tiago
- Dr.^a Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda
- Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e de Património. As atividades do Departamento são asseguradas por três divisões:

- Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental
- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira
- Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e do Património

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído por 21 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

É de salientar que no decurso de 2011 foi iniciado no Município da Maia, a implementação das aplicações informáticas, “**SIGMADOC**” – Arquivo documental e “**SIGMAFLOW**” – nas componentes de faturação e de gestão processual das Obras Particulares.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que ainda não se encontra em funcionamento a aplicação de “Obras Municipais”.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- ✓ Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da ação	15-11-2009	Período abrangido:	2005 a 2009	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2009/25/A3/1009
Data da ação	30-05-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	TC	N.º Processo:	22/2011 – AUDIT
Data da ação	23-09-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	IGAL	N.º Processo:	Ação n.º74/IO-130600
Data da ação	27-10-2011	Período abrangido:	2010 e 2011	Entidade:	DGAIEC	N.º Processo:	220.10.14.01/284-36/2011
Data da ação	28-10-2011	Período abrangido:	2008,2009 e 2010	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2011/2/A3/976
Data da ação	16-06-2011	Período abrangido:	2008 a 2010	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2011/109/A3/669

- ✓ Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados em 2011 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 13 de Dezembro e 29 de Dezembro, respetivamente.

2
0
1
1

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço), do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados), e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

Nota 8.2.2 – Valores Comparativos

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efetuaram-se em 2011 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, afetando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos

Imobilizado

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

Regista-se que no decurso de 2011 foi efetuada uma operação urbanística de loteamento conjunto de iniciativa municipal – Câmara Municipal e Espaço Municipal, E.E.M – ao abrigo da qual foi alterada a configuração inicial dos terrenos abrangidos, tendo determinado a atualização da informação de cadastro patrimonial, mantendo-se contudo os valores ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abrange os registos inerentes à elaboração de planos de pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2011 qualquer movimento.

Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões

Por limitações impostas pelo software informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Assim, ficam anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza (páginas 14 e 15 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 16 a 293 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 294 a 302 dos Anexos Documentais – Volume I).

Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 303 a 338 dos Anexos Documentais - Volume I).

Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas

Entidades participadas		Parcela detida (1)		Resultados do último exercício		
Designação	Sede	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.
Entidades Societárias						
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%	254.479	36.405	2011
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M.	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%	-6.756	-24.133	2011
Conservatório de Música da Maia CMM SU Lda (3)	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	5.000,00	100%	-99.733	-4.008	2011
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	1.496.393,69	100%	2.444.55	63.995	2011
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811.337,98	100%	11.884.294	101.576	2011
Águas do Douro e Paiva, S.A. (4)	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 55145 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	26.907.834	3.326.684	2011
Águas do Noroeste, S.A. (4)	Lugar de Gaído, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1.380.000,00	2,21%	51.809.718	400.613	2011
Macmai - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª	Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheirós Maia	149.639,36	100%	-181.807	-8.714	2009
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Av. Prof. Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.709.004	5.566	2011
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A. (2)	Rua de Salazar, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,50%	319.917	-30.353	2011
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%	3.019.892	-1.336.208	2011
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (2) (4) (5)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981.96	0,24%	123.762.000	30.924.000	2011
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. (2)	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	306.747	47.739	2011
Metro do Porto, S.A. (2) (4)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-1.269.268.614	-397.198.623	2011
Hospital do Lidor S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a estas entidades foi informado que as contas de 2011 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) O Conservatório de Música da Maia é 100 % detido pela Academia das Artes detendo assim o Município de forma indirecta uma participação de 100% do mesmo.

(4) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

(5) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município

Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»

Natureza	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Valor Bruto de Balanço	Provisão	Valor Líquido
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)	5.500	1.000	5.500.000	1907.701	3.592.299
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)	6.000	1.000	6.000.000	126.237	5.873.763
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior)	5.000	1.000	5.000.000	123.139	4.876.861
			16.500.000	2.157.076	14.342.924

Un:Euros

À data de 31 de Dezembro de 2011, a valorização dos capitais dos fundos “Maia Golfe”, “Maia Imo” e “Praça Maior” era de, respetivamente, 3.592.299 €, 5.873.763 € e 4.876.861 €, traduzindo-se numa diferença global entre o custo de aquisição das unidades de participação e o seu valor de mercado, de 2.157.076 €, havendo necessidade de reforçar a provisão anteriormente constituída na ordem dos 1.542.064€.

É entendimento do Município, de acordo com Nota Informativa Externa Independente emitida pela empresa Telles de Abreu e Associados, Sociedade de Advogados, RL, que os fundos especiais de investimento imobiliário fechado não integram o sector empresarial local, interpretação que nunca foi contestada em sede de controlo de endividamento autárquico já realizado ao município pela Inspeção-geral das Finanças. Dessa interpretação, resulta que os passivos assinalados não estão refletidos no endividamento.

Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e 26.8.7.8 – Devedores diversos de cobrança duvidosa, e ascende em 2011 ao valor bruto de 9.149.048 €

Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 81 dos Anexos Documentais – Volume II).

Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas

PROVISÕES				
	2011			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	8.451.936	422.998	1.708.283	7.166.651
292 Provisões para riscos e encargos	1.100.000	2.078.457	0	3.178.457
39 Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49 Provisões para investimentos financeiros	2.587.601	2.097.710	140.931	4.544.380
Total de Provisões	12.139.537	4.599.165	1.849.214	14.889.488

Unidur os

Em 2011 os movimentos relacionados com as provisões distribuíram-se entre Provisões para Cobranças Duvidosas, Provisões para Riscos e Encargos e Provisões para Investimentos Financeiros.

O montante global de provisões constituídas a 31 de Dezembro de 2011 apresenta uma variação de 23% relativamente a igual período de 2010, com origem nas Provisões para Riscos e Encargos e nas Provisões para Investimentos Financeiros, já que as Provisões para Cobranças Duvidosas foram reduzidas. Estas últimas, para além dos ajustamentos efetuados na sequência da análise da antiguidade dos saldos devedores da classe de terceiros e da avaliação do risco de incobrabilidade associado, foram fundamentalmente afetadas por uma anulação de provisão constituída a 100%, indexada a uma anulação de receita contabilizada em 2006 no domínio de processos de obras particulares, cuja efetiva exigência de solvência só ocorrerá quando for requerida a 2.ª fase de licenciamento, de acordo com a informação técnica prestada.

O agravamento verificado nos custos com correções de anos anteriores é justificado em cerca de 60% por uma anulação de receita contabilizada em 2006 no domínio de processos de obras particulares, cuja efetiva exigência de solvência só ocorrerá quando for requerida a 2.ª fase de licenciamento, de acordo com a informação técnica prestada.

Os montantes mais significativos aqui inseridos, já contabilizados em anos anteriores, respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a Lipor, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra a ser dirimido em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €;
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-Geral de Finanças em ação inspetiva – 1.360.720 €

O fator determinador do aumento verificado nas Provisões para Investimentos Financeiros, concretamente na rubrica “Outras Aplicações Financeiras”, tem a ver, conforme já se aludiu no ponto 8.2.18, com a diferença entre o custo de aquisição das unidades de participação dos Fundos de Investimento Imobiliário “Maia Imo”, “Maia Golfe” e “Praça Maior” e o seu valor de mercado à data de 31 de dezembro de 2011. No decurso de 2011 houve lugar a movimentos de reforço das Provisões para

Investimentos Financeiros no valor de 1.567.413 €, compensados pela redução no valor de 25.349 € à data de 30/06/2011, na sequência da análise semestral.

Com impacto nas Provisões para Investimentos Financeiros assinala-se a anulação de provisão contabilizada na rubrica “Partes de Capital”, no valor de 115.582 €, originada pela dissolução da empresa municipal TUM - Transportes Urbanos da Maia. E.E.M., contrariando o reforço à mesma rubrica, no montante de 529.924 €, fomentado pela diferença entre os valores dos capitais próprios das entidades participadas e o seu custo da participação, relativamente às empresas, Academia de Artes da Maia - Produções Culturais E.E.M, Espaço Municipal E.E.M., Macmai, Lda. e Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A..

No âmbito das “Obrigações e Títulos de Participação”, foi reforçada a provisão no valor de 373 € em relação aos Certificados de Dívida Inscrita de Dívida Pública Portuguesa, datados de 1942, cujo valor nominal era de 3.414 €, sendo que o seu valor contabilístico à data de 31 de Dezembro de 2011 se situava em 1.919 €

No que respeita a Provisões para Riscos e Encargos, o reforço de 2.078.457 € foi determinado pela identificação de um elevado risco de resolução desfavorável ao Município num conjunto de processos judiciais em curso.

Mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso enunciados nos documentos de prestação de contas do ano 2008, cuja explicitação se insere nos mesmos moldes:

- **Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia**

O objeto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respetivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objeto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de comparticipações para investimento, no montante de 3.171.281 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na ótica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efetuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, atualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

- **Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia**

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 4.191.423,71 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância esta que justifica a não constituição de provisão.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

No decurso de 2011 foi instaurado o processo n.º 3423/11.6BEPRT que corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, em que são Autores "Fernando Pedroso, Lda." e Abílio Fernando Dias Pedroso e mulher Maria de Fátima Nascimento Pedroso e tem como valor peticionado 12 658 623,84 €. Consiste numa ação administrativa comum sob a forma de processo ordinário - efetivação de responsabilidade civil contratual proveniente da celebração de um Protocolo, assinado em 13 de Setembro de 2001, com vista a (impulsionar) a construção de uma nova centralidade urbana no concelho da Maia, projetada pelo Arq.º Álvaro Leite Siza Vieira. Não foi constituída qualquer provisão, considerando que o reporte informativo dos serviços jurídicos identificou como inexequível a identificação do grau de risco associado ao processo nesta fase, dada a sua prematuridade de tramitação.

Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial

FUNDO PATRIMONIAL				
2011				
		Saldo Inicial	Aumento	Redução
51	Património	298.809.328	2.199.309	75.746
51.1	Património Inicial	235.278.765	2.199.309	75.746
51.11	Saldo Abertura POCAL	189.891.029		
51.12	Correcções ao Balanço Inicial	45.387.736	2.199.309	75.746
51.2	Património Adquirido	63.530.562		
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	-14.964		-14.964
56	Reservas de Reavaliação	0		0
57	Reservas	16.958.643	685.528	122.206
57.1	Reservas Legais	3.343.714		
57.5	Subsídios	261.249	609.175	
57.6	Doações	4.621.123	55.214	116.018
57.7	Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329		
57.8	Cedências	3.473.689	21.139	6.188
57.9	Outras	3.158.540		
59	Resultados Transitados	-4.949.212	4.047.526	1.804.170
Totais		310.803.795	6.932.364	2.002.122
315.734.037				

Un: Euros

Não obstante apresentar um valor bem menos expressivo que os contabilizados em anos anteriores, as correções ao balanço inicial fixaram-se em 2.199.309 € e 75.746 €, a título de aumentos e reduções, respetivamente, cujos registos tiveram a ver com a deteção de factos com impacto no património do Município e que não foram em devido tempo alvo do adequado tratamento contabilístico. Neste âmbito, assinala-se um meritório trabalho que tem vindo a ser continuamente desenvolvido pelos serviços municipais, no sentido de antecipar o mais possível a identificação de ocorrências que possam ter repercussões no balanço inicial, relevando especialmente nos anos de 2010 e de 2011 o trabalho de reconciliação dos valores do imobilizado registado na Secção de Cadastro e Inventário e na Secção de Contabilidade, especialmente o imobilizado em curso. Por essa razão, o valor das correções, embora expressivo, foi substancialmente reduzido no exercício em análise.

No valor de 2.199.309 €, destacam-se as regularizações inerentes a diversas empreitadas da Via Estruturante da Granja, perfazendo um total de 1.548.935 €, que por si só justificam 70,43 % daquele montante.

Na rubrica de subsídios foram contabilizados os valores que respeitam a subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis (terrenos), nomeadamente verbas oriundas do QREN para financiamento dos Centros escolares, que totalizaram no ano de 2011 o montante de 609.175 €.

Os movimentos operados nas contas de doações e de cedências respeitam a ativos, terrenos na sua maioria, que passaram a integrar o património do Município na sequência da celebração de escrituras ou do licenciamento de alvarás de loteamento.

Em Resultados Transitados, para além dos movimentos inerentes às correções de amortizações, que implicaram uma redução de 1.804.170 €, foi ainda contabilizado o Resultado Líquido do Exercício de 2010

no valor de 4.047.526 €, como reforço. Não obstante, a conta 59 – Resultados Transitados apresenta no final do ano 2011 um saldo negativo de (-) 2.705.855 €.

Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS			
Movimentos			2011
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	
Existências Iniciais		71.568	593.781
Compras		0	917.929
Regularização de Existências		-14.701	-117.396
Existências Finais		56.858	455.885
Custos no Exercício		9	938.430

Un.: Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2010	2011		2010	2011
681 Juros suportados	1945.728	1907.295	781 Juros obtidos	57.632	119.997
682 Perdas em entidades participadas	0	0	782 Ganhos em entidades participadas	0	28.922
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis	10.783	97.365
684 Provisões p/ aplicações financ.	2.022.867	2.106.827	784 Rendimentos participações capital	190.066	26.473
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de cambio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos	0	0
688 Outros custos e perdas financ.	27.678	78.728	787 Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros	3.996.272	4.092.851	788 Outros proveitos e ganhos financ.	193.308	224.149
Resultados Financeiros	-3.544.482	-3.595.945	Total de Proveitos Financeiros	451.790	496.906
Total	451.790	496.906			

Un: Euros

Os resultados financeiros permaneceram negativos em 2011, apresentando uma ligeira variação (+)1,45%, que se deveu sobretudo ao aumento verificado nos custos, uma vez que os proveitos registaram uma subida.

Nos custos, distingue-se o reforço da provisão (1.567.413 €) indexada aos Fundos de Investimento Imobiliário “Maia Golf”, “Maia Imo” e “Praça Maior”, assim como o reforço associado ao investimento financeiro referente às participações nas empresas municipais, no montante de 529.924 €, nomeadamente, a Academia das Artes da Maia, E.E.M., Espaço Municipal, E.E.M., Macmai - Matadouro agrícola e Comercial da Maia, Lda. e Tecmaia - Parque e Ciência e Tecnologia da maia, S.A., na rubrica de Provisões para Aplicações Financeiras.

A diminuição verificada nos juros suportados evidencia-se de forma moderada, em (-) 1,98%.

Não obstante a diminuição verificada nos juros de empréstimos, no montante de 185.047 €, reflexo da amortização da dívida de médio e longo, os montantes contabilizados a título de juros de mora cobrados

por terceiros relativos a atrasos de pagamento aumentaram 137.061 €, principalmente devidos a uma sentença de tribunal em que o Município foi confrontado com a obrigação de pagamento de um valor de 84.763 € à empresa Jaime Ribeiro & Filhos. Os demais juros de mora contabilizados, no total de 52.298 €, respeitam a situações residuais em que o Município se viu na obrigação de concretizar o pagamento, não deixando contudo de se registar que os valores finais acordados ascenderam a cerca de 50% dos valores inicialmente reclamados.

Relativamente aos proveitos financeiros, indicam-se os acréscimos mais acentuados nas rubricas de Juros Obtidos e Rendimentos de Imóveis, de 62.364 € e de 86.582 €, respetivamente. Os primeiros, provenientes de juros de depósitos à ordem e depósitos a prazo, e os segundos, resultado de rendas cobradas no âmbito da utilização de infraestruturas de abastecimentos de água afetas ao sistema multimunicipal (reservatórios).

Salienta-se, igualmente, o incremento da rubrica Ganhos em Entidades Participadas, no valor de 28.922 €, resultado, não só do reconhecimento de 5% das receitas obtidas através da cobrança das taxas devidas e aplicáveis ao estacionamento e parqueamento da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M., mas também de 5% das receitas próprias referentes ao aluguer dos espaços e equipamentos e do arrendamento dos bares municipais, mais 10% do valor das receitas apuradas através do pagamento do suplemento obrigatório relacionado com a cedência de espaços e equipamentos a entidades estranhas à Autarquia, com referência à empresa Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M., de acordo com o respetivo contrato de gestão.

Já no que respeita a rendimentos de participações de capital, o ano 2011 caracteriza-se por um decréscimo de proveitos desta natureza, essencialmente devido à redução dos dividendos oriundos das entidades participadas, Águas do Douro e Paiva, que distribuiu 23.352,88 € contra os 43.655,03 € registados em 2010, e Águas do Cávado, que não procedeu a nenhuma distribuição no decurso de 2011, enquanto no ano transato transferiu para o Município da Maia o montante de 146.411,27 €.

Por fim, assinala-se o aumento dos Outros Proveitos e Ganhos Financeiros, na ordem dos 30.841 €, consequência da contabilização das bonificações de juros referentes aos empréstimos bonificados PER - Plano Especial de Realojamento.

Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS									
Custos e Perdas		Exercícios				Proveitos e Ganhos			
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
691	Transferências capital concedidas	1.633.972	2.657.790	791	Restituição de impostos	0	9.764		
692	Dividas incobráveis	13	0	792	Recuperação de dívidas	0	0		
693	Perdas em existências	10	85.092	793	Ganhos em existências	12	2.841		
694	Perdas em imobilizações	6.202	13.1683	794	Ganhos em imobilizações	16.15.334	944.807		
695	Multas e penalidades	421	395	795	Benefícios de penalidades contr.	168.775	491.914		
696	Aumento de amortiz. Provisões	0	0	796	Reduções de amortize provisões	1.245.959	1.733.632		
697	Correções relativas exerc. anteriores	185.102	2.951.411	797	Correções relativas exerc. anteriores	464.892	984.589		
698	Otos custos e perdas extraor.	3.896	49.584	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	1.699.308	18.18.013		
Total de Custos Extraordinários		1.829.616	5.875.955	Total de Proveitos Extraordinários				5.194.281	5.985.559
Resultados Extraordinários		3.364.664	109.605						
Total		5.194.281	5.985.559						

Un: Euros

No final do ano de 2011, os resultados extraordinários apresentam um valor positivo, porém manifestamente inferior (-96,74 %) ao resultado do transato ano.

Confrontando a estrutura dos custos e perdas com a dos proveitos e ganhos, e respetivas variações, sobressai o aumento elevado no lado dos custos, cerca de 221,16%, justificado pelo acréscimo das rubricas de Transferências de Capital Concedidas e das Correções Relativas a Exercícios Anteriores, sendo que no lado dos proveitos a subida foi mais diminuta, na ordem dos 15,23%.

Por via das “Transferências de Capital Concedidas”, o acréscimo de 62,66% resulta, essencialmente, da comparticipação na construção do Edifício sede da Junta de Freguesia de Águas Santas, no montante de 1.637.761 € Registe-se que durante o ano 2011, por conta de transferências de capital concedidas às freguesias, foi contabilizado um custo total de 1.903.709,17 € Destes, 1.637.761 € referente à participação efetuada à Junta de Freguesia de Águas Santas, o que traduz um peso de cerca de 86 %. Assinala-se ainda a atribuição de um subsídio extraordinário à Junta de Freguesia da Maia, tendo em vista a realização de obras no Parque Zoológico da Maia, no montante de 125.000 €

Também com uma subida significativa surgem os custos associados a correções relativas a exercícios anteriores, que relativamente ao ano de 2010 sofreram um acréscimo de 2.766.309 € dos quais 1.715.029 € respeitam a uma anulação de receita contabilizada em 2006 no domínio de processos de obras particulares, cuja efetiva exigência de solvência só ocorrerá quando for requerida a 2.ª fase de licenciamento, de acordo com a informação técnica prestada. Porém, este aumento tem impacto nulo na formação dos resultados extraordinário, uma vez que igual valor foi considerado do lado dos proveitos, na rubrica “Reduções de Amortizações e Provisões”.

Assim, o diferencial de custos que efetivamente releva para o aumento do ano e com impacto nos resultados, sobreveio das regularizações relativas aos exercícios anteriores, que em 2011 ascenderam a 1.120.897 €, destacando-se o valor de 432.180 € no âmbito de um processo de licenciamento e ainda o valor de 558.973 €, este por conta de correções inerentes a uma parcela de terreno no valor de 1.264.096 € que constava do património do Município, mas que na realidade pertence à Direção Regional de Educação do Norte (DREN) e que foi compensada, na conta de custos, com o reconhecimento no

montante de 705.123 €, de uma comparticipação por parte da empresa VAG, Imobiliária, Ld.^a nas obras de urbanização do loteamento com o alv. n.^º 5 /09 para o prolongamento da Via Periférica entre a rua do Cavaco e a Av. D. Manuel II.

Os custos e perdas foram ainda agravados com os prejuízos, quer ao nível das existências quer de imobilizado, com o abate de bens, devido a um incêndio ocorrido em fevereiro nos armazéns municipais.

Os proveitos e ganhos extraordinários, com um aumento de 791.279 €, encontram foco nas rubricas de Benefícios e Penalidades Contratuais (191,46%), nas Reduções de Amortizações e Provisões e nas Correções Relativas a Exercícios Anteriores.

2
0
1
1



NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E
RESPECTIVA EXECUÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento

Ao longo do exercício económico de 2011 foram concretizadas dezoito modificações (dezassete alterações e uma revisão) ao Orçamento, cujos documentos integram o dossier de prestação de contas, nos seguintes termos:

- Dezassete alterações ao Orçamento da Despesa;
- Dezasseis alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Quinze ao Plano de Atividades Mais Relevantes;
- Uma alteração ao Orçamento da Receita;
- Uma Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes, que não teve qualquer impacto na dotação global do Orçamento, tendo como único fim assegurar a dotação financeira em exercícios futuros de dois projetos.

Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Atividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efetuadas da seguinte forma:

- Plano Plurianual de Investimentos 16 alterações;
- Plano de Atividades Mais Relevantes 15 alterações.

Nota 8.3.6 – Endividamento

(páginas 159 a 167 dos Anexos Documentais – Volume II).

2
0
1
1

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 450.852.531 euros e um total de fundos próprios de 311.745.890 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.988.147 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 62.102.736 euros de despesa paga e um total de 63.401.380 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 8.1 Conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, foram constituídos em 2007, 2008 e 2010 Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados, no qual o Município da Maia é o único subscritor e titular das Unidades de Participação. As demonstrações financeiras destes Fundos de Investimento, objecto de Certificação Legal das Contas sem reservas, evidenciam passivos no montante de 17.863.143 euros (em 2010 ascendiam a 17.489.632 euros);
- 8.2 Segundo o ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, existem activos e passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação, procedimento com o qual concordamos;
- 8.3 Apesar de previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto, à semelhança dos exercícios anteriores, os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços, são apurados através outros meios; e

Município da Maia

- 8.4 O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos de prestação de contas evidenciam, no final de 2011, um Activo no montante de 67.739.232 euros, Fundos Próprios de 28.696.924 euros e um Passivo de 39.042.308 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 16.295.010 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas.

Maia, 12 de Abril de 2012

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC

2
0
1
1

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Nota Preambular

Estabelece a Lei das Finanças Locais (LFL) designadamente o n.º 1 do seu artigo 46º, que “ Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas definidos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados, com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos”.

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 2) que «Os procedimentos contabilísticos para a consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL.», o que não ocorreu até à presente data. Contudo, a entrada em vigor da Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, possibilitou o estabelecimento de condições mínimas para se proceder à consolidação de contas do exercício de 2010 nas autarquias locais, que no caso do Município da Maia, pela primeira vez foram apresentadas, porém sem contemplarem qualquer informação financeira consolidada reportada ao início do exercício, como era permitido.

Assim, a presente consolidação de contas do Grupo Municipal da Maia referente ao exercício de 2011, integra pela primeira vez a apresentação, para efeitos de comparação, de informação financeira consolidada reportada ao início do exercício, considerando-a para efeitos do respetivo relato.

2
0
1
1

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O **grupo público municipal** é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município da Maia é constituído pelas entidades por este participadas à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados.

Considerando o exposto, com referência ao exercício económico de 2011, das entidades 100% detidas pelo Município, de forma direta ou indireta, foram excluídas do perímetro de consolidação por não integrarem o sector empresarial local, as seguintes entidades:

- Fundo de Investimento de Imobiliário Maia Golfe;
- Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo;
- Fundo de Investimento Praça Maior;
- Fundação do Conservatório de Música da Maia, entidade 100% detida pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% na mesma.
- MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.^a, na sequência do acórdão proferido em 23/06/2009 pelo Tribunal de Contas.

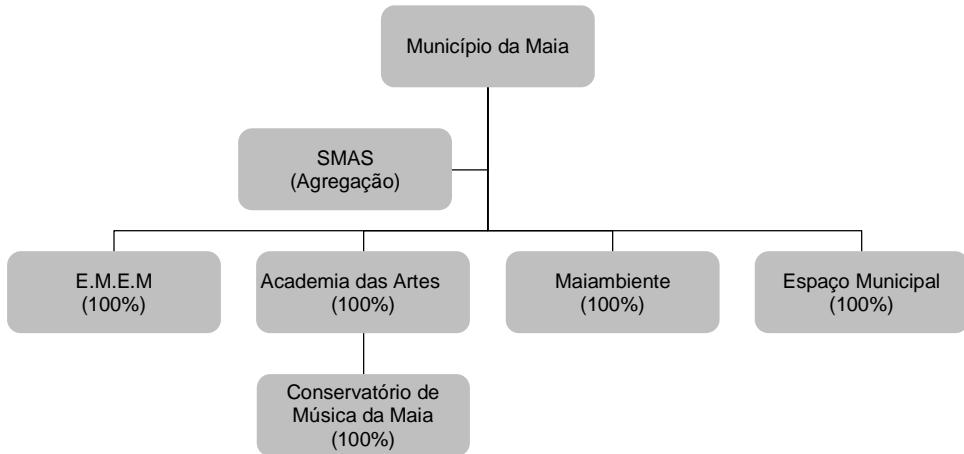
Assim, à data de 31 de Dezembro de 2011 o perímetro de consolidação do Município da Maia apresenta a seguinte constituição:

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO				
ANO 2011				
Identificação da Empresa	Sigla	Valor da Participação	%	
Servidos Municipalizados de Águas, Eletricidade e Saneamento da Maia	SMAS Maia	NA	NA	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	E.M.E.M.	124.699,47	100,00%	
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Academia das Artes	49.879,78	100,00%	
Conservatório de Música da Maia*	Conservatório de Música	5.000,00	100,00%	
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Maiambiente	1.496.393,69	100,00%	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Patrim., E.M.	Espaço Municipal	12.811.337,98	100,00%	

*O Conservatório de Música da Maia é 100% detido pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% do mesmo

Un: Euros

Organograma do grupo



Para as entidades do Sector Empresarial Local em que o Município da Maia participa, de forma direta ou indireta, em 100% do capital, foi utilizado o método de consolidação integral, tendo sido utilizado o método da agregação para os Serviços Municipalizados.

2
0
1
1

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELETRICIDADE, ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA

Os Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMEAS), criados em 9 de Agosto de 1947, dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio, têm como missão a distribuição de água potável no Concelho da Maia e a recolha, drenagem e tratamento das águas residuais nele produzidas.

2. MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.M

A Maiambiente EEM é uma empresa pública municipal criada, em 31 de Agosto de 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos, a recolha seletiva de materiais recicláveis e a manutenção da higiene e limpeza dos locais públicos. A Maiambiente E.M. poderá exercer complementarmente atividades da natureza das estabelecidas anteriormente noutros concelhos do País ou participar em agrupamentos de empresas ou em sociedades constituídas para o efeito ou já existentes, mediante autorização expressa da Câmara Municipal da Maia. Poderá também exercer, com carácter acessório, outras atividades relacionadas com o seu objeto, designadamente a elaboração ou promoção de estudos de desenvolvimento estratégico, sustentabilidade e outros.

3. EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M

A Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 26 de Abril de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto, por delegação da Câmara Municipal, a gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da:

- a) Instalação construção, instalação e gestão do sistema de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo na área do concelho;
- b) Elaboração, ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao parqueamento automóvel;

No âmbito do seu objeto poderá também:

- c) Proceder à gestão e comercialização direta ou indireta, de lojas e galerias comerciais preferencialmente implantadas em parques de estacionamento que estejam sobre a sua responsabilidade;
- d) Desenvolver, diretamente ou como empresa encarregada de gestão de concessões, a atividade de transporte coletivo de passageiros dentro da área do Município da Maia;

Para a prossecução dos seus fins, pode criar departamentos internos com autonomia funcional e administrativa, bem como constituir outras pessoas coletivas, subscrever ou adquirir participações em, sociedade civil ou comercial, sociedades reguladas por leis especiais ou cooperativas, sendo necessário para o efeito deliberação da Câmara Municipal da Maia.

4. ACADEMIA DE ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.M

A empresa Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 29 de Junho de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a produção de eventos culturais, a gestão dos espaços culturais vocacionados para o desenvolvimento de atividades de índole cultural, a gestão das estruturas formativas Conservatório de Música da Maia, Oficina de Teatro da Maia e Oficina de Imagem.

5. CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA, CMM SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

A empresa Conservatório de Música da Maia – CMM SU, Lda. foi constituída em 26 de Outubro de 2006, e tem como atividade principal a gestão do Conservatório de Música da Maia, sendo 100% detida pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% do mesmo.

6. EMPRESA ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M.

A Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. é uma empresa pública municipal criada, em 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a promoção da habitação social, a melhoria das condições habitacionais do Município da Maia, a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja conferida e a participação em ações de renovação e de requalificação urbanística.

2
0
1
1

ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE
CONSOLIDADA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

**2
0
1
1**

BALANÇO CONSOLIDADO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2011, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos. A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO MUNICIPAL

Descrição	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	536.292.642	103,34%	525.337.248	103,66%	-10.955.395	-2,04%
Imobilizado	515.820.637	96,18%	502.668.417	95,68%	-13.152.220	-2,55%
Circulante	17.918.085	3,34%	19.205.569	3,66%	1.287.483	7,19%
Existências	15.110.24	0,28%	13.33.946	0,25%	-177.078	-11,72%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	7.689.735	1,43%	7.176.282	1,37%	-513.452	-6,68%
Disponibilidades	8.717.327	1,63%	10.695.340	2,04%	1.978.014	22,69%
Acréscimos e Diferimentos	2.553.920	0,48%	3.463.262	0,66%	909.342	35,61%
Passivo	194.537.662	154,00%	184.201.920	151,51%	-10.335.743	-5,31%
Provisões para riscos e encargos	1.200.000	0,62%	3.278.457	1,78%	2.078.457	173,20%
Dívidas a Terceiros	105.054.986	54,00%	94.880.465	51,51%	-10.174.521	-9,68%
Médio e Longo Prazo	72.768.212	37,41%	64.965.245	35,27%	-7.802.967	-10,72%
Curto Prazo	32.286.774	16,60%	29.915.220	16,24%	-2.371.554	-7,35%
Acréscimos e Diferimentos	88.282.676	45,38%	86.042.998	46,71%	-2.239.678	-2,54%
Fundos Próprios	341.754.980	100,00%	341.135.328	100,00%	-619.652	-0,18%
Património	317.185.553	92,81%	319.309.116	93,60%	2.123.563	0,67%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-14.964	0,00%	-14.964	0,00%	0	0,00%
Reservas	18.471.381	5,40%	19.389.706	5,68%	918.326	4,97%
Resultados Transitados	-694.661	-0,20%	5.344.633	1,57%	6.039.294	-869,39%
Resultado Líquido do Exercício	6.807.671	199%	-2.893.164	-0,85%	-9.700.835	-142,50%

Un.: Euros

Em temos gerais, o Balanço Consolidado relativo ao exercício de 2011, face ao ano anterior, apresenta uma variação negativa que se difundiu pela maioria das suas rubricas, embora com impactos distintos, e quando comparado com o Balanço do Município do Maia permite confirmar a forte influência do Município enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 85%, posicionando-o, assim, como o grande responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo, tendência que permanece em ambos os exercícios económicos.

Assim, da apreciação ao Balanço Consolidado conclui-se que à data de 31 de Dezembro de 2011 o total do ativo líquido consolidado se situa nos 525.337.248 €, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 502.668.417 €.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 184.201.920 €, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 94.880.465 €, cujo maior contributo advém da componente de natureza de médio e longo prazo, com a influência maioritária da entidade consolidante.

Já na estrutura dos Fundos Próprios consolidados, que representam, no final do exercício, 341.135.328 €, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do Grupo Municipal que perfaz 319.309.116 € assumindo cerca de 94% deste agregado. Também, dentro deste agregado, verifica-se um contributo negativo dos Resultados Líquidos do Exercício, à semelhança aliás do que já se havia constatado nas contas individuais do Município de Maia.

Neste contexto, realça-se a diminuição do ativo líquido em (-) 2,04%, explicada na íntegra pela redução do ativo da entidade mãe, (-) 2,91%, pelo efeito das variações nas mesmas componentes já comentadas em sede de análise ao balanço das suas contas individuais, e que em boa parte foi refreada pelo acréscimo registado no ativo das demais entidades.

Com especial relevância, regista-se também o decréscimo do passivo consolidado, (-) 5,31%, sobretudo justificado pela redução do passivo do Município da Maia (-6,95%), em consequência do comportamento das suas duas componentes da dívida a terceiros, curto e médio e longo prazo, como bem se relata nas suas contas, e que numa ínfima parte foi negativamente afetado pelo acréscimo da dívida a fornecedores de imobilizado da empresa Espaço Municipal.

Com igual tendência, os Fundos Próprios reduzem (-) 0,18%, variação também fortemente influenciada pela entidade mãe que, comparativamente, no seu balanço individual apresenta uma diminuição de Fundos Próprios, a rondar (-) 1%, razão pela qual a variação verificada ao nível dos resultados das entidades que integram o grupo permitiu melhorar o posicionamento final do património municipal consolidado.

Seguidamente proceder-se-á a uma apreciação mais detalhada de cada uma destas componentes.

ACTIVO

IMOBILIZADO

ACTIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL						
Rubricas	2010	%	2011	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	128.585.866	24,93%	124.086.567	24,69%	-3,50%	-4.499.298
Imobilizações Incorpóreas	1.165.124	0,23%	1.011.660	0,20%	-13,17%	-153.464
Imobilizações Corpóreas	349.020.763	67,66%	342.501.743	68,14%	-1,87%	-6.519.020
Investimentos Financeiros	37.048.884	7,18%	35.068.447	6,98%	-5,35%	-1.980.437
TOTAL	515.820.637	100,00%	502.668.417	100,00%	-2,55%	-13.152.220

Un.: Euros

Centrando a análise na natureza dos bens afetos ao imobilizado do grupo municipal, constata-se que as imobilizações corpóreas têm uma significativa representatividade, que ronda os 68%, quer em 2010 quer em 2011, logo seguida dos bens de domínio público, cujo peso em ambos os anos se fixa em cerca de

25%. Sucedem-lhes os investimentos financeiros, com um peso a rondar os 7%, e finalmente as imobilizações incorpóreas, que se fixam em 0,2% do ativo líquido.

Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, ao ser responsável em 87% por este agregado. Na verdade, através da análise da estrutura do Ativo, pode-se confirmar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 96%, muito semelhante, aliás, ao peso que assume em termos das contas individuais da entidade mãe.

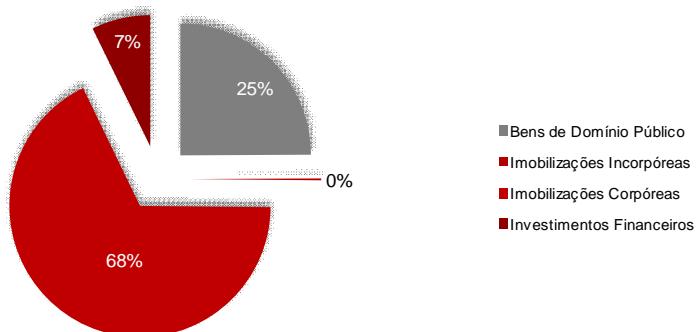
Persiste assim a representatividade do imobilizado no total do ativo líquido do Grupo Municipal, continuando a ser o imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público as parcelas com maior expressão.

Comparativamente ao período homólogo, verifica-se um decréscimo no total do ativo imobilizado líquido do grupo municipal, (-) 2,55%, resultado das amortizações praticadas, dado que em termos brutos o conjunto do imobilizado cerca em cerca de 10.000.000€, assumindo especial preponderância por força da influência da entidade mãe.

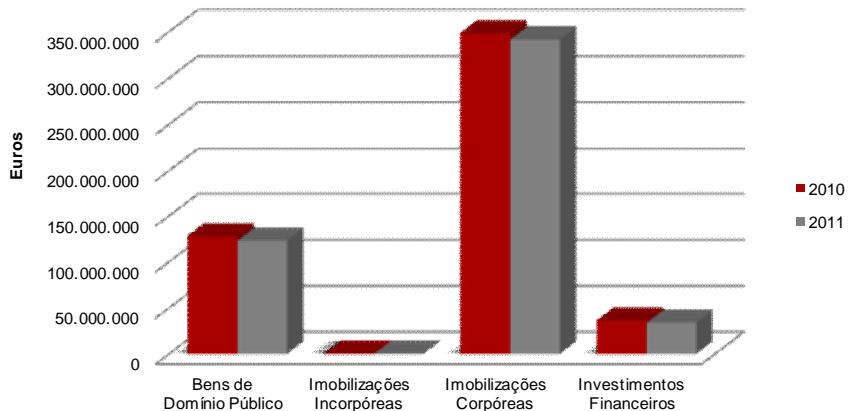
Quanto aos investimentos financeiros regista-se também que advêm fundamentalmente do balanço individual do Município, uma vez que ao nível das participadas apenas a Academia das Artes apresenta participações desta natureza, designadamente ao deter 100% do Conservatório de Música da Maia, da Fundação do Conservatório de Música da Maia, bem como uma participação na Associação MAIANOVA.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção de um gráfico demonstrativo das referências anteriormente efetuadas.

**Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal
2011**



**Variação do Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal
2010/2011**



CIRCULANTE

O ativo circulante do grupo municipal representa 3,66% do ativo líquido, fazendo dele parte as existências, as dívidas de terceiros e as disponibilidades, e em relação ao transato ano de 2010 acusa um acréscimo de 7,19%, originário no aumento das disponibilidades. A exemplo da gerência anterior, as dívidas de terceiros que são exclusivamente de curto prazo e as disponibilidades continuam a ser as rubricas predominantes.

Também neste domínio a preponderância da entidade mãe é maioritária ao representar cerca de 57% do seu valor.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes “Disponibilidades” e “Dívidas de Terceiros”.

Disponibilidades

À data de 31 de Dezembro de 2011 o valor das Disponibilidades ascende a 10.695.340 €, sendo 10.648.927 € constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 46.413 € por valores em caixa.

O total de Disponibilidades do grupo municipal compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 5.641.691 €, em resultado do balanceamento entre o total de receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial, cujo detalhe consta no quadro que se segue.

Comparativamente com o exercício de 2010, regista-se o significativo acréscimo de 59% nos meios monetários do grupo municipal.

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

	31-Dez-10	31-Dez-11	Variação %
RECEBIMENTOS			
Saldo inicial	6.054.080	3.535.258	-41,61%
Receitas orçamentais	96.469.373	80.046.653	-17,02%
Correntes	85.928.458	73.818.283	-14,09%
Capital	10.515.936	6.227.401	-40,78%
Outras	24.978	970	-96,12%
PAGAMENTOS			
Despesas orçamentais	98.985.099	77.940.220	-21,26%
Correntes	67.201.950	56.258.680	-16,28%
Capital	31.783.149	21.681.541	-31,78%
Saldo final	3.538.354	5.641.691	59,44%

Un:Euros

Dívidas a terceiros

Atendendo à materialidade das respetivas provisões os valores desta rubrica apresentam-se em termos

Brutos.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL									
	2010				2011				Variação 2010/2011
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Peso %	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Peso %	
Empréstimos Concedidos	78.809	0	78.809	102%	81255	0	81255	1,13%	3,10%
Client./Contrib./Utentes c/c	3.780.279	0	3.780.279	49,16%	5.297.719	1825.418	3.472.301	48,39%	-8,15%
Client./Contrib./Utentes/Outros devedores-Cobrança Duvidosa	12.672.178	10.726.555	1945.622	25,30%	10.889.520	8.153.343	2.736.177	38,13%	40,63%
Client./Contrib./Utentes	8.103.570	7.293.477	810.093	10,53%	8.080.872	6.186.019	1.894.853	26,40%	133,91%
Outros devedores	4.568.608	3.433.079	1135.530	14,77%	2.808.648	1.967.325	841.324	11,72%	-25,91%
Adiantamentos a Fornecedores	35	0	35	0,00%	35	0	35	0,00%	0,00%
Estado e Outros Entes Públcos	328.550	0	328.550	4,27%	277.663	0	277.663	3,87%	-15,49%
Outros Devedores	1556.440	0	1556.440	20,24%	608.852	0	608.852	8,48%	-60,88%
TOTAL	18.416.290	10.726.555	7.689.735	100,00%	17.155.044	9.978.761	7.176.282	100,00%	-6,68%

Un:Euros

Se em termos de ativo bruto no exercício de 2011, a análise das dívidas de terceiros do grupo municipal conduz a um valor total de 17.155.044€, o que indica uma diminuição na ordem dos (-) 6,9% face a 2010 já em termos líquidos, regista-se um valor de 7.176.282€, circunstância que está diretamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicitada na respetiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

Na verdade o valor mais representativo das dívidas de terceiros refere-se a cobrança duvidosa 10.889.520€ para o qual foram constituídas provisões em conformidade com as regras previstas no POCAL no valor de 9.978.761€. Ou seja, cerca de 58% das dívidas de terceiros tem associado um risco de incobrabilidade elevado, cujo contributo é sobretudo proveniente do posicionamento nesta matéria da entidade-mãe.

O decréscimo verificado nas dívidas desta natureza em comparação com a anterior gerência prende-se particularmente com a redução de (-) 60,88% da dívida de outros devedores, que por si só avoca (-) 947.588€. O maior contributo para esta redução é proveniente das entidades que integram o grupo.

Em contraciclo, mas sem preponderância suficiente que permita infletir a trajetória da rubrica mãe, apurase o acréscimo de 40% das dívidas de clientes/contribuintes e utentes c/c, que perfaz mais 1.517.440 €, e o dos empréstimos concedidos, em (+) 3,10%, apesar da sua pouca materialidade.

O comportamento da rubrica de "Empréstimos Concedidos" justifica-se plenamente pelas circunstâncias descritas em sede das contas individuais da entidade consolidante, e respeita exclusivamente a empréstimos concedidos para financiamento e apoio às micros e pequenas empresas no Concelho da Maia no âmbito do Programa Finicia, ao abrigo do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado entre o Município da Maia e as demais entidades intervenientes, incluindo ainda a parceria de uma Instituição de Crédito.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2011.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO	
	3.463.262
Acréscimos de Proveitos	3.240.354
Custos Diferidos	29.048
Activos por Impostos Diferidos	193.860

Un.: Euros

Os ativos por impostos diferidos estão relacionados com as diferenças temporárias dedutíveis nas empresas Academia das Artes - Produções Culturais, E.M. (56.609 €) e Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M (137.251 €).

PASSIVO

O passivo consolidado do grupo municipal com um valor de 184.201.920 € é agregador de três rubricas com contributos individuais diferenciados: as provisões, que representam 3.278.457 €, cerca de 2%, as dívidas a terceiros, que ao concorrerem com 94.880.465 € perfazem 51,51%, sendo a parcela mais expressiva, e por fim os acréscimos e diferimentos numa também significativa percentagem de 46,71%.

Prosseguindo a orientação evidenciada pela entidade-mãe, apresenta assim na gerência em análise uma diminuição global de (-) 5,31%.

DÍVIDAS A TERCEIROS

A apreciação realizada neste âmbito atende à informação contida no balanço, integrando-se quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL					
	2010	Peso	2011	Peso	Variação 2010/2011
Dividas a Terceiros de Médio e Longo Prazo					
Empréstimos de médio e longo prazo	51.455.817	48,98%	43.991.735	46,37%	-14,51%
Fornecedores c/c - mlp	19.750.102	18,80%	19.636.376	20,70%	-0,58%
Fornecedores de Imobilizado mlp	1.562.293	1,49%	1.337.134	1,41%	-14,41%
Sub-Total	72.768.212	69,27%	64.965.245	68,47%	-10,72%
Dividas a Terceiros de Curto Prazo					
Amortizações de MLP exigíveis no Curto Prazo	7.855.345	7,48%	7.873.789	8,30%	0,23%
Empréstimos de mlp - Amortizações exigíveis a c/p	7.464.021	7,10%	7.465.729	7,87%	0,02%
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a c/p	113.726	0,11%	113.726	0,12%	0,00%
Fornecedores de Imobilizado mlp - Amortizações exigíveis a c/p	277.598	0,26%	294.334	0,31%	6,03%
Empréstimos de curto prazo	67.340	0,06%	64.238	0,07%	-4,61%
Fornecedores c/c (incluindo faturas em receção e conferência)	5.349.641	5,09%	3.521.840	3,71%	-34,17%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.596	0,03%	29.743	0,03%	0,50%
Fornecedores de Imobilizado (incluindo faturas em receção e conferência)	112.5.906	10,68%	8.048.420	8,48%	-28,24%
Estado e Outros Entes Públlicos:	710.245	0,68%	583.448	0,61%	-17,85%
Clientes e Utentes c/ cauções	1758.429	1,67%	1830.665	1,93%	4,11%
Outros Credores	5.300.271	5,05%	7.963.076	8,39%	50,24%
Sub-Total	32.286.774	30,73%	29.915.220	31,53%	-7,35%
TOTAL	105.054.986	100,00%	94.880.465	100,00%	-9,68%

Un.: €

Da análise da dívida a terceiros do grupo municipal ressalta como principal conclusão a diminuição generalizada das principais rubricas que a compõem, posicionando-se a dívida do grupo no final do exercício de 2011 nos 94.880.465 €, constituída maioritariamente por dívida de natureza de médio e longo prazo, que ascende a 64.965.245 €, face aos 29.915.220 € que emergem da dívida de curto prazo.

O decréscimo desta dívida consolidada em (-) 9,68%, é sobretudo justificado, fruto da sua materialidade, pela redução do endividamento de médio e longo prazo, que ronda os (-) 11%, logo seguido pelo abatimento de (-) 28,2% dos créditos dos fornecedores de imobilizado, e dos créditos dos fornecedores conta corrente que se fixam em (-) 34%.

No que diz respeito à estrutura do Passivo, e tendo em consideração que a dívida relativa ao endividamento de médio e longo prazo, que será paga durante o ano 2012 (amortizações de capital), se encontra relevada na rubrica de dívidas a terceiros de curto prazo representando 7.873.789 €, pode-se afirmar que a dívida em termos de exigibilidade se encontra repartida de forma ponderada entre curto prazo e médio/longo prazo.

Atendendo aos valores contantes no balanço individual do Município em matéria de endividamento de médio e longo prazo, é notória a sua influência nesta rubrica, como bem espelha o quadro seguinte que contempla resumidamente a participação de cada uma das entidades do grupo municipal, a esse nível.

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL									
Descrição	Fornecedores c/c	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	2011		2010		Variação	
				Valor	Peso	Valor	Peso		
MUNICÍPIO DA MAIA	-	51.457.464	1.110.193	52.567.656	72,17%	60.241.496	74,72%	-12,74%	
SMAS MAIA	19.750.102	0	280.677	20.030.780	27,50%	20.129.533	24,97%	-0,49%	
EMEM	-	-	-	0	0,00%	0	0,00%	-	
ACADEMIA ARTES	-	-	-	0	0,00%	0	0,00%	-	
MAIAMBIENTE	-	-	38.591	38.591	0,05%	73.070	0,09%	-47,19%	
ESPAÇO MUNICIPAL	-	-	202.007	202.007	0,28%	179.458	0,22%	12,56%	
CONSERVATÓRIO MÚSICA	-	-	-	0	0,00%	0	0,00%	-	
TOTAL	19.750.102	51.457.464	1.631.468	72.839.034	100,00%	80.623.557	100,00%	-9,66%	

Un:Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

Considerando os valores apresentados, conclui-se que a maioria do endividamento de médio e longo prazo do grupo, cerca de 72%, provém da Câmara Municipal logo seguido do contributo prestado pelo SMAS, a rondar os 28%, montante que respeita à dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988. As restantes entidades, atendendo aos valores apresentados, não têm expressão significativa para influir no endividamento global de exigibilidade de médio e longo prazo.

A título complementar insere-se um quadro representativo da composição da dívida desta natureza no final da gerência de 2012, concretizadas que sejam as respetivas amortizações exigíveis a curto prazo, perspetivando-se uma nova redução, na ordem dos (-) 11%.

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL				
Município	Descrição	2011	2012	
		Capital em Dívida a 31/12/2011	Amortizações da Dívida MLP	Capital em Dívida a 31/12/2012
Empréstimos de Médio e Longo Prazo				
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores		13.698.097	2.785.527	10.912.570
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI		9.969.912	2.016.618	7.900.295
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Santander Totta - PREDE		3.763.660	1.505.464	2.258.196
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE		5.018.213	0	5.018.213
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA		5.890.383	294.619	5.595.764
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD		13.170.988	863.501	12.306.697
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP		1.110.193	211.465	898.727
		52.567.656	7.677.194	44.890.462
Maiambiente				
Locações Financ. - Millennium BCP		8.635	8.635	0
Locações Financ. - Santander Totta		29.957	23.663	6.294
		38.591	32.297	6.294
Espaço Municipal				
Locações Financ. - Totta Crédito		151.435	30.660	120.775
Locações Financ. - Caixa Leasing		50.572	19.912	30.660
		202.007	50.572	151.435
SMAS				
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.		19.750.102	13.726	19.636.376
Fornecedores Imobilizado c/cauções		280.677	0	280.677
		20.030.780	113.726	19.917.054
Un: Euros	Total	72.839.034	7.873.789	64.965.245

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

Subacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal-qualmente ao verificado no ativo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição no final de 2011.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
	86.042.998
Acréscimos de Custos	3.281.384
Proveitos Diferidos	82.017.787
Passivos por Impostos Diferidos	743.827

Un: Euros

A expressividade dos Proveitos Diferidos está fundamentalmente associada ao montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de comparticipações oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados. Este valor tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados, estando sobretudo indexados ao balanço individual da entidade consolidante.

Os passivos por impostos diferidos estão integralmente relacionados com diferenças temporárias tributárias na empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M..

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal exibem um total de 341.135.328 € no final do exercício de 2011, traduzindo um decréscimo de (-) 0,18% relativamente ao ano anterior, sendo que 319.309.116 € representam o valor do seu Património e (-) 2.893.164 € dos Resultados Líquidos que foram gerados no exercício económico de 2011.

O impacto na diminuição dos Fundos Próprios, no montante de (-) 619.652 €, adveio essencialmente dos resultados líquidos apurados em 2011, que foram fortemente influenciados pelos resultados obtidos a este nível pela entidade mãe, registando-se que os resultados transitados das entidades Serviços Municipalizados e Maiambiente permitiram atenuar o posicionamento final do património municipal.

2
0
1
1

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS			
	2010	2011	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5.153.415	4.671.852	-9,34%
Fornecimento e Serviços Externos	20.974.730	20.137.628	-3,99%
Custos com Pessoal	26.971.367	26.341.434	-2,34%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	3.531.683	2.812.209	-20,37%
Amortizações do Exercício	18.529.368	19.661.354	6,11%
Provisões do Exercício	1.644.050	3.511.937	113,61%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.055.284	1.172.802	11,14%
(A)	77.859.897	78.309.215	0,58%
Custos e Perdas Financeiras	2.867.016	4.109.495	43,34%
(C)	80.726.913	82.418.711	2,10%
Custos e Perdas Extraordinárias	6.253.721	6.068.079	-2,97%
(E)	86.980.634	88.486.789	1,73%
Imposto Estimado	55.663	47.942	-13,87%
(G)	87.036.297	88.534.731	1,72%
Resultado Líquido do Exercício	6.807.671	-2.893.164	-142,50%
	93.843.968	85.641.567	-8,74%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	27.889.787	26.944.517	-3,39%
Impostos e Taxas	38.103.481	35.311.135	-7,33%
Proveitos Suplementares	162.877	113.040	-30,60%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.955.799	15.708.876	-1,55%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	9.174	4.439	-51,61%
(B)	82.121.117	78.082.008	-4,92%
Proveitos e Ganhos Financeiros	556.388	588.219	5,72%
(D)	82.677.505	78.670.227	-4,85%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	11.166.464	6.971.340	-37,57%
(F)	93.843.968	85.641.567	-8,74%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes das amortizações e provisões	24.434.638	22.946.083	-6,09%
Resultados Operacionais após amortizações e provisões: (B-A)	4.261.220	-227.207	-105,33%
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-2.310.628	-3.521.276	52,39%
Resultados Correntes: (D-C)	1.950.592	-3.748.484	-292,17%
Resultados antes de imposto: (F-E)	6.863.334	-2.845.222	-141,46%
Resultados Líquido do Exercício:	6.807.671	-2.893.164	-142,50%

Un.:Euros

À semelhança do Balanço Consolidado, também na Demonstração Consolidada de Resultados o grupo Município da Maia apresenta uma diminuição ao nível de cada uma das suas rubricas, face ao ano anterior, tendo em conta o peso do Município do Maia enquanto entidade – mãe, que também a este nível induz de forma determinante o resultado do grupo.

Em termos globais, verifica-se assim uma diminuição em todos os resultados consolidados, com especial incidência nos resultados operacionais, com uma descida acentuada que ultrapassa os 100%, e que conjuntamente com o agravamento dos resultados financeiros foram determinantes no posicionamento negativo dos resultados líquido do grupo em (-) 2.893.164 €

Pelos mesmos motivos referenciados nas contas individuais do Município, uma vez que é determinante a influência da entidade consolidante, o resultado operacional é excessivamente condicionado pelas

Amortizações e Provisões do exercício, que aumentaram cerca de 3.000.000 € face ao período transato, acabando por condicionar de forma decisiva os resultados líquidos do exercício do grupo municipal.

Na verdade, excecionando as amortizações e provisões, os restantes custos operacionais reduziram no seu todo o montante global de 2.550.554 €, assinalando-se o contributo positivo em cerca de 1.200.000 € das entidades consolidadas.

Nos proveitos e ganhos assinala-se a preponderância da rubrica de Impostos e Taxas, que se assume como a maior fonte de receita municipal, e que denota em 2011, uma variação negativa de cerca de (-) 7%, também ela determinada sobretudo pelo resultado individual do Município da Maia.

No âmbito da Venda e Prestação de Serviços, que representa cerca de 35% dos proveitos operacionais, regista-se relativamente a 2010 um decréscimo de (-) 3,39%. O maior volume desta rubrica é imputável aos Serviços Municipalizados e à Maiambiente, na sequência do objeto social que desenvolvem, que está associado a cobrança da tarifa de água e resíduos sólidos urbanos, respetivamente, que por si só perfazem cerca de 19.774.097 €, logo seguido pelo valor arrecadado por conta das rendas de habitação social cuja gestão está sob a responsabilidade da empresa Espaço Municipal, na ordem dos 3.963.432 €.

Nestes termos, a atividade operacional do grupo municipal, a exemplo da atividade individual do Município, continua a ser a componente mais relevante em toda a atividade autárquica e, uma vez isolada das amortizações e provisões, origina Resultados Operacionais positivos, não obstante a diminuição dos proveitos.

No entanto, quando incluídas as amortizações e provisões, os Resultados Operacionais contribuíram de forma negativa para a formação do resultado líquido do exercício, assinalando face a 2010 uma variação global na ordem dos (-) 105%.

Os proveitos financeiros, com um aumento de 5,7% face a 2010 são fortemente influenciados pela entidade-mãe.

Já no que respeita aos custos financeiros, regista-se que o agravamento verificado em 2011, de 43,34%, foi grandemente determinado pelos ajustamentos contabilísticos efetuados em 2010 por conta das provisões para investimentos financeiros, o que contribuiu positivamente para a formação do resultado financeiro no exercício transato.

A explicitação particularizada dos Resultados Financeiros e Extraordinários consta em pontos próprios inseridos nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

2
0
1
1

INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Os indicadores do balanço consolidado apresentam variações idênticas às do balanço do Município do Maia e no mesmo sentido.

Realça-se a diminuição do passivo exigível, resultado da redução quer do passivo de longo prazo quer do passivo de curto prazo que evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do grupo.

Ao nível do conjunto das empresas objeto de consolidação é evidente a capacidade de financiamento do ativo através de capitais próprios, sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida pelo índice de autonomia.

Destaca-se ainda o aumento do índice de liquidez, justificado pelo aumento das disponibilidades, conjugado com a diminuição do exigível de curto prazo bem como do índice de solvência, que apresenta uma melhoria de 0,8 p.p. relativamente ao ano de 2010 demonstrando a maior capacidade do grupo Município da Maia em solver os seus compromissos.

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES			2010		2011		Variação (2010/2011)	OBSERVAÇÕES
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	341754 980		341135 328		Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global da entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
			Passivo	194 537 662	75,68%	184 201920	185,20%	
2	EQUILÍBrio DE CURTO PRAZO	Solvabilidade II	Activo Líquido	536 292 642		525 337 248		Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100% pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.
			Passivo	194 537 662	275,68%	184 201920	285,20%	
3	IMOBILIZAÇÕES	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	341754 980		341135 328		Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do racio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.
			Activo Líquido	536 292 642	63,73%	525 337 248	64,94%	
4		Liquidez Geral	Activo Circulante	17 918 085		19 205 569		O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências. (Nota: não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
			Passivo Circulante	32 286 774	55,50%	29 915 220	64,20%	
5		Liquidez Imediata	Disponibilidades	87 073 27		10 695 340		É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%
			Passivo Circulante	32 286 774	27,00%	29 915 220	35,75%	
6		Indicador das Imobilizações I	Capitais Permanentes	414 523 192		406 100 573		A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
			Imobilizado Líquido	515 820 637	80,36%	502 668 417	80,79%	
7		Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	515 820 637		502 668 417		Permite aferir da importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	536 292 642	96,18%	525 337 248	95,68%	

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES				2010		2011		Variação (2010/2011)	OBSERVAÇÕES
8	ENCVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	194 537 662		84 201920		35,06%	-3,34% Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
			Activo Líquido	536 292 642	36,27%	525 337 248			
		Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	72 768 212		64 965 245		12,37%	-8,86% Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
			Activo Líquido	536 292 642		525 337 248			
		Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	51455 817		43 991 735		8,37%	-12,72% Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	536 292 642		525 337 248			
		Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	32 286 774		29 915 220		5,69%	-5,41% Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
			Activo Líquido	536 292 642		525 337 248			
11	ESTRUTURA DE CUSTOS	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	67 340		64 238		0,01%	-2,62% Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	536 292 642		525 337 248			
		Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	72 768 212		64 965 245		35,27%	-5,7% Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
			Passivo	194 537 662		84 201920			
		Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	32 286 774		29 915 220		16,24%	-2,15% Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.
			Passivo	194 537 662		84 201920			
		Peso das despesas com pessoal	Custos com Pessoal	26 971 367		26 341 434		29,77%	-4,00% Exprime o peso das despesas com pessoal no total dos custos da estrutura.
15	ESTRUTURA DE CUSTOS		Total de Custos	86 980 634	310%	88 486 789			
		Peso das Transferências e Subsídios	Transferências e Subsídios	3 531 683		2 812 209		3,8%	-2173% Exprime o peso dos subsídios e das transferências no total dos custos da estrutura
			Total de Custos	86 980 634		88 486 789			
		Peso dos Fornecimentos e Serviços Externos	FSE	20 974 730		20 137 628		22,76%	-5,63% Exprime o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos da estrutura.
16	ESTRUTURA DE CUSTOS		Total de Custos	86 980 634		88 486 789			
		Peso dos custos Financeiros	Custos Financeiros	2 867 016		4 109 495		4,64%	40,90% Exprime o peso dos custos financeiros no total dos custos da estrutura.
			Total de Custos	86 980 634		88 486 789			

2
0
1
1

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

2
0
1
1

NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

8.2.1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão		N.º Médio de Trabalhadores por categorias			ANO 2011	
				Detenção da Totalidade do Capital	2010	2011	N.º	N.º		
Município	505 387 31	Praça Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	Administração Local	100%	-	103	103	103		
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	504 830 783	Praça Dr. José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 4º Piso 4474-006 Maia	Gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através, desnidamente da: a) Instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo, no território do concelho da Maia. b) Elaboração ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao parqueamento automóvel.	100%	-	22	22	22		
ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA - Produções Culturais, E.M.	504 925 229	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Produção de eventos culturais e ainda participar/ gerir sociedades cujo objetivo seja a construção/ exploração de parques temáticos; construir, explorar e gerir imóveis cujo fim se destine ao desenvolvimento de actividades artístico-culturais; proceder/ encorajar estudos, inquéritos e projectos; celebrar contratos-programa com organismos públicos e privados.	100%	-	38	38	38	Vide Anexo V	
MAIAMBENTE - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	505 060 868	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Milheiros 4475-302 Maia	Remoção dos resíduos sólidos urbanos	100%	-	150	148	148		
ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M	505 462 583	Rua Dr. Carlos Felgueiras, n.º 181 4470-157 Maia	Promoção Imobiliária / Gestão de Rendas	100%	-	23	26	26		
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA	507 326 270	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Gestão do Conservatório de Música da Maia e a persecução de actividades que visem o desenvolvimento cultural da população do Concelho da Maia.	-	100%	51	0	0		
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA	680 015 24	Rua Dr. Carlos Felgueiras 4471-909 Maia	Distribuição de Água, recolha e tratamento de águas residuais	100%	-	173	172	172		

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivos da Exclusão
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	Rua de Vilar, n.º 235 - 5º Apartado 5545 4050-626 Porto	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,92%	Não integra o SEL
Águas do Noroeste, S.A.	509 436 595	Lugar de Gaído Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,21%	Não integra o SEL
MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Lda.	502 342 943	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Milheirós 4475-302 Maia	Abate de gado bovino, caprino, ovino e equíno.	100,00%	Nos termos do Acordão proferido em 23/06/2009 pelo Tribunal de Contas não integra SEL
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504 475 606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11- 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofoto mapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; concepção, edição e comercialização de publicações nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional).	4,64%	Não detida a 100%
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	501919 872	Rua de Salazares, n.º 842 4119-002 Porto	Promover e apoiar a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas que explorem negócios novos ou utilizem tecnologias inovadoras.	0,50%	Não detida a 100%
TECMIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	504 569 244	Rua Engº Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51,00%	Não detida a 100%
PORTGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	501991476	Rua Linhas de Torres, n.º 41 4350-214 Porto	Distribuição de gás natural, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras actividades relacionadas com o objectivo principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima, nos termos em que tal lhe for legalmente permitido	0,24%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504 558 161	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	Desenvolvimento regional com acção na promoção, concepção, elaboração, realização e gestão de projectos de ordem económico e social na área geográfica onde se inserem.	0,06%	Não detida a 100%
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Avenida Fernão Magalhães, n.º 1862 - 7º 4350-158 Porto	Exploração de um sistema de metro leveiro na AMP	0,0001%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
Hospital Lidor, S.A.	508 178 738	Sede Santa Casa Misericórdia Maia Avenida Visconde Barreiros s/n	Criação, exploração e administração de estabelecimentos e unidades privadas ou públicas de saúde, clínicas, hospitais e clubes de saúde que tenham por objecto a prestação de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem, com internamento ou sala de recobro e outros serviços clínicos especializados e meios auxiliares de diagnóstico	10,00%	Não detida a 100%

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Associação Nacional de Municípios	501627 413	Av. Marnoco e Sousa, n.º 52 3004-511 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do Poder Local	Quota 4.340	Não integra o SEL
Área Metropolitana do Porto	502 823 305	Av. dos Aliados, n.º 236 - 1º 4000-065 Porto	Persecução de interesses municipais e intermunicipais	5,97%	Não integra o SEL
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394 192	Rua da Morena, n.º 805 4435-996 Baguim do Monte	Gestão e Tratamento de Resíduos	10,97%	Não integra o SEL
MaiaInova	505 460 718	Rua Engº Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Promoção da inovação, do desenvolvimento económico, social e cultural e também a utilização racional da energia, a optimização do aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas do planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável	Quota 5.000	Não detida a 100%
Associação do Parque de Ciências e Tecnologia do Porto	502 772 271	Rua Engº Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Promoção, instalação e desenvolvimento de um parque de ciência e tecnologia que possa contribuir para a investigação científica e para o desenvolvimento tecnológico do País.	Quota 10.000	Não detida a 100%
Fundação da Juventude	502 263 342	Rua das Flores, n.º 69 4050-265 Porto	Promover, realizar e apoiar acções que facilitem a entrada de jovens na vida profissional, intervir activamente nas áreas da cultura, ciência e tecnologia, educação, formação profissional, informação, ambiente e património, desporto e artes plásticas.	Quota 24.940	Não integra o SEL
Fundação do Desporto	503 596 744	Rua Pascoal de Melo, n.º 1-5 1170 Lisboa	A Fundação tem como objecto social apoiar o fomento e o desenvolvimento do desporto, particularmente no domínio da alta competição.	Quota 149.639	Não integra o SEL
AdePORTO-Agência de Energia do Porto	507 886 550	Rua Infante D. Henrique, n.º 42 4050-297 Porto	Contribuir, na sua área de intervenção, para a utilização racional da energia, nomeadamente através do planeamento e gestão da procura de energia, a eficiência energética, a gestão ambiental na interface com a energia, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas do planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável.	Quota 15.125	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO	501783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA GOLF	501783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado PRAÇA MAIOR	502 318 988	Av. Engº Duarte Pacheco Torre 2 1070-102 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL

8.2.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA:

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

-
- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;**

Não aplicável.

- c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

Durante o ano de 2011 procedeu-se à fusão da Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M. e da Renovarum - Renovação Urbana da Maia, Lda., mediante a incorporação da segunda na primeira.

Este processo passa pela transmissão, para a esfera da sociedade incorporante “Espaço Municipal, E.E.M.”, da totalidade do património da sociedade incorporada “Renovarum - Renovação Urbana da Maia, Lda.”, (ativos e passivos), com vista a agregar esforços técnicos, comerciais e administrativos na mesma entidade, permitindo, deste modo, que a empresa incorporante reaja rapidamente às mutuações do mercado e possua em caráter fortemente concorrencial e inovador.

A incorporação, por fusão, visa sobretudo, melhorar e potenciar a atuação da gestão, face a um mercado cada vez mais concorrencial, tornando-se assim, imperativo que se aposte na consolidação da sua posição junto do mercado, permitindo-se a expansão das suas atividades, tendo por objetivo primordial a redução dos custos resultando desta forma um aumento de rentabilidade originando a geração de meios monetários que permitam o equilíbrio financeiro.

8.2.3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Extra-contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF'S, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Activos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades.

- b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;**

Não aplicável.

- c) Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretarem custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

O Conservatório de Música da Maia não continuará a operar nas áreas que traduziram o presente exercício, uma vez que o objeto da sua atividade será integralmente assimilado pela Fundação Conservatório de Música da Maia, homologada pelo Despacho n.º 13476/2009, do Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República a 1 de Junho de 2009, facto que cria condições de natureza institucional, jurídica e social que se afiguram mais favoráveis e claramente vantajosas, considerando que o carácter fundacional, permitirá, a médio prazo, providenciar a obtenção de estatuto de utilidade pública, atendendo à natureza dos fins, serviços prestados e bens disponibilizados à comunidade.

A reativação plena da Fundação permite cumprir a sua missão, prosseguindo a projeto educativo, cultural e social de harmonia com a conceção primitiva, num quadro legal que se confere maior responsabilidade aos seus órgãos sociais, cujos atos de gestão estão sujeitos à supervisão e controlo às instituições participadas por entidades públicas.

- f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Apesar da empresa RENOVARUM - Renovação Urbana da Maia, Ld.^a, no ano de 2011 não integrar o perímetro de consolidação, esta, não foi extinta, mas sim, sujeita a um processo de fusão na ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M..

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não de registaram quaisquer ajustamentos excepcionais para fins exclusivamente fiscais.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;

A única entidade incluída no perímetro de consolidação, que tem participação noutra entidade (também incluída neste perímetro) é a Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M. Esta entidade detém:

- i. 100% do Conservatório de Musica de Maia, incorporando tal participação financeira pelo Método de Equivalência Patrimonial;

8.2.4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO:

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Descrição	MUNICÍPIO DA MAIA	SMAS MAIA	EMEM	ACADEMIA ARTES	MAIAMBENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	CONSERVATORIO MUSICA	TOTAL	Eliminação de créditos/dividas recíprocas	Grupo Público Consolidado		
										2011	2010	Variação
Fornecedores c/c		19.750.102,21	-	-	-	-	-	19.750.102,21		19.750.102,21	19.863.828	-0,57%
Empréstimos Obtidos	51.457.463,53		-	-	-	-	-	51.457.463,53		51.457.463,53	58.919.838	-12,67%
Fornecedor de Imobilizado c/c	1.110.192,71	280.677,29			38.591,33	202.006,77	-	1.631.468,10		1.631.468,10	1.839.891	-11,33%
Total	52.567.656,24	20.030.779,50	0,00	0,00	38.591,33	202.006,77	0,00	72.839.033,84	0,00	72.839.033,84	80.623.557	-9,66%

UnEuros
NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Dívidas a terceiros de médio e longo prazos do Grupo Municipal				Exigibilidade dos Passivos								
				Menos de 1 ano				[1 a 4 anos]				
				2010	2011	Varição %	2010	2011	Varição %	2010	2011	Varição %
Município												
Empréstimos de Médio e Longo Prazo												
Empréstimo Bancário de M.L.P., com o Banco Totta e Açores	2.785.527	2.785.527	0,00%	9.691.959	8.241.812	-14,96%	4.006.138	2.670.759	-33,33%			
Empréstimo Bancário de M.L.P., com o BPI	2.016.618	2.016.618	0,00%	7.016.618	5.966.765	-14,96%	2.900.295	1.933.530	-33,33%			
Empréstimo Bancário de M.L.P., com o Santander Totta - PREDE	1505.464	1505.464	0,00%	3.763.660	2.258.516	-40,00%						
Empréstimo Bancário de M.L.P., com o Estado - PREDE				2.007.285	3.010.928	50,00%	3.010.928	2.007.285	-33,33%			
Empréstimo Bancário de M.L.P., com o BBVA	288.887	294.619	19,81%	12.239	12.6301	3,17%	4.678.024	4.359.463	-5,81%			
Empréstimo Bancário de M.L.P., ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	867.526	863.501	-0,46%	3.520.589	3.535.952	0,44%	9.647.963	8.770.744	-9,09%			
Fornecedor de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	21465	21465	0,00%	845.861	845.861	0,00%	264.332	52.866	-80,00%			
	7.675.486	7.677.194	0,02%	28.058.331	25.095.815	-10,56%	24.507.679	19.794.647	-18,23%			
Meio Ambiente												
Locações Financ. - Millennium BCP	1176	8.635	-22,74%	8.622		-100,00%	0	0				
Locações Financ. - Santander/Totta	23.357	23.663	13%	29.915	6.294	-78,98%	0	0				
	34.533	32.297	-6,47%	38.537	6.294	-83,67%	0	0				
Espaço Municipal												
Locações Financ. - Totta Crédito	31600	30.660	-2,97%	94.802	120.775	27,40%	53.056	0	-100,00%			
Locações Financ. - Santander Totta	0	19.912		0	30.660		0	0				
	31600	50.572	60,04%	94.802	151.1435	59,74%	53.056	0	-100,00%			
SMAS												
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	10.726	10.726	0,00%	540.198	1519.691	181,32%	18.209.904	18.116.685	-5,69%			
Fornecedores Imobilizado c/c apóios				265.705	280.677	5,64%	0	0				
	10.726	10.726	0,00%	805.903	1800.368	23,40%	18.209.904	18.116.685	-5,69%			
Total	7.855.345	7.873.789	0,23%	28.997.573	27.053.912	-6,70%	43.770.640	37.911.333	-13,39%			
Un.Euros												

8.2.5. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros da totalidade das transações (artº 46º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo.

O mapa dos saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público individual de cada uma das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação consta de anexo próprio de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (vide Anexo IV) inserindo-se de seguida apenas um mapa resumo em idênticos termos.

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO											
ANO 2011											
Obrigações/Pagamentos											
Tipo de fluxos	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	258.414	5.113.008	0	5.111.719	259.703	258.414	5.113.008	0	5.111.719	259.703	
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	871970	136.261	0	0	1.008.231	871970	136.261	0	0	1.008.231	
Subsídios	224.422	2.496.695	252.612	2.204.649	263.556	224.422	2.244.083	0	2.204.649	263.556	
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Relações comerciais	1531621	2.319.068	191113	1338.388	2.321.188	1531621	2.319.068	191113	1338.388	2.321.188	
Participações do capital em numerário	354.159	124.699	0	0	478.858	354.159	124.699	0	0	478.858	
Participações do capital em espécie	14.008.453	0	0	0	14.008.453	14.008.453	0	0	0	14.008.453	
Outros a)	985.817	1242.020	161583	842.851	223.403	985.817	1242.020	161583	842.851	223.403	
Total	18.234.556,44	11.431.751,23	1.605.307,81	9.497.607,40	18.563.392	18.234.556,44	11.179.139,47	1.352.696,05	9.497.607,40	18.563.392	

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2011							
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos						
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	2011	2010
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	258.414	5.113.008	0	5.111.719	259.703	132.250	96,37%
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	871.970	136.261	0	0	1.008.231	0	-
Subsídios	224.122	2.496.695	252.612	2.204.649	263.556	224.122	17,59%
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	1.531.621	2.319.068	191.113	1.338.388	2.321.188	1.855.305	25,11%
Participações do capital em numerário	354.159	124.699	0	0	478.858	478.858	0,00%
Participações do capital em espécie	14.008.453	0	0	0	14.008.453	14.008.453	0,00%
Outros a)	985.817	1.242.020	1.161.583	842.851	223.403	985.817	-77,34%
Total	18.235.587,42	11.430.719,91	1.605.307,81	9.497.607,40	18.563.392	17.684.805	4,97%

Un:Euros

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2011							
Tipo de fluxos	Direitos/Recebimentos						
	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	2011	2010
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	258.414	5.113.008	0	5.111.719	259.703	132.250	96,37%
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	871.970	136.261	0	0	1.008.231	0	-
Subsídios	224.122	2.244.083	0	2.204.649	263.556	224.122	17,59%
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	1.531.621	2.319.068	191.113	1.338.388	2.321.188	1.855.304	25,11%
Participações do capital em numerário	354.159	124.699	0	0	478.858	478.858	0,00%
Participações do capital em espécie	14.008.453	0	0	0	14.008.453	14.008.453	0,00%
Outros a)	985.817	1.242.020	1.161.583	842.851	223.403	985.817	-77,34%
Total	18.235.587,42	11.178.108,15	1.352.696,05	9.497.607,40	18.563.392	17.684.805	4,97%

Un:Euros

8.2.6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS:

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo Municipal encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

Existem Passivos Contingentes já divulgados nas contas individuais e com impacto no Grupo Municipal, relacionados com o processo de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos habitação social, celebrado em 2004 com a empresa Espaço Municipal.

Relativamente a esse processo a Administração Tributária reclama, em sede de IVA, de juros compensatórios e de mora, o montante de cerca de 4.200.000 €

b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;

GARANTIAS PRESTADAS				
Descrição das garantias prestadas	2010	Valor	2011	Norma legal habilitante
Município				
Fórum da Maia prestado como garantia a favor do Ministério das Finanças em 2007 no âmbito do processo de execução fiscal existente, em consequência do Município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.	5.175.787		5.175.787	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantia prestada em 2007 a favor do IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura	159.641		159.641	
Garantias prestadas em 2005 a favor do ARHNORTE, IP - Administração da região Hidrográfica do Norte, IP	100.000		100.000	
Garantia prestada em 2005 a favor do IEP - Instituto de Estradas de Portugal	2.500		2.500	
EMEM - Empresa de Estacionamento	n.a		n.a	
Academia das Artes				
Garantias bancárias prestadas, junto do BPI a favor da Direcção Geral dos Impostos para impugnação judicial nos processos relativos a IVA 2003 a 2005	388.600		388.600	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantias bancárias prestadas, junto do BPI a favor da Direcção Geral dos Impostos para impugnação judicial nos processos relativos a IVA 2006 a 2007	141024		141024	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Meio Ambiente				
Bens dados como garantia à AT - Autoridade Tributária para suspensão da execução fiscal em Proc.º por litígio relativo a IVA	n.a	1465.377		Artigo 22º do CPPT + Artigo 854º do CPC
Garantia para Agência Portuguesa Ambiente	n.a	10.000		Dec.- Lei nº. 147/2008 de 29 de Julho
Garantia Bancária para CM Maia	n.a	255.000		Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro na sua atual redação
Espaço Municipal				
Fracções habitacionais prestadas como garantias a favor da Direcção Geral do Tesouro referente a liquidações adicionais das finanças relativamente a IVA e IRC dos anos de 2002 a 2008.	3.218.072		3.218.072	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Conservatório de Música	n.a		n.a	
Smas - Serviços Municipalizados	n.a		n.a	

Un: Euros

8.2.7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

- **Imobilizado:**
 - ✓ Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo. Os ativos são depreciados pelo modelo por que se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.
 - ✓ Os investimentos financeiros, que incorporam todas as participações em entidades do sector empresarial local detidas numa percentagem inferior a 100%, bem como participações noutras entidades, independentemente do valor da participação, encontram-se registados ao custo, tendo sido constituídas provisões para todas as participadas cujo valor proporcional do Capital Próprio da participada é inferior à data do balanço ao valor da participação. A não aplicação do Método de Equivalência Patrimonial não tem qualquer impacto material à data do balanço, considerando a constituição das Provisões efetuadas.
- **Locações:**
 - ✓ Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Activos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.
- **Existências:**
 - ✓ As existências encontram-se mensuradas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Como método de custeio das saídas, é adotado o custo médio ponderado.
- **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**
 - ✓ A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.
 - ✓ As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.
- **Empréstimos:**
 - ✓ Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

- ✓ Quando aplicável, são capitalizados custos com empréstimos obtidos, para ativos que se qualificam, ou seja para ativos cujo tempo de produção seja substancial.
- **Vendas e Prestações de Serviços:**
 - ✓ O crédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.
- **Subsídios do Governo:**
 - ✓ O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento, ou seja no momento do pedido de pagamento.
- **Impostos sobre o Rendimento:**
 - ✓ Os impostos são reconhecidos com base no acréscimo. Assim, das diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis resulta o reconhecimento de impostos diferidos.
- **Aplicações de Tesouraria:**
 - ✓ Os instrumentos financeiros cotados em mercado regulamentado e com natureza de disponibilidades são apresentados ao menos entre o valor de mercado e o custo de aquisição.
- **Provisões e Passivos Contingentes:**
 - ✓ Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.
 - ✓ As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

8.2.8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS:

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

O valor apresentado na rubrica *Despesas de Instalação* é composto integralmente por registo contabilísticos do Município e respeita a valores associados à elaboração de plano pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho, e o da rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento*, refere-se principalmente ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação e do Portal da Maiambiente.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;

ACTIVO BRUTO

ANO 2011

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:							
Terrenos e recursos naturais	17.962.128	343.340	27.000	0	226.818	0	18.559.286
Edifícios	0	0	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	162.439.878	250.000	19.446	0	8.772.175	0	171.481.499
Bens do património histórico, artístico e cultural	1302.339	0	0	0	19.417	0	1.321.756
Outros Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	17.027.205	1.481.242	2.001.383	0	-8.116.562	0	12.393.268
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	737.357	0	0	0	0	0	737.357
	199.468.906	2.074.582	2.047.829	0	901.847	0	204.493.166
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPOREAS:							
Despesas de instalação	1382.969	0	0	0	0	0	1.382.969
Despesas de investigação e desenvolvimento	231.925	0	0	0	0	0	231.925
Propriedade industrial e outros direitos	1487.379	0	137.772	0	0	0	1.625.151
Imobilizações em curso	769.989	0	40.935	0	-140.847	0	670.078
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0
	3.872.262	0	178.707	0	-140.847	0	3.910.123
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:							
Terrenos e recursos naturais	43.672.214	41944	145.674	-24.214	-1068.842	0	42.766.776
Edifícios e outras construções:	363.847.412	0	2.997.318	0	15.386.367	0	382.231.092
Equipamento básico	11688.240	0	316.892	0	74.979	0	12.080.112
Equipamento de transporte	4.729.542	0	188.936	-46.443	-32.362	0	4.789.672
Ferramentas e utensílios	961.288	0	36.588	0	-12.853	0	985.023
Equipamento administrativo	3.055.994	0	92.642	0	-2.276	0	3.146.360
Equipamento informático e Software	0	0	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	11594.877	18.952	24.1135	0	290.276	0	12.145.239
Imobilizações em curso	23.670.756	264.104	4.036.494	0	-18.115.772	0	9.855.582
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	762.230	0	245.675	0	-245.675	0	762.230
	463.982.554	324.999	8.251.348	-70.657	-3.726.157	0	468.762.086
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:							
Partes de capital	5.056.294	0	379.639	0	-812.450	687.751	5.311.234
Obrigações e títulos de participação	18.540	0	0	0	0	0	18.540
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	3.236.275	0	17.500	0	0	0	3.253.775
Edifícios e outras construções	9.751.970	0	119.628	0	-18.458	0	9.853.140
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0	0	0
Outros Títulos	16.500.000	0	0	0	0	0	16.500.000
Imobilizações em curso	5.693.685	0	8.692	0	-2.380	0	5.699.997
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	40.256.764	0	525.459	0	-833.288	687.751	40.636.686
Total	707.580.487	2.399.582	11.003.343	-70.657	-3.798.445	687.751	717.802.060

Un: Euro

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Ano 2011
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	70.786.973	9.569.803	-58.974	0	80.297.802
Bens do património histórico, artístico e cultural	96.068	12.729	0	0	108.796
Outros bens de domínio público					0
	70.883.041	9.582.531	-58.974	0	80.406.598
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	1275.210	43.666	0	0	1.318.875
Despesas de investigação e desenvolvimento	223.638	8.287	0	0	231.925
Propriedade industrial e outros direitos	1208.290	139.373	0	0	1.347.663
	2.707.138	191.325	0	0	2.898.463
DE IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	91260.561	8.794.517	-8.684	0	100.046.394
Equipamento básico	8.282.137	1212.341	-62.998	0	9.431.480
Equipamento de transporte	3.649.155	448.757	-69.845	0	4.028.066
Ferramentas e utensílios	845.091	55.620	-9.074	0	891.637
Equipamento administrativo	2.605.620	150.334	-2.276	0	2.753.678
Equipamento informático e software	0	0	0	0	0
Tarás e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	8.310.226	822.698	-32.836	0	9.109.088
	114.961.791	7.644.596	-358.979	0	126.260.343
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes de capital	798.031	529.924	-115.582	196.512	1.408.884
Obrigações e títulos de participação	1122	373	0	0	1.496
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	1793.714	207.068	0	0	2.000.783
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0
Outros Títulos	65.012	1.567.413	-25.349	0	2.157.076
	3.207.880	2.304.778	-140.931	196.512	5.568.239
Total	191.759.849	19.723.230	-558.884	196.512	215.133.643

Un:Euro

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Não aplicável.

- d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;**

Não aplicável.

- e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;**

Não aplicável.

- f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;**

Não aplicável.

- g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;**

Não aplicável.

- h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;**

Não aplicável.

- i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;**

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;

ACTIVIDADE	2010				2011				Variação		
	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços	
Cultura	136.444	136.444	0,49%		23.220	23.220	0,09%		-	-82,98%	
Arrendamento Urbano	572	4.113.169	4.113.741	14,75%	3.963.432	3.963.432	14,71%	-100,00%	-	-3,64%	
Resíduos Sólidos	41309	4.959.264	5.000.574	17,93%	11734	5.360.742	5.372.476	19,94%	-71,59%	8,10%	
Aluguer Parques e Estacionamento	455.634	455.634	1,63%		325.790	325.790	1,21%		-	-28,50%	
Consumo de Água e Saneamento	7.888.322	7.260.295	15.148.616	54,32%	7.203.263	14.401.622	53,45%	-8,75%	-	-0,79%	
Serviços Públicos			0	0,00%			0	0,00%	-	-	
Desporto, Cultura e Lazer	1901092	1.901.092	6,82%		1.508.880	1.508.880	5,60%		-	-20,63%	
Educação	383.465	383.465	1,37%		455.643	455.643	1,69%		-	18,82%	
Acção Social	366.600	366.600	1,31%		642.563	642.563	2,38%		-	75,28%	
Outros serviços	6.887	376.735	383.622	1,38%	6.854	244.037	250.891	0,93%	-0,48%	-35,22%	
Total	7.937.090	19.952.697	27.889.786	100,00%	7.216.947	19.727.571	26.944.517	100,00%	-9,07%	-1,13%	

Un:Euros

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS								
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Valor Anual Bruto	Valor Anual Bruto	Variação			
			Atribuído 2010	Atribuído 2011	Valor	%		
Município								
Orgão Executivo								
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	Vencimento	66.483	59.563	-6.921	-10,41%		
António Domingos da Silva Tiago	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	50.301	44.921	-5.379	-10,69%		
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	49.628	44.741	-4.886	-9,85%		
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	49.750	44.720	-5.030	-10,11%		
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	49.672	44.750	-4.922	-9,91%		
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador Meio Tempo	Vencimento	25.071	25.072	-739	-2,86%		
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vereador Meio Tempo	-	0	0	0	-		
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador Tempo Inteiro	-	0	0	0	-		
Mário José Gomes Gouveia	Vereador	Senhas Presença	2.835	3.360	524	18,50%		
José Manuel Santos Correia	Vereador	Senhas Presença	2.919	3.106	187	6,41%		
Maria Inês Loureiro Rodrigues	Vereador	Senhas Presença	2.526	2.866	339	13,44%		
Órgão de Fiscalização								
Esteves & Pinho, SROC, Lda. ^a	ROC	Honorários	25.072	23.616	-1.456	-5,81%		
EMEM - Empresa de Estacionamento								
Orgão Executivo								
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0	0	0	-		
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	0	0	0	-		
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	0	0	0	-		
Orgão de Fiscalização								
MGI, SROC, Lda.	ROC	Honorários	3.606	3.681	75	2,08%		
Academia das Artes								
Orgão Executivo								
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0	0	0	-		
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	0	0	0	-		
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	0	0	0	-		
Orgão de Fiscalização								
MGI, SROC, Lda.	ROC	Honorários	3.651	3.681	30	0,82%		
MaiaMundo								
Orgão Executivo								
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	0	0	0	-		
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	0	0	0	-		
Fernando António Ferreira Leite	Vogal	-	0	0	0	-		
Orgão de Fiscalização								
J. Guimarães, M. Malheiros e Mário Guimarães, SROC	ROC	Honorários	4.338	3.600	-738	-17,01%		
Espaço Municipal								
Orgão Executivo								
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	0	0	0	-		
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	0	0	0	-		
Inácio Felício Fialho de Almeida	Vogal	Vencimento	64.005	53.200	-10.805	-16,88%		
Orgão de Fiscalização								
Adriano Torres, SROC, Unipessoal, LDA	ROC	Honorários	9.600	9.600	0	-		
Conservatório de Música								
Orgão Executivo								
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0	0	0	-		
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	0	0	0	-		
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	0	0	0	-		
SMAS - Serviços Municipalizados								
Orgão Executivo								
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	-	0	0	0	-		
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	49.956	43.755	-6.201	-12,41%		
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	25.986	24.208	-1.778	-6,84%		

Un: Euros

l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável.

m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável.

n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS						
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios	
	2010	2011			2010	2011
681 Juros suportados	1968.730	1923.547	781	Juros obtidos	148.703	227.282
682 Perdas em entidades participadas	5.589	0	782	Ganhos em entidades participadas	0	4.870
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	10.783	97.365
684 Provisões p/ aplicações financ.	849.432	2.106.827	784	Rendimentos participações capital	190.066	26.473
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de cambio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	10.343	8.080
688 Outros custos e perdas financ.	43.265	79.121	787	Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros	2.867.016	4.109.495	788	Outros proveitos e ganhos financ.	196.492	224.149
Resultados Financeiros	-2.310.628	-3.521.276		Total de Proveitos Financeiros	556.388	588.219
Total	556.388	588.219				

Un: Euros

Verifica-se que os resultados financeiros sofreram uma variação de (-) 1.210.648 €, resultado, essencialmente, do reforço das provisões, nas contas do Município associadas aos Fundos de Investimento Imobiliários.

Contribuiu, também, para a formação do resultado financeiro a diminuição dos Rendimentos de Participações de Capital, no valor de 163.593 €, essencialmente, pelo facto, de durante o ano de 2010 terem sido distribuídos ao Município dividendos respeitante às Águas do Cávado, o que não se verificou no ano de 2011.

As restantes rubricas não apresentam oscilações substanciais.

p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS						
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
691 Transferências capital concedidas	1.633.972	2.657.790	791 Restituição de impostos		0	9.764
692 Dívidas incobráveis	38	20.250	792 Recuperação de dívidas		0	0
693 Perdas em existências	10	85.092	793 Ganhos em existências		13	2.841
694 Perdas em imobilizações	21.302	185.849	794 Ganhos em imobilizações		182.1878	1.149.821
695 Multas e penalidades	923	3.776	795 Benefícios de penalidades contr		368.111	670.234
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	0	796 Reduções de amortiza. provisões		1245.959	1.733.632
697 Correções relativas exerc. anteriores	232.388	2.976.969	797 Correções relativas exerc. anteriores		566.438	656.200
698 Outros custos e perdas extraor.	4.365.089	138.353	798 Outros proveitos e ganhos extraor.		7.105.146	2.692.006
		0	799 Indemizações recebidas		58.920	56.843
Total de Custos Extraordinários	6.253.721	6.068.079	Total de Proveitos Extraordinários		11.166.464	6.971.340
Resultados Extraordinários	4.912.742	903.261				
Total	11.166.464	6.971.340				

Un: Euros

Os Resultados Extraordinários gerados por conta do exercício de 2011 perfazem um saldo de 903.261 €, assumindo uma diminuição que ronda os (-) 82%, originados essencialmente por conta da atividade da entidade mãe que contribui de forma decisiva para este resultado, pelas razões já expostas em sede de relato individual das contas.

Relativamente ao exercício de 2010 anota-se a diminuição de cerca de 97% nos Outros Custos e Perdas Extraordinárias, devido ao registo contabilístico nos Serviços Municipalizados da faturação emitida pela empresa Águas do Noroeste, S.A., referente aos consumos mínimos dos anos de 2001 a 2004, no valor de 4.279.003 €, na sequência de um contrato celebrado entre as partes e o Município, no momento da transformação das Águas do Cávado, S.A., no entanto compensado no lado dos proveitos na conta Outros Proveitos Extraordinários, pelo registo da dívida da empresa Águas do Noroeste do mesmo montante, ou seja, este facto não teve qualquer impacto na formação do resultado.

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

	PROVISÕES				
	2011				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0		0
Provisões para cobranças duvidosas	10.726.555	1.276.401	1.708.283	-315.912	9.978.761
Provisões para riscos e encargos	1.200.000	2.180.690	0	-102.233	3.278.457
Provisões para depreciação de existências	0	0	0		0
Provisões para investimentos financeiros	1.414.166	2.097.710	140.931	196.512	3.567.456
Total de Provisões	13.340.721	5.554.801	1.849.214	-221.633	16.824.675

Un: Euros

r) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA					
Descrição	2010	2011	Variação		
			Valor	%	
M unicípio	-	-	-	-	-
EM EM - Empresa de Estacionamento	-	-	-	-	-
Academia das Artes	-	-	-	-	-
M aiamiente					
Viatura RSU 42-FE-32	81683,00	52.510,50	-29.172,50	-35,71%	
Equipamento Haller 20 m3 (RSU's)	41232,76	34.360,63	-6.872,13	-16,67%	
Espaço M unicipal					
Escritórios Plaza	330.015,22	299.955,51	-30.059,71	-9,11%	
Viatura Renault Mégane	0,00	16.197,89	16.197,89	-	
Viatura Renault Laguna	0,00	29.399,99	29.399,99	-	
Conservatório de M úsica	-	-	-	-	-
Smas - Serviços M unicipalizados	-	-	-	-	-

Un.: Euros

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

8.2.9. INFORMAÇÕES DIVERSAS

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

2
0
1
1

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 525.337.248 euros e um total de fundos próprios de 341.135.328 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.893.164 euros), a Demonstração Consolidada de Resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 8.1 Conforme referido no documento de Prestação de Contas, e à semelhança do ano anterior, o procedimento seguido pelo Município na consolidação de contas, por indicação/sugestão do Grupo de Trabalho do SATAPOCAL, foi o constante da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), ou seja, inclusão apenas das entidades do sector empresarial local onde este é o único detentor do seu capital social, bem como dos Serviços Municipalizados. Pese o facto de o efeito não ser de tal forma materialmente relevante que afecte a leitura das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, a adopção dum perímetro alargado em função do controlo, tal como preconizado pela Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho e pela Norma Internacional de Contabilidade do Sector Público nº 6 (IPSAS 6) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, seria em nossa opinião o procedimento mais adequado; e
- 8.2 Tal como referido na Certificação Legal das Contas individuais (parágrafo 8.1), o Município é o único subscritor e titular das Unidades de Participação de 3 (três) Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados. Estes fundos, que evidenciam segundo as suas demonstrações financeiras de 2011 passivos no montante de 17.863.143 euros (em 2010 ascendiam a 17.489.632 euros), não foram objecto de integração nas demonstrações financeiras consolidadas, por ser entendimento do Município não revestirem a natureza de entidades do sector

Município da Maia

empresarial local. Tal como referíamos no passado, pese o facto de não existirem instruções claras e concisas por parte das entidades competentes sobre o tratamento a dar a este tipo de "participações", e dos potenciais efeitos não porem em causa a relevância e materialidade das demonstrações financeiras apresentadas, à semelhança do referido no parágrafo anterior, entendemos que a opção seguida poderia ter sido outra, indo mais ao encontro dos normativos existentes sobre esta matéria.

Maia, 12 de Abril de 2012

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC

2
0
1
1

ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I

BALANÇO CONSOLIDADO A 31-12-2011				
	AB	31-Dez-11	AP	31-Dez-10
Activo		AL		AL
Imobilizado:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	18.559.285,91	0,00	18.559.285,91	17.962.127,74
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	171.481.499,01	80.297.801,89	91.183.697,12	91.652.905,12
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.321.755,62	108.796,48	1.212.959,14	1.206.271,01
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	12.393.267,89	0,00	12.393.267,89	17.027.204,63
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	737.357,20		737.357,20	737.357,20
	204.493.165,63	80.406.598,37	124.086.567,26	128.585.865,70
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1.382.969,12	1.318.875,48	64.093,64	107.759,35
Despesas de investigação e de desenvolvimento	231.924,98	231.924,98	0,00	8.286,83
Propriedade industrial e outros direitos	1.625.151,22	1.347.662,73	277.488,49	279.088,53
Imobilizações em curso	670.077,53	0,00	670.077,53	769.989,41
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.910.122,85	2.898.463,19	1.011.659,66	1.165.124,12
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	42.766.775,55	0,00	42.766.775,55	43.672.213,84
Edifícios e outras construções	382.231.092,11	100.046.393,71	282.184.698,40	272.586.851,17
Equipamento básico	12.080.111,62	9.431.480,31	2.648.631,31	3.406.103,70
Equipamento de transporte	4.789.672,39	4.028.066,43	761.605,96	1.080.386,85
Ferramentas e utensílios	985.023,30	891.636,65	93.386,65	116.196,93
Equipamento administrativo	3.146.360,41	2.753.678,20	392.682,21	450.374,30
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	12.145.239,20	9.109.087,73	3.036.151,47	3.275.650,43
Imobilizações em curso	9.855.581,71	0,00	9.855.581,71	23.670.755,82
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	762.230,00	0,00	762.230,00	762.230,00
	468.762.086,29	126.260.343,03	342.501.743,26	349.020.763,04
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	5.311.233,89	1.408.884,39	3.902.349,50	4.258.262,85
Obrigações e títulos de participação	18.539,77	1.495,77	17.044,00	17.417,29
Investimentos em imóveis	13.106.914,86	2.000.782,67	11.106.132,19	11.194.530,90
Outras aplicações financeiras	16.500.000,00	2.157.075,99	14.342.924,01	15.884.988,07
Imobilizações em curso	5.699.997,15	0,00	5.699.997,15	5.693.685,15
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	40.636.685,67	5.568.238,82	35.068.446,85	37.048.884,26
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	665.128,84	0,00	665.128,84	801.104,79
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Meradorias	668.816,87	0,00	668.816,87	709.919,02
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.333.945,71	0,00	1.333.945,71	1.511.023,81
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos concedidos	81.255,19	0,00	81.255,19	78.808,63
Clientes, c/c	4.694.107,28	1.825.417,93	2.868.689,35	3.734.616,44
Contribuintes, c/c	576.523,76	0,00	576.523,76	32.949,25
Utentes, c/c	27.088,08	0,00	27.088,08	12.713,28
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	8.080.871,77	6.186.018,85	1.894.852,92	810.092,81
Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	35,00	0,00	35,00	35,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	277.662,64	0,00	277.662,64	328.549,85
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	3.417.500,06	1.967.324,61	1.450.175,45	2.691.969,58
	17.155.043,78	9.978.761,39	7.176.282,39	7.689.734,84
Títulos negociáveis:				
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa				
Depósitos em instituições financeiras	10.648.927,21	0,00	10.648.927,21	8.673.927,09
Caixa	46.413,19	0,00	46.413,19	43.399,60
	10.695.340,40	0,00	10.695.340,40	8.717.326,69
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	3.240.353,71	0,00	3.240.353,71	2.206.915,69
Custos diferidos	29.048,34	0,00	29.048,34	139.188,88
Activos por Impostos Diferidos	193.859,99	0,00	193.859,99	207.815,23
	3.463.262,04		3.463.262,04	2.553.919,80
Total de amortizações		211.566.187,26		
Total de provisões		13.546.217,54		
Total do activo	750.449.652,37	225.112.404,80	525.337.247,57	536.292.642,26

	31-Dez-11	31-Dez-10
Fundos próprios e passivo		
Fundos próprios:		
Património	319.309.116,18	317.185.553,36
Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00	0,00
Ajustamento de partes de capital em empresas	-14.963,94	-14.963,94
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas:		
Reservas legais	4.205.327,79	4.181.465,12
Reservas estatutárias	0,00	0,00
Reservas contratuais	0,00	0,00
Reservas livres	1.006.127,07	674.986,08
Subsídios	870.424,02	261.248,58
Doações	4.560.318,60	4.621.122,56
Reservas decorrentes de transferências de activos	2.100.329,37	2.100.329,37
Cedências	3.488.639,26	3.473.688,61
Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
Resultados transitados	5.344.633,08	-694.661,27
Resultado líquido do exercício	-2.893.163,99	6.807.671,13
	341.135.327,77	341.754.979,94
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos	3.278.456,99	1.200.000,00
	3.278.456,99	1.200.000,00
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Empréstimos de médio e longo prazo	43.991.734,90	51.455.817,03
Fornecedores c/c, mlp	19.636.376,29	19.750.102,21
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.337.133,82	1.562.292,89
	64.965.245,01	72.768.212,13
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos de curto prazo	64.237,67	67.340,06
Empréstimos mlp - Amortizações exigíveis a curto prazo	7.465.728,63	7.464.021,15
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	2.660.369,27	4.090.493,88
Fornecedores, c/c, mlp - Amortizações exigíveis a curto prazo	113.725,92	113.725,92
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	861.470,69	1.259.147,16
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.743,39	29.596,43
Fornecedores de imobilizado, c/c	7.946.305,97	10.754.035,31
Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	102.114,42	461.870,88
Fornecedores de imobilizado - Amortizações exigíveis a curto prazo	294.334,28	277.598,38
Estado e outros entes públicos	583.448,47	710.245,29
Administração autárquica	0,00	0,00
Outros credores	7.963.076,44	5.300.270,73
Clientes e Utentes com Cauções	1.830.664,63	1.758.428,81
	29.915.219,78	32.286.774,00
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	3.281.383,83	4.018.487,50
Proveitos diferidos	82.017.787,38	83.464.741,79
Passivos por Impostos Diferidos	743.826,81	799.446,90
	86.042.998,02	88.282.676,19
<i>Total dos fundos próprios e do passivo</i>	525.337.247,57	536.292.642,26

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA A 31-12-2011			
	31-Dez-11	31-Dez-10	
Custos e perdas			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	3.733.422,85	4.036.174,00	
Matérias	938.429,62	4.671.852,47	1.117.241,01
			5.153.415,01
Fornecimentos e serviços externos	20.137.627,77		20.974.729,80
Custos com o pessoal:			
Remunerações	21.569.237,53	22.477.602,05	
Encargos sociais	4.772.196,06	26.341.433,59	4.493.764,78
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais		2.812.209,25	26.971.366,83
Amortizações do exercício	19.661.353,62		3.531.683,06
Provisões do exercício	3.511.936,56	23.173.290,18	1.644.049,98
Outros custos e perdas operacionais		1.172.802,03	20.173.418,01
(A)		78.309.215,29	77.859.897,15
Custos e perdas financeiros		4.109.495,35	2.867.015,83
(C)		82.418.710,64	80.726.912,98
Custos e perdas extraordinários		6.068.078,83	6.253.721,22
(E)		88.486.789,47	86.980.634,20
Imposto estimado para o período		47.941,62	55.663,05
(G)		88.534.731,09	87.036.297,25
Resultado líquido do exercício		-2.893.163,99	6.807.671,13
		85.641.567,10	93.843.968,38
Proveitos e ganhos			
Vendas e prestações de serviços:			
Vendas de mercadorias	13.840,90	12.450,33	
Vendas de produtos	7.203.105,58	7.924.639,41	
Prestações de serviços	19.727.570,41	26.944.516,89	19.952.696,91
			27.889.786,65
Impostos e taxas	35.311.134,98	38.103.480,50	
Variação da produção	0,00	0,00	
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	
Proveitos suplementares	113.040,37	162.877,42	
Transferências e subsídios obtidos	15.708.876,43		15.955.798,99
Outros proveitos e ganhos operacionais	4.439,30	51.137.491,08	9.173,59
(B)		78.082.007,97	54.231.330,50
Proveitos e ganhos financeiros		588.219,14	556.387,55
(D)		78.670.227,11	82.677.504,70
Proveitos e ganhos extraordinários		6.971.339,99	11.166.463,68
(F)		85.641.567,10	93.843.968,38
	31-Dez-11	31-Dez-10	
Resultados Operacionais: (B - A)	-227.207,32	4.261.220,00	
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-3.521.276,21	-2.310.628,28	
Resultados Correntes: (D - C)	-3.748.483,53	1.950.591,72	
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	-2.893.163,99	6.807.671,13	

ANEXO III

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS		
	31-Dez-10	31-Dez-11
RECEBIMENTOS		
Saldo inicial	6.054.079,77	3.535.257,75
Receitas orçamentais	96.469.372,75	80.046.653,47
Correntes	85.928.458,40	73.818.282,68
Capital	10.515.936,10	6.227.401,01
Outras	24.978,25	969,78
PAGAMENTOS		
Despesas orçamentais	98.985.098,69	77.940.220,19
Correntes	67.201.950,09	56.258.679,52
Capital	31.783.148,60	21.681.540,67
Saldo final	3.538.353,83	5.641.691,03

ANEXO IV – 1
Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

ANO 2011

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM / Município da Maia						Município da Maia / Espaço Municipal EEM									
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Relações comerciais	1351963,42	934.951,13	0,00	0,00	2.286.914,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1351963,42	934.951,13	0,00	2.286.914,55	
Participações do capital em numerário	74.89,68	24.699,48	0,00	0,00	199.519,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199.519,16	
Participações do capital em espécie	12.611,818,82	0,00	0,00	0,00	12.611,818,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.611,818,82	
Outros a)	650.000,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	
Total	14.688.601,92	1.059.650,61	650.000,00	0,00	15.098.252,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.688.601,92	1.059.650,61	650.000,00	0,00	15.098.252,53

Un.Euro

a) Prestação suplementar

a) Prestação suplementar

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM / SM AS						SM AS / Espaço Municipal EEM								
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações comerciais	19.338,16	54.026,22	191.112,84	2.071,79	179,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.338,16	54.026,22	191.112,84	2.071,79
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	139.338,16	54.026,22	191.112,84	2.071,79	179,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.338,16	54.026,22	191.112,84	2.071,79

Un.Euro

Un.Euro

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM / Academia das Artes da Maia - PC EEM						Academia das Artes da Maia - PC EEM / Espaço Municipal EEM							
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	10,00	1974,78	0,00	1984,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1974,78	0,00	1984,78
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10,00	1974,78	0,00	1984,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1974,78	0,00	1984,78

Un.Euro

Un.Euro

ANEXO IV – 3

Maiambiente EEM / Município da Maia											Município da Maia / Maiambiente, EEM											
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1300.000,00	0,00	1300.000,00	0,00	0,00	Subsídios	0,00	1552.611,76	252.611,76	1300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	3.750,00	48.10,35	0,00	48.10,35	3.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	48.10,35	0,00	48.10,35	3.750,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00
Participações do capital em espécie	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00
Outros a)	11.226,31	118.271,80	51.158,21	739.327,96	34.586,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	47.226,31	118.271,80	51.158,21	739.327,96	34.586,94	0,00	0,00
Total	1.647.370,00	1.186.402,15	51.158,21	787.456,31	1.534.730,63	0,00	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00	0,00	Total	0,00	1.552.611,76	252.611,76	1.300.000,00	0,00	1.647.370,00	1.186.402,15	51.158,21	787.456,31	1.534.730,63	0,00

Un. Euro
a) Vencimentos de 2010 dos funcionários cedidos à Maiambiente

Un. Euro
a) Vencimentos de 2010 dos funcionários cedidos à Maiambiente

Maiambiente, EEM / SMAS											SMAS / Maiambiente, EEM											
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	
Transferências - TRSU facturadas e Pagaç, por transferir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.768,82	5.014.903,39	0,00	5.014.909,29	192.732,92	Transferências - TRSU facturadas e Pagaç, por transferir	192.768,82	5.014.903,39	0,00	5.014.909,29	192.732,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	871.969,58	196.261,08	0,00	0,00	1.008.230,66	Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	871.969,58	196.261,08	0,00	0,00	1.008.230,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações comerciais	1.160,68	8.624,34	0,00	8.55,77	1.629,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160,68	8.624,34	0,00	8.55,77	1.629,25	0,00	
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros a)	6.050,00	74.252,94	0,00	74.52,94	6.50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	6.050,00	74.252,94	0,00	74.52,94	6.50,00	0,00	
Total	7.210,68	82.877,28	0,00	82.308,71	7.779,25	1.064.738,40	5.151.164,47	0,00	5.014.939,29	1.200.963,58	Total	1.064.738,40	5.151.164,47	0,00	5.014.939,29	1.200.963,58	7.210,68	82.877,28	0,00	82.308,71	7.779,25	

Un. Euro
a)

SMAS/Município da Maia											Município da Maia/SMAS										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	54.043,00	0,00	54.043,00	0,00	2.563,16	39.783,39	0,00	40.601,82	1.744,73	Transferências	2.563,16	39.783,39	0,00	40.601,82	1.744,73	0,00	54.043,00	0,00	54.043,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	631.588,06	0,00	631.588,06	0,00	631.588,06	0,00	0,00	629.741,02	629.741,02	Relações comerciais	0,00	629.741,02	0,00	629.741,02	0,00	631.588,06	0,00	631.588,06	0,00	631.588,06
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	685.631,06	0,00	685.631,06	0,00	2.563,16	669.524,41	0,00	670.342,84	1.744,73	Total	2.563,16	669.524,41	0,00	670.342,84	1.744,73	0,00	685.631,06	0,00	685.631,06	0,00

Un. Euro

ANEXO IV – 4

Academia das Artes da Maia PC EEM / Município da Maia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	224.2199	5.300,41	0,00	5.300,41	224.121,99	0,00	938.782,57	0,00	899.348,35	39.434,22
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	6.104,31	5.961,47	0,00	2.065,78	0,00	0,00	3.284,10	0,00	3.284,10	0,00
Participações do capital em numerário	49.879,78	0,00	0,00	0,00	49.879,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	280.106,08	11.261,88	0,00	17.366,19	274.001,77	0,00	942.066,67	0,00	902.632,45	39.434,22

Município da Maia / Academia das Artes da Maia PC EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	938.782,57	0,00	899.348,35	39.434,22	0,00	224.2199	5.300,41	0,00	224.121,99
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	3.284,10	0,00	3.284,10	0,00	0,00	6.104,31	5.961,47	0,00	2.065,78
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.879,78	0,00	0,00	49.879,78
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	942.066,67	0,00	902.632,45	39.434,22	280.106,08	11.261,88	0,00	17.366,19	274.001,77

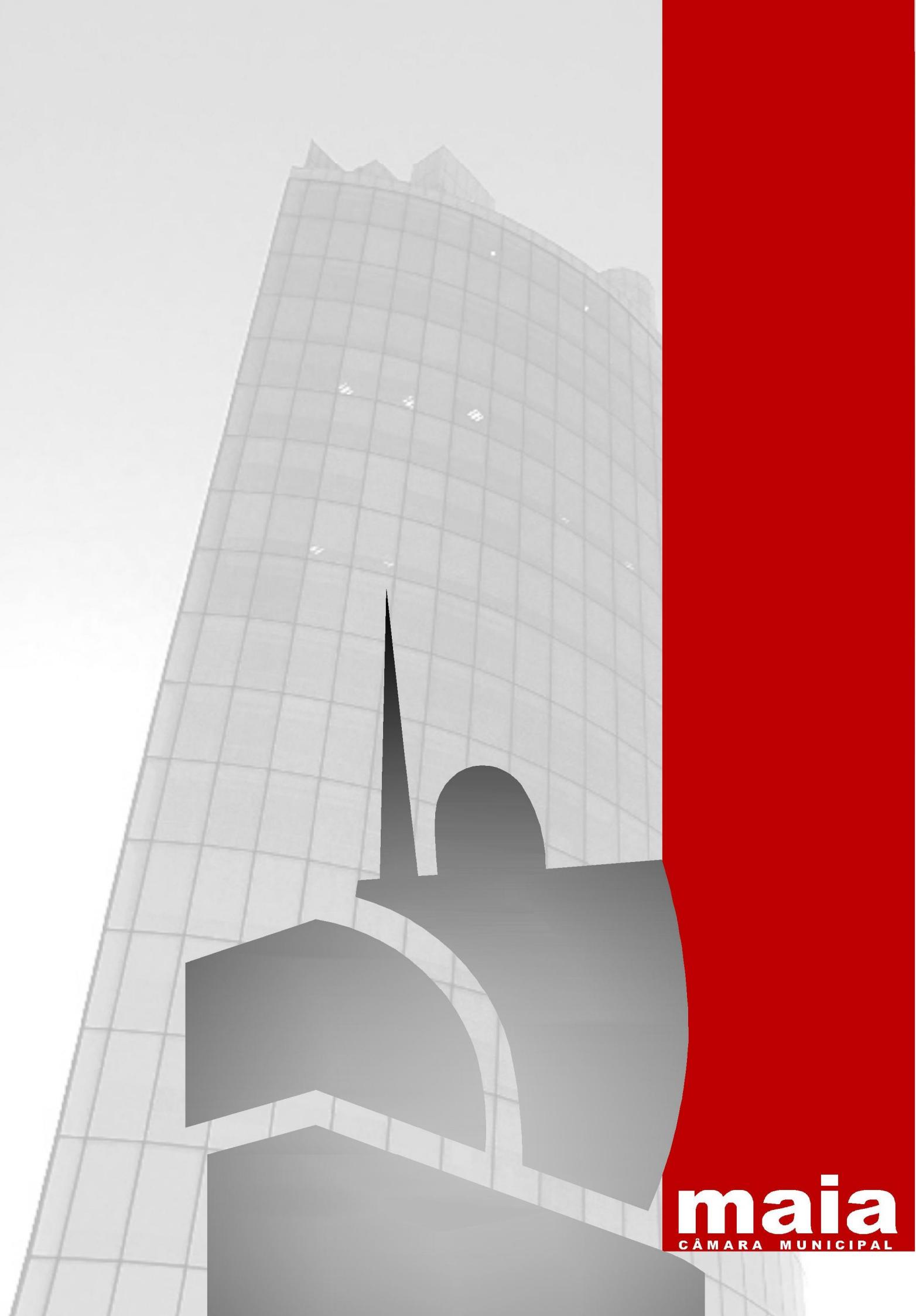
Academia das Artes da Maia - PC EEM / Conservatório de Música da Maia CMM SU Lda.										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	63.082,37	0,00	0,00	2.048,66	60.947,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.541,11	0,00	0,00	0,00	92.541,11
Total	63.082,37	0,00	0,00	2.134,86	60.947,51	187.541,11	0,00	0,00	0,00	187.541,11

Academia das Artes da Maia - PC EEM / Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	29.010,46	0,00	0,00	332,10	28.678,36	0,00	332,10	0,00	332,10	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	29.010,46	0,00	0,00	332,10	28.678,36	0,00	332,10	0,00	332,10	0,00

Academia das Artes da Maia - PC EEM / SMAS										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.277,78	0,00	0,00	4.277,78
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	4.277,78	0,00	0,00	0,00	0,00	4.277,78

ANEXO V

Mapa de Efectivos por Categorias																												
Município	Empresa Municipal Estacionamento				Academia das Artes				Meio Ambiente				Espaço Municipal				Conservatório de Música				SMAS							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011								
Dirigente - Intermédio	41	41	0	Director Executivo	1	1	0	Animador Cultural	7	6	-1	Directores	2	2	0	Vogais	2	1	-1	Escriturárias	2	0	-2	Técnicos Superiores	15	15	0	
Técnico Superior	276	276	0	Secretaria de Direção	1	1	0	Assessor do Conselho de Administração	1	1	0	Gestores de Unidade	2	2	0	Técnicos Superiores	8	10	2	Contínuos	2	0	-2	Coordenadores Técnicos	15	14	-1	
Assistente Técnico	197	221	24	Técnicos Superiores	3	3	0	Assessor/a	3	3	0	Técnicos Superiores	3	3	0	Assistentes Administrativos	9	11	2	Empregados de Limpeza	1	0	-1	Assistentes Técnicos	32	33	1	
Assistente Operacional	57	58	1	Administrativos	3	3	0	Assistente Administrativa Principal	1	1	0	Assessor de Administração	1	1	0	Operários	4	4	0	Técnico Superior	1	0	-1	Encarregado Geral	1	1	0	
Informáticos	9	9	0	Fiscal Coordenador	1	1	0	Assistente Operacional	4	4	0	Assistentes Administrativos	4	4	0	Professores				Encarregado	5	5	0	Assistentes Operacionais	102	101	-1	
Po	20	23	3	Fiscais	3	3	0	Assistente Técnica	1	1	0	Auxiliares Administrativos	2	2	0	Fiscais				Especialista de Informática	1	1	0					
Outros	243	15	-228	Fiscal Vigilante Coordenador	1	1	0	Auxiliar de Ação Educativa	1	1	0	Técnico de Informática	1	1	0													
				Fiscais Vigilantes	6	6	0	Contabilista / Técnica Oficial de Contas	1	1	0	Chefias Intermédias	9	8	-1													
				Coordenador de Manutenção	1	1	0	Continuo de 1ª	2	2	0	Condutores de Mág. Pesadas e Veículos	36	34	-2													
				Auxiliar de Serviços Gerais	2	2	0	Coordenador Administrativo e Financeiro	1	1	0	Cantoneiros de Limpeza	90	91	1													
	Total	1303	1103	-200	Total	22	22	0	Total	38	37	-1	Total	150	148	-2	Total	23	26	3	Total	51	0	-51	Total	173	172	-1



maia
CÂMARA MUNICIPAL